

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

SÉRGIO PEDRO HERBERT

As condições para a emergência e a formação
de lideranças pelo Orçamento Participativo
na perspectiva de Freire e Gramsci

SÃO LEOPOLDO
2007

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

SÉRGIO PEDRO HERBERT

As condições para a emergência e a formação
de lideranças pelo Orçamento Participativo
na perspectiva de Freire e Gramsci

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS – como requisito parcial à obtenção do
título de doutor em Educação

Orientador: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck

São Leopoldo
2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

H537c Herbert, Sérgio Pedro
As condições para a emergência e a formação de
lideranças pelo Orçamento Participativo na perspectiva de Freire e
Gramsci/ Sérgio Pedro Herbert. / por Sérgio Pedro Herbert. -- 2007.
234 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.
“Orientação: Prof. Dr. Danilo Romeu Streck, Ciências
Humanas”.

1. Orçamento participativo - Rio Grande do Sul. 2. Orçamento
participativo – Barão. 3. Administração popular - Administração
pública. 4. Educação – Liderança. I. Título.

Catlogação na Publicação:
Bibliotecário Vladimir Luciano Pinto - CRB 10/1112

SÉRGIO PEDRO HERBERT

**As condições para a emergência e a formação
de lideranças pelo Orçamento Participativo
na perspectiva de Freire e Gramsci**

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS – como requisito parcial à obtenção do
título de doutor em Educação

Aprovada em 26 de fevereiro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi – UFPel/RS

Prof. Dr. Emil A. Sobottka –PUC/RS

Profª Drª. Maria Clara Bueno Fischer – UNISINOS/RS

Profª Drª. Edla Eggert – UNISINOS/RS

AGRADECIMENTOS

Às organizações comunitárias da Região do Vale do Caí e, sobretudo do Município de Barão, que cultivam princípios de vivência solidária por meio de pessoas que valorizam processos de construção coletiva e são capazes de transcender seguindo os movimentos da sociedade.

Aos colegas de curso e aos colegas do Grupo de Pesquisa que, com seu olhar distanciado e crítico, souberam estabelecer novas visões sobre o objeto pesquisado.

Aos entrevistados: Kely Chies, Ivori Zaro, Elton Chassot, Ledi Hummes, Bernardino Scutá, Airton José Bamberg, Selério Sauthier, Fernando Scottá, Liziane Artus, Wilson Joaquim, Cláudio Ferrari, Tercílio Anselmini, Renato Schommer, Luiz Adair Nogueira da Silva e Gilberto Flach.

Aos familiares, em especial à esposa Jurema e aos filhos Alison e Eliton.

Aos professores, professoras e funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos.

Aos demais pesquisadores, pesquisadoras, amigos e amigas que, no movimento da sociedade, estabelecem diálogos e confrontos enriquecendo as pesquisas e tornando a vida mais cheia de vida.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) pelo financiamento dos estudos.

A UNISINOS, pelo incentivo à pesquisa.

Ao orientador Prof^o Dr. Danilo Romeu Streck, sempre presente neste percurso trazendo informações, promovendo questionamentos e despertando curiosidades.

Muito obrigado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APM – Assembléia Pública Municipal
- CELAN – Conselho Episcopal Latino-americano
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CF – Constituição Federal
- CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- COP – Conselho do Orçamento Participativo
- COREDES – Conselhos de Desenvolvimento Regional
- CPM – Círculo de Pais e Mestres
- EP – Educação Popular
- GOF – Gabinete de Orçamento e Finanças
- GRC – Gabinete de Relações Comunitárias
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
- ILPES – Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OP – Orçamento Participativo
- PCI – Partido Comunista Italiano
- PCR -Partido Comunista Russo
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PSI – Partido Socialista Italiano
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SF – Socialismo e Fascismo. Sigla utilizada para denominar uma seção do jornal *L'Ordine Nuovo*.

RESUMO

Esta tese analisa algumas condições de emergência e formação de lideranças a partir da experiência do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Barão. Apresenta a base histórica e cultural de vivência comunitária do povo da Região do Vale do Caí. Trata-se de uma construção coletiva fomentada pelo cultivo de valores religiosos e comunitários que se refletem na participação política promovida pelo Orçamento Participativo (OP). Analisando condições de liderança em Gramsci e Freire, constata-se que o OP, uma forma participativa na tomada de decisões sobre investimentos e políticas públicas, favorece o despertar de lideranças políticas e sociais.

Com o surgimento de novos municípios a partir do ano 1982, a população interiorana aproximou-se do poder público e alterou a relação com as lideranças comunitárias que passaram a ocupar funções administrativas. Surge a necessidade de uma organização pública que abrange um território além dos limites da comunidade. O que há duas décadas estava distante e desconhecido, agora se torna uma extensão da vivência comunitária por meio do convite a participar do poder público. Foram entrevistados sujeitos do OP-estadual, Administradores e Conselheiros do OP-Barão contribuindo com a reflexão sobre as condições que o OP apresenta para o surgimento e formação de lideranças sociais e políticas. Destacam-se, entre outras, as seguintes condições para a emergência e formação de lideranças: Ambiente comunitário e público, conhecimento do funcionamento da administração pública, desmistificação da autoridade, oportunidade de manifestação pública, transformação política e social e organização social. O trabalho sugere que, diante da escassez de espaços que promovem condições para a emergência e formação de lideranças, há a necessidade de estudos mais detalhados sobre o tema.

Palavras-chave:

Orçamento Participativo, Liderança, Educação.

ABSTRACT

This thesis analyzes some conditions for the emergence and formation of leadership based on the experience of the Participatory Budget (PB) in the State of Rio Grande do Sul and in the Municipality of Barão. It presents the historical and cultural context of the population of the Area of the Vale do Caí. It refers to a collective construction fomented by the cultivation of religious and community values that are reflected in the political participation promoted by the Participatory Budget. By analyzing leadership conditions in Gramsci and Freire, the study verifies that in the PB a shared form for decision making on investments and public policies, favors the awakening of political and social leadership.

With the appearance of new municipalities starting in 1982, the population got closer to the public power and changed the relationship with the community leaders who began to occupy administrative functions. There is the need for a public organization that includes a territory beyond the community limits. What was distant and unknown two decades ago now becomes an extension of the community's existence through the invitation to participate in the public power structure. Interviewed persons of the state Participatory Budget, Administrators and Counselors of Barão's Participatory Budget contributed with their reflection about the conditions that the PB presents for the appearance and formation of social and political leaders. The thesis highlights the following conditions for the emergence and formation of leaders: the community and public context, knowledge of the operation of the public administration, the critique of the myth of authority, the opportunity of public manifestation, the political and social transformation and social organization. The study suggests that due to the lack of spaces that promote conditions for the emergence and formation of leaders, there is the need for more detailed studies on the theme.

Key-words

Participatory Budget, Leadership, Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 APROXIMAÇÃO AO TEMA.....	14
1.1 Introdução	14
1.2 O OP e a superação da exclusão social.....	16
1.3 O funcionamento do OP e suas etapas.....	20
1.3.1 Etapas do OP Estadual.....	20
1.3.2 Etapas do OP no Município de Barão	25
1.4 Comunidade: a base histórica e cultural	28
1.5 Aspectos da realidade social e política de Barão.....	33
1.5.1 Construção de um projeto administrativo: o exemplo de Barão.....	34
1.6 A dimensão internacional do OP	43
1.6.1 Características da participação popular na Alemanha: um olhar de fora.....	46
1.7 Problematização	57
1.8 A relevância do tema	68
1.9 Objetivos da Pesquisa	71
2 LIDERANÇA EM GRAMSCI E FREIRE	73
2.1 Introdução	73
2.2 Liderança.....	75
2.3 Um pouco da biografia de Gramsci e Freire.....	77
2.4 Condições de liderança em Gramsci	81
2.4.1 A Luta com atuação político-partidária	81
2.4.2 Presença histórica	84
2.4.3 Capacidade de enfrentar desafios e estabelecer confrontos	86

2.4.4 Liberdade e ação	89
2.4.5 Capacidade de organização e produção de coletividade	91
2.4.6 Valorização do sacrifício e da disciplina	93
2.4.7 Proposta revolucionária	95
2.5 Condições de liderança em Freire.....	98
2.5.1 Dialógico.....	98
2.5.2 Educador e Político	101
2.5.3 Contextualizado historicamente.....	103
2.5.4 Capacidade de síntese cultural	106
2.5.5 Espírito lutador e libertador	108
2.5.6 Revolucionário.....	110
2.5.7 Consciência crítica	112
2.6 Gramsci, Freire: propostas educadoras para a liderança.....	115
2.6.1 Onde acontece educação?	115
2.6.2 Que relações sociais acontecem no processo educativo?	116
2.6.3 Qual o conteúdo proposto?	120
2.7 Conclusões sobre liderança a partir de Gramsci e Freire.....	123
3 A LEITURA DA REALIDADE: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	125
3.1 Introdução	125
3.2 O enfoque metodológico	126
3.3 Sobre os sujeitos pesquisados – Campo Empírico.....	133
3.3.1 Sujeitos do OP estadual	134
3.3.2 Administradores do OP municipal.....	139
3.3.3 Conselheiros do OP municipal.....	145
3.4 Confrontos públicos sobre o tema da pesquisa	151
3.5 Os rumos da análise dos dados	156
3.6 Concluindo sobre metodologia	161

4 AS CONDIÇÕES PARA A EMERGÊNCIA E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PELO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	163
4.1 Introdução	163
4.2 Condições para a emergência e formação de lideranças pelo OP.....	167
4.2.1 Ambiente comunitário e público	168
4.2.2 Necessidade da escolha de delegados e conselheiros	170
4.2.3 Conhecimento do funcionamento da administração pública	173
4.2.4 Luta em defesa da prioridade da comunidade ou grupo social	176
4.2.5 Sacrifício e disciplina em prol da coletividade	179
4.2.6 Legalidade constitucional do OP	181
4.2.7 Desmistificação da autoridade	182
4.2.8 Desvelamento da realidade – empoderamento	184
4.2.9 Relação de simetria – sociedade civil e governo	186
4.2.10 Oportunidade de solidariedade	188
4.2.11 Oportunidade de manifestação pública	190
4.2.12 Liberdade e criatividade de ação	193
4.2.13 Organização social	195
4.2.14 Transformação social e política	197
4.3 Pela participação à liderança	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215
ANEXOS.....	223
1. Termo de consentimento	223
2. <i>Folder</i> entregue aos participantes do OP-Barão	225
3. Uma reunião comunitária do OP-Barão	229
4. Uma reunião dos conselheiros do OP-Barão	230
5. Síntese das Assembléias Comunitárias do OP-Barão em 2005 e 2006	232
6. E-mail Thomas Ködelpeter	234

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa condições que favorecem a emergência e formação de lideranças pelo Orçamento Participativo (OP) com uma perspectiva de formação de uma sociedade democrática. Observo as condições de liderança a partir de duas experiências de Orçamento Participativo. A experiência que ocorreu de 1999 a 2002 no Estado do Rio Grande do Sul implantada pelo Governo da Frente Popular, e o OP no Município de Barão que iniciou no ano de 2005. Do OP estadual atendo-me à região do Vale do Caí, processo do qual pesquisei, durante o Mestrado em Educação, a dimensão pedagógica nos anos de 2000 e 2001. O orçamento participativo tem uma metodologia que caracteriza o seu funcionamento por meio de etapas estabelecidas para o primeiro ano de execução pelos governantes instauradores do processo, e, para os anos seguintes, o Conselho do Orçamento Participativo (COP) define a forma como o OP funcionará, tendo como objetivo a participação da população na destinação dos recursos públicos. A estrutura básica das etapas costuma ser mantida ano após ano.

Na região do Vale do Caí, a partir do ano 1982, acontece um movimento de emancipação de novos municípios. Dos então quatro municípios existentes, passam a se constituir, até o ano de 2000, 19 municípios. Este fator aproximou a população interiorana do poder público e alterou a relação com as lideranças comunitárias que passaram a ocupar funções administrativas nos novos municípios. As comunidades centradas em manter seus valores religiosos e educativos se vêem atingidas diretamente por uma nova dimensão. Além da organização comunitária, função das lideranças até então, surge a necessidade de uma organização pública que abrange um território além dos limites da comunidade. A dimensão política altera e perturba um pouco a ordem, pois muitas lideranças que coordenavam as

comunidades também exercem funções políticas, consideradas perversas para a manutenção dos valores religiosos, educativos e morais. A base cultural e histórica destes municípios está sustentada nas comunidades, local privilegiado da construção coletiva das escolas, igrejas, salões comunitários e sociedades recreativas.

A realidade social e política do município de Barão tem muita semelhança com a realidade verificada em outros pequenos municípios da Região do Vale do Caí no que se refere à base cultural e histórica dos seus habitantes e da constituição dos governos municipais. Faço um relato da construção do projeto administrativo que propunha a participação do povo por meio da organização das comunidades na administração pública, sintetizando os pronunciamentos feitos pelos então candidatos da coligação vencedora nas últimas eleições municipais de Barão. O elemento diferencial que aparecia naqueles discursos, em relação a outros municípios da região, se referia à proposta de instalação do Orçamento Participativo.

Internacionalmente, o OP é motivo de debate, estudos e financiamentos enfocando diferentes dimensões. Algumas delas não tão conhecidas das práticas do OP brasileiro, como, por exemplo, na cidade de Weyarn, na Alemanha, onde foi instalado um modelo de participação popular para despertar lideranças, ou melhor, incentivar candidatos para exercerem a função de vereança no município. As formas de conduzir os processos são diferentes, seguem outras etapas e, por vezes, metodologias, mas tomam como referência, a maioria delas, o OP da cidade de Porto Alegre e o OP praticado em todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, que demonstrou a viabilidade do processo ao envolver verdadeiras multidões, despertando uma cultura participativa que se propaga cada vez mais entre municípios do Estado.

O OP não fica restrito a assembléias esporádicas em municípios, comunidades ou bairros. Além das etapas percorridas com certo rigor de calendário, os assuntos tratados nas reuniões são comentados em família e encontros entre vizinhos e conhecidos. As prioridades são comentadas e, no momento da execução são fiscalizadas pela população e, sobretudo pelos conselheiros do OP. Nesta trama da vida, decorrente do processo do OP, verificam-se condições para o surgimento de liderança pela apropriação da coisa pública pelo cidadão. Mesmo havendo resistências a esta forma política de trabalhar, pelas mais diversas razões, o OP costuma

ultrapassar os limites formais de sua execução diminuindo resistências e potencializando cidadãos e cidadãs para o exercício da autonomia política.

Um fator determinante para que a experiência participativa tenha sucesso democrático, com a participação efetiva da população nas decisões sobre a destinação dos recursos públicos, é a vontade governamental conjugada com um projeto sustentado com capacidade técnica e de recursos. Os instauradores do processo necessitam ter um acúmulo de experiência participativa e comprometimento político. São pressupostos para que a experiência de condução coletiva do poder seja encaminhada de forma verdadeira e duradoura. Desta forma, o OP pode ser um modo de administrar onde prevalece a vontade popular, a vontade da maioria e não de alguns poderosos institucionalizados como representantes do povo. Igualdade de possibilidades na co-gestão e co-participação na elaboração do orçamento público. Diante da igualdade de condições por meio do voto, possibilita que novos líderes despontem na representação da defesa de prioridades. O processo do OP propicia que, por meio da alteridade, onde se manifestam o imaginário simbólico e os atributos coletivos, a cultura comum tenha maior expressividade na tomada de decisões do que a cultura particular. Pelo OP, o governante se propõe a aceitar uma proposta de co-gestão com a sociedade civil estabelecendo abertura à participação coletiva por meio de manifestações públicas, diálogos que acontecem em reuniões do OP e votos que definem prioridade de investimentos do orçamento público.

A discussão que pode se originar a partir da definição da pavimentação de uma rua leva em consideração vários campos do conhecimento humano. Pavimentar com cobertura asfáltica? Qual é o preço do metro quadrado? Qual a durabilidade? Qual o impacto ambiental devido à não penetração da água da chuva? Como ocorre o aquecimento e o resfriamento deste tipo de pavimentação e que influência isto traz ao meio ambiente? Qual o tipo de pavimentação asfáltica, de material reciclável ou o convencional? Ou a pavimentação será com paralelepípedos regulares, irregulares ou de concreto? Estas questões são discutidas pelos membros das comunidades antes da execução da obra. Além do mais, como discussão anterior: qual a dimensão da obra, devido aos poucos recursos disponíveis naquele momento? Quais os moradores que serão beneficiados na primeira etapa da obra? Ainda: de que forma será

executada a obra? Mutirão, licitação por item, ou pelo total da obra, ou contratando funcionários temporários? Todas estas definições são feitas no ambiente da própria comunidade onde acontecerá a obra. Como conhecimento interdisciplinar promovido pela construção coletiva de uma obra há condições para que despontem lideranças sociais e políticas.

Esta pesquisa é resultado de um fluxo de atividades e reflexões. Atividades que foram desenvolvidas no período do OP estadual como delegado e posteriormente como pesquisador analisando a pedagogia presente no processo na Região do Vale do Caí. Em relação ao OP de Barão, como colaborador da instauração do processo apresentando uma proposta de trabalho que fora debatida inicialmente com os administradores e depois executada junto à população. No segundo ano de OP-Barão, o COP fez um reestudo do processo reformulando o processo. Foi acrescentada a plenária da juventude e, em uma mesma assembléia, houve a votação de conselheiros e prioridades para quatro bairros distintos devido à proximidade entre eles.

Como metodologia que propiciou perceber a relevância e atualidade do tema investigado, os confrontos públicos em diversas instituições universitárias favoreceram a verificação da amplitude da tese proposta. As publicações individuais e coletivas sobre o tema, bem como as apresentações e comentários nos encontros da Linha de Pesquisa, na Prática de Pesquisa e com os colegas de curso fazem parte do processo metodológico para a construção do *corpus* da pesquisa.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar condições que propiciam a emergência e formação de lideranças pelo processo do Orçamento Participativo a partir das reflexões e da trajetória de vida dos teóricos Antonio Gramsci e Paulo Freire. São sete as condições de liderança apontadas em cada um dos dois principais referenciais teóricos. Gramsci enfatiza a prática e vivência em organizações políticas. Freire salienta a dimensão educativa. No Orçamento Participativo, estas duas dimensões são as impulsionadoras do processo. A escolha de sete condições em cada um dos teóricos está vinculada à intensidade com que estas condições aparecem em seus escritos e em suas trajetórias de vida. As condições de liderança em Gramsci e Freire se complementam porque estão envoltas na trama da vida. As semelhanças entre os

autores são maiores que as diferenças, mesmo que enfatizem dimensões diferentes de atuação dentro da sociedade.

Gramsci luta para a formação do intelectual orgânico, um líder que nasce das massas e com as massas tende a produzir uma nova hegemonia fundada na organização da sociedade para a formação do socialismo, rompendo com o sistema ditatorial e capitalista. Em seus textos publicados nos jornais do partido, escreve aos operários e jovens estudantes da Itália com o objetivo de levar informações que dêem condições para o surgimento de multiplicadores da transformação social. Gramsci vê com clareza que a liderança atua de acordo com a educação recebida, refletida e vivenciada. A formação cultural do sujeito líder é adquirida pelo cotidiano e, conforme esta, assume características democráticas ou autoritárias.

Ambos os autores têm propostas educadoras para a liderança. Sugerem locais de educação das lideranças e uma modalidade de conteúdo. Há também a necessidade de relações sociais que permeiem o processo educativo na constituição de lideranças revolucionárias para a transformação da sociedade. Não temem marcar presença na história, atuando com liberdade e manifestando um espírito de luta, proclamando os subalternos à organização política com vistas à emancipação e ao empoderamento. Gramsci e Freire demonstram, pelos seus escritos e perseguições, que encarnaram estas condições de liderança. Desenvolveram, por meio da indignação frente às injustiças, uma curiosidade crítica voltada a desvelar a realidade por meio de processos dialógicos e/ou confronto de idéias e ideais.

Do Orçamento Participativo analiso catorze condições que favorecem o surgimento e formação de lideranças. São condições vinculadas à metodologia do processo e aos espaços físicos ocupados durante as etapas do OP. Os pesquisadores do Orçamento Participativo de diversas áreas do conhecimento são importantes coadjuvantes na tarefa de elucidar as condições por meio de abordagens feitas salientando dimensões do OP e elucidando condições de liderança.

Este trabalho investigativo se situa em âmbito inicial de análise das condições existentes no processo do Orçamento Participativo para o surgimento e formação de lideranças. Um longo caminho investigativo ainda pode ser percorrido neste campo. Estabeleço algumas

considerações em relação a esta dimensão presente neste processo que cada vez mais atinge cidadãos e cidadãs de diferentes culturas, tradições, concepções ideológicas e nível de desenvolvimento.

Registrar esta história pode significar um motivo suficiente para a realização desta pesquisa. Mas o tema investigado também propõe lançar desafios para a educação formal, no sentido de dar mais atenção para a emergência e formação de lideranças nos espaços escolares promovendo uma manifestação da leitura de mundo das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos adultos. As pesquisas em torno da participação popular na educação e na política cada vez mais são estimuladas pelas academias em diferentes campos do saber e se propagam pelos continentes.

CAPÍTULO 1

APROXIMAÇÃO AO TEMA

1.1 Introdução

Teses e dissertações que investigam a dimensão educacional presente no processo do Orçamento Participativo destacam em suas conclusões o aspecto pedagógico, educativo e o exercício da cidadania. Em sua ampla maioria, estas teses e dissertações estão vinculadas a programas de educação. Outras estão relacionadas às ciências políticas, ao campo da sociologia, da comunicação e da história. Analiso a dimensão da constituição de lideranças por meio de um mecanismo democrático promovido por gestões administrativas.

Participam do debate, na elaboração do orçamento, os jovens e adultos interessados em uma melhor organização do meio onde vivem. Pelo jogo de interesses apresentado por meio de argumentação em defesa de necessidades percebidas pelos debatedores, ocorre uma efetiva participação na construção coletiva e organizativa por meio do diálogo.

A participação pode consistir em um ato de se fazer presente, de se sentir informado, de estar dentro de um grupo social. O ser humano possui algo que lhe é imanente: estar dentro de um grupo de pessoas, envolver-se. Ou então, como afirma Streck: "Participação está associada com o desejo e a perspectiva de mudança" (2003, p. 120). Streck enfatiza a participação como uma condição humana que tem a ver com a dignidade de mulheres e de homens. Boff complementa: "Pelo fato de ser pessoa, de ser criativo, livre, responsável, o ser humano vem dotado de uma vontade ontológica de participação. Não se trata de uma veleidade que pode ser ou não ser. Essa vontade é intrínseca" (2000, p. 80). As gestões públicas por meio do OP convidam homens e mulheres de diferentes idades a participar das decisões sobre os investimentos que geralmente correspondem a pequenas somas de verbas.

O interesse popular pela participação no processo não está apenas vinculado à conquista de uma obra. Há também o encontro com pessoas, com vizinhos, com lideranças sociais e políticas. No percurso de definição da construção do material e sua execução, há implícita uma pedagogia que transcende a materialidade dos fatos.

Verifica-se que o ato educativo está presente em todos os momentos do processo do OP. Ato educativo que acontece por meio da “co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um penso, mas um pensamos. O objeto não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação” (Freire, 1975, p. 66). O OP mediatiza o encontro entre pessoas que lutam por seus interesses e por vezes se tornam representantes de grupos sociais sem terem esta pretensão.

A disputa por interesses de variadas formas desde aquele que procura emperrar o processo para que nada aconteça de concreto devido a suas ambições políticas particulares até aquele que tem o interesse de propiciar melhores formas educacionais faz com que o OP não se esgote em si mesmo. O debate fomenta a politização da sociedade, mesmo que aconteçam conflitos irreconciliáveis, devido a interesses antagônicos.

As articulações sociais, como intercâmbio entre comunidades, prática frequente provocada pelo OP estadual e municipal, favorecem a criação de novas pedagogias entre lideranças e moradores de comunidades. Por meio das articulações com o objetivo de somar votos em favor de prioridades conjuntas, acontecem descrições das comunidades envolvidas que são motivo de aquisição de saberes da própria região pelos seus moradores. A geografia, a economia, a polarização, a densidade demográfica, a industrialização e demais dimensões apresentadas pela região são discutidas. Frente aos dados apresentados pelos participantes de Assembléias Públicas Municipais ou por delegados do OP, as prioridades nos investimentos municipais, regionais e estaduais são definidas. São articulações sociais que, por meio de uma análise local e regional, propiciam o aprofundamento do conhecimento da realidade local, regional, municipal e, por vezes, se estende ao nível estadual.

Em nível estadual, o Orçamento Participativo (OP) foi um processo de elaboração do orçamento estadual para o ano subsequente por meio da pesquisa popular¹. A consulta popular iniciava nos 496 Municípios do Estado, passava pelas 23 regiões e era concluída pelos conselheiros regionais, eleitos a cada ano pelo povo, junto ao executivo estadual que encaminhava a proposta orçamentária ao legislativo para aprovação.

O OP tende a iluminar outros caminhos. Caminhos para a cidadania e caminhos para renovar espaços com uma apropriação coletiva da coisa pública. O OP possibilita um convívio da democracia representativa com a democracia direta, apontando para uma radicalidade democrática. Igualmente possibilita a solidariedade entre grupos sociais e o controle do governo e dos governantes pelos cidadãos. Conforme assinala Pedro Demo², “as democracias precisam de outros caminhos mais bem pautados nos direitos humanos e na cidadania. Nem para o mercado, nem para a assistência indiscriminada” (2002, p. 15). O processo do OP pode significar um caminho alternativo para evitar a exclusão e reorganizar grupos sociais para a solução de seus problemas financeiros. Nesta reorganização, exigem-se lideranças para o sucesso de uma atividade coletiva.

1.2 O OP e a superação da exclusão social

O OP apresenta a característica de autogestor político e de desenvolvimento econômico segundo as necessidades locais e regionais de seus habitantes. Conforme os investimentos sugeridos pelos habitantes de determinada localidade ou região, o governo do Estado, e agora o governo de Barão, vem ao encontro das necessidades da população. Pela solicitação da população, verifica-se que os investimentos são muitos e de pequeno porte, rompendo com os costumes de grandes investimentos em grandes empresas ou obras para produzir repercussão nos meios de comunicação.

¹ Aconteceu durante a gestão da Frente Popular no governo do Estado do Rio Grande do Sul, que corresponde ao período de 1999 – 2002.

² Pedro Demo, no livro *Charme da exclusão social*, apresenta a situação de nações que devido ao alto índice de desemprego, como o caso da Alemanha, onde chega a 15% no ano de 2002, promovem uma assistência a milhões de desempregados. Esta situação não pode representar uma solução em si própria, e ele considera que “o horizonte estratégico será dado fundamentalmente pela cidadania, fenômeno marcado pelos gregos, mas que, a rigor, permanece ainda pouco dominado” (p.13).

Pelo orçamento participativo estadual foi aberta, por exemplo, na região estudada e em outras, a possibilidade de investimento de verba pública na criação de agroindústrias. O objetivo deste investimento era favorecer a organização de pequenos agricultores que não conseguiam se manter na área rural.

Uma agroindústria pode ser definida como consistindo da transformação de produtos agrícolas, dando-lhes a possibilidade de melhor comercialização. Na maioria das vezes, o produto final pode ser diretamente consumido como, por exemplo, a rapadura (produzida a partir da cana-de-açúcar, de onde se extrai o melado, e do amendoim), o queijo (produzido a partir do leite), ou ainda o pão caseiro, a bolacha e a cuca. Como energia, os produtores rurais geralmente utilizam madeira para a transformação dos produtos.

Com investimentos proporcionados conforme a necessidade de cada região, os indivíduos adquirem condições de prosperidade para a família, a comunidade e o município. No OP, fez-se levantamento das deficiências em todas as regiões do Estado do RS e proporcionaram-se valores diferenciados conforme a necessidade de cada região. O OP, dessa forma, evita o “desenraizamento como fenômeno fundamental no começo do processo de exclusão” (Demo, 2002. p. 21). No OP de Barão, também há uma atenção especial em relação à produção e viabilidade de comercialização dos produtos agrícolas.

Para um grupo de famílias, uma assessoria técnica para uma melhor adequação de sua produção de queijos pode representar importante auxílio³. Para outro grupo de agricultores e agricultoras, uma assessoria técnica para produção ecológica de verduras e legumes pode significar venda certa e com melhores preços⁴. Uma pequena agroindústria funcionando em um prédio próximo à residência produzindo pães, bolachas,ucas, massas ou capeletes possibilita que o agricultor permaneça no interior e inclusive desenvolva sua habilidade e criatividade. São funções que dão liberdade ao ser humano de desenvolver seu espírito criador, tornando-o reconhecido. Percebe-se a satisfação de ser alguém autônomo e livre trabalhando em algo que lhe proporciona bem-estar. As atividades aqui descritas receberam colaboração da administração

³ Trata-se de uma cooperativa existente no interior de Barão da qual fazem parte 90 famílias.

⁴ Por meio da assessoria técnica com visitas às propriedades rurais, agricultores modificaram sua forma de produção e estão encontrando um comércio certo e mais rentável para seus produtos agrícolas. Conforme esclarecimento do secretário da agricultura, em Barão 25 famílias aderiram a esta nova proposta.

pública de Barão por meio de decisões coletivas em assembleias do OP. São investimentos que representam a permanência daquelas famílias na sua localidade, evitando a desagregação familiar que costuma ser o início da exclusão social. Valores integrativos familiares mantêm-se através da transformação de produtos primários em produtos industrializados pelos próprios produtores que conduzem sua empresa com especial atenção e possibilitam o fortalecimento dos laços comunitários. As famílias associadas adquirem novas relações sociais por meio de reuniões específicas sobre sua atividade, dignificando-se e revivendo na coletividade uma experiência vivenciada na vida comunitária religiosa.

Por meio de um processo de readequação da propriedade e dos mecanismos de produção e comercialização dos produtos, a educação e a cultura de um grupo de famílias adquire novas dimensões. Uma dimensão de valorização do ser humano que se auto-sustenta por meio de uma atividade da qual é conhecedora. Uma assessoria técnica para instalação e comercialização contemplada em reuniões promovidas pela administração municipal pode significar o impulso inicial que faltava para esta mudança.

Em nível estadual cerca de 15 agroindústrias foram criadas na Região do Vale do Caí a partir da iniciativa de grupos de famílias do interior que solicitaram auxílio em assembleias do OP. Perceberam suas dificuldades de viver com suas pequenas propriedades e obtiveram auxílio do governo do Estado para execução de sua agroindústria. Cabe salientar que os projetos foram elaborados com a assessoria da EMATER e da Secretaria da Agricultura dos Municípios. Esta parceria entre os agricultores interessados (grupos), os técnicos da EMATER, o poder público municipal e o Estadual garantiu as verbas através do Orçamento Participativo Estadual para aquisição da infra-estrutura necessária para a instalação e funcionamento das agroindústrias. Os produtos são vendidos nos mercados locais e para pessoas que visitam as empresas.

O momento histórico é de crise da pequena propriedade, e há a necessidade de encontrar uma alternativa para sua manutenção na sociedade de seu tempo. Quando famílias fundam uma agroindústria, isto representa, muitas vezes, uma alternativa para a reintegração nos moldes sociais estabelecidos. A coesão social que se firma, através do comércio e contato com pessoas, altera significativamente a auto-estima do produtor rural que transforma seus produtos e os apresenta para o consumo, gerando uma maior riqueza local.

O que se verifica ainda é a solidariedade familiar. Grupos de famílias se unem para resolver um problema coletivo. Evitam assim a desagregação familiar, um fenômeno que atinge também as zonas rurais. Demo afirma que “a carência material é a casca externa da desigualdade social, cujo cerne está na pobreza política” (2002, p. 35). Nos exemplos acima citados, o envolvimento num movimento político com objetivo de informar e possibilitar melhorias materiais à população foi a solução de um problema que certamente acarretaria a venda destas pequenas propriedades e procura de emprego nas cidades.

A cidadania brota do exercício da autonomia que se faz presente quando se pode pensar a realidade a partir da própria realidade. Quando famílias se unem e constituem uma agroindústria transformando seus produtos primários em mercadorias para o comércio, conseguindo desta forma se manter no local onde residem, isto representa mais do que sua auto-sustentação.

Houve, pelo processo do OP, melhorias em diferentes áreas. Verificando a quantidade de pequenas obras realizadas a partir da decisão do povo no OP, houve melhoras para quem antes não era lembrado. Ruas foram pavimentadas e escolas foram construídas e outras ampliadas. A inclusão digital foi promovida levando salas de informática para municípios do interior do Estado. Sobre a experiência do OP de Porto Alegre, Luciano Fedozzi apresenta uma tabela onde a população respondeu, em 1990, sobre “quais as maiores realizações da Administração Popular” (2000, p. 161-162) e, na análise das respostas da população, concluiu que “nenhum setor em específico se mostrou isoladamente como a maior realização⁵” (2000, p. 162). A população beneficiada com as obras avaliou de forma homogênea os investimentos feitos a partir das reivindicações populares.

No OP de Barão, conforme depoimento do prefeito, em entrevista, considera que o município está melhorando no que se refere à administração pública com a participação da população. Ele se manifestou desta forma:

Estou tentando executar um novo modo de administrar. A gente via a realidade de Barão nos últimos, pelo menos 8 anos, meio terrível administrativamente.

⁵ Na tabela apresentada na página 162, no livro *O poder da Aldeia*, há pouca variação no índice de porcentagem no que se refere a benefícios nas áreas de transporte, pavimentação, educação e saneamento. Os índices oscilam de 15% a 11.8%.

Tanto que Barão tem uns problemas crônicos que foram acumulados de lá para cá, e a gente está tentando sanar. A gente vê pelo menos a expectativa e vê os resultados deste novo tipo de administração conversando com as comunidades, aceitando as opiniões das comunidades. E Barão está pelo menos evoluindo administrativamente.

Nestes dois anos de governo com a participação popular na administração pública, dialogando e se confrontando entre as comunidades e com o poder público, houve a execução de algumas obras, como calçamentos, pavimentações, incentivo às empresas, compra de máquinas e de carros para o setor da saúde, melhoria nas escolas com aquisição de computadores e reformas e o auxílio a grupos de famílias conforme o descrito anteriormente⁶.

1.3. O funcionamento do OP e suas etapas

Este trabalho investigativo tem como intenção analisar condições que viabilizam o surgimento e/ou a formação de lideranças sociais e políticas pela participação da população no processo do OP. Na sequência, há a apresentação das etapas e o funcionamento do OP estadual e do OP-Barão⁷. O objetivo da descrição das etapas é possibilitar a compreensão do processo do OP. No OP estadual, salientava-se a explicação do processo dando ênfase às sucessivas etapas presentes no processo. Em Barão, o OP é conduzido de forma diferenciada, mas tendo o mesmo objetivo do OP Estadual: por meio da vontade popular estabelecer os investimentos.

1.3.1. Etapas do OP Estadual

As etapas do OP Estadual são momentos distintos de participação popular na elaboração da peça orçamentária que vigorará no ano subsequente no que tange a investimentos públicos. Eram cinco estes momentos conforme apresentação a seguir.

⁶ Informações concedidas pelos administradores municipais em levantamento junto à prefeitura.

⁷ Sobottka et alii fazem uma descrição das etapas do OP Estadual no texto “Legalidade, legitimação e democratização no orçamento público estadual” publicado no livro *Dizer a sua palavra*, páginas 55 a 84. Neste texto, os autores estabelecem relações e comparativos do OP-Estadual com o OP de Porto Alegre.

1 - Plenárias Regionais de Diretrizes

Eram reuniões abertas à participação de todos os cidadãos dos municípios que integram cada uma das 23 regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Debatiam-se diagnósticos regionais, eram definidas diretrizes regionais a partir do diálogo entre o “governo e a comunidade nas áreas de infra-estrutura, políticas sociais e desenvolvimento econômico, para um planejamento democrático e solidário de políticas públicas regionalizadas e do Estado” (GOVERNO-RS, 2001. p. 7)⁸. Consistia num estudo da região para melhor propiciar um desenvolvimento econômico e social de sua população.

2 - Assembléias Regionais Temáticas de Desenvolvimento

A população debatia e votava prioridades temáticas e programas de Desenvolvimento Estadual para a Região. A assembléia estava aberta à participação dos cidadãos dos municípios pertencentes à região. Nesta assembléia, havia a escolha de representantes regionais, denominados delegados.

Estas duas fases não aconteciam em cada município da região e exigiam maior conhecimento sobre necessidades regionais e possibilidade de investimentos estaduais para obter-se uma participação mais qualificada. Os debates aconteciam em torno de prioridades regionais e estaduais.

3 - Assembléias Públicas Municipais

Para a maioria dos participantes, o Orçamento Participativo se restringia à Assembléia Pública Municipal. Estes encontros envolviam grandes parcelas da população. Era o momento em que a política local entre as comunidades dentro de um município se fazia perceber. Nessas assembléias, percebia-se a capacidade de organização e mobilização das entidades. Despontavam interesses pessoais e coletivos pela conquista de alguma obra. As manifestações e

⁸ Conforme livrinho elaborado pelo GOVERNO do Rio Grande do Sul. Gabinete de Relações Comunitárias – GRC e Gabinete de Orçamento e Finanças – GOF e entregue aos participantes credenciados nas Assembléias Públicas do OP. *Orçamento Participativo – RS O processo em 2001 Para elaborar o orçamento estadual de 2002. Participar é construir. Mais cidadania, solidariedade, controle social, transparência, desenvolvimento integrado e justiça social.* Livrinho elaborado pelo GOVERNO do Rio Grande do Sul. Gabinete de Relações Comunitárias – GRC e Gabinete de Orçamento e Finanças – GOF e entregue aos participantes credenciados nas Assembléias Públicas do OP.

os embates locais eram, por vezes, acirrados por defesa de interesses e prioridades diferentes. As pessoas se sentiam próximas ao poder público estadual.

Faço a seguir uma descrição de uma Assembléia Pública Municipal com o objetivo de esclarecer o ritual e procedimentos. Descrevo a partir da participação, observação, entrevistas e consulta em folhetos e livrinhos de esclarecimento sobre o processo do OP-RS 1999-2002.

Na entrada do local da reunião acontecia o credenciamento das pessoas maiores de 16 anos moradoras daquele município. No credenciamento acontecia a inscrição, onde se anotava o nome e o endereço. O credenciado assinava.

O credenciado recebia um livrinho onde constava a lista de Temas e Programas de Desenvolvimento de abrangência estadual e Obras e Serviços de competência do Estado, no qual o indivíduo se orientava para elaborar sua proposta de investimento conforme sua necessidade ou necessidade de um grupo organizado. Recebia 3 cédulas para votar: Uma em Programas de Desenvolvimento, outra em Obras e Serviços e outra para delegado do Orçamento Participativo.

A reunião iniciava com a entonação do hino estadual e o secretário da sessão elaborava a ata enquanto que o coordenador Regional do OP dirigia a sessão. Chamava rotineiramente o prefeito municipal ou seu representante para se pronunciar. O coordenador seguia chamando os secretários e assessores do governo do Estado que se faziam presente na assembléia.

Os secretários e assessores apresentavam os trabalhos que estavam sendo efetuados nas diferentes secretarias do Estado demonstrando à população onde e como o dinheiro público era aplicado. Este momento consistia na prestação de contas. Costumava-se deixar um momento para interrogações dos participantes da assembléia sobre maiores esclarecimentos sobre a contabilidade das Secretarias de Estado.

O coordenador regional do OP sugeria um estudo dos temas e programas de abrangência estadual e em seguida colocava o microfone à disposição para discussão em defesa de algum dos 9 temas ou programas específicos que constavam no livrinho entregue à

população: Agricultura; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento do Turismo; Geração de Trabalho e Renda; Meio Ambiente, Gestão Urbano-Ambiental e Saneamento; Gestão e Ações de Qualificação no Uso e Ocupação do Solo; Transporte e Circulação; Minas e Energia; e Educação.

Após a defesa dos temas os credenciados votavam em três programas conforme a prioridade que consideravam. Os programas deveriam corresponder a temas diferentes, caso contrário o voto era anulado. Os credenciados da assembléia escreviam o número referente ao programa conforme constava no livrinho. Na seqüência as cédulas eram recolhidas.

A pontuação dos votos obedecia a critérios conforme a ordem de prioridades votadas: voto em primeiro lugar, valia 3 pontos; voto em segundo lugar, valia 2 pontos; voto em terceiro lugar, valia 1 ponto. A apuração dos votos iniciava logo após o recolhimento das cédulas e a apresentação de fiscais escolhidos dentre os credenciados que decidiam sobre casos omissos e dificuldades de interpretação do voto.

Em seguida, reabria-se a reunião com novo momento de debates. Era o momento da escolha das Obras e Serviços de Competência do Estado para investimentos no município em que acontecia a assembléia. Eram 10 temas propostos: Agricultura, Transporte e Circulação, Cultura, Educação, Assistência Social e Promoção da Cidadania, Energia, Segurança, Gestão Ambiental e Saneamento, Saúde e Habitação.

As demandas apresentadas e defendidas por aqueles que se pronunciavam eram então escritas em cartazes e enumeradas em ordem de apresentação pública da demanda específica. Cada credenciado votava escolhendo o número de três demandas de três diferentes Temas. Recolham-se os votos e iniciava-se a sua contagem.

O coordenador do OP comunicava o total de credenciados na reunião e o número de delegados do OP que seriam escolhidos. Para cada 20 credenciados a assembléia escolhia um delegado que representava o município nas Plenárias Regionais de Delegados. Convidava os candidatos a delegado do OP que faziam a sua inscrição.

Os credenciados votavam em um candidato para delegado do OP e recolhiam-se as cédulas para a apuração dos votos. O coordenador anunciava o resultado da apuração da votação para Programas de Desenvolvimento; de Obras e Serviços e dos candidatos eleitos a delegados do OP. Finalizava-se a assembléia com a leitura da ata, posterior aprovação da mesma e assinatura pelos credenciados.

Após as reuniões em todos os Municípios da região e do Estado, acontecia a Plenária dos Fóruns Regionais de Delegados.

4 - Plenária dos Fóruns Regionais de Delegados

Participavam da Plenária dos Fóruns Regionais de Delegados os delegados temáticos e os delegados municipais do OP-RS. Recebiam a estimativa preliminar da receita corrente e dos agregados da despesa pública e a relação de todas as demandas priorizadas pelos municípios de sua região, para realizar com o governo a compatibilização e sistematização da hierarquia estabelecida pelas votações com os diagnósticos de carência, viabilidade técnica, legal e financeira.

Os delegados escolhiam entre si os conselheiros que representavam a população das 23 regiões nas reuniões do Conselho Estadual do Orçamento Participativo-RS. Elegiam também Comissões representativas dos Delegados do OP-RS, formadas por delegados de todos os municípios, que coordenam o trabalho de compatibilização e sistematização das demandas nas regiões.

Para isso, realizava-se o número de reuniões necessárias, bem como debates nos municípios e microrregiões com os demais delegados. Este trabalho coletivo feito conjuntamente com o governo visava à construção do Plano de Investimentos e serviços do Estado, que era debatido e deliberado pela 2ª Plenária dos Fóruns regionais de Delegados.

5 - Conselho Estadual do Orçamento Participativo

O Conselho Estadual do Orçamento Participativo (COP-Estadual) era instância máxima da representação popular da sociedade no processo do OP-RS. Em reuniões com o Governo, os conselheiros discutiam e deliberavam o Plano de Investimentos e Serviços e a

Proposta Orçamentária do Estado que era encaminhada à Assembléia Legislativa até o dia 15 de setembro, e os conselheiros acompanhavam posteriormente a sua execução.

No ano de 2000⁹, foi formado por 204 membros, composto da seguinte forma: 69 conselheiros eleitos pelas 22 regiões, proporcional à população de cada região; 69 conselheiros eleitos pelas 22 regiões, proporcional à participação nas assembleias do OP-RS; 22 conselheiros eleitos entre os delegados da Assembléia Regional Temática de Desenvolvimento (1 por região): 44 conselheiros (2 por região) indicados pelos Conselhos regionais de Desenvolvimento (COREDES).

1.3.2. Etapas do OP no Município de Barão.

Em Barão, o OP começa no ano de 2005 por meio da coligação PT-PMDB que vence as eleições municipais de 2004. O processo foi pensado de uma forma simples para que a população entendesse sem dificuldades o processo de consulta das prioridades locais. Havia um momento de reuniões em cada comunidade ou bairro da cidade e um segundo momento onde se encontravam os conselheiros eleitos, um representante de cada reunião para o conhecimento e debate das prioridades de todos os munícipes presentes nas reuniões do OP. Neste segundo momento, havia o embate dos conselheiros com os administradores e equipe técnica da gestão municipal para analisar a viabilidade de execução das propostas eleitas.

O primeiro momento foi denominado de reuniões comunitárias do OP e o segundo momento de reunião dos conselheiros com administradores e equipe técnica.

Primeiro momento: reuniões comunitárias do OP¹⁰

Estas reuniões iniciam¹¹ nas comunidades e bairros a partir do mês de abril e estão divididas em duas partes. A primeira parte consiste na prestação de contas a partir da

⁹ Conforme livrinho elaborado pelo GOVERNO do Rio Grande do Sul. Gabinete de Relações Comunitárias – GRC e Gabinete de Orçamento e Finanças – GOF e entregue aos participantes credenciados nas Assembleias Públicas do OP.

¹⁰ Ver anexos 2 e 3. No anexo 2 consta o folder entregue a população no ano de 2005 e no anexo 3 a transcrição de uma ata de uma Assembléia Comunitária do OP em Barão.

¹¹ A descrição do OP estadual foi feita em outro tempo verbal, no passado. O OP de Barão iniciado no ano de 2005 continua, e, portanto, o tempo verbal utilizado na sua descrição é o presente.

contabilidade da administração municipal referente ao ano anterior e em apresentar os investimentos e atividades que as secretarias e gestores públicos estão efetuando. Cada gestor presente descreve os trabalhos que estão sendo realizados no seu departamento ou secretaria. A população faz perguntas ao prefeito e secretários e, por vezes, estabelece um momento de diálogo em torno de um assunto. Geralmente é um momento de informações e, sobretudo, de escuta pelos presentes.

A segunda parte das reuniões comunitárias consiste na escolha das prioridades para a comunidade e para o município, ocasião em que são explicadas a lei orçamentária municipal e federal e a proposta do OP: definir investimentos e políticas públicas a partir das necessidades priorizadas pela população. Após esclarecer os temas e prioridades sugeridas pela administração e pelo COP, é salientada a possibilidade de levantar outras prioridades. Em seguida, o coordenador do encontro sugere que em grupos menores aconteçam debates para aclarar melhor as necessidades que a comunidade quer escolher. É um momento de dez a quinze minutos em que se formam pequenos grupos de conversa, e, neste mesmo ambiente, são preenchidas as cédulas de votação. Escolhem as prioridades e elegem um representante para fazer parte do COP. As cédulas são recolhidas e são apurados os votos na presença de todos. Por fim, é lida a ata e posta em votação para emendas e posterior aprovação. Os presentes assinam a ata e é encerrada a reunião.

No ano de 2005, foram feitas 17 reuniões com 448 credenciados, de um total de 4.095 eleitores do município de Barão. No ano de 2006 foram 18 reuniões compreendendo 15 comunidades, 5 bairros e a plenária da juventude¹². Na reunião da sede, conforme decisão anterior do COP, houve a junção dos bairros da sede do município onde os votos foram contados de forma separada. Como houvesse a eleição para bairros diferentes, também para cada bairro foram escolhidos um titular e um suplente para fazer parte do COP.

Em anexo está o texto do *folder* entregue a todos os participantes das reuniões comunitárias do OP municipal. O texto é lido e esclarecido aos presentes.

Segundo momento: reuniões com conselheiros do OP

¹² Ver anexo 5, onde aparecem duas tabelas que sintetizam as Assembléias Comunitárias do Orçamento Participativo do ano de 2005 e 2006.

Os conselheiros eleitos têm a função de representar o seu grupo dando retorno a seus pares das decisões tomadas no COP. Têm a função de fiscalizar a execução das obras bem como informar e requisitar uma melhor prestação de serviços da administração municipal. São lideranças que têm também a função de participar de um planejamento em nível municipal nos debates que são promovidos a partir de gestores ou de conselheiros.

Em cada reunião comunitária, de bairros e na plenária da juventude, é escolhido um representante do OP-Barão. Estes formam o COP, que se reúne na semana seguinte à última reunião. Nesta primeira reunião, acontece a apresentação do resumo das prioridades votadas em cada reunião comunitária, de bairro e da juventude. Discute-se neste encontro qual será a maior prioridade de investimentos municipais no ano seguinte. Em Barão, nas reuniões do COP de 2005, duas foram as maiores necessidades apontadas: compra de máquinas e pavimentação de ruas e estradas. Em 2006, a atenção se voltou novamente para a pavimentação e para a construção de redes de águas para quatro comunidades.

Juntamente com os administradores são definidos os cronogramas de obras a serem executadas, prevalecendo como critério definidor a porcentagem de pontos que a prioridade alcançou na reunião comunitária. Com os conselheiros do OP acontece a cada ano uma reunião onde o Prefeito municipal expõe a contabilidade administrativa do ano anterior até o presente momento. Esta reunião acontece em setembro de cada ano, no período de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano subsequente.

Após a aprovação da LDO, acontece nova reunião do COP para uma apreciação de como ficou a proposta orçamentária aprovada pela Câmara de Vereadores¹³. É o momento de verificar se as prioridades votadas nas assembleias e discutidas pelo COP foram incluídas na LDO e se os valores correspondem aos debates e decisões anteriores efetuados.

São os conselheiros do OP que definem possíveis alterações nas regras para o ano seguinte no que se refere ao processo do Orçamento Participativo. Esta reunião acontece no mês de abril, quando há um estudo em torno das etapas e sobre as regras do jogo. Também naquela ocasião se decidem as datas das assembleias comunitárias.

¹³ Ver anexo 4: Uma reunião dos conselheiros do OP-Barão.

1.4 Comunidade: a base histórica e cultural

A concepção de comunidade nesta pesquisa se fundamenta na conceituação sociológica de Ferdinand Tönnies e se encontra no Dicionário Geral das Ciências Humanas: "Uma comunidade designa um agrupamento em que os laços entre os membros se baseiam em relações de face a face, relações de interdependência vividas de um modo profundamente afetivo" (1984, p. 188). E, ao falar na mesma página sobre a característica central de uma comunidade, Tönnies afirma: "O que caracteriza qualquer comunidade é a unanimidade ao nível dos valores que lhe dá uma forte coesão face às agressões do exterior"¹⁴.

Na origem da colonização da região do Vale do Caí¹⁵, a pertença a uma comunidade era necessária para a sobrevivência. A história e a cultura aconteciam num espaço territorial específico onde um agrupamento de famílias vivia com forte coesão social, predominando uma unanimidade de valores. Por vezes, em um mesmo espaço territorial viviam, como hoje acontece com maior frequência, famílias de diferentes religiões¹⁶. Predominavam a religião católica e a luterana.

A região do Vale do Caí situa-se em um território de relevo acidentado em sua maior extensão e dá início à serra gaúcha. Devido a elementos históricos, atualmente há a predominância de pequenas propriedades rurais de 10 a 20 hectares de terra com plantações diversificadas: matas de acácia, eucalipto; plantação de cítrus, cultivo de cereais e, em alguns municípios, fomentam-se viveiros de mudas de frutíferas e de flores.

A colonização de imigrantes alemães na então denominada *Fazenda Montenegro* inicia em 1834 com a chegada dos irmãos Brochier, João e Augusto, "que vão se aboletar nas selvas inóspitas da Serra Geral" (Campos Netto, 1924, p. 52). Em 1870, todo território da atual Região do Vale do Caí torna-se demarcado com o começo da colonização da sesmaria de

¹⁴ Para maiores esclarecimentos sobre definição de comunidade ver: Herbert, Sérgio Pedro. *A experiência Pedagógica do Orçamento Participativo na Região do Vale do Caí*. Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2002.

¹⁵ Sobre a fundação da povoação na região do Vale do Caí, importante o relato que faz José Candido de CAMPOS NETTO, *Montenegro*, 1924. O autor apresenta em seu livro, de mais de 600 páginas divididas em quatro capítulos: 1. a descrição física de Montenegro; 2. delineamento histórico do município; 3. ambiente político-histórico e econômico-social; e 4. naturalização de estrangeiros.

¹⁶ Martin Dreher descreve com detalhes a vivência em comunidade no livro *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. São Leopoldo, Ed. EST. 1998.

Princesa D. Isabel¹⁷ pertencente ao território de Montenegro. Casas vão sendo construídas, e povoados vão sendo formados, constituindo-se as comunidades.

O surgimento da escola era uma decisão de cada comunidade. Era uma necessidade básica para a manutenção e propagação dos conhecimentos e dos costumes trazidos pelos imigrantes¹⁸. Mesmo quando não havia a construção de uma escola, as comunidades encontravam outros espaços para a realização dos encontros do professor com seus alunos. Por vezes era dentro da igreja. Na escolha do professor, o principal critério era o seu domínio sobre a escrita e sobre os cálculos, bem como o seu exemplo de vida.

O Estado mantinha-se afastado do processo de escolarização dos imigrantes. Os próprios colonos se encarregaram de educar seus filhos auxiliados pelo clero católico e protestante. A escola era pública, comunitária e centrada em princípios cristãos. Esta escola não era estatal e não se apoiava sobre preceitos da legislação brasileira. O idioma ensinado nessa escola era o alemão ou o italiano, de acordo com a origem dos imigrantes. A construção do prédio estava sob a responsabilidade dos membros da comunidade, o que “desencadeia movimentos pedagógicos, na vida das comunidades, relacionados a seus processos de organização” (Fischer e Moll, 2000b, p. 146)¹⁹.

A escola encontrava sua razão principal de existir como extensão da vida familiar e comunitária de cunho religioso. Ela estabelecia um intercâmbio. Cooperava na tarefa de confirmar valores familiares e cristãos. A identidade da escola era entendida no sentido de os jovens aprenderem a ler, escrever e realizar operações primárias: somar, dividir, subtrair e multiplicar.

A principal liderança das comunidades no início da colonização era o professor. Este era escolhido entre os mais letrados que moravam dentro da localidade. Tinha sob seu encargo o ensino formal das letras e das contas, sendo observado por toda a comunidade e, sobretudo, pelo pároco, que lhe inculcia a tarefa da doutrinação cristã das crianças que estavam sob seu poder. A

¹⁷ Hoje denominado município de Barão, situado no extremo norte da região do Vale do Caí.

¹⁸ Verificar Fischer e Moll, 2000b, p. 146ss. que fazem uma reflexão associando a criação participativa das escolas nas comunidades com a pedagogia do OP.

¹⁹ Citação retirada do texto “Pedagogias nos tempos do Orçamento Participativo em Porto Alegre: Possíveis implicações educativas na ampliação da esfera pública”.

sua atuação ultrapassa os limites da escola resolvendo também desentendimentos entre moradores, e era o mais solicitado para testemunhar negociações. Costumava acumular a tarefa de presidente da comunidade, sendo a referência da comunidade²⁰. Lúcio Kreutz, em seus estudos para sua tese de doutorado, acrescenta que “A escola tinha prioritariamente uma função religiosa e política. Como centro do processo ensino-aprendizagem, o professor deveria dominar com segurança os conteúdos fundamentais que constituíam o acervo cultural da humanidade e transmiti-los de modo a garantir que seus alunos o assimilassem” (1991, p. 133-134). Havia uma concepção de que o adulto era um ser acabado, ligado à comunidade, sabedor de suas obrigações. As crianças e adolescentes, como seres inacabados, necessitavam se submeter a uma disciplina rígida com respeito e continência às autoridades e aos adultos. A relação era assimétrica, e a verdade repousava na liderança, que era considerada a única fonte de orientação e de decisão.

Os professores das escolas católicas fundaram uma Associação em março de 1898 e, no ano de 1900, fundaram o *Jornal do Professor (Lehrerzeitung)*²¹. Os professores das escolas evangélicas fundaram em 1901 a Associação de Professores Teuto-Brasileiro-Evangélicos²².

Por meio das Associações, os professores compartilhavam os seus problemas e procuravam melhores alternativas para a educação. A Associação e o *Jornal* tinham a finalidade de manter uma homogeneidade nos ensinamentos e nas metodologias empregadas pelos professores de escolas comunitárias católicas, o mesmo sucedendo nas evangélicas. A Associação dos professores demonstra a sua capacidade de organização e liderança local e regional. Suas informações e seus debates sobre temas como “o sentido e a finalidade da escola, direito sobre a escola, escola e família, castigos, procedimentos didáticos, a figura do professor ideal, a juventude e o álcool” (Rambo, 1994, p. 40) repercutiam na vida social das comunidades.

Estas características favoreceram a união e coesão das comunidades que assim evitavam a entrada de outras concepções que poderiam provocar divisões internas e maiores dificuldades para a sobrevivência. Kreuz faz constantes menções às funções religiosas, sociais e

²⁰ Lúcio Kreutz, no livro *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*, faz minuciosa descrição sobre as funções do professor naquele período histórico em que a escola era comunitária, e, portanto, o professor recebia salário dos pais dos alunos. “O professor paroquial era uma extensão do vigário” (p. 103), conforme Kreutz.

²¹ Ver em RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-brasileira católica*. São Leopoldo, ed. Unisinos. 1994, p. 39ss.

²² Ver em Dagmar Estermann Meyer. *Identidades Traduzidas: Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz- São Leopoldo, Edunisc e Sinodal. 2000. p. 173ss.

políticas²³ da principal liderança de cada comunidade, função desempenhada pelo professor paroquial. Nos dias atuais, em algumas comunidades do interior do Vale do Caí, permanece a liderança de professores junto aos membros da comunidade. Não mais com tantas obrigações e vínculos com tarefas comunitárias, mas como uma personalidade influente e representativa.

Sobre a presença de professoras, recorro aos escritos de Dagmar Estermann Meyer, que faz uma análise minuciosa sobre a constituição e o movimento da identidade social da docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Ela afirma: “Já nas últimas décadas do século XIX é possível encontrar professoras atuando tanto nas escolas alemãs dos núcleos urbanos, quanto nas famílias mais abastadas de origem alemã” (Meyer, 2000, p. 181). Eram relativamente poucas as professoras, e Meyer cita as duas irmãs Engel, filhas de pastor luterano, que inauguraram em 1886 uma escola para moças “nos moldes das Mädchenschulen alemãs, que deu origem à atual Fundação Evangélica, em Novo Hamburgo” (2000, p. 181). Mas estas eram exceções, porque a identidade docente naquele período estava centrada no professor e não tinha uma “face feminina”, como a autora afirma.

Até o surgimento da maioria dos municípios da região²⁴, o que aconteceu a partir de 1982, quando quinze novos municípios foram criados, as lideranças comunitárias estavam fortemente comprometidas na preservação da cultura de cada comunidade, conforme os moldes tradicionais. Com o surgimento dos novos municípios, aconteceram disputas exclusivamente políticas, não havendo tanta ligação com os valores comunitários e religiosos que antes caminhavam juntos. As lideranças locais começaram a concorrer a cargos políticos, e houve um rompimento com a tradição das pequenas comunidades, o que alterou significativamente a forma das lideranças locais lidarem com assuntos religiosos e sociais, que começaram a adquirir uma conotação de conquista de votos almejando a vereança ou mesmo ser prefeito deste novo

²³ Como escreve Kreuz: “Já aludi ao fato de que o professor paroquial embora dispensasse mais tempo ao magistério, contudo, para sua contratação ou permanência na comunidade, era avaliado tão intensamente pelas suas funções sociais, quanto pelas de magistério” (1991, p. 102). Em outra passagem: “As funções do professor paroquial eram muito elásticas, incluindo o zelo pelos bens da comunidade (capela, escola e terrenos), a intervenção em desentendimentos, a representação dos colonos junto a autoridades civis e políticas, a promoção cultural” (p. 107).

²⁴ Sobre a fundação dos municípios, ver no site do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dois municípios surgem no século XIX: Montenegro em 5.5.1873 e São Sebastião do Caí em 1º.5.1875. Feliz em 17.2.1959 e Salvador do Sul em 9.10.1963. Os demais quinze municípios da região do Vale do Caí surgiram a partir da década de 1980.

município. Na atualidade, fica difícil citar alguma comunidade de onde não tenha aparecido alguém que fosse candidato a exercer alguma função pública.

Anteriormente as sedes administrativas municipais, que eram quatro, ficavam distantes da maioria das comunidades. Este fator não propiciava uma relação direta e continuada das populações do interior com o campo político. O número de cargos políticos era bem menor, o que não favorecia que a maioria das lideranças comunitárias concorresse nas eleições. As lideranças comunitárias pouco se envolviam com eleições e disputas políticas. Os políticos eram pouco conhecidos da população, e havia um descrédito em relação a eles. Faziam promessas em época de eleição que geralmente não cumpriam quando eleitos. Daí o seu descrédito entre a população, e a forte idéia generalizada da função política como algo voltado à satisfação dos interesses pessoais.

A prioridade das lideranças comunitárias, até então, consistia na manutenção dos valores e funcionamento ordenado da comunidade, e, o surgimento de novos municípios, aproximou o poder municipal da população e das comunidades. O impacto político e social repercutiu na grande maioria das lideranças comunitárias, que começaram a ter vínculos com administrações municipais, valorizando as tarefas comunitárias.

É dentro desta situação que acontece o Orçamento Participativo estadual de 1999-2002, que provoca movimentos e manifestações das comunidades na luta para a conquista de obras e serviços de competência estadual. A grande participação nas assembleias municipais, nas plenárias dos delegados, acontece devido à grande organização e coesão existente nas comunidades, que se mobilizam com facilidade por conhecerem e sentirem a importância da união que produz a força e a possibilidade da conquista. Foi desta forma que construíram e ainda constroem igrejas, salões comunitários e clubes e conquistam espaços para a comunidade.

É dentro desta situação que analiso se o processo do Orçamento Participativo apresenta propostas de formação e de surgimento de novas lideranças sociais e políticas. Não é o objetivo primeiro do OP. Seu objetivo maior é fazer uma distribuição dos recursos públicos conforme a vontade popular.

1.5 Aspectos da realidade social e política de Barão

A realidade social e política de Barão está inserida na base cultural e histórica da Região do Vale do Caí. Atenho-me nesta parte do trabalho a descrever aspectos históricos da política de Barão a partir da constituição social e administrativa deste município, que se desmembrou de Salvador do Sul no ano de 1988. Os elementos aqui descritos provêm de uma consulta feita aos registros municipais e de entrevista a pessoas que participaram desta história de emancipação e constituição dos governos municipais.

Apresento algumas informações históricas e, sobretudo, dados sobre a última eleição municipal. Entendo que a implantação do Orçamento Participativo em Barão iniciou com a campanha política da Coligação PT-PMDB. As propostas da coligação encontraram receptividade popular, o que favoreceu a vitória nas eleições conforme depoimentos de atuais conselheiros do OP. O OP no município de Barão iniciou em 2005. Até final de 2006, Barão é o único município da região do Vale do Caí que tem como forma administrativa de governo o Orçamento Participativo.

Barão, município da região do Vale do Caí, possui uma área de 122,5 km² e conta com 4.095 eleitores, sendo 1.606 moradores da sede. Conta com cerca de 5.400 habitantes. O município é caracterizado pela pequena propriedade e agricultura de subsistência. A juventude, em sua grande maioria trabalha nas fábricas e ateliês de calçados, na fábrica de cadeira de rodas, com 90 funcionários, de malhas, com 140 funcionários e em outras empresas menores, como fábrica de móveis sob medida, com 20 funcionários.

Na eleição municipal de 2004, três eram os concorrentes para prefeito em Barão. Valério José Caliarri foi prefeito de 89-92 e de 97-2000 pelo PP (Partido Progressista) e no último pleito concorreu pelo PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro), coligado com o PFL (Partido da Frente Liberal). João Paulo Debacker foi vice-prefeito na 2^a gestão do Valério Calliari e foi prefeito de 2001-2004 concorreu à reeleição pelo PP, coligado com o PDT (Partido Democrata Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro). E o terceiro, Cláudio Ferrari, que fora candidato a prefeito em 2000 pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e, em 2004, concorreu a prefeito coligado com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que escolheu para candidato a vice-prefeito Francisco Mário Simon, que fora eleito prefeito em 1992 pelo PDT e, durante sua gestão de 93-96, filiou-se ao PMDB.

1.5.1. Construção de um projeto administrativo: o exemplo de Barão

A construção do projeto administrativo na cidade de Porto Alegre, descrita pelos estudiosos do processo do OP, aconteceu por meio dos movimentos sociais, das associações comunitárias e clubes de mães e entidades que reivindicavam benfeitorias para o seu bairro e para a cidade. A Frente Popular colocou os interesses da população porto-alegrense em primeiro lugar e venceu as eleições repetidas vezes, administrando a cidade com a participação da população nas decisões. Os estudiosos narram o processo, a exemplo de Marcelo Kunrath Silva, que afirma que “o partido político é um instrumento de mudança” (2002, p. 63) e que “conquistas importantes foram obtidas pela população por meio de um movimento organizado, o Orçamento Participativo” (p. 91).

Com o objetivo de verificar se o processo do OP apresenta condições para o surgimento e formação de lideranças, observei a trajetória da coligação PT-PMDB em seus pronunciamentos públicos e a receptividade das pessoas quanto à proposta da coligação. Foi um período de observação para retirar elementos que pudessem contribuir para a pesquisa. Dialoguei com candidatos e população.

Iria Charão, coordenadora do OP estadual 1999-2002, em uma entrevista a mim concedida no ano de 2000, afirmou: “Às vezes o povo diz coisas tão simples que não conseguimos entender. Daí o profundo respeito às manifestações das pessoas que constroem de modo vivo uma cultura conforme valores absorvidos através de suas experiências diárias.” O pesquisador realiza sua pesquisa a partir de afirmações, constatações feitas a partir do movimento da sociedade. A cultura, a política e a educação são manifestadas de forma muito simples.

O ato de transcrever uma entrevista pode se tornar um ato de surpresa. Quando as palavras são registradas em documento, pode se perceber melhor o seu significado de profundidade. “Pesquisar é um ato de conhecer o que acontece entre sujeitos, um movimento que reflete a vida e gera vida²⁵” (Streck, 2006, p. 270). O conhecimento da relação vivida entre

²⁵ Na seqüência a esta afirmação, Streck destaca três dimensões da interação que acontece entre o pesquisador e os sujeitos entrevistados e participantes da pesquisa. Esta interação não se restringe ao ato de observar. Em síntese as três dimensões: 1. “No processo de pesquisa, tanto o conhecimento da experiência, quanto o conhecimento são

sujeitos é um dos aportes investigativos na metodologia deste trabalho. A observação do projeto administrativo proposto por uma coligação em 2004 para Barão que resultou na implantação do processo do Orçamento Participativo reflete a realidade em que se encontrava o município antes da participação popular.

O projeto administrativo proposto pela coligação para o município de Barão tinha o Orçamento Participativo como mecanismo principal para definir investimentos. Foi por meio dos comícios políticos dos candidatos da coligação que a população tomou o primeiro contato sobre esta proposta administrativa. “Nos 19 comícios realizados nas comunidades, a população ficou sabendo que iria participar da administração, por meio de reuniões comunitárias”, conforme depoimento de um secretário municipal ao ser entrevistado.

As informações transmitidas pelos candidatos demonstram sua visão da coisa pública e sua posição frente à realidade. Jovens e adultos, eleitores do município de Barão, escutaram os discursos que continham um significado educacional. Formou-se por meio desta etapa, que é anterior à instauração do OP em Barão, uma compreensão prévia sobre a proposta administrativa da coligação que foi obtendo receptividade durante a campanha política.

Em Porto Alegre, o OP nasceu dos movimentos populares e organizações comunitárias; em Barão, o OP nasceu por meio da coligação PT-PMDB, que expôs o seu plano de governo por meio dos pronunciamentos dos candidatos a vereança, prefeito e vice-prefeito. A realidade social e política do município de Barão tem muita semelhança com a realidade verificada em outros pequenos municípios da Região do Vale do Caí no que se refere à base cultural e histórica dos seus habitantes e da constituição dos governos municipais. Faço um relato da construção do projeto administrativo que propunha a participação do povo por meio da organização das comunidades na administração pública, com o objetivo do leitor compreender o contexto e se familiarizar com a cultura local, verificando alguns exageros e efeitos de linguagem dos discursos políticos. O elemento diferencial que aparecia naqueles discursos, em

transformados; 2. A realidade não é um corpo morto a ser seccionado e dissecado, mas tem vida, alma. A própria realidade se coloca como sujeito que interpela o pesquisador e; 3. Envolver-se seriamente na pesquisa implica, mais cedo ou mais tarde, pesquisar a si mesmo, ampliando a autoconsciência das limitações e possibilidades” (Streck, 2006, p. 270-271).

relação a outros municípios da região, se referia à proposta de instalação do Orçamento Participativo.

Em síntese, os candidatos assim se apresentaram:

Candidato a Vereador 1. Professor, catequista e morador de uma comunidade do interior do município. Tinha como lema de campanha *consulta Popular e participação das pessoas na administração municipal*. Afirmava que uma das propostas de Ferrari e Simon é a prestação de contas em cada comunidade e a consulta às pessoas para a sua administração. Afirmava:

Assim como as famílias sabem pensar a organização de sua casa, de sua propriedade, participam de uma comunidade e fazem parte da diretoria entendendo o funcionamento da casa, da propriedade rural, da comunidade estão sendo convidadas a participarem do planejamento do município. As idéias dos moradores do município são importantes para a melhoria da administração municipal. Uma conversa contínua com os habitantes do município com intuito de melhor conhecer as necessidades de cada morador e conforme isto estabelecer prioridades no orçamento municipal para o ano seguinte. Uma administração que vai às comunidades e presta contas à população do dinheiro que entra na prefeitura através da cobrança dos impostos e taxas dos habitantes do município. A proposta de uma administração transparente onde todo morador se torna capaz de entender o funcionamento da administração pública e é convidado a participar na administração municipal.

Candidato a Vereador 2. Agricultor, ministro de igreja e morador de uma comunidade do interior do município. O lema dele era *Honestidade, trabalho e competência*. Falava da vida do agricultor que muito necessitava do serviço das máquinas da prefeitura para arrumar as estradas do interior e da roça do agricultor para que ele pudesse retirar os seus produtos com menos sacrifícios. Abordava também a necessidade de se criar e/ou construir um hospital regional melhor equipado para não haver a necessidade de se levar os pacientes para Porto Alegre, “o que é um caso muito freqüente em Barão”.

Candidato a Vereador 3. Um rapaz que atua nos meios esportivos, cursa graduação em Educação Física e é funcionário da malharia. Tinha como lema *incentivar o Esporte e o Lazer para todas as idades em todo município de Barão. Esporte e Lazer!* Apresentava a situação dos clubes de futebol: “Recebem pouquíssima ajuda da administração municipal para a realização dos campeonatos municipal e microrregional. Os times precisam pagar os árbitros e

arcar com todas as despesas de organização.” Falava também da possibilidade de se incentivar a realização de um torneio de futebol feminino e de incentivar outras modalidades de esportes no município apoiadas pela administração municipal. Destacava os auxílios que administrações vizinhas davam ao esporte em seus municípios e que Barão estava perdendo a participação de clubes de futebol no campeonato municipal devido à falta de apoio financeiro da administração.

Candidato a Vereador 4. Tinha por lema *Por um Barão melhor*. Costumava apresentar o seu currículo: militar civil aposentado e membro eleito do conselho tutelar e que no momento da campanha estava licenciado. Morador de um bairro do município. Abordava várias propostas de melhoria para o atendimento da população: na saúde, nas estradas, atenção dos pais em relação à educação dos filhos, atendimento à terceira idade e realçava a sua trajetória de vida com experiências que havia vivido.

Candidato a Vereador 5. Microempresário de uma fábrica de massas caseiras no interior do município. Seu lema de campanha era *Incentiva a microempresa, agroindústria e comércio local*. Criticava os gestores anteriores “que atendem mal a população deixando as estradas do interior esburacadas e atendem mal os agricultores”. Em dois discursos falou em alemão para as pessoas daquelas comunidades que eram de origem alemã. Usava no final de seu discurso uma simbologia para fixar a confiança na vitória de Ferrari e Simon. Assim dizia: “No dia 3 de outubro à noite quando vocês olharem para o céu, verão uma estrela maior que as outras e nesta estrela vai estar escrito: Cláudio e Simon prefeito de Barão.”

Candidato a Vereador 6. Mecânico em oficina de automóveis no interior do município. Seu lema: *Trabalho e honestidade. Busca incentivo para a agricultura e melhoria nas estradas do interior*. Foi o candidato indicado em uma reunião da comunidade para concorrer a vereador. Em seu discurso, falava da necessidade de “manter as estradas conservadas durante todo o período da administração e não somente nos últimos três meses antes da eleição.” Falava da necessidade da secretaria da agricultura providenciar as melhores sementes para serem plantadas na região. Criticava a gestão em exercício contando uma história de um agricultor que foi solicitar semente de soja para plantar na sua lavoura ao que o secretário da agricultura respondeu: “Tu vais ter que ir para a fronteira porque aqui nós não temos semente de soja”. Dizia

também da necessidade de a administração fazer pavimentação ou asfalto nas áreas centrais dos distritos para acabar com o pó e o barro.

Candidato a Vereador 7. Motorista em empresa de ônibus, natural do interior do município e estabelecido no centro. Seu lema *Trabalho e honestidade em prol da comunidade*. Já havia sido vereador na gestão 1997-2000 e lembrava dos projetos que então havia feito em prol da comunidade, como a conquista de uma verba federal no valor de R\$ 30.000,00 para auxiliar na construção de um salão comunitário. Destacava habitualmente em seu discurso o fechamento de várias escolas comunitárias no interior do município “o que faz com que as comunidades percam o seu vínculo com a própria comunidade”. Explicava que a razão apresentada pela gestão municipal 2001-2004 para o fechamento das escolas era o número reduzido de alunos, o que provocava gastos elevados com professores, faxineiras e merendeiras, e que, fazendo estas economias, a gestão 2001-2004 poderia aparelhar melhor as escolas centrais com computadores e novos métodos de aprendizagem o que não aconteceu. Afirmava:

Transportam as crianças para outras escolas e estão mantendo o mesmo número de funcionários da educação. Não reduziram gastos, não melhoraram as escolas que agora tem maior número de alunos com espaço físico que não suporta este aumento de alunos. Houve uma despesa maior que foi pagar o transporte escolar e não houve redução no número de professores. Precisamos pensar melhor esta situação e Cláudio e Simon estão abertos ao diálogo para encontrar melhores meios para resolver o problema.

Candidato a Vereador 8. Agricultor, avicultor e representante comunitário no interior do município. Tinha como lema *Tem como princípio incentivar a agricultura familiar, saúde e educação*. Falava do auxílio que o pequeno produtor rural necessitava da administração municipal no que se referia à melhoria das estradas do interior, incentivo a construção de aviários, chiqueirões e peruários. Afirmava que os recursos com que a administração municipal 2001-2004 auxiliava na construção de chiqueirões e aviários eram insignificantes comparados com os municípios vizinhos que incentivam dando terraplanagem, instalação hidráulica e elétrica, uma porcentagem das telas e auxiliavam com uma soma em dinheiro variando de R\$ 4.000,00 a 8.000,00. Barão estava auxiliando apenas com R\$ 1.800,00 quando da conclusão da terraplanagem, e mais duas vezes este valor até a chegada dos pintos no aviário. “Mas geralmente este benefício fora recusado mesmo estando estabelecido em lei municipal.”

Abordava também a necessidade do recolhimento do lixo no interior do município para a proteção das fontes de água e preservação do meio ambiente.

Candidato a Vereador 9. Agricultor, vereador 2001-2004 e morador no interior do município. O lema dele era *Honestidade, seriedade e incentivo à agricultura no município*. Em seu discurso, falava do projeto de lei por ele encaminhado para reduzir os salários do prefeito de R\$ 6.023,00 para R\$ 3.500,00, do vice-prefeito de R\$ 3.200,00 para R\$ 2.000,00, dos secretários de R\$ 1.800,00 para R\$ 1.400,00 e dos vereadores de R\$ 605,00 para R\$ 400,00. Conforme afirmava:

Ninguém apoiou o projeto e os vereadores diziam que isto seria rebaixar a classe política. O prefeito 2001-2004 colocou outro projeto que reduzia o salário do prefeito para R\$ 5.500,00 e dos secretários para R\$ 1.730,00 e não alterava o salário dos demais. E este projeto foi aprovado e entra em vigor na gestão 2005-2008. Somos um município pobre e necessitamos cortar gastos em salários e em número de secretarias que no momento são de 8 a 10 secretarias, pois ninguém sabe ao certo o número porque a atual gestão está tentando conquistar votos por meio do aumento significativo de secretários, assessores e Cargos de Confiança que aumentaram em número elevado neste último ano.

O candidato também fazia um comparativo entre os salários que os prefeitos de municípios vizinhos recebiam, como Salvador do Sul, R\$ 4.188,00; São Vendelino, R\$ 3.100,00; Tupandi, R\$ 3.030,00; São Pedro da Serra, R\$ 3.300,00; “Municípios bem mais desenvolvidos que Barão”. Comentava também a contratação de pessoal que fora efetuada pela gestão 2001-2004 no último ano do mandato para trabalhar durante os três meses de campanha política recebendo de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00. “São professores e motoristas.” Exaltava as pessoas dos candidatos a prefeito e vice e encerrava dizendo que “são 10 segundos para votar e 4 anos para esperar.”

Candidata a Vereadora 10. Merendeira concursada em escola estadual, moradora em bairro do município. Era a única representante feminina do grupo. Seu lema era *Educação coerente e busca de lazer para os munícipes*. Falava da falta de espaço para o lazer das mulheres na sociedade baronense. Propunha a criação de um espaço físico para a diversão das mulheres “uma vez que os homens freqüentam os bares onde bebem cerveja e cachaça e jogam cartas. Nestes lugares, as mulheres não entram para participar da jogatina.” Criticava o fechamento das escolas municipais porque mais alunos vieram para a escola estadual. Criticava as pessoas que

não valorizavam o candidato a vice-prefeito porque ele era agricultor. Citava como exemplo de boa administração o município vizinho, Salvador do Sul “que escolheu há 4 anos atrás um bancário para administrar o município e que está se reelegendo”.

Candidato a Vereador 11. Gerente de fábrica de malhas, onde coordena 140 funcionários, morador no centro do município. O lema dele era *Trabalhar pelo correto uso do dinheiro público. Competência e Seriedade!* O seu discurso era enfático e criticava as duas administrações anteriores, porque os dois candidatos oponentes haviam administrado neste período. Chamava o jornal informativo de campanha de um dos candidatos adversários de mentiroso porque continham obras que ele denominava como suas e que haviam sido feitas no período em que Simon era prefeito. Como exemplos citava a aquisição do britador e a construção do Ginásio de esportes na sede do município. Dizia nos comícios que o cidadão baronense deveria votar em quem ele confiasse. Apresentava como exemplo de confiança o Candidato Cláudio, pois este estava apto a ser fiador de alguma compra financiada por cidadão baronense. Caracterizava a gestão 2001-2004 como uma administração que não cuidava do patrimônio público e como exemplo falava da falta de garagem com cobertura para proteger as máquinas e demais veículos. Durante a outra campanha política municipal, no ano de 2000, a garagem e mais sete veículos haviam sido queimados. Dizia:

Não foram capazes de pegar umas árvores de eucalipto, fincar na terra e colocar uma cobertura por cima. Todas as nossas máquinas, nossos carros estão ao relento. Pegam sol, chuva, sereno. Agora vocês vão nas casas destes administradores e vejam como que os seus carros estão muito bem cuidados e guardados. Eles têm garagem e muito boa. Assim como eles cuidam de nossas máquinas, assim eles nos tratam.

Afirmava que voto era coisa séria. E que as pessoas não deveriam vender seu voto por uma carga de brita, por uma lâmpada que estavam instalando na frente de casa ou por algum valor em dinheiro. Dizia para a população pegar tudo, porque as pessoas já haviam conquistado estes benefícios.

Peguem tudo e votem contra, porque eles não tratam com dignidade as pessoas. Ainda alertava em tom humorístico para que as pessoas colocassem vigias nas suas propriedades durante o período da noite porque poderiam acordar no outro dia e a horta, os pomares, a roça poderia estar cheia de brita. “Porque nunca se viu tanta brita como agora no município de Barão, o britador estava três anos e meio estragado, e agora funcionando dia e noite. Parece que o dinheiro está

caindo das árvores. Antes não tinha dinheiro para nada e agora chove dinheiro. Só contrataram pessoas onde tinha 4 ou mais votos na família. Isto é compra de voto.

E salientava que com Cláudio e Simon as pessoas do município ficariam sabendo de quanto dinheiro entra na prefeitura e onde é gasto.

Candidato a Vice-Prefeito. Agricultor que havia sido prefeito de 1993 a 1996. Ele participou da Comissão Emancipadora de Barão no ano de 1988 e foi secretário de obras na primeira gestão. As pessoas têm grande admiração pela sua simplicidade e conhecimento das necessidades dos agricultores. Geralmente iniciava seus discursos dizendo: “Se os candidatos a vereador falaram mal de alguém, eles não falaram mal: falaram apenas a verdade”. Após agradecia a todos que haviam votado nele há 12 anos e colocaram um agricultor na prefeitura para administrar o município. Sua fala estava relacionada às lidas da agricultura e respeito às pessoas. Salientava que em seu governo deixará as estradas em perfeitas condições de tráfego porque, pelo que estava vendo no momento, os agricultores ficaram abandonados. Falava que estava ouvindo muitas reclamações da gestão 2001-2004 em conversa com pessoas que estava visitando. Lembrava dos bueiros que foram deixados de fazer pelos governantes. Apresentava com ênfase que o primeiro que iria ser convidado para entrar na prefeitura quando eleitos e empossados em janeiro de 2005, “o primeiro convidado será Deus, porque com Deus nós podemos administrar mesmo tendo muitas dívidas; com Deus podemos realizar obras e atender bem as necessidades dos habitantes de Barão”. Dizia da necessidade de cuidar bem do hospital de Barão, pois “precisamos cuidar bem da saúde das crianças, dos adultos e dos idosos. Nossos velhinhos precisam de atenção especial.” Falava dos benefícios que seriam concedidos aos agricultores, como o auxílio para a inseminação, a contratação de um veterinário, o auxílio na compra de mudas de acácia e eucalipto e de sementes. Pedia para a população confiar no candidato a prefeito: “O Cláudio é um homem honesto, trabalha 16 anos no Banrisul e conhece as necessidades dos agricultores, pois ele é filho de agricultor e viveu na colônia até os 14 anos de idade.”

Candidato a Prefeito. Fez curso superior em Ciências e Matemática, foi professor por 6 anos e desde 1988 bancário na agência Banrisul de Barão. Chegou a Barão quando da sua emancipação em 1988. Adotara como lema de campanha “*Muda agora Barão com a sua*

Participação”. Iniciava agradecendo a presença de todos e colocava as propostas para a sua administração. Afirmava que tinha certeza que o melhor grupo dos três que estavam concorrendo nesta eleição municipal era o que ali se encontrava. Afirmava que o bom administrador sabe também administrar dívidas e como exemplo citava o prefeito de Salvador do Sul, que pagou dívidas e fez muitas obras. Dizia que os outros estavam afirmando que pagaram todas as dívidas, mas que tinha certeza que a prefeitura municipal estava devendo muito, mais de um milhão e meio de reais. Assim se expressava:

Nós não vamos deixar o hospital fechar. Nós vamos buscar recursos financeiros através do governo do Estado, que é PMDB, através do governo federal, que é PT, através de nossos deputados Estaduais, Federais e Senadores. Vamos encaminhar projetos para conseguir recursos para a realização de obras para o nosso município. Nós temos importantes aliados no Estado e em Brasília; vamos fazer uma administração voltada para todas as pessoas do município e não apenas para um grupo de famílias. Daremos atenção especial aos agricultores porque o nosso município é agrícola. Vamos melhorar a infraestrutura no centro da cidade e no interior. Vamos fazer calçamentos ou asfalto nos dois maiores distritos do município. Vamos conseguir o maior número possível de boas empresas para o município, para que todo povo continue tendo emprego e bons empregos. Vamos governar com a participação de todos, prestando contas para todas as comunidades do dinheiro público por meio de reuniões periódicas e elaborando o orçamento público a cada ano.

No seu discurso, destacava-se o termo *nós*. O trabalho em equipe. Realçava características democráticas e participativas. Falava também da revisão dos cálculos do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e que não havia necessidade de processar a população, mas o mais importante era estabelecer um diálogo com a população. Dizia que iria reduzir o número de secretarias para três ou quatro e que reduziria o salário do prefeito.

Cláudio Ferrari é natural de Bento Gonçalves e desde que veio a Barão, foi caixa no banco e responsável pela contabilidade da agência sem ser gerente, os adversários afirmavam que ele não tinha ambições de carreira e que não servia para ser prefeito. Cláudio respondia nos seus discursos: “Recebi o convite para ser gerente, mas então teria que deixar Barão. Construí casa aqui em Barão. Moro com minha família aqui e adotei esta cidade para viver.” Cláudio solicitava à população que votasse nos candidatos a vereador da coligação PT-PMDB para obter maioria na câmara e poder efetuar uma administração sem maiores dificuldades para colocar o seu projeto em prática. Lembrava de forma enfática alguns itens abordados pelos candidatos a vereador e pelo seu candidato a vice.

Os assuntos básicos de que cada candidato falava eram os acima mencionados. Conforme observei, houve a presença de deputados estaduais e federais nos comícios da coligação PT-PMDB. Procuravam transmitir confiança na proposta e capacidade dos candidatos à vereança, prefeito e vice-prefeito. A presença da população nos comícios ultrapassava os 50% de eleitores da comunidade. No primeiro e no último comício realizado no centro do município houve carreatas.

Durante a campanha política e após as eleições houve comentários frequentes entre a população sobre a proposta apresentada pela coligação vitoriosa de administrar o município. Ressaltava-se nos comentários a prestação de contas e a transparência administrativa, com a população sendo convidada a governar o município.

1.6. A dimensão internacional do OP

O Orçamento Participativo acontece em Barão e em mais de 300 municípios brasileiros conforme relato da rede 9²⁶ da URB-AL. Aconteceu em nível estadual de 1999 a 2002 e há processos sendo desencadeados nas mais variadas partes do planeta, passando por todos os continentes. A partir de pesquisadores e teóricos do tema, caracterizo a repercussão do OP internacionalmente. Apresento alguns contatos com pesquisadores internacionais sobre o OP. Em cada momento houve uma ênfase diferente. Considero relevante relatar brevemente alguns contatos a partir dos apontamentos feitos naquelas ocasiões.

²⁶ Conforme site http://www2.portoalegre.rs.gov.br/urbal9/default.php?p_secao=13 a rede 9 da URB-AL é sobre Financiamento local e Orçamento Participativo, que tem os seguintes objetivos:

- Buscar informações e divulgar as boas práticas de gestão de políticas públicas locais, européias e latino-americanas, no tocante ao financiamento local e à democracia participativa, compondo um quadro atualizado dessas iniciativas;
- Conhecer e sistematizar as diferenças e semelhanças das diversas experiências de gestão das políticas públicas na esfera do financiamento local e das práticas de democracia participativa, tais como o Orçamento Participativo;
- Identificar as problemáticas e prioridades comuns dos parceiros da rede quanto ao financiamento de projetos de execução local e às formas de implementação e incremento das práticas de participação popular nas decisões do poder público;
- Apoiar a criação de mecanismos e instrumentos de ação dos parceiros para a obtenção de financiamento local e desenvolvimento de práticas de democracia participativa;
- Constituir em caráter permanente uma Rede de Governos Locais e da Sociedade Civil pela Democracia Participativa.

Em 31 de maio de 2005, ocorreu uma vídeo conferência entre o Grupo de Pesquisadores da UNISINOS *Mediações Pedagógicas e Processos Participativos* com uma turma de Mestrandos da Universidade de Toronto/Canadá sobre o tema: Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos na sala Conecta – UNISINOS. Essa vídeo conferência foi coordenada pelos professores pesquisadores Danilo Streck, Daniel Schugurenski e Jaime Zitkosky. Schugurenski, quando questionado sobre a existência de experiências de OP no Canadá, respondeu: “Ainda há pouca pesquisa realizada sobre OP no Canadá. É preciso que se tenha mais conhecimento e clareza sobre o OP para sentar com as autoridades políticas e propor esta metodologia de governo”. Comentou que tem uma experiência de OP em um bairro de Toronto. O professor Schugurenski destaca a importância da pesquisa no Canadá sobre o tema da participação popular em administrações públicas, ressaltando que, por meio desta participação, acontece educação popular.

Em junho de 2005, na UFRGS, houve um encontro com pesquisadores e representantes de Organizações Não-governamentais da grande Porto Alegre com a presença do representante do Banco Mundial, o norte-americano André Herzog, que trabalha no setor de pesquisa e investimentos no “participation and civic engagement group of social development department, ESSD”. O objetivo do encontro foi analisar a possibilidade de sustentabilidade do Orçamento Participativo com vistas de reproduzi-lo em outras partes do mundo. As pretensões do Banco Mundial eram medir o impacto do OP em relação ao empoderamento da sociedade civil. O encontro foi coordenado por Tarso Nunes, referência de pesquisa sobre OP de Porto Alegre.

Em março de 2006 houve um seminário da Rede 9 da URB-AL²⁷ sobre Orçamento Participativo em Porto Alegre, com palestras sobre Democracia Participativa com Yves Sintomer

²⁷ Conforme o site <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal/pt/programa/programa.html> “O Programa URB-AL é um programa horizontal de cooperação descentralizada da Comissão Européia de intercâmbio entre cidades da União Européia e da América Latina. Ele tem como objetivo o desenvolvimento de parcerias diretas e duradouras entre os diferentes agentes locais, por meio de encontros, intercâmbios e transferência de conhecimento e experiências. O intuito é estabelecer intercâmbio permanente entre as cidades das duas regiões em torno de temas de interesse mútuo”. O Programa URB-AL foi constituído em 1995, e, em sua primeira fase, foram organizadas oito redes temáticas. São praticamente 700 cidades envolvidas, e o programa visa estimular a participação de organizações representativas da sociedade civil que operem em parcerias com os municípios, tais como organizações não-governamentais, entidades patronais, sindicato de trabalhadores, universidades, etc. Em dezembro de 2000, foi aprovada a segunda fase do Programa URB-AL, com seis novas redes temáticas, entre elas, a rede 9 da URB-AL.

(França) e Bernardo Kliksberg (Argentina)²⁸; pesquisa sobre a sustentabilidade do OP com William Reuben e André Herzog (Banco Mundial); Democracia e Informação com Yves Cabanes (Harvard University), Rudá Ricci e Augusto de Franco (África do Sul). Também foram apresentados projetos elaborados por pesquisadores e administradores públicos em cidades da América Latina e Europa onde acontece a experiência do OP. Foram apresentados e comentados projetos que receberam financiamento do Banco Mundial e analisavam algumas dimensões do OP. O projeto realizado na cidade de Córdoba na Espanha trazia por título: “Capacitação de recursos humanos para a administração pública.” Outro projeto, realizado na cidade de Cuenca no Equador, analisava outra dimensão presente na experiência do OP, e intitulava-se: “Economia Social Solidária: não há mudança política a cada 4 anos.”

Em março de 2006, no prédio da arquitetura da UFRGS, realizou-se um encontro entre pesquisadores do Orçamento Participativo. Contou com a presença do coordenador internacional do OP Yves Sintomer, que atua como professor-pesquisador em Paris – França e em Berlin – Alemanha. Sintomer afirmou, que acontece uma reunião mensal em Paris com pesquisadores de vários países. Naquele encontro de Porto Alegre, foram confrontadas experiências de OP que ocorrem em países europeus e no Brasil. O aspecto pedagógico do OP e a de formação de lideranças, entre outras, foram dimensões comentadas naquela ocasião. Prevaleceu a dimensão interdisciplinar do OP, fortalecida pela presença de pesquisadores de distintas áreas do conhecimento. Havia a presença de sociólogo, arquiteto, filósofo, educador e cientista político. O arquiteto da UFRGS afirmou que acabara de formar um grupo de pesquisa para verificar a dimensão espacial que porventura o OP vem apresentando na sua execução. Trata-se de analisar os debates promovidos pelo OP em relação aos planos diretores das cidades.

Em relação aos congressos, seminários, fóruns, mesas-redondas e demais reuniões, considero-os momentos de confrontações que se estabeleceram em torno do tema da pesquisa. São momentos acadêmicos, são reuniões com cidadãos e cidadãs, são preocupações que giram

²⁸ No site www.hamburg-haushalt.de podemos ver manchetes convidando a população a participar da discussão sobre a organização e investimentos para a cidade, como por exemplo. “**Wie kann ich mich beteiligen?** Alle Hamburgerinnen und Hamburger können sich an der Online-Diskussion mit Vorschlägen und Kommentaren beteiligen. Erstellen Sie selbst einen Haushalt für die Stadt Hamburg! Mit Hilfe des Haushaltsrechners können Sie ihren Vorschlag online entwerfen und in die Diskussion einspeisen”. Fazendo uma tradução livre, pode-se concluir que a manchete convida, a partir da elaboração doméstica do orçamento, cidadãos e cidadãs de Hamburgo a alimentar a discussão para fazer da cidade uma enorme casa.

em torno de uma melhor organização da vivência social caracterizada como processo educativo. É uma inserção em diferentes espaços com vista ao aprimoramento da pesquisa que, tal como a vivência social, está em contínuo movimento.

1.6.1. Características da participação popular na Alemanha: um olhar de fora

No município alemão de Weyarn, duas dimensões do processo foram consideradas importantes em conversa com o Prefeito Michael Pelzer. Uma se refere à conquista de candidatos à vereança e a outra está relacionada com a questão cultural da população, que, com a entrada de novas tecnologias, necessita mudanças nos espaços públicos, vários deles considerados patrimônios históricos. Em Munique, o interesse pelo Orçamento Participativo, conforme informação de Ködelpeter em maio de 2006, estava relacionado a atritos entre a população do centro da cidade e a administração pública devido à construção de uma rodovia subterrânea que acabaria com espaços de lazer da população. Em ambos os locais, demonstraram interesse em conhecer com detalhes os pressupostos para instauração, as etapas e os resultados do OP de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul, e no pequeno Município de Barão. Apresento na seqüência, de forma sintética, os contatos com estas duas realidades alemãs com o objetivo de o leitor poder analisar dimensões diferenciadas que o OP pode adquirir conforme a realidade onde ele é instaurado. Nesta tese, estas informações pretendem colaborar para demonstrar a relevância do tema e como elemento inspirador na verificação de condições para o surgimento e formação de lideranças a partir da instalação do processo do OP em distintas realidades.

Em agosto de 2005, por ocasião do Seminário Internacional de Educação promovido pela Unisinos, conheci Thomas Ködelpeter²⁹, professor e presidente da ONG Ökologische-Akademie da Alemanha. Ele descreveu a realidade preocupante de alguns municípios da região de Munique, sobretudo a falta de candidatos para representar as comunidades junto a

²⁹ Ködelpeter é morador de Munique e estava acompanhando sua esposa Christina Schachtner, que palestrou naquele Seminário.

administrações municipais. E, em um município, o prefeito municipal adotou como lema “Wir wollen die Zukunft mit allen Bürgern planen” – nós queremos planejar o futuro com todos os cidadãos. Com a participação cidadã, naquele município há candidatos suficientes.

Na região de Munique, os vereadores recebem cinco euros por semana, pela prestação de serviços de vereança. E há problemas em conseguir candidatos para desempenhar esta função. A falta de lideranças e o desinteresse em desempenhar esta função tornam-se um problema de representatividade para administrações municipais que não conseguem cumprir as exigências da lei, não compondo o número mínimo de vereadores. A representação na Câmara de Vereadores consiste em colaborar na administração municipal sem a necessidade de conquistar votos para se manter na função, pois, geralmente, nas eleições o número de candidatos à vereança equivale ao número de vagas disponíveis, ou é inferior.

Para suprir esta deficiência, o prefeito municipal de Weyarn propôs que as comunidades fizessem reuniões e debatesses temas referentes a serviços públicos e enviassem ao executivo um relatório dos debates com a indicação de solicitações feitas por membros da comunidade. É uma forma de aproximar a população do poder público e estimular a formação de lideranças políticas e sociais, conforme relato do prefeito. Outra iniciativa partiu de uma vereadora, responsável pelo assessoramento de adolescentes e jovens no município. Ela convidou adolescentes e jovens para constituir um grupo com a finalidade de debater sobre as coisas públicas e levar à administração municipal algumas solicitações.

Ao saber que eu pesquisava sobre OP, Ködelpeter quis conhecer o processo do OP e a realidade onde o OP acontecia. Passou um dia em Barão com a finalidade de entender o processo do OP desde suas origens, passando pelas etapas e chegando à execução das obras. Seu interesse maior era entender a questão pedagógica do envolvimento da população neste processo. Fez várias baterias de perguntas em torno do tema. Ao visitar a Prefeitura de Barão, recebeu os *folders* que continham os dados do OP e fez muitos questionamentos aos coordenadores municipais do OP.

Em maio de 2006, em uma viagem à Alemanha³⁰, constatei interesse no conhecimento do processo do OP em Munique e em Weyarn. Dialoguei com administradores da cidade de Munique e, em Weyarn, com o prefeito, com a vereadora assessora dos adolescentes e jovens e com a secretária de administração e relações públicas.

Em Munique

Ködelpeter, ao saber da viagem do grupo de administradores do Vale do Caí à Alemanha com passagem por Munique, fez contatos com os organizadores da viagem dos prefeitos do Vale do Caí com o objetivo de marcar um encontro com administradores da Cidade de Munique. Falou com Hilário Junges, prefeito de Tupandi, e com o casal Stephan, guia do grupo em Munique. Fez contatos com administradores da cidade de Munique e confirmou uma conversa entre os dois grupos. Havia 7 prefeitos da Região do Vale do Caí (Tupandi, Pareci Novo, São Sebastião do Caí, Salvador do Sul, Alto Feliz, São Vendelino, Capela de Santana), dois vice-prefeitos (São José do Sul e Feliz) e um secretário de administração (Portão). De Munique marcaram presença dois secretários e uma secretária da administração municipal de Munique. Também estavam na sala do encontro os demais participantes da comitiva brasileira e duas tradutoras.

A pauta do encontro, conforme envio de e-mail do coordenador do encontro, Thomas Ködelpeter³¹:

1. Wie München die Bürgerschaft und gesellschaftlichen Gruppen an der nachhaltigen Entwicklung der Stadt München beteiligt.
2. Praxis des Bürgerhaushalts im Bundesstaat Rio Grande do Sul, Brasilien (oder in der Stadt Porto Alegre): Was ist ein Bürger-Haushalt, Ablauf und Ergebnisse des Beteiligungsprozesses.

Ao iniciar o encontro, o coordenador afirmou que “o Norte estava à disposição para aprender do Sul”. E apresentou as duas questões que podem ser sintetizadas em uma: Qual a

³⁰ Acompanhei uma viagem de administradores municipais da Região do Vale do Caí. Essa viagem teve por objetivo o conhecimento administrativo em cidades alemãs e de empresas italianas. A viagem foi organizada pela AMVARC – Associação dos Municípios da Região do Vale do Caí.

³¹ Traduzindo: 1. Como Munique promove a participação de cidadãos e grupos comunitários no desenvolvimento sustentável da cidade de Munique. 2. A prática do Orçamento Público no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (ou na cidade de Porto Alegre): O que é um Orçamento Cidadão, o percurso e o resultado do processo de participação popular.

participação da população na elaboração da peça orçamentária na região de Munique e na região do Vale do Caí?

O interesse da conversa para os administradores de Munique consistia em conhecer a prática do Orçamento Participativo no Estado do RS e na cidade de Porto Alegre. Para os administradores do Vale do Caí era conhecer como é administrada a cidade de Munique.

Os administradores de Munique falaram sobre a história do Município: iniciou por volta de 1200 anos depois de Cristo e hoje conta com cerca de 1.400.000 habitantes. A população participa por meio de organizações que fazem reivindicações aos vereadores e administradores. O modelo pode ser considerado tradicional. Houve uma tentativa de OP que não vingou, segundo eles, pela não compreensão do processo por parte dos administradores, que não souberam conduzi-lo. O encontro estava sendo realizado para a compreensão do funcionamento do processo e com o objetivo de favorecer a população com uma administração sintonizada com seus anseios.

Os prefeitos de Pareci Novo e Alto Feliz destacaram as organizações comunitárias existentes nos municípios e a prestação de contas que se efetuava a cada ano. O prefeito de Salvador do Sul falou que seu processo administrativo mais se assemelhava com o processo do OP. Faz reuniões de prestação de contas e levanta prioridades de investimentos para o ano seguinte em cada comunidade.

Os administradores de Munique entenderam que havia uma necessidade de conhecerem o processo do Orçamento Participativo de Porto Alegre, pois as duas cidades se equivalem em número de habitantes. Solicitaram que alguém lhes enviasse um profundo conhecedor do OP de Porto Alegre para obterem assim uma melhor compreensão do funcionamento do OP em uma cidade que se assemelha a Munique.

A administradora da cidade de Munique avaliou como positivo o encontro por poder partilhar conhecimentos com administrações públicas brasileiras, onde existe um grande avanço com a participação cidadã na elaboração da distribuição do orçamento público. Administradores

públicos brasileiros destacaram também a necessidade de se procurar cada vez mais fazer com que a população participe da administração pública³².

Na Alemanha, existem cidades onde há Orçamento Participativo conforme o modelo copiado de Porto Alegre. Há críticas frente a estes modelos que, não raro, fogem dos objetivos propostos pelo OP instaurado em Porto Alegre e na América Latina. Os administradores de Munique afirmaram o desejo de conhecerem o OP a partir da fonte, para não fracassarem novamente³³. Em pesquisa realizada por Yves Sintomer e apresentada em Porto Alegre³⁴, em sua conclusão ele analisa diferenças entre o OP na América Latina e na Europa: “A maioria das experiências européias são apenas consultivas e vem de cima; muitas experiências européias não se apóiam sobre regulamento claro e a autonomia da sociedade civil é muitas vezes limitada.” Conforme síntese entregue de sua apresentação, Sintomer analisou 50 experiências de OP na Europa, dentre elas Berlin-Lichtenberg, situada na Alemanha.

Em Weyarn

Para Weyarn, um pequeno município com 3.500 habitantes e localizado ao sul de Munique, a pauta proposta por Ködelpeter era, conforme e-mail³⁵:

1. Dorferneuerung in Weyarn: Wie hat die Gemeinde Weyarn die Dorferneuerung gemacht und wie ist die Bevölkerung beteiligt.
2. Bürgerhaushalt in den Gemeinden des Vale do Caí: Was ist ein Bürgerhaushalt und wie sind Bürgermeister, Gemeinderat und Bürger (und Jugendliche) beteiligt. 3. Was können/wollen wir gemeinsam tun?

³² Após o encontro, os prefeitos comentaram que este havia sido o único encontro oficial agendado que se ateu a dialogar sobre participação popular na organização administrativa. E que, pela primeira vez, alguém da Alemanha estava falando que precisava aprender algo do Brasil e que não estava interessado em vender algum produto ou inovação tecnológica.

³³ Conforme informação durante o encontro, em anos anteriores haviam realizado uma experiência de participação popular na administração pública, e esta fracassou por falta de conhecimento por parte dos administradores na condução dos trabalhos.

³⁴ No IIIº Seminário Anual da Rede 9 URB-AL, que ocorreu em Porto Alegre de 6-8/03/2006. Arede 9 da URB-AL se refere a Financiamento local e Orçamento Participativo. O título da pesquisa apresentada por Sintomer era: “La experiencia europea de los presupuestos participativos.”

³⁵ Traduzindo: 1. Renovação de comunidades em Weyarn: Como o município de Weyarn fez a renovação da comunidade e como a população está envolvida. 2. O orçamento cidadão nas comunidades do Vale do Caí: O que é um orçamento cidadão e como os prefeitos, vereadores e cidadãos (adolescentes) estão envolvidos. 3. O que nós podemos fazer juntos?

Estava em jogo saber até que ponto o processo adotado pela administração de Weyarn poderia ser comparado com o processo do Orçamento Participativo. Outra dimensão consistia em analisar a preocupação com a formação e o surgimento de lideranças presente naquele processo.

O prefeito de Weyarn, Michael Pelzer, falou que havia um grande interesse em compreender como era realizado o OP em um pequeno município brasileiro: “Queremos aprender de vocês como se administra com a participação dos cidadãos, queremos conhecer o processo administrativo do Orçamento Participativo.” O prefeito acrescentou que eles vêm com bons olhos este processo e parece indicar uma solução para muitos problemas de relacionamento que costumam surgir entre administradores e população.

Pelzer apresentou, utilizando-se de gráfico, a forma como a população participa com suas solicitações ao executivo e legislativo municipal. Neste gráfico, constavam as etapas de elaboração do orçamento público e explicou: “As pessoas das comunidades se reúnem e decidem sobre suas necessidades e alterações. Fazem uma ata (relatório, protocolo). Enviam o relatório para a secretária de administração e de relações públicas³⁶, que o encaminha aos vereadores. Estes o analisam, votam e enviam ao executivo municipal para a posterior execução, ou não.”

As lideranças comunitárias são avisadas pela prefeitura para fazerem uma reunião desta natureza e enviar posteriormente a ata contendo os debates sobre temas considerados relevantes pela comunidade e suas solicitações. Elementos para o debate comunitário são expostos no site do município, ao qual todos têm acesso: www.weyarn.de As reuniões comunitárias são feitas somente com as pessoas moradoras na comunidade sem a presença de vereadores, prefeito e secretários da administração municipal.

Entendo que há uma semelhança com o processo do OP, uma vez que há um convite à população em participar nas decisões sobre a destinação dos recursos públicos. Mas, em nenhum momento, há um confronto direto entre administradores e cidadãos do município.

Ao ser interrogado sobre o motivo da instauração deste processo no município, o prefeito afirmou que, antes da instauração do processo de participação popular, havia uma

³⁶Funções desempenhadas pela senhora Prenda que participou ativamente do encontro.

grande dificuldade de se conseguir candidatos à vereança e que o processo tem ajudado o município a completar o número, que é de 16 vereadores que recebem cinco euros por semana. Esse valor é pago como forma de compensação pelo deslocamento às sessões que são semanais e têm duração de uma hora e meia, por vezes ultrapassando este tempo. O prefeito municipal é o presidente da câmara de vereadores. Os projetos são votados simultaneamente por todos, inclusive pelo presidente da câmara, não havendo o voto de Minerva. Os vereadores são eleitos pela população.

“A maioria dos municípios vizinhos encontra sérias dificuldades para completar o número de vereadores”, afirmou a vereadora presente no encontro. E, devido ao fato de não haver remuneração, apenas um valor “para tomar um cafezinho, a vereança é assumida em Weyarn como um trabalho voluntário e uma questão de honra para as pessoas”, disse o prefeito.

Em Weyarn, o processo de participação popular tem contribuído para o surgimento de lideranças. Esta foi uma unanimidade entre o prefeito, a secretária de administração e relações públicas e uma vereadora. Esta análise dos gestores de Weyarn se refere diretamente a esta pesquisa e traz elementos analíticos importantes sobre a emergência e formação de lideranças a partir de uma proposta de participação popular na elaboração do orçamento público. O debate na Câmara de Vereadores se torna enriquecido com a leitura das atas feitas nas comunidades. Acontece uma aproximação entre gestores públicos e sociedade civil.

Na seqüência do encontro na prefeitura de Weyarn, foi apresentado o município de Barão e o processo de participação popular. Com a utilização dos *folders*, entregues à população de Barão por ocasião do OP, foi explicada a metodologia do processo de participação popular praticada nas comunidades e bairros do município. Comentou-se um pouco sobre a realidade política, a constituição do município desde 1988 e o OP, que iniciou em 2005 e que contava então com um ano de experiência. Foram 14 reuniões em comunidades do interior e em 3 bairros da cidade. Em cada reunião, foi escolhido um conselheiro que representava seu grupo na defesa das prioridades para o orçamento público do ano seguinte. Por meio de um relato, foi comunicado o que acontecia em uma reunião comunitária: prestação de contas num primeiro momento, depois escolha de prioridades mais emergentes e, por fim, escolha do representante para compor o COP.

Havia interesse por parte dos gestores de Weyarn em entender o processo desde o nascimento ou até antes; os pressupostos, os diálogos entre os administradores, a elaboração dos temas, e a possibilidade da população acrescentar outras prioridades não elencadas no folheto, contagem dos votos (pontos), número de participantes, prioridades votadas no município, a execução das obras, a participação dos vereadores nas reuniões, a idade dos participantes e a participação dos jovens.

Interrogaram sobre os temas abordados na campanha política dos então candidatos à vereança, prefeito e vice-prefeito que venceram as eleições em Barão. Consideraram que foi um processo conscientizador e um elemento facilitador para a instauração do OP. O processo em Barão iniciou com o debate entre pequenos grupos da administração municipal. Posteriormente foi elaborado um esboço contendo um planejamento das reuniões comunitárias do OP. Este esboço foi debatido entre secretários da administração, e posteriormente foram feitas as reuniões do OP em Barão. Isto aconteceu no ano de 2005. O povo estava esperando reuniões comunitárias, pois a campanha política, do grupo vencedor, estava sustentada em uma proposta de gestão participativa.

O Prefeito Pelzer e secretária de administração sustentaram a importância do estudo e planejamento em pequenos grupos para se obter sucesso em uma proposição que visa atingir um grande número de pessoas. Afirmaram que o processo de instauração e execução do OP era muito interessante e o motivo que destacavam para esta conclusão foi que os cidadãos aprendem como a prefeitura é administrada e participam desde o começo até a realização do serviço. O envolvimento comunitário acontece a partir de suas percepções e se estabelece um diálogo continuado entre vereadores e administradores. Com este tipo de participação a cultura e tradição podem sofrer alteração a partir do espírito da comunidade.

Ködelpeter havia comentado sobre a possibilidade de renovação das comunidades por meio da participação popular e da proposta do OP. O termo utilizado em alemão é *Dorferneuerung*³⁷ e não havia clareza o que se objetivava por meio desta terminologia. Há uma forte concepção em relação a uma remodelação dos espaços físicos nas comunidades. Conforme

³⁷ *Dorferneuerung* em tradução literal Dorf – aldeia, pequeno povoado e comunidade; *Erneuerung* – tornar novo, renovar.

Pelzer explicou, os espaços públicos já foram praticamente todos ocupados em Weyarn³⁸, e, com o desenvolvimento de novas tecnologias em diferentes dimensões da vida pública dos cidadãos, há a necessidade de se modificar estes espaços. Prédios completos ou parte deles necessitam uma reestruturação para melhor se adequar às novas formas de vida da população com a utilização de novas tecnologias.

O contato feito com os administradores municipais de Weyarn tinha por finalidade refletir sobre a viabilidade da ampliação da participação, da democracia e de um desenvolvimento sustentável. As explicações dos administradores bem como suas questões pertinentes ao processo de participação popular levam à conclusão de que há uma boa vontade para a realização desta ampliação.

Pelzer mencionou a questão da transparência dos atos públicos no OP. Destacou as interações que surgem entre as comunidades e administração pública. Destacou igualmente a possibilidade de maior transparência administrativa.

No caso do OP brasileiro, apresentam-se vários temas, ou melhor, todos os temas que são de responsabilidade dos governos. O prefeito destacou que, nas reuniões comunitárias de Weyarn, os debates acontecem em torno de poucos temas, que são aprofundados. Destacou a questão da relação entre tecnologia e desemprego. O desemprego vem subindo na Alemanha e chega em algumas regiões a 15%. Na região à qual pertence o município de Weyarn, ele gira em torno de 6%. Outra questão envolve o futuro da juventude. Como estão os jovens, o que querem e o que fazer agora, destacou como perguntas centrais.

Há um interesse grande em fazer com que os adolescentes e jovens se interessem pelo funcionamento administrativo de um município. A vereadora responsável pelo assessoramento dos adolescentes e jovens de Weyarn propôs um intercâmbio com jovens de Barão via e-mail. No início, para criarem afinidade entre os pares e, posteriormente, debaterem sobre assuntos públicos, como, por exemplo, a organização administrativa de cada

³⁸ Em Weyarn, a participação comunitária iniciou em 1992 a partir da proposta da Agenda 21, que traz três pontos centrais: participação, democracia e desenvolvimento sustentável. A partir desta proposta foi elaborado um lema administrativo que consta no site www.weyarn.de: “Wir wollen die Zukunft mit allen Bürgern planen” – nós queremos planejar o futuro com todos os cidadãos.

municipalidade. O objetivo é envolver pessoas novas nestes debates, pois, pelo que a assessora Bety falou: “Em muitos casos a renovação dos espaços públicos acontece devido ao desenvolvimento de novas tecnologias que visam atingir os adolescentes e os jovens.”³⁹

O OP brasileiro apresenta como uma de suas maiores características construir um espaço para viver e não está no estágio de renovar o espaço físico e tecnológico. As propostas que a população coloca são de construção e aquisição de bens e prestação de serviços públicos, e não de remodelação das comunidades. Estamos no estágio de execução/construção e não renovação.

A cultura alemã, e parece que a européia, tem interesse pelo novo, por processos diferentes e bem sucedidos. O OP tem um grande significado na medida em que fomenta o diálogo entre os moradores de uma comunidade com as autoridades municipais, com o objetivo de implantar as inovações tecnológicas de forma coletiva, propiciando uma alteração cultural compreensível, sem estabelecer um choque cultural. Pelo despertar de lideranças renovadoras com uma visão de municipalidade e regionalidade, haveria maior facilidade para estabelecer um dinamismo renovador dentro das comunidades por meio de um replanejamento dos espaços públicos. A forma para esta formação de lideranças com esta visão, segundo os gestores de Weyarn, estaria se dando por meio do processo de participação popular ali implantado a partir do ano de 1992, conforme afirmou o prefeito Pelzer⁴⁰ e consta no site do município. O diálogo que tivemos naquele dia de maio de 2006 tinha por finalidade uma compreensão melhor da importância da participação popular em espaços públicos, o que fomenta com maior determinação o surgimento e formação de lideranças nas comunidades.

Há uma convicção nos administradores de Weyarn de que a participação popular na administração pública estimula o surgimento de lideranças comunitárias e municipais. Outra convicção é que esta forma de participação na vida pública é elemento facilitador para a

³⁹ A troca de e-mails está em andamento. Um grupo de cinco adolescentes e jovens de Barão se correspondem via e-mail com adolescentes e jovens de Weyarn. Cada qual se apresenta em um primeiro contato e descreve as atividades que desenvolve. Em uma etapa posterior, comentam as organizações que existem entre as pessoas das idades deles e os interesses que têm em conhecerem outras realidades. Prevêem visitas ao Centro Administrativo e Câmara de Vereadores de cada município e descrevem como foi a experiência.

⁴⁰ O Prefeito Pelzer está concluindo seu segundo mandato de oito anos.

alteração de traços culturais em uma readequação da vivência coletiva com o surgimento de novas tecnologias.

Por toda a Alemanha vem ocorrendo a introdução de novas tecnologias de forma acelerada em todas as instâncias. Ocorre alteração dos hábitos, costumes e valores das pessoas do interior e das cidades. São tempos de reestruturação dos espaços públicos e privados. E, com isso, o espaço físico sofre alterações. Não raro trata-se de edificações com valor histórico e cultural.

Há problemas que se colocam frente a esta realidade: como promover esta transição para evitar descontentamentos ou rupturas drásticas nos hábitos da população? Como reestruturar/remodelar sem que ocorra uma ruptura repentina na cultura do povo? Uma das alternativas praticada é a construção coletiva por meio do diálogo e debate elaborando consensos para a implantação das novas tecnologias que exigem novas pedagogias na vivência social. O OP, que pretende ser uma construção coletiva do espaço público, favorece a renovação a partir da cultura presente na sociedade propiciando a compreensão da coletividade sobre as alterações necessárias nestes espaços para se adequar à implantação das tecnologias. A alteração de um espaço físico, bem como a instalação de novas tecnologias para ensino/aprendizagem em salas de aula, ou locais de estudo e pesquisa bem como a alteração de uma praça pública com novos brinquedos, podem ser decididas numa reunião comunitária onde prevalece a opinião da maioria.

As sociedades necessitam de uma vivência consensual e harmoniosa, necessitam de um contrato social; e este não pode ser rompido de forma imediatista com penas da população perder o sentido das coisas e da existência. O OP é um destes novos espaços que surgiu para possibilitar a manifestação da palavra propondo conhecimento e mudança política, social e cultural e evitando rupturas bruscas nos hábitos da população.

1.7. Problematização

Quando se problematiza uma questão é porque há o desejo de encontrar respostas sobre determinado tema. As respostas são incertas. A postura do investigador necessita ser de abertura frente ao problema proposto pela investigação. Há a necessidade de dedicação do pesquisador em torno do assunto para o conhecer e nele se envolver. Na pesquisa em ciências humanas, o objeto pesquisado é um ser pensante, sujeito de uma história, a história pessoal envolta na coletividade. Neste encontro entre dois sujeitos, o pesquisador e o sujeito pesquisado, acontece uma relação que vai produzir interlocuções sobre o tema investigado. Ambos serão influenciados pelo tema e um pelo outro, havendo uma construção do aprendizado pela dialogicidade.

Para obter respostas, a forma mais direta é elaborar perguntas. Também elaboramos conclusões a partir da leitura sobre o tema. Outra forma ainda é observar como funciona a prática do processo pesquisado. O diálogo com pessoas envolvidas no tema ajuda na compreensão mais ampla por meio da abordagem de detalhes. As conclusões nem sempre vão para o mesmo caminho. Refletem as contradições que existem dentro da sociedade.

O OP é coordenado pelo poder público estadual ou municipal. E então se cogita: O OP não se apresenta como mais um processo demagógico utilizado pelas autoridades visando apenas à sua permanência no poder? Propõe formar líderes para sua posterior queda do poder ou então promover a autodestruição? Ou então, como pergunta-chave desta investigação, o OP apresenta condições favoráveis para que novas lideranças possam surgir e atuar na organização da sociedade? Em Weyarn, foi criado um mecanismo de participação popular com o objetivo de conseguir representatividade na câmara de vereadores, e, conforme depoimentos, o mecanismo surtiu efeitos positivos suprimindo as deficiências de representatividade no poder público. O OP pode ter como um dos objetivos fortalecer ou despertar novas lideranças para exercer funções políticas, mas não é neste sentido que esta investigação se debruça. A função política entra no campo da autoridade, e esta pesquisa analisa as condições favoráveis para a formação de lideranças com funções sociais e políticas independentemente da caracterização de autoridade pública.

Independentemente de ser ou não autoridade, a concepção de liderança aqui desenvolvida está relacionada à promoção de uma democracia participativa, processo imanente do OP. Há a necessidade de uma visão ampliada dos administradores para que a pedagogia do OP não aconteça apenas nas assembléias públicas do OP, mas na administração diária de um governo que está aberto a ouvir e dialogar com a sociedade. É este o significado de uma democracia participativa, necessária a todo cidadão consciente que vê o administrador como um executor de funções públicas. E faz parte da análise na pesquisa verificar se o OP produz alterações na forma de administrar e conduzir os trabalhos públicos diários na organização coletiva que administradores municipais ou estaduais desempenham.

Streck, analisando a viabilidade de alternativas para um Novo Contrato Social, menciona que “é no OP (que) temos um lugar privilegiado para observar processos sociais participativos que podem levar a produzir outro contrato social” (Streck, 2003, 112). A produção de um novo contrato social envolve profundas alterações na forma do funcionamento de uma sociedade. Uma destas formas acredito ser a alteração da visão de um líder social e conseqüentemente a necessidade da alteração dos atributos que caracterizam liderança social e política.

As reuniões do OP não se restringem a encontros esporádicos em comunidades. Além das etapas percorridas com certo rigor de calendário, os assuntos tratados nas reuniões são comentados em família e encontros entre vizinhos e conhecidos. As prioridades são comentadas e, no momento da execução, são fiscalizadas pela população e, sobretudo, pelos conselheiros do OP. E como se formam ou despertam lideranças por meio deste processo continuado de debate, de decisão, de votação, de execução de obras e fiscalização? Que tipo de conhecimento pode ser produzido por meio deste processo? São questões a serem analisadas a partir das características de lideranças apresentadas pelos teóricos – Gramsci e Freire.

Na análise feita por Celina Souza (2001) em artigo de revista sobre o papel do orçamento participativo como mecanismo construtor e elemento de consolidação de instituições democráticas analisando as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte, a autora, mesmo tendo consciência da existência de modelos diversificados de OP, conclui que o OP é fator de

crescimento da consciência política e reforma os sistemas político e social pela via da ação coletiva.

Pedro de Carvalho Pontual, em sua tese defendida em 2002 e analisando a experiência de Santo André/SP, no decorrer de duas gestões do prefeito Celso Daniel do PT (1989-1992, 1997-1999) considera o OP como uma escola de cidadania, mas salienta que não basta criar espaços e canais de participação na gestão pública, porque considera fundamental a capacitação dos diversos atores da Sociedade Civil e do Estado. Pontual não se fixa em observar apenas a sociedade civil; ele analisa os aprendizados adquiridos também pelos atores do Estado na instauração e execução do processo do OP. Tenho também por pretensão analisar se ocorre alteração na concepção de liderança por parte dos administradores e legisladores públicos envolvidos no processo.

O OP como processo político-pedagógico constrói capital político? Weyh (2005) defende esta tese em pesquisa realizada na região das Missões – RS, especificamente no município de Salvador das Missões. A produção de capital político é uma condição para a existência de lideranças políticas. São muitas as informações sobre administração, gestão participativa, radicalidade democrática, que se produzem em assembleias do OP, reuniões do COP e diálogo entre moradores discutindo suas prioridades e condições de realização da necessidade solicitada. Talvez a propagação das experiências de OPs municipais depois da experiência estadual (1999-2002) seja um elemento de forte comprovação de que o OP como processo político-pedagógico constrói capital político entre governantes e governados.

A organização não-governamental Solidariedade, por meio da sua coordenação, registrou a caminhada da proposta de gestão participativa e das expectativas de lideranças comunitárias/populares com a preocupação de aperfeiçoar o processo do OP. As lideranças, conforme descrito no livro *Caminhando para um mundo novo* (2003), consideram que o OP é uma contribuição para a construção de sociedades radicalmente democráticas. A realidade de Porto Alegre, analisada no livro, é diferente da realidade da região do Vale do Caí. Em Porto Alegre, o OP nasceu dos movimentos sociais e das organizações comunitárias. No Vale do Caí, o OP foi instaurado pelos gestores públicos. Num relance de análise, talvez possa ser afirmado que em Porto Alegre, quando da implantação do OP pelo governo municipal, já havia a predisposição

da participação na gestão pública e uma compreensão do que significava tal processo. No Vale do Caí, o trabalho de compreensão por parte da população, segundo venho observando, é mais demorado e com algumas resistências de diferentes setores da sociedade.

Existem nas comunidades estabelecidas do Vale do Caí bem como em outras regiões, diferentes formas de lideranças. Também venho percebendo que cada comunidade tem a sua tradição e deseja que ela seja mantida. Na escolha dos sujeitos para a manutenção de elementos da tradição, que representam a estabilidade e segurança do grupo social, determinados sujeitos com características definidas conforme a tradição são os escolhidos para cumprir a função de representantes dos demais. A escolha dos representantes para o cumprimento de funções está associada a concepções produzidas pelo grupo social. Em uma comunidade existem lideranças religiosas, políticas, educacionais, esportivas e comerciais. Para cada qual destas formas de liderança, existem atributos que fazem parte do imaginário coletivo. Por exemplo, é possível estar presente no imaginário coletivo que um sujeito para exercer a função de representante religioso deva ser, em primeira instância, alguém aparente ou verdadeiramente piedoso. Ou, outro exemplo, para exercer a representação esportiva deva ser exímio jogador de futebol. Ainda, como exemplo, o líder educacional pode estar associado à educação bancária conforme Freire expõe na *Pedagogia do Oprimido* e este reproduz informações e é fiel depositário de concepções que necessitam ser aceitas pelos subordinados. Nestes exemplos, a idéia de liderança está fortemente associada à habilidade que diz respeito à função a ser exercida.

Conforme a função que uma liderança vai exercer, ela recebe informações e elementos necessários para continuar a tradição do grupo social ao qual pertence. No caso do OP, com propostas democrático-participativas, vai receber elementos de tal natureza para se tornar uma liderança social e política com estas características. E o OP consegue transmitir estas condições a quem faz parte do processo, participando ativamente?

Nas assembléias municipais do OP de Barão, tenho presenciado o comparecimento elevado dos representantes comunitários que exercem estas diferentes funções dentro das comunidades. O OP estabelece relação direta com diferentes dimensões do ser humano. É a organização de grupos sociais que está em jogo. É o funcionamento de um município que se pretende estruturar ou reestruturar.

Neste subtítulo sobre a problematização, tenho presente o enfoque da tese e nuances que este enfoque necessita considerar. A liderança como categoria central da investigação não se encontra presa a determinados sujeitos, mas ela é um atributo da coletividade. Esta coletividade pode ser um pequeno grupo social, como um time de futebol, ou uma pequena entidade escolar com uma única professora e cinco estudantes; ou ainda a coletividade pode estar constituída pelos moradores de um município, região ou Estado. Quando falo em atributo coletivo, este corresponde ao imaginário da ampla maioria dos membros de determinado grupo social; não significa que todos, sem exceção, tenham as mesmas concepções a respeito deste atributo coletivo.

E qual o atributo de coletividade produzido no percurso das etapas do OP e encarnado pelos participantes que representam esta coletividade? Neste quesito, situam-se as condições simbólicas reproduzidas nas reuniões e encontros que definem investimentos públicos. Podem ser condições que almejam conscientização da realidade local ou podem ser condições simbólicas que direcionam para a ingenuidade. A criticidade⁴¹ é produzida a partir da exposição da realidade apresentando viabilidades concretas; a ingenuidade representa a manutenção das pessoas no estado de ingenuidade em que estão ou na manipulação produzindo dependência e não liberdade.

O atributo de coletividade acontece nas etapas do OP por meio de uma metodologia da dialogicidade que altera modelos culturais estabelecidos. Estes modelos culturais hegemônicos adquirem nova significação para o governante e para o governado a partir da abertura ao diálogo entre sociedade civil e sociedade política. Conforme analisa Orides Mezzaroba escrevendo sobre a hegemonia em Gramsci, “o exercício da hegemonia está diretamente vinculado à minimização da utilização de mecanismos coercitivos. A efetiva legitimação hegemônica ocorre fundamentalmente pelo processo de harmonização ideológica e cultural, com isto se garante o apoio dos indivíduos” (2005. p. 24). A construção do estado de hegemonia passa por embates ideológicos e culturais, concretizando-se na instância da construção coletiva e harmônica.

⁴¹ Criticidade e ingenuidade conforme Freire em *Ação Cultural para a Liberdade*, 1982, p. 82ss.

Administrar com OP um Estado ou um Município representa um direcionamento que o administrador público faz na forma de sua administração. Será então uma construção coletiva de um Estado ou de um Município. Caso não haja um contínuo ouvir e dialogar com a sociedade de uma administração que instaura o OP, entendo que a elaboração conjunta da peça orçamentária será uma farsa. Pode servir para a autopromoção dos governantes, como meio de adquirir futuros votos, como meio de fazer propaganda de seu governo e outras razões, mas não servirá para promover cidadania e promover lideranças participativas por meio da informação e debates públicos. Não havendo diálogo com a sociedade, não propicia condições favoráveis à exposição crítica da realidade a ser pensada e modificada com a participação popular.

Como já foi afirmado anteriormente, existe diferença na qualidade do OP de uma cidade para outra, assim como houve grandes diferenças na execução do OP Estadual de uma região para outra. Da mesma forma, as condições apresentadas para a formação e emergência de lideranças, mesmo que nasçam por meio do mesmo processo, mas em realidades distintas, serão condições diferenciadas propiciadas pelo OP. O processo pedagógico na implantação do OP em diferentes cidades também não acontece da mesma forma. Este fato ocorre porque o discurso pode ser o mesmo em todo um Estado, mas a prática da coordenação regional é diferente. Assim como professores podem ministrar a mesma disciplina seguindo o mesmo livro didático, mas utilizando metodologias diferentes.

Nesta investigação, situo-me dentro de um espaço físico limitado: a região do Vale do Caí no Estado do Rio Grande do Sul. Analiso a experiência do OP Estadual de 1999 a 2002 e a experiência do OP municipal em Barão iniciada em 2005. Atenho-me a estas experiências porque participei de ambos os processos. São duas experiências de dimensões diferentes. A primeira envolvia todo o Estado, e a segunda um município de 122 km² com uma população de 5.400 habitantes. Os gestores, condutores do processo do OP, não são os mesmos. No OP municipal de Barão, os sujeitos instauradores do processo não são os mesmos que do OP Estadual. As etapas do OP também são diferentes. Porém, em ambos os processos, a sociedade civil se faz presente na gestão pública por meio da expressão de suas necessidades e escolhendo prioridades da manifestação pública e por meio do voto.

O OP constantemente é apresentado como modelo de democracia direta e deliberativa que legitima decisões políticas por meio de processos de discussão entre a população, propiciando a esta a compreensão do funcionamento do Município e/ou do Estado, favorecendo a participação de um maior número de pessoas que têm intenção de auxiliar a pensar sua localidade, seu município e seu Estado. Por meio da aquisição deste conhecimento e participação no processo fomenta-se a idéia de formação de cidadania, compreendida como sendo o princípio da formação de lideranças sociais e políticas.

A presença de lideranças comunitárias no processo do OP ainda não significa que necessariamente aconteça mudança considerável na concepção de fazer política. Existe sim a possibilidade do surgimento de líderes sociais e políticos que brotam por meio do entendimento do funcionamento da administração que se volta para as necessidades da população. Quando lideranças são despertadas, podem adquirir feições diversas e mesmo adquirir um estilo autoritário de exercer a função de representante comunitário junto a seus pares.

O OP tem como objetivo mobilizar e propiciar abertura ao diálogo dos munícipes com seus administradores. Este processo de participação habitualmente produz impactos na organização política e social preexistente. E estes impactos ou momentos desestabilizadores promovidos pelo processo do OP (em realidade) com modelos autoritários de gestão pública possibilitam o surgimento de lideranças democráticas⁴²? Ou o OP pode ser um movimento político e social que faz brotar lideranças seguidoras de modelos autoritários e antidialógicas mesmo não sendo esta a proposta presente no processo?

O OP procura desafiar os códigos culturais dominantes quando questiona o modelo centralizador de administrações comunitárias, escolares e municipais da região. Pode ampliar a visão de mundo de um pequeno agricultor que começa a perceber que sua necessidade é uma necessidade coletiva ou que sua necessidade é uma necessidade regional ou mesmo uma deficiência estadual ou nacional. O fato de conhecer, ser informado e verificar o discurso do governante como sendo verdadeiro é suficiente para que o agricultor seja considerado uma liderança?

⁴² Lembrando que a cultura constituída nestas comunidades, conforme descrito anteriormente no subtítulo “Comunidade: a base histórica e cultural”, apresenta fortes traços de manutenção da tradição e da cultura religiosa e política.

No momento da percepção das deficiências,

os homens... descobrem que pouco sabem de si, de seu 'posto no cosmos', e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao instalar-se na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas (Freire, 1981, p. 29).

Acredito que o OP possa ser pensado como uma pedagogia do repensar-se humanamente, pois os momentos de assembléias são caracterizados por apontamentos de deficiências materiais e humanas. Acontece uma “trágica descoberta” de necessidades que, por vezes, procuram ser ocultadas por apontarem desumanidade. Como sinal de desumanidade pode-se apresentar a falta de recursos para um aprendizado eficiente nos dias atuais.

Durante o processo do OP, ocorrem resistências por parte de indivíduos, entidades e, por vezes, administrações municipais. Estas resistências podem estar relacionadas a intrigas entre partidos políticos ou entre comunidades, municípios ou mesmos vizinhos de uma mesma comunidade. Entretanto, outro fator que é motivo de resistência ao OP pode estar relacionado ao próprio processo que quer promover transparência administrativa pela prestação de contas através do balancete anual.

Apresentam-se números, e o povo começa a conhecer cifras pertinentes à administração. Conhece o valor de um quilômetro de rodovia a ser construída, conhece o valor da reforma de uma escola, conhece o valor destinado à saúde para um município, conhece as obrigações que as administrações locais têm em relação ao cidadão que as mantém pelos seus impostos. O conhecimento de uma administração pode gerar resistências ao processo do OP naqueles que procuram manter a população sob seu jugo ou, melhor dizendo, sob suas informações. Informações que podem instigar a fala, o diálogo, o manifestar-se, o liderar, o aderir a alguma causa.

Qual a distinção entre uma educação voltada para jovens e outra voltada para adultos dentro de um movimento promovedor de conscientização política? Ambos, jovens e adultos, têm direito a voto de igual forma. Há diferenciação quando se levam em conta as circunstâncias existenciais que cada faixa etária está vivendo. O jovem, grande parte deles, está em fase inicial

de participação e conhecimento político e procura auto-afirmação de suas concepções. O adulto, que já passou por outros momentos de decisão por meio do voto e das discussões políticas, habitualmente já tem alguma visão formada conforme as experiências vividas no campo da política.

A pesquisa sobre juventude em meios acadêmicos é reduzida, comparando-se com outras faixas etárias. De 1980 a 1998, especificamente sobre o tema “Jovens e participação política”, Carrano (2002) localizou 23 trabalhos de teses e dissertações. No período de 1980-1984, que foram os primeiros anos de redemocratização nacional, não há nenhum trabalho nesta área. E, conforme Rute Baquero (2004, p. 50), “tais trabalhos se centraram, basicamente, na análise da participação política do jovem estudante, suas práticas, valores e representações, a partir dos moldes observados nos anos 60 e 70”.

A educação política ocorre dentro das instituições sociais das quais o indivíduo participa. É na família que o jovem aprende por meio dos debates entre os pais, dentro de seu grupo social de coleguismo, na escola, no local de trabalho, e muito conceito ou preconceito é formado a partir do sistema político apresentado pelos meios de comunicação. No meu caso, atendo-me a questionar se, pela participação no processo do OP, o jovem e o adulto encontram condições para exercerem a liderança.

Gramsci e Freire se empenharam em construir uma estrutura teórica para a educação política de indivíduos, sobretudo jovens e adultos, com possibilidade transformadora. Projetaram uma sociedade contemporânea que efetuassem uma constante síntese entre o conhecimento produzido nas academias e o conhecimento adquirido por meio da experiência de vida das pessoas. O OP apresenta condições necessárias para despertar e/ou formar lideranças sociais e políticas?

Há um interesse em saber se os participantes do processo, sobretudo os conselheiros e administradores, conseguem sintetizar os elementos técnicos e legais exigidos para a elaboração de uma LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Verificar o grau de compreensão que conselheiros e administradores adquirem por participarem do processo do OP. Analisar se o OP apresenta condições favoráveis para o surgimento e formação de lideranças conforme características de Freire e Gramsci.

O OP, para a grande maioria, é aprendido adquirido por meio da vivência fora da academia. É uma prática que não costuma ser denominada como prática educativa. Estas reflexões costumam ser desenvolvidas na academia, que assim o percebe quando verifica a pedagogia presente no OP. A sistematização promovida na academia tem o intuito de dar retorno à sociedade dos mecanismos e transformações que estão acontecendo. Esta análise dos dados pretende contribuir com o caminhar harmônico entre atividade e reflexão, traços imanentes ao ser humano.

O que antes representava o ideal de educador agora pode ser ultrapassado; o que antes era modelo a ser seguido como líder revolucionário agora pode não sê-lo mais. As descobertas tecnológicas e científicas a cada dia trazem novas surpresas. Dentro das descobertas, o ser humano continua se identificando como humano através do encontro com outro ser humano. A humanidade se constrói social e politicamente dentro desta relação de dependência entre os seres humanos. Concepções individualistas procuram romper com o círculo de formação humana. O isolamento, a solidão e o desapego de relações não são característicos do humano enquanto constituição humana de viver. Alteram-se as formas de relação com os inventos tecnológicos, mas há a necessidade da manutenção do entendimento entre os humanos. Lideranças se formam ou se deformam conforme as condições que são apresentadas historicamente dentro do grupo social em que vivem.

Há alguns problemas no OP que podem dificultar a formação e emersão de lideranças por meio do processo. São questões que dificultam uma visão do todo de uma sociedade. A visão ampla e continuada é necessária para a boa formação de lideranças.

Alguns setores da sociedade ficam de fora do OP. São costumeiramente pessoas da classe média e pessoas que entendem que não precisam de obras. A classe empresarial também não é de participar muito das reuniões do OP, conforme verificado em Barão e Porto Alegre⁴³. Desta forma, o OP não atinge todas as pessoas da sociedade, o que diminui a qualidade do embate político e reivindicativo. Quem participa do processo do OP pode ter uma visão

⁴³ Fedozzi caracteriza este problema como um choque que acontece na governabilidade que costumeiramente está voltada aos interesses da classe dominadora. Esta não participa dos *conselhos populares*, conforme denominação do OP de Porto Alegre. Avalia que este problema faz parte dos limites da cultura reivindicativa (Fedozzi, 2000. p. 64ss.).

unilateral da sociedade devido à participação de alguns setores da sociedade e da abstenção de outros.

Outra dificuldade do OP é que ele não costuma planejar investimentos de médio e longo prazo. A decisão se refere a investimentos para o ano seguinte. Sempre é uma decisão a curto prazo. O planejamento fica restrito a obras que poderiam ser consideradas isoladas dentro de um todo da sociedade. A cada ano se pensa e se decide sobre uma dimensão do funcionamento de um grupo social. Não acontece um planejamento de um todo da sociedade e a longo prazo. Lideranças que se expressam podem ter a compreensão de que ser líder significa lutar por uma obra momentânea e depois entrar no ostracismo por deliberação própria.

Verifica-se que, habitualmente, não faz parte da pauta de discussões dos governantes e nem da sociedade civil, um planejamento urbano que discuta a cidade como um todo com o objetivo de facilitar a vida cotidiana de seus moradores. Um debate desta natureza, com decisões que se referem ao planejamento do cotidiano da vida de uma cidade, é algo pouco freqüente. O prefeito de Barão sugeriu tal proposta aos conselheiros do OP em uma reunião. Acredito que nos primeiros debates de tal natureza não aconteçam grandes avanços por se tratar de algo novo na vida das pessoas.

Os delegados e conselheiros do OP são escolhidos pelos seus pares para a defesa de uma obra. Em relação a um possível planejamento que envolva maior compreensão do funcionamento da sociedade há um despreparo destas lideranças. São capazes de defender um interesse de um grupo social, mas encontram sérias dificuldades para participar de um planejamento geral da sociedade, a partir de metas a serem executadas pelos órgãos públicos. A comunidade não discute o que não é investimento. O debate fica restrito aos problemas imediatos da comunidade. Políticas públicas mais amplas raramente entram no debate.

E quando não há dinheiro para investimentos, o OP vai decidir o quê? Quando há pouco dinheiro para investimento, verifica-se uma tendência de menos pessoas se interessam em participar. O interesse diminui, devido às chances de conquista de uma obra serem menores. Isto aconteceu no OP-Estadual, quando vários municípios queriam pavimentação de estradas interligando municípios. Alguns municípios como, por exemplo, Pareci Novo, Tupandi e São

Sebastião do Caí conseguiam mobilizar mais participantes para as Assembléias e, com isso, desmotivavam comunidades de outros municípios.

1.8. A relevância do tema

Tenho por objetivo principal nesta tese verificar se o OP possibilita condições para a emergência e formação de lideranças. Verifico as condições pela observação do OP enquanto programa central da administração estadual 1999-2002 no Vale do Caí e administração municipal em Barão a partir de 2005. Uma experiência com duração de quatro anos e outra que está no seu segundo ano de execução. Mesmo analisando experiências de curto prazo de duração que servem como objeto de pesquisa, entendo que há indicativos necessários para verificar se o OP apresenta as condições propícias para a formação e emergência de lideranças conforme as características apresentadas pelos teóricos Antonio Gramsci e Paulo Freire. As duas experiências têm um objetivo similar: Administração com a participação popular. Gestões promotoras de democracia direta e participativa.

Uma das relevâncias do tema se encontra na capacidade que o processo do OP demonstra em ser uma alternativa viável de promoção da cidadania por meio da democracia direta e participativa. Há uma proposta de condução da sociedade pela participação produzindo reflexão e conhecimentos sobre a realidade em constante movimento. Este movimento social também se refere à dimensão educacional fazendo parte das ciências humanas. A academia, por meio de pesquisas e retornos à sociedade, sente-se comprometida com os processos sociais desenvolvidos junto ao povo em um contínuo civilizar-se e viver harmonicamente.

Pesquisar e escrever são momentos de autoconscientização. Produzem conhecimento e compreensão da realidade pesquisada e localizam o pesquisador dentro desta realidade. Nas reflexões que faço sobre a realidade a partir de leituras, diálogos e vivências, encontro-me

enraizado na história cultural da região e nas culturas que vivenciei durante meu peregrinar pelo Brasil⁴⁴.

Aspectos que justificam a relevância do tema:

1. Registrar e entender este movimento político. O ser humano se constitui humano por meio de sua caminhada histórica. Cabe contribuir para que essa história seja mais duradoura e melhor compreendida. Acredito que é motivo de registro uma experiência política e social que procura administrar de forma coletiva um Estado ou um Município.

2. Possibilitar que a metodologia do OP ultrapasse as fronteiras da região do Vale do Caí com uma qualidade superior e que não fique apenas na explicitação das etapas que o OP percorre durante o seu processo, possibilitando que outros sistemas organizativos possam absorver o que aconteceu e acontece por meio da execução do Orçamento Participativo.

3. Há uma ampla implantação de OPs no Brasil e mundo afora. Em nível de Brasil, há muita pesquisa em torno do tema, mas não encontrei nenhuma tese ou dissertação que investigasse especificamente a dimensão da liderança no OP conforme as concepções de Gramsci e Freire. De abril de 1994 a dezembro de 2004, conforme registro dos periódicos da Capes, 126 teses e dissertações foram defendidas sobre o tema Orçamento Participativo. Foram duas defesas em 1994, cinco em 1996, seis em 1997, duas em 1998, onze em 1999, treze em 2000, quinze em 2001, catorze em 2002, vinte e seis em 2003 e trinta e duas em 2004. Os números indicam um crescente interesse sobre a investigação deste tema.

Cinco dissertações dentre as acima referidas fazem menção à participação de lideranças comunitárias no processo do OP. Não investigam se acontece alteração no modo de agir destas lideranças ou se ocorre a emergência de lideranças. Elas se atêm a mencionar a participação intensa das lideranças comunitárias. Os dados demonstram que o tema está sendo debatido nos meios acadêmicos desde o início dos anos noventa. A prática do OP é anterior. Sobre a questão internacional do OP, escrevo em outro subtítulo.

⁴⁴ Na dissertação de Mestrado, pesquisei a dimensão pedagógica presente nas comunidades da Região do Vale do Caí e do Orçamento Participativo. Apresento também um breve histórico sobre as experiências e atividades que desenvolvi.

4. Há uma carência de espaços que possibilitem o surgimento e a formação de lideranças sociais. O OP pode ser um destes raros espaços onde os indivíduos podem se manifestar, pensar e tornar-se representantes democráticos dentro de sua comunidade. O OP é um espaço onde o indivíduo pode levantar questões da natureza mais diversa: preocupações presentes, para um futuro próximo ou distante; questões sobre saúde pública, segurança, habitação; questões sobre problemas e propostas para necessidade pessoal ou coletiva. O OP como espaço do diálogo do governante com o governado ou do governado com o governante pode ser um espaço de despertar potenciais em sujeitos dispostos a participarem em pensar de forma coletiva a sua localidade, o seu município ou região ou mesmo o estado.

A prática social denominada Orçamento Participativo apresenta diversas dimensões. De forma relevante aparece a interação do sujeito com a sua realidade material, cultural e social. Neste processo, vários espectadores tornam-se atores da história.

5. O OP lança desafios para a educação do povo: instiga a formação política, a formação para a cidadania. O OP rompe com a cristalização de métodos e pedagogias que trazem em seu bojo preconceitos culturais e educacionais coibindo o pensar do jovem educando e do educador que se transforma em um mero reproduzidor de conteúdos e mantenedor da sociedade que se apresenta. O processo do OP propõe aos educadores a necessidade de uma visão ampla de mundo e daquilo que a educação é possível de realizar por meio da construção coletiva. Pode ser caracterizado neste âmbito como uma forma de politizar e criar uma outra forma de educação.

Refletir sobre questões como estas faz parte de minha investigação. Parto do pressuposto de que o movimento desencadeado pela própria dinâmica do OP questiona o saber patrocinado pela educação formal e estabelece uma possibilidade de aproximação real entre a escola e a comunidade. A sala de aula pode ser lugar de reflexão que propicia conhecimentos do funcionamento da sociedade.

Considero que a pesquisa se justifica pela adesão dos sujeitos à reflexão sobre o tema. Constantemente tenho sido questionado sobre outras dimensões do OP além de ser um mecanismo de decidir a aplicação do dinheiro público. A comunidade deseja conhecer mais sobre o assunto.

1.9. Objetivos da Pesquisa

Considero que, para uma experiência participativa ter sucesso democrático, com a participação efetiva da população nas decisões sobre a destinação dos recursos públicos, um fator determinante é a vontade governamental conjugado com um projeto sustentado com capacidade técnica e de recursos. Consiste em um comprometimento político fundamentado no acúmulo de experiência participativa⁴⁵, sobretudo por parte dos instauradores do processo. Este é um pressuposto primeiro para que a experiência de transferência e condução coletiva do poder sejam encaminhados de forma verdadeira e duradoura.

Tendo verificado a presença destes elementos nos processos analisados, proponho-me, como objetivo geral, verificar se há condições favoráveis, e quais, para o surgimento e formação de lideranças mediante a participação de pessoas no processo do OP Estadual em municípios da região do Vale do Caí no período de 1999 – 2002 e a partir da experiência do OP Municipal em Barão com uma perspectiva de educação para a formação de uma sociedade democrática por meio da participação direta da população nas decisões governamentais, tendo Gramsci e Freire como referenciais teóricos.

A escolha destes dois teóricos, Gramsci e Freire, como principais referências nesta pesquisa está relacionada à forma como eles marcaram presença no seu tempo histórico promovendo processos que envolviam a sociedade do seu tempo com pedagogias participativas e democráticas visando à transformação da sociedade. Promoveram inovações por meio de organizações educacionais e políticas sustentando e colaborando em processos que, na época, eram descritos como “inéditos viáveis”, conforme expressão freireana. Mesmo estando no exílio (Freire) ou no presídio (Gramsci), estavam envolvidos com grupos sociais com objetivos organizativos em defesa da emancipação humana e da liberdade política.

⁴⁵ Os instauradores do processo do OP estadual destacaram, em entrevista, esta dimensão como sendo a chave da condução do processo. Iria Charão, coordenadora do OP-RS de 1999 a 2002, falou que “são 40 anos de vivência comunitária nos bairros de Porto Alegre?”. O coordenador regional do Vale do Caí, Claro Diego Bonino Lopes, frisou que iniciou sua experiência participativa em movimentos estudantis e posteriormente em organizações político-partidárias. Em relação aos instauradores do OP-Barão, uma das perguntas consistia em responder sobre experiências anteriores sobre conhecimento de realidades e outra questão estava voltada sobre a possibilidade de mudança em coordenar grupos sociais após a participação no processo do OP. Constatei que os cinco administradores entrevistados tinham vasta experiência participativa em comunidades e demais grupos sociais. O envolvimento com entidades, associações e agremiações esportivas era algo que se faz presente na vida destes administradores.

Complementando o objetivo geral desta investigação acima exposto, apresento alguns objetivos específicos.

1. Sistematizar o processo do Orçamento Participativo para uma compreensão detalhada de suas etapas e a possibilidade do envolvimento da população.

2. Adquirir melhor compreensão deste processo de construção coletiva para os investimentos de um Estado e Município e analisar como a pedagogia do OP colabora ou não na conscientização para a formação de lideranças democráticas.

3. Verificar a relação das lideranças comunitárias com a proposta de liderança do Orçamento Participativo.

4. Identificar o grau de confiabilidade da população no processo do OP e nos administradores motivadores principais do processo. A confiabilidade produz diálogo e participação, gerando conhecimento no movimento de relações para uma liderança construtiva.

5. Verificar as condições de produção e formação de lideranças no OP direcionadas a dimensões humanas e solidárias de convivência.

6. No caso específico de Barão, verificar se o OP é um mecanismo estimulador das lideranças políticas em se manter próximas à população para verificar suas reais necessidades.

CAPÍTULO 2

LIDERANÇA EM GRAMSCI E FREIRE

2.1. Introdução

Na pesquisa, observo duas administrações públicas, a estadual-RS (1999 a 2002) e a municipal de Barão-RS iniciada em 2005, que adotaram o Orçamento Participativo como modelo administrativo e definidor de governabilidade. Pesquiso se este modelo proporciona o surgimento ou a alteração de lideranças sociais e políticas. Neste capítulo, analiso a concepção de liderança existente em Antonio Gramsci e Paulo Freire com o objetivo de retirar elementos para a constatação de condições que favoreçam o surgimento e formação de lideranças pelo Orçamento Participativo.

Paulo Freire se tornou conhecido de mim como um educador, um professor perseguido pelo regime militar e que deixou seu país de origem. Voltou após a ditadura militar como um educador crítico internacionalmente conhecido e respeitado. Percorreu o Brasil insistindo em uma educação libertadora. Estas são lembranças iniciais que adquiri sobre Paulo Freire nos primórdios dos anos 1980.

Antônio Gramsci, eu conheci brevemente durante o ensino médio. Aparecia como filósofo italiano, ligado ao marxismo, um político e jornalista influente no Partido Socialista Italiano que promovia organização entre os operários para romper com a ditadura fascista de Benito Mussolini na Itália. Foi perseguido e preso por longo tempo. Mesmo assim, não deixou de escrever, inclusive na prisão.

Freire e Gramsci foram apresentados a mim como dois referenciais. O primeiro, um pedagogo, um educador atuante, presente no seu tempo, propondo alternativas para alfabetizar os

milhões de analfabetos brasileiros; e Gramsci, um filósofo atuante, pensador de alternativas de organização da sociedade de seu tempo objetivando a promoção da igualdade social.

São pessoas de presença marcante que deixam transparecer em seus escritos a forma como gostariam que a sociedade fosse conduzida. Seus feitos e escritos esboçam concepções e atitudes de lideranças que propõem como sendo condutoras da humanidade em seus lugares de vivência.

A abstração que os autores fazem da realidade tem a intenção de produzir um impulso de transformação. Abstração relacionada com experiências que estes teóricos viveram ou procuraram colocar na concretude da vida social. São teóricos que abraçaram a causa que descreveram e encontram espaços significativos nos variados meios como nas academias, em organizações políticas, educacionais e em espaços de reflexão especializada sobre variados temas.

Gramsci participa da organização do Partido Socialista Italiano e mais tarde participa e organiza o Partido Comunista Italiano. De defensor ferrenho do marxismo, o qual considera como ideologia ideal e perfeita para todas as nações, conforme escreve na década de 1910 no jornal *L'Ordine Nuovo*, torna-se um crítico nas décadas seguintes quando o regime marxista implantado na ex-União Soviética comete atrocidades com matança de latifundiários e políticos.

Pode-se afirmar que a concepção de liderança em Gramsci vai sofrendo alterações com o passar do tempo. A experiência de vida, o conhecimento e a militância de Gramsci dentro de um partido político fazem com que algumas concepções vão adquirindo novos significados. Há elementos que permanecem como, por exemplo, o seu grande desejo de ver que a hegemonia política seja produzida pelo proletariado. Outro desejo forte de Gramsci é a luta pela democracia na Itália.

Freire sugere a formação de lideranças em seus escritos. Como educador e pedagogo, ao se comunicar propõe formação, educação e reflexão nos sujeitos ouvintes ou leitores com o objetivo de estes interferirem na realidade, sabendo-se construtores da história.

O desafio é responder à pergunta central desta tese: quais condições estão presentes nos diferentes momentos do Orçamento Participativo que possibilitam o surgimento e a formação de lideranças? E frente a esta pergunta, interrogo: há uma proposta de compreensão da totalidade de uma administração pública por parte de quem coordena o OP? E é possível a um participante entender esta totalidade? Proponho responder estas questões durante este texto de forma intercalada no diálogo que estabeleço com os textos de Freire e Gramsci.

Percorrendo a literatura de Gramsci e Freire, tenho como intenção analisar o líder que eles propõem. Qual é a concepção de liderança presente em Freire e Gramsci em suas reflexões e ações desenvolvidas em diferentes partes do mundo. Pretendo constatar condições que eles apontam para o desenvolvimento de dirigentes sociais e políticos. Na verificação das condições de liderança em Gramsci e Freire, os ‘objetos’ desta pesquisa, o Orçamento Participativo e o sujeito participante do processo, compreendem principal elemento simbólico⁴⁶ para a constatação.

2.2 Liderança

A liderança é uma das duas categorias centrais neste projeto de tese. A outra é Orçamento Participativo. Liderança⁴⁷ entendida como um atributo do coletivo, produzido pelo imaginário simbólico de um determinado grupo social. É um espírito da coletividade que faz entender o melhor caminho a ser seguido naquele momento histórico. Gramsci utiliza a imagem de Spartacus, homem forte e gladiador, como símbolo da luta pela libertação de seu povo. Freire apresenta Che Guevara que, na Sierra Maestra, estabelece interlocução organizativa com o povo para derrubar o regime ditatorial em Cuba. São personagens que assumem o espírito da coletividade.

⁴⁶ Elemento simbólico configurado como ‘pano de fundo’ na memória do analista. Em vários escritos de Gramsci e Freire, não aparecem as nomenclaturas “líder ou liderança”, mas não deixam de ser referências importantes para a verificação das condições de surgimento e formação de dirigentes e organizadores sociais e políticos.

⁴⁷ A atenção nesta pesquisa está voltada para lideranças sociais e políticas. Na atualidade, há muita formação direcionada para lideranças empresariais e comerciais com definições voltadas à criatividade empreendedora.

É uma liderança produzida pela coletividade e corresponde às orientações que determinado grupo social projeta. Sobressaem-se as imagens coletivas em detrimento das virtudes e qualificações pessoais que os sujeitos possuem. Nesta concepção de liderança, nunca um sujeito pode encarnar de forma acabada, definitiva e individualista a condução do grupo social. A coletividade continuamente traça funções que o representante necessita realizar.

E, conforme as atribuições do coletivo, a liderança assume uma postura democrática e dialógica ou autoritária. Gramsci e Freire propõem uma educação de lideranças democráticas e dialógicas, e seus discursos e suas práticas têm a pretensão de produzir estes atributos no imaginário simbólico coletivo da sociedade.

O sujeito líder é o sujeito incumbido de representar um grupo social. É um sujeito concreto, dentro de uma realidade histórica, com uma formação cultural produzida pela vivência coletiva no seu tempo. Move-se dentro de um espaço onde luta em favor do coletivo.

Trata-se de um líder social. Sujeito presente na sociedade com o objetivo de ajudar a promover organização. Organização entendida como algo que vai além da idéia de estabelecer ordem ou dar ordens. Organizar com o intuito de promover o bem comum, pensar uma ordem social onde haja espaço para todas as pessoas existirem com qualidade de vida. O líder como sujeito capaz de possibilitar o surgimento de novas lideranças; líder social capaz de despertar o desejo nas pessoas de pensarem o seu tempo, participarem da construção do espaço onde habitam; colaborar com propostas na melhoria das condições de vida.

Gramsci descreve funções para este novo intelectual que tem uma finalidade organizativa e construtora de nova sociedade. É um personagem em quem a eloquência discursiva não compreende a tarefa principal, mas sim a atividade na vida prática. Considera que a eloquência é um elemento momentâneo que inflama afetos e paixões e promove fuga do real.

Freire destaca a capacidade dialógica como elemento principal de um líder democrático. É um personagem que promove a co-participação enfatizando o projeto a ser seguido em favor da coletividade.

O Orçamento Participativo tem como finalidade primeira distribuir recursos públicos conforme decisão dos cidadãos. Estabelece-se uma discussão em torno dos investimentos a serem efetuados onde a população participa. E pela participação nas etapas do OP, com reuniões e diálogos entre governantes e governados, surge a possibilidade de a população adquirir conhecimento sobre gestão pública, habilitando-se à co-participação e organização da sociedade. No processo do OP, o líder escolhido tende a priorizar a proposta do seu grupo social, da comunidade que está representando.

Gramsci e Freire participam desta história de investigação por terem promovido pedagogias da participação coletiva e organizações sociais que visavam à transformação da sociedade. Foram inovadores em processos educativos impulsionando a formação de jovens e adultos para uma participação ativa do movimento histórico do seu tempo. Participam desta investigação porque, durante o seu peregrinar histórico, estavam constantemente envolvidos com assuntos educacionais e políticos, dimensões presentes no processo do Orçamento Participativo. Estavam envolvidos com grupos sociais de diferentes países e culturas propondo uma transformação social a partir da conscientização e participação.

As condições para o surgimento e formação de liderança presentes em Gramsci e Freire encontram aproximação com a pedagogia desenvolvida no processo do Orçamento Participativo. Na seqüência, os autores são estudados com o objetivo de descrever condições necessárias para o exercício da liderança que os dois teóricos centrais desta investigação apresentam em seus escritos e a partir dos estudos feitos sobre estes dois pensadores do século XX. Início descrevendo um pouco da biografia dos dois autores.

2.3. Um pouco da biografia de Gramsci e Freire

Como Gramsci e Freire enfrentaram a realidade de seu tempo? Gramsci como jornalista e político, e Freire como educador e pedagogo. Ambos com fortes ambições de instruir e orientar para uma sociedade igualitária, ambos líderes de seu tempo. Pela história deles podem-se deduzir importantes condições para a emersão e formação de lideranças.

Antônio Gramsci (1891-1937)

Originário da Sardenha, Itália, ilha agrícola e de economia pobre, com altos índices de analfabetismo, era de família abastada dentro daquela realidade. Conseguiu bolsa de estudos e foi estudar na Universidade de Turim, terra natal da Fiat. Estudou múltiplos temas: filosofia, literatura, crítica da arte, filologia, especializando-se em lingüística. Influenciado pela classe operária militante que, com frequência, fazia protestos pelas ruas, Gramsci tornou-se ativo no Partido Comunista atuando na educação de trabalhadores, como jornalista e educador.

Em 1920, formaram-se os conselhos das fábricas que promoveram uma greve geral dos operários das fábricas da Fiat com envolvimento de Gramsci. Quando atendidos por meio de promessas do presidente da Fiat, a greve foi suspensa. As promessas não foram cumpridas após a ascensão do fascismo. Gramsci se tornara um personagem importante na facção comunista do Partido Socialista Italiano (PSI) e membro do comitê central do recém formado Partido Comunista da Itália (PCI).

Gramsci, em 1921, se tornou o líder máximo do Partido Comunista Italiano e, posteriormente elegeu-se deputado, discutindo com Mussolini em 1924 quando este, como presidente do Conselho de Ministros, propôs um projeto de lei visando “disciplinar a atividade das associações e institutos”⁴⁸. Esta discussão rendeu a Gramsci sua prisão em 8 de novembro de 1926 sob a alegação de que “é preciso impedir este cérebro de funcionar” (Gramsci, 1978, p. 3)⁴⁹. Gramsci salienta, desde o início de seus escritos, a sua atuação política. É no interior das lutas, na forma que modernamente se desenvolvem, que acontece o processo educativo do novo cidadão. Por ser um processo de classe e, portanto, social, o novo educador coletivo é o Partido que, visível ou invisivelmente, faz os diagnósticos, organiza atividades educativas, levanta prioridades e avalia resultados.

⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S. A. 1978, p. 2. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder neste primeiro livro publicado no Brasil, apresentam *Notas sobre Antônio Gramsci*, onde relatam, no início do livro, um breve histórico da vida de Gramsci.

⁴⁹ Coutinho, Carlos Nelson em Nota sobre Antonio Gramsci no livro *Concepção Dialética da História*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 1978.

Antonio Gramsci foi trazido para participar desta pesquisa devido ao seu modo de pensar a sociedade, propondo uma transformação social a partir da educação e organização dos grupos excluídos. Foi filósofo, militante político e procurou pensar o seu tempo. Gramsci era militante do Partido Socialista Italiano (PSI), onde chegou a ser presidente do partido; fora dos quadros do partido fundou um grêmio para promover debates intelectuais para educar moral e culturalmente os jovens socialistas. E, conforme Marcos Del Roio⁵⁰, referindo-se a Gramsci: “Ele dedicou sua vida e obra (mesmo encarcerado) aos temas relativos à organização das classes subalternas para a revolução socialista internacional” (1998, p. 104).

Paulo Freire (1921-1997)

Nasceu em Recife, Pernambuco, em umas das regiões mais pobres do Brasil, onde as relações de produções eram semifeudais, havendo uma aliança histórica dos proprietários rurais com a burguesia nacional, localizada em São Paulo. Sua família da classe média sofreu os impactos da crise de 1929 e chegou a passar fome.

Estudou direito, exerceu a profissão de advocacia durante breve tempo e, em 1947, trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI), onde ficou por 10 anos. Em 1959, concluiu o doutorado em educação na Universidade do Recife.

Trabalhou em alfabetização de adultos no contexto do Movimento de Cultura Popular fazendo conexão entre “ler a palavra e o mundo”, o cerne de sua pedagogia. Trabalhou em Angicos – Rio Grande do Norte – na alfabetização de adultos e devido ao sucesso no seu modelo de alfabetizar foi convidado pelo governo do Presidente da República João Goulart a implantar o projeto a nível nacional. O projeto foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Freire foi perseguido pelo regime militar brasileiro e obrigado a sair do país por promover uma proposta de alfabetização conscientizadora.

⁵⁰ Em ROIO, Marcos Del. Gramsci contra o ocidente. In: AGGIO, Alberto (Org.). Gramsci: a Vitalidade de um Pensamento. São Paulo. Editora UNESP, 1998. (Coleção Prismas).

Mudou-se para a Bolívia, depois para o Chile, onde atuou cinco anos entre os camponeses em um trabalho de alfabetização e reforma agrária⁵¹, juntamente com intelectuais como Marcela Gajardo. Foi para o México e para os Estados Unidos (Massachusetts) lecionando na Harvard University. Em janeiro de 1970, foi para a Suíça, onde trabalhou para o Conselho Mundial das Igrejas, prestando consultoria sobre educação para governos das antigas colônias portuguesas na África. Em 1980, retornou ao Brasil e se engajou em trabalhos educacionais e políticos. Sempre foi muito solicitado para conferências e palestras no Brasil e no exterior.

Ao escrever na *Pedagogia da esperança*, sobre o tempo de exílio, Freire o considera um ‘ancoradouro’, que religou lembrança, reconheceu fatos, feitos, gestos, uniu conhecimentos, soldou momentos, reconheceu para conhecer melhor.

Em 1986, ficou viúvo e, em março de 1988 casou-se com Ana Maria Araújo. Com a primeira mulher teve três filhas e dois filhos. Em 1989, assumiu como secretário municipal de educação de São Paulo no mandato da prefeita Luisa Erundina de Sousa. Um ano após, deixou a secretaria e retornou aos seus escritos e palestras.

Andreola, além de salientar a opção de Freire por uma luta em favor da denúncia e do anúncio, sintetiza o projeto de mundo que Freire tinha: “Baseado na convicção de que o amanhã não é algo inexorável e de que, por isso mesmo, não está dado de antemão, anuncia a viabilidade de um projeto de mundo, e o direito das classes populares de participar dos debates em torno de um projeto de mundo. Paulo, tu consideras as classes populares, organizadas em seus movimentos próprios, portadoras do sonho viável e agentes históricos da mudança” (Freire, 2000, p. 23). É por causa deste projeto de mundo de Freire que ele faz parte desta investigação.

Esta breve biografia dos teóricos centrais da pesquisa será complementada durante a apresentação das condições necessárias para o estímulo e formação de lideranças que será exposta na seqüência a partir dos teóricos Gramsci e Freire. As condições estão associadas às características que eles apresentam, entendendo que há uma relação direta entre condições para liderança e caracterização de liderança.

⁵¹ Quando Freire fala da Reforma agrária ocorrida no Chile, esta é entendida como o melhor uso da terra e não como distribuição de terras para *Sem Terras*.

2.4. Condições de liderança em Gramsci

As condições de liderança em Gramsci não aparecem de forma pura em sua obra. Elas se sobrepõem e se complementam. Faço uma sistematização conforme a intensidade com que aparecem em seus escritos. Apresento estas sete condições como sendo as mais relevantes para os fins deste estudo.

2.4.1 A luta com atuação político-partidária

Existia uma paixão em Gramsci que pode ser caracterizada como uma luta incessante por uma nova ordem, uma mudança radical na estrutura política e social. No sistema marxista, Gramsci percebia apenas aspectos positivos, e seu desejo inicial era implantar esta ideologia em todo o mundo. Os líderes da revolução de 1917 na Rússia eram de considerável valor e inquestionáveis em um primeiro momento. Com as intrigas e rupturas que se estabelecem após a morte de Lênin e com a conseqüente ascensão de Stalin ao poder na ex-URSS, Gramsci se volta contra o poder absoluto implantado por este governante no território russo.

Em 1910, durante o seu curso secundário, com 19 anos, publica em *L'Unione Sarda* o seu primeiro artigo intitulado “Oprimidos e opressores”. Carlos Nelson Coutinho, editor dos textos em *Antonio Gramsci: Escritos Políticos*, assim traduz a primeira publicação gramsciana: “É realmente maravilhosa a luta que a humanidade trava há tempos imemoriais: luta incessante...” e segue afirmando que parece que o homem quando se sente forte “não quer que nenhum outro lhe imponha sua vontade e pretenda controlar suas ações e seu pensamento” (Gramsci, 2004a, p. 43).

O termo “luta” aparece no início de seus escritos e perpassa toda a sua vida. A luta por meio de seus escritos em jornais, por meio de seus métodos de organização do Partido Socialista Italiano, em seu persistente combate ao fascismo de Mussolini. A sua luta é contra as prepotências dos opressores, afirmando que “se a voz de um homem honesto se ergue para condenar tais prepotências, tais abusos, que a moral e a civilização sadiamente deveriam impedir, riem-lhe na cara” (Gramsci, 2004a, p. 45). Fala nestes primeiros escritos sobre a forma de

civilização que os europeus adotaram a respeito de outras culturas, as quais foram dominadas ou exterminadas. Como exemplo de herói apresenta Garibaldi, que lutou contra os opressores, mas, Gramsci lembra que, quando um herói é lembrado, ficam esquecidos os seus ideais de luta.

Gramsci publica no *L'Ordine Nuovo*, em 8 de maio de 1920, um texto “para uma renovação do partido socialista”. Nele expõe a situação de exploração que os industriais e os latifundiários impuseram sobre os assalariados com o objetivo de acabar com os conselhos de operários e camponeses. Como resposta a esta situação, Gramsci apresenta no final do texto uma proposta de “um acordo organizativo que tenha como meta preparar em curto prazo um Congresso dedicado a discutir os problemas de tática e organização proletária” (Gramsci, 2004a, p. 334). A resposta ao “terrorismo” dos industriais e latifundiários que Gramsci propõe é uma organização aplicada dos operários. É um trabalho conjunto onde a força coletiva dará os resultados esperados.

A formação dos partidos e o surgimento das forças históricas reais acontecem de acordo com um processo dialético das consciências e em conformidade a organização das forças produtoras. Daí que Gramsci afirma que a “tarefa maior das forças comunistas é precisamente a de dar consciência e organização às forças produtivas, essencialmente comunistas, que deverão, ao se desenvolver e expandir, criar a base econômica segura e permanente do poder político do proletariado” (Gramsci, 2004a, p. 380).

O partido político aparece como liderança nos escritos de 9 de fevereiro de 1924, quando Gramsci, de Viena, se dirige aos companheiros do Partido Comunista Italiano. Nesta carta, Gramsci demonstra conhecer a psicologia difusa no movimento partidário e propõe orientação uniforme que proporcione segurança interna. Sugere que as autocríticas não sejam conduzidas para o plano pessoal, mas tenham como finalidade a formação de uma consciência coletiva revolucionária: “No momento que ingressemos numa fase de maior clareza nas relações partidárias internas e nas relações entre o Partido e a Internacional⁵²” (Gramsci, 2004b, p. 179-180).

⁵² A Internacional é o Partido Comunista mundial; é a referência de todos os PCs instalados nas nações.

Para Gramsci não existe partido acabado e definido, sempre há fases transitórias a serem percorridas. “E isso porque ele só se definirá quando tiver se tornado toda a população, ou seja, quando tiver desaparecido” (Gramsci, 2004b, p.182). No plano interno do Partido, é necessário que as relações aconteçam entre os organismos partidários considerando “exato e rigoroso a divisão do trabalho e a fixação das responsabilidades” (Gramsci, 2004b, p. 185). Gramsci sugere a criação de dois órgãos internos no PCI: 1. Uma comissão de controle que seja formada predominantemente por velhos operários. Esta comissão teria a função de julgar questões litigiosas dentro do PCI. É uma comissão que evita desvios de princípios revolucionários. 2. Um comitê de agitação e propaganda com o objetivo “de recolher todo o material local e nacional necessário e útil para o trabalho de agitação e de propaganda do partido. Ele deve estudar as situações locais, propor agitações, redigir pequenos manifestos e teses para orientar o trabalho dos organismos locais” (Gramsci, 2004b, p. 185). Além disso, Gramsci propõe que o comitê de agitação e propaganda deve iniciar o trabalho com o recenseamento dos membros do partido, diferenciando-os conforme a antiguidade e os cargos que ocupam e conforme a capacidade que demonstram, levando em conta os seus dotes morais e políticos.

No partido encontra a força maior para chegar ao comunismo. O partido é considerado a síntese de todas as formas de luta da classe operária para a libertação do capitalismo. “O partido indica o caminho para a luta tanto política como econômica” (Gramsci, 2004a, p. 316), para a formação de uma única classe social que é o autogoverno das massas.

Transparece nos escritos de Gramsci que a liderança necessita estar preparada para atuar em favor do partido político com uma clara ideologia. Luta associada à persistência em vencer por meio da organização social sem permanecer omissa diante das transformações que o momento exige. O representante de grupo social para Gramsci é alguém em constantes confrontos e embates políticos, não recuando diante de reais dificuldades.

2.4.2. Presença histórica

Utilizo-me dos fatos de vida dos escritos de Antonio Gramsci para desvendar a sua concepção de liderança. Atribuo valor maior à sua atitude tomada frente à história do que a própria história que então estava acontecendo. Entretanto, é igualmente importante entender o momento histórico vivido no entorno de sua realidade para analisar a postura de Gramsci. Em 1914, quando a Europa vive turbulências que provocam uma grande guerra, Gramsci não se distancia deste fato histórico. Ele participa assiduamente da organização de um partido político com o objetivo de tomada do poder na Itália e de lançar uma concepção de vivência harmoniosa para outras nações. É o ser histórico que se torna revolucionário dentro de uma realidade, naquele momento turbulento, procurando entender o momento e participando ativamente.

Gramsci, em seu artigo no jornal *Il grido Del popolo* de 31 de outubro de 1914, questiona a atitude passiva de neutralidade absoluta adotada e defendida pela corrente mais à esquerda do Partido Socialista Italiano que derrotou a corrente dos reformistas nos congressos de 1912 e 1914 e estava na direção do PSI. Não concordando com esta postura, Gramsci apresenta os socialistas como revolucionários que “não devem se contentar com a fórmula provisória da ‘neutralidade absoluta’, mas devem transformá-la em outra, ou seja, ‘neutralidade ativa e operante’” (Gramsci, 2004a, p. 48). Quanto aos revolucionários, Gramsci insiste que necessitam se imbuir de um espírito forte de não indiferença frente aos fatos para provocar as condições favoráveis à ruptura do sistema vigente na Itália. A revolução é concebida como uma ruptura definitiva do sistema vigente. O enfrentamento em Gramsci se dá com a atualidade dos fatos.

Gramsci, em seus escritos, procura estimular uma personalidade histórica na classe operária para desenvolver a nação. Gramsci deseja que a classe operária tenha o poder de iniciativa e de controle do Estado e das instituições. A sua sugestão é que esta classe, fortalecida com uma personalidade histórica, aponte as coordenadas para o desenvolvimento da nação. “A classe operária deve adquirir, nos planos espiritual e organizativo, consciência de sua autonomia e de sua personalidade histórica” (Gramsci, 2004b, p.39). Gramsci sugere que os conselhos de fábricas tenham sistemas e procedimentos estabelecidos pela própria classe operária. Gramsci acredita que as condições de liderança estão dadas nesta organização que acontece pelos

conselhos de fábrica que produzem autonomia e identificam a classe operária com personalidade própria na condução histórica do desenvolvimento de um país.

Karl Marx, Gramsci o destaca como historiador e o considera como alguém que leu o seu tempo e o esclareceu. A liderança é entendida como atributo de um ser histórico que estudava a partir da trama da vida. Por ocasião do centenário de nascimento de Karl Marx, Gramsci escreve no jornal *Il grido Del popolo*, um texto sobre Marx com o título *O nosso Marx* e assim o define: “Não é nem um místico nem um metafísico positivista, mas um historiador, um intérprete dos documentos do passado, não apenas de uma parte deles” (Gramsci, 2004a, p.161). Com Marx a história continua a ser o domínio das idéias, do espírito, da atividade consciente dos indivíduos isolados ou associados.

O controle interno do partido político é sustentado pelo conhecimento dos dirigentes do partido sobre as realidades locais e nacionais vividas. “A Itália vive do mar; não ocupar-se do problema dos marítimos como um dos problemas mais essenciais e ao qual o Partido deve dar a maior atenção é não pensar concretamente na revolução” (Gramsci, 2004b, p.187). Preocupa-se igualmente com a questão dos ferroviários e a questão do Sul. O Sul da Itália é avaliado como o reduto dos fascistas e não pode ser considerado como uma questão que será absorvida pelo âmbito normal da atividade política. Considera que o Partido tenha pessoas preparadas com conhecimento adequado para enfrentar os desafios da revolução socialista, prestes a acontecer, conforme Gramsci.

Na sua proposta de construção de uma nova civilização, Gramsci salienta o valor do conhecimento da realidade. Suas investigações e escritos remetem à situação italiana naquele momento histórico, relacionando-a com os demais países. Para inflamar pessoas em favor da luta revolucionária, o estudo e conhecimento da realidade tornam-se elementos de primeira instância para Gramsci. Não existe liderança fora do tempo e do espaço.

2.4.3. Capacidade de enfrentar desafios e estabelecer confrontos

No processo educativo das lideranças socialistas, o confronto com autoridades está presente como qualidade necessária da liderança. Gramsci desafia Mussolini e estabelece um confronto que o leva ao cárcere. A sua posição inicial de luta por uma organização da sociedade fundada em princípios comunistas permanece. O confronto traz em si a capacidade da desmistificação da autoridade. Em um destes confrontos, Gramsci afirma: “Ele (Mussolini) deveria ter distinguido, nas declarações do diretor do *Avanti!*, entre o que se devia ao homem Mussolini, natural da Romanha, e o que pertencia ao Mussolini socialista italiano”. Gramsci expõe a origem de Mussolini e a função que ora estava desenvolvendo. Apropriando-se destes dois dados, Gramsci coloca Mussolini mais próximo do leitor, fortalecendo a crítica que faz à postura que Mussolini adota frente ao proletariado e frente à guerra.

Os caminhos de Antonio Gramsci e Benito Mussolini se cruzam, e constantemente se lembra que a prisão de Gramsci foi provocada pelo fascista Mussolini em final de 1926. E qual a biografia anterior de Mussolini? Convém apresentar um pequeno histórico⁵³. Benito Mussolini (1883-1945), nascido na Romanha, iniciou sua atividade política no mesmo partido que Gramsci, no PSI. Foi um dos principais líderes da corrente intransigente revolucionária. Foi o editor do principal órgão de imprensa do PSI entre 1912 e 1915, o jornal *Avanti!*. No início da Primeira Guerra Mundial opôs-se à guerra e, em 1915, defendeu a intervenção da Itália no conflito, motivo pelo qual foi expulso do PSI. Fundou *Il popolo d'Italia*, jornal que depois veio a se tornar o principal órgão de imprensa do movimento fascista. Após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, juntamente com nacionalistas e ex-combatentes *fasci de combattimento*, que atacavam organismos operários e socialistas, sobretudo nas zonas rurais fundou as bases do Partido Nacional Fascista. Em 1922, foi nomeado primeiro-ministro com o apoio dos liberais que tinham medo do socialismo. Após sofrer um atentado contra sua vida, em 1926, instaurou um regime ditatorial.

No único discurso proferido por Gramsci na Câmara dos deputados, com a presença de Benito Mussolini, em 16 de maio de 1925, publicado em *L'Unità* em 28 de maio do mesmo

⁵³ Este histórico da vida de Benito Mussolini foi substancialmente retirado das notas de Carlos Nelson Coutinho em *Antonio Gramsci: Escritos Políticos*, volume 1, p. 460.

ano, ele foi contra o projeto de lei que coibia a ação das associações secretas. O fascismo afirmava que o projeto tinha a função de fiscalizar a maçonaria, mas Gramsci em seu discurso lembrou a ação do fascismo contra o Partido Comunista Italiano, que era considerado pelo fascismo como uma associação secreta. Gramsci faz duras críticas aos discursos dos fascistas que afirmam que a maçonaria tem um significado espiritual de correntes ideológicas e que estas afirmações apenas servem para os fascistas se enganarem reciprocamente. Gramsci questiona se esta “lei não será entregue à polícia para que prenda Fulano, Beltrano e Sicrano?” (Gramsci, 2004b, p. 301). Acrescenta que com o fascismo uma parte da população é obrigada a emigrar. Quando Gramsci apresenta a metodologia violenta do fascismo, afirma que “primeiro, quebram-se suas pernas; depois, faz-se um acordo em condições de evidente superioridade”; Mussolini retruca: “Primeiro quebram-se suas costelas, depois são postos na cadeia, como os senhores fizeram na Rússia! Os senhores têm seus prisioneiros e os conservam, além de servirem-se deles!” (Gramsci, 2004b, p. 305). E, na seqüência do discurso, Gramsci demonstra aceitar meios violentos de controle do Estado para impor a revolução: “É muito provável que nós também sejamos obrigados a usar os mesmos sistemas que os senhores usam, mas como transição, de vez em quando.” E justifica esta posição completando: “Adotaremos os mesmos métodos que os senhores adotam, com a diferença de que, enquanto os senhores representam a minoria da população, nós representamos a maioria” (Gramsci, 2004b, p. 307).

Gramsci afirma que, com a aprovação da lei que coibia a ação das associações secretas, o partido fascista “espera impedir o desenvolvimento de grandes organizações operárias e camponesas. Este é o sentido, o verdadeiro significado da lei” (Gramsci, 2004b, p. 307). Gramsci critica os fascistas pela opressão e extorsão de impostos, sobretudo da população camponesa meridional e “não restitui de nenhum modo, com serviços de nenhum tipo... para dar uma base de sustentação ao capitalismo da Itália do Norte” (Gramsci, 2004b, p. 309). No final do discurso, Gramsci sustenta repetidas vezes que a lei se voltará contra os operários e camponeses quando for aplicada. E conclui: “O movimento revolucionário vencerá o fascismo!” (Gramsci, 2004b, p. 311). Há um poder imanente na liderança de manter as convicções mesmo quando desafiado em duros embates.

Faço considerações sobre o relacionamento conflitivo entre os dois amigos – Gramsci e Togliatti – e companheiros de luta pela causa comunista, porque constato que

lideranças empenhadas por uma mesma causa são capazes de discussões acirradas e, por vezes, agressivas. Entretanto, não se esquecem de lutar pela causa que é motivo de sua amizade e de seu conhecimento mútuo.

Enviando uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista da URSS às vésperas da XV Conferência do PCR (Partido Comunista Russo) em outubro de 1926, quando o Partido passava por uma profunda crise que ameaçava uma cisão entre as principais lideranças e segmentos, Gramsci apela para a unidade partidária e “todo comunista e internacionalista deve estar disposto a fazer os maiores sacrifícios para que tal necessidade se realize” (Gramsci, 2004b, p. 392).

Togliatti, em resposta à carta de Gramsci, afirma que “no passado, o maior fator desta unidade era dado pelo enorme prestígio e pela autoridade pessoal de Lênin”. E segue: “Devemos nos habituar a controlar os nervos e a fazer com que os companheiros da base também os controlem” (Gramsci, 2004b, p. 393-4). Togliatti critica a posição insistente de Gramsci em defender acima de tudo a unidade e salienta mais a compreensão dos problemas russos e o não esquecimento de lutar pela causa comunista mesmo que o PCR esteja passando por dificuldades.

Gramsci responde a Togliatti: “Não creio que exista na carta – que deve, evidentemente, ser lida em seu conjunto e não através de trechos isolados e fora do contexto – qualquer risco de enfraquecer a posição da maioria do Comitê Central” (Gramsci, 2004b, p. 400). Como Gramsci havia sugerido ao companheiro e amigo Togliatti a possibilidade de arrumar alguns trechos da carta e trocar assuntos modificando a sua forma sem alterar o conteúdo, passando-os para início ou para o fim ele, repreende para Togliatti: “Por isso, o seu modo de raciocinar provocou-me uma impressão das mais penosas” (Gramsci, 2004b, p. 400); e ainda: “Todo o raciocínio que você apresenta está viciado pelo ‘burocratismo’ (...) lamento sinceramente que você não tenha compreendido a carta, e nem mesmo tenha tentado fazê-lo” (Gramsci, 2004b, p. 402).

Os confrontos demonstram conhecimento da situação e das idéias das pessoas. Estabelecem um tom de relacionamento simétrico desmistificando a autoridade e o poder. Há o risco de, por meio de confrontos que são desafiadores, ocorrerem debates ríspidos que podem comprometer a seqüência do relacionamento. Gramsci, ao confrontar-se com situações e pessoas,

não teme perder a interatividade. Considera que, quando há convicções claras a serem defendidas, não há limite para o embate discursivo. Ele exige do companheiro Togliatti, também membro da diretoria do partido, uma postura de defesa de interesses coletivos. A liderança em Gramsci está associada a confrontos e quem assume a postura de liderança não pode temê-los. O desafio é próprio de quem assume a representatividade em favor de uma causa. E o confronto igualmente desmistifica o oponente, criando a possibilidade de maior interatividade.

2.4.4 Liberdade e ação

Para Gramsci, as experiências históricas e espirituais constituem o indivíduo socialista, e as experiências proporcionam conhecimento, e este está associado à liberdade. E quanto maiores forem estas experiências, maior será a sua liberdade e mais “rica” de saber e de sabedoria. “A liberdade é uma relação de pensamento, condicionada pela cultura do indivíduo” (Gramsci, 2004a, p.282). Na seqüência do texto, associa o desenvolvimento da liberdade individual com o processo de desenvolvimento da cultura individual. A cultura para Gramsci está associada ao pensamento, à psicologia, ao comportamento, à capacidade de organização de um indivíduo ou um grupo social. E a liberdade aparece como um equilíbrio de forças que se concretiza em uma organização, em uma ordem. Gramsci considera esta liberdade a lei essencial do gênero humano; “é um processo ininterrupto e indefinido de libertação” (Gramsci, 2004a, p. 282).

Gramsci, escrevendo sobre a revolução russa que estava ocorrendo no período em que escrevia para o jornal *Il grido Del popolo* (29/09/1917), fala do primeiro momento da revolução: “conquistar a liberdade de pensamento e de ação” (Gramsci, 2004a, p. 114). Esta liberdade de pensamento e de ação deveria estar presente no proletariado, que não recuaria mais após ter claras as metas viáveis de alcançar. Metas estas que eram esclarecidas por Lênin, “que era o mestre de vida, o agitador de consciências, aquele que despertava as almas” (Gramsci, 2004a, p. 115) e metas executadas por Tchernov⁵⁴ “que é o realizador, o homem que tem um

⁵⁴ Gramsci reconhece mais tarde que superestimou Tchernov e cometeu equívocos. Como procuro condições de liderança em Gramsci, este equívoco se torna irrelevante. Gramsci descreve condições necessárias para o surgimento e formação do líder socialista.

programa concreto a pôr em prática, um programa inteiramente socialista. O maximalismo⁵⁵ russo encontrou seu líder” (Gramsci, 2004a, p. 115). Encerra o texto afirmando que “o proletariado russo, agora forte, disciplinado, consciente, prepara-se para sucedê-lo⁵⁶. Uma coletividade sobe ao trono de todas as Rússias”.

Gramsci entende que um pressuposto para a revolução, para a mudança, para a participação do cidadão é a conquista da liberdade de pensamento e de ação. Ao descrever Lênin e Tchernov, Gramsci apresenta dimensões presentes na sua concepção de liderança: mestre de vida, agitador de consciências, alguém que desperta almas, realizador, pessoa com programa concreto e socialista. Na frase final do texto, Gramsci acentua o aspecto da coletividade que vai governar a Rússia em substituição a um poder centralizado.

Como condições à liderança, Gramsci inclui as qualidades de justiça e liberdade. Justiça para os operários e liberdade de organização dos meios de produção para o proletariado. A única forma, para Gramsci, de impedir a violência da burguesia e conquistar a justiça e liberdade para os trabalhadores é pela tomada do poder pelos trabalhadores. As leis e ações da burguesia não trarão justiça e liberdade ao trabalhador. “Enquanto ela (a burguesia) detiver o poder, não se deve ter ilusões sobre a possibilidade de conquistar gradualmente justiça e liberdade” (Gramsci, 2004b, p. 61).

É uma liderança que se percebe livre e ativa. Quando age, é com liberdade interior, porque está convencida da necessidade de luta pela causa. Atuando com liberdade, a liderança desperta os demais pela possibilidade de conquista demonstrada na confiabilidade que a liberdade transmite. Gramsci considera que o proletariado deveria igualmente estar imbuído pela liberdade de pensamento e de ação, não recuando mais após ter clareza sobre os objetivos a serem alcançados.

⁵⁵ Na Itália, o termo “Bolchevique”, que em russo significa “majoritário”, era traduzido por “maximalista”. No Partido Socialista Italiano, os “maximalistas” eram os defensores da luta pelo programa máximo do partido e formavam as alas mais radicais.

⁵⁶ Gramsci afirma que Lênin, que foi um dos líderes da primeira revolução russa, que instituiu a república ao derrubar a autocracia czarista em fevereiro de 1917, será agora sucedido por Tchernov.

2.4.5 Capacidade de organização e produção de coletividade

A organização da sociedade promovendo união de forças para implantar o socialismo, segundo Gramsci, é tarefa dos intelectuais. O intelectual tem uma função de liderança que deveria formar o núcleo dirigente fundamental do partido e os aparelhos da sociedade civil que lutariam pela conquista do socialismo. “Enquanto representantes das classes subalternas, a eles cabia o papel de serem os principais dirigentes da transformação global da sociedade” (Bereid, 1998, p. 128). A denominação “intelectual” para Gramsci refere-se a quem tem a função de dirigir, de coordenar, de representar e é o responsável pela transformação da sociedade.

Sobre a base da organização, Gramsci escreve:

Todos os problemas de organização são problemas políticos. A tarefa fundamental é fazer com que o proletariado adquira uma completa independência política, a de emprestar-lhe uma fisionomia, uma personalidade e uma consciência revolucionária precisas, a de impedir qualquer infiltração e influência desagregadora de classes e elementos que não desejam travar a luta contra o capitalismo até as últimas conseqüências (Gramsci, 2004b, p. 348).

O lugar de trabalho é considerado por Gramsci como célula, é o lugar onde se encontra a base da organização do Partido. O operário tem capacidades revolucionárias como protagonista consciente e inteligente da revolução. A infiltração de outras classes, como, por exemplo, estratos da pequena burguesia, provocam um elemento paralisante no movimento revolucionário. A classe operária não pode dispensar os intelectuais e os camponeses e todos aqueles que são contra o sistema capitalista, mas a classe operária necessita garantir a função dirigente.

Para servir de referência para as massas, Gramsci considera de primeira necessidade a boa organização interna do Partido, tendo conhecimento de seus seguidores para controle de suas ações. Sobre a solidez da organização do Partido, Gramsci afirma que “a organização de um Partido deve ser centralizada, dirigida por um Comitê Central não só em palavras, mas em fatos. Uma férrea disciplina proletária deve reinar em suas fileiras” (Gramsci, 2004b, p. 351). Ao fazer estas afirmações, Gramsci não quer afirmar que o partido seja dirigido de cima para baixo, com sistema autocrático. A base da organização está em eleições que definem os membros do Comitê

Central e dos órgãos inferiores de direção. Há necessidade de uma democracia interna, que é o princípio da eleição dos órgãos dirigentes e relativos às condições da luta política. Outro quesito importante para a solidez da organização do Partido é que não haja dentro do Partido grupos organizados que assumam caráter de fração. Gramsci não é contra o surgimento de tendências dentro do Partido, sempre ressaltando que o fundamental é o desenvolvimento real e unitário de caráter dialético. “O Partido deve ter ‘iniciativa’ em suas bases, ou seja, os organismos de base devem saber reagir imediatamente a qualquer situação imprevista e inesperada; e ter a capacidade de efetuar um trabalho ‘subterrâneo’ (ilegal) e de defender o Partido contra todo tipo de reação sem perder o contato com as massas” (Gramsci, 2004b, p. 355).

Gramsci sugere que seus escritos são para serem refletidos pelos melhores operários a fim de que estes construam uma educação recíproca para uma ação concreta. Os escritos visam refletir sobre a possibilidade de articulação entre as instituições que carregam em si potencialmente o Estado socialista, hierarquizando competências e poderes, centralizando-as para criar uma verdadeira democracia operária, em contraposição ao Estado burguês. Os problemas seriam resolvidos por meio da prática da discussão em comum. Nos círculos de bairros, os operários, conforme o tamanho das fábricas, fariam sistemas eleitorais e para cada quinze operários, Gramsci sugere a escolha de um representante, um delegado. Todas as categorias de trabalhadores, como garçons, cocheiros, cobradores, lixeiros, empregados domésticos, comerciários e outros, elegeriam seus delegados e estes formariam o comitê de bairro. Em cada fábrica, ocorreriam eleições livres precedidas de comícios pelos elementos mais conscientes, para a transformação radical da psicologia operária, capacitando-a para o exercício do poder. Salienta Gramsci que o processo estaria sustentado na experiência vivida e histórica do companheiro de partido político e do trabalhador, difundindo-se uma consciência dos deveres e dos direitos. A democracia operária seria complementada por organizações de camponeses para produzir disciplina permanente às massas, criando uma escola de experimentação política e administrativa. Classifica esta organização como um exército em operação com firme coesão para não ser destruído.

Desta forma, Gramsci considera que o conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Ele vincula a organização do Estado proletário à organização do conselho. É por meio dos conselhos que Gramsci considera que os operários chegam à possibilidade de autogovernar-

se devido à formação e consciência produtiva que esta organização pode oferecer. Acontece um desenvolvimento intelectual e técnico do operário. A sustentação dos sindicatos e do partido encontra sua força na organização dos conselhos de camponeses, dos conselhos de fábrica, dos conselhos de diversos profissionais que atuam na sociedade.

No texto publicado no *L'Ordine Nuovo*, de 20 de fevereiro de 1920, Gramsci afirma que a organização do “congresso turinense dos conselhos poderá ser um grandioso evento de suma importância histórica” (Gramsci, 2004a, p. 334). A classe operária turinense seria reconhecida como exemplo de entusiasmo revolucionário, de trabalho ordenado e metódico para se educar e fundar condições de vitória no estabelecimento da sociedade comunista. A classe operária turinense novamente é apresentada como a grande liderança para toda a Itália por meio de sua organização em busca da verdade e da concretude dos fatos.

A capacidade de organização, em Gramsci, objetiva a tomada e exercício do poder. Os representantes de todas as entidades, conforme descreve Gramsci, estão destinados a promover organização dentro do seu grupo social. Fundamentado em Marx e, portanto, no elemento produção, Gramsci valoriza o conselho de fábrica e o considera como modelo do Estado proletário. A partir dos conselhos de fábrica surgiriam as lideranças que fariam parte do partido, estabelecendo relação direta com sua diretoria e compondo esta diretoria.

2.4.6. Valorização do sacrifício e da disciplina

Em março de 1918, Gramsci compara o povo russo, que passa por um profundo sofrimento, aos profetas de Israel. Valoriza as consciências, o espírito que predomina na história russa. E afirma “o mal jamais triunfa, pois ele é apenas a efêmera espuma do puro e infinito mar que fecunda a terra e faz com que ela possa ser a morada dos homens” (Gramsci, 2004a, p. 160).

Quando Gramsci escreve do sistema implantado na Rússia por Lênin, fala de um momento de “ditadura socialista” que se faz necessário para a execução deste novo sistema. O mesmo acontece ao escrever o texto no *L'Ordine Nuovo*, de 21/06/1919, sobre democracia operária. Escreve em forma de questionamento: “Como disciplinar as imensas forças sociais que

a guerra desencadeou, dando-lhes uma forma política que tenha em si a virtude de desenvolver-se normalmente, até tornar-se a ossatura do Estado socialista no qual se encarnará a ‘ditadura do proletariado?’” (Gramsci, 2004a, p. 245). Usa o termo ditadura para “dar vazão à fraseologia revolucionária” (Gramsci, 2004a, p. 249). A ditadura das coletividades seria a forma mais perfeita da prática comunista. Gramsci propõe uma forma útil de trabalhar que vise “antecipar” o futuro, ligando o presente ao futuro.

No texto “Operários e Camponeses” (Gramsci, 2004a, p. 264ss.) surge uma característica de liderança que os soldados russos adquiriram durante os quatro anos da Primeira Guerra Mundial. Para a guerra foram recrutados operários e camponeses que foram parar nas trincheiras. Foi uma experiência de sofrimento vivida por estes homens desconhecedores do território e da organização de sua nação. A sua psicologia restrita a sentimentos primitivos dependentes das condições sociais criadas pelo Estado é transformada por meio da guerra, capacitando-os a liderarem os conselhos de delegados militares. A participação na guerra como soldados de trincheira, período regado de sacrifício, de disciplina e por muito sangue derramado, surtiu efeitos psicológicos e conhecimento dos povos e território da nação. Esta disciplina feroz, adquirida com muito sacrifício e abnegação, produziu efeitos nestes camponeses e operários possibilitando-lhes, após a guerra, serem representantes de um determinado grupo social.

Escrevendo para os operários de Turim que planejaram greve por melhores condições de trabalho, Gramsci afirma que “a massa operária deve preparar-se para a conquista do completo domínio de si mesma; e o primeiro passo consiste em disciplinar-se mais solidamente dentro da fábrica, de modo autônomo, espontâneo e livre” (Gramsci, 2004a, p. 277). São características da organização de um grupo de trabalhadores: autonomia, espontaneidade, liberdade e um domínio disciplinado sobre si mesmos.

Gramsci considera que “a classe operária deve compreender toda a beleza e nobreza do ideal pelo qual luta e se sacrifica; deve entender que, para alcançar este ideal, é necessário atravessar algumas etapas; deve reconhecer a necessidade da disciplina revolucionária e da ditadura” (Gramsci, 2004a, p. 393). Há um ímpeto de paixão na luta proposta por Gramsci, há um ideal a ser perseguido, e este é nobre e belo. Há, sim, etapas a serem percorridas não sem

sacrifícios. O sacrifício faz parte das etapas a serem percorridas, e o líder apresentado por Gramsci necessita ter consciência de suas possibilidades.

Com a preocupação de garantir uma unidade ideológica no *L'Ordine Nuovo*, Gramsci decide que todos os artigos passem pelo 'imprima-se' dele antes de serem publicados. Insiste também que os operários façam sacrifício financeiro em prol do jornal que estava passando por dificuldades. A disciplina e o sacrifício também são requisitados para assuntos de propagação das idéias socialistas e para a formação de lideranças que lutem por estes ideais. Publica no jornal *L'Ordine Nuovo* (Gramsci, 2004b, p. 148) solicitando a colaboração e o sacrifício dos adeptos da revolução para contribuir em forma de dinheiro para enviar companheiros do partido comunista para a Rússia com o objetivo de estudar. Gramsci propõe os maiores sacrifícios em favor de formar boas lideranças socialistas com capacidade de pensar a sociedade com vistas a uma reorganização e assimilar as experiências vividas pela revolução russa.

A disciplina e o sacrifício são requisitados para assuntos de propagação das idéias socialistas e para a formação de lideranças que lutem por estes ideais. Para se chegar a uma sociedade socialista, há a necessidade de se passar por etapas de disciplinamento e sacrifício. As lideranças revolucionárias, conforme a proposta de Gramsci, precisam estar conscientes destas dificuldades. Ao lembrar os camponeses russos que foram transformados pela guerra em lideranças, Gramsci salienta como condição para o surgimento de lideranças sociais e políticas a necessidade da disciplina e a disponibilidade ao sacrifício.

2.4.7. Proposta revolucionária

As greves e os avanços conquistados com redução de jornada de trabalho para os trabalhadores na Itália, Gramsci considera que não alteraram o sistema, pois este continua capitalista, com os meios de produção na mão de alguns proprietários. A propriedade privada continua fortalecida, e os sindicatos mantêm o sistema e não rompem em direção a um sistema comunista, proposto por Gramsci. No sistema comunista, os trabalhadores seriam os donos das indústrias, dividindo o capital produzido. O ânimo e a vontade de trabalhar seriam outros. A organização aconteceria com maior facilidade, porque os trabalhadores se sentiriam responsáveis

pelo bom funcionamento dos meios de produção. A liderança que Gramsci propõe deve estar voltada para a mudança de sistema. Fazer a passagem do sistema capitalista para o sistema comunista. Uma liderança revolucionária que nasce do proletariado e se transforma por meio da participação nos conselhos em classe dominante. E esta é “tarefa do Partido Comunista na ditadura: organizar poderosa e definitivamente a classe dos operários e dos camponeses em classe dominante, zelar para que todos os organismos do novo Estado desempenhem efetivamente uma ação revolucionária e romper com os direitos e as velhas relações inerentes ao princípio da propriedade privada” (Gramsci, 2004a, p. 296-297).

Sobre as fases da organização da revolução, Gramsci apresenta de forma interrogativa a situação da frente popular que combate o fascismo. “Estamos para passar da fase de organização política das forças proletárias para a fase de organização técnica da revolução?” (Gramsci, 2004b, p. 378). Gramsci dá importância à fase organizativa política e técnica. Os representantes de grupos sociais necessitam levar em consideração estas potencialidades desenvolvidas nos indivíduos e no coletivo para avançar na ação e conscientização.

Por ocasião da morte de Lênin, Gramsci publica no *L'Ordine Nuovo*, em 1º de março de 1924, o texto intitulado “Líder”. Em novembro do mesmo ano, em *L'Unità* publica o mesmo texto intitulado “Lênin, líder revolucionário”. Inicia afirmando que “todo estado é uma ditadura. Nenhum Estado pode deixar de ter um governo, formado por um número restrito de pessoas, as quais, por sua vez, organiza-se em torno de um homem dotado de maior capacidade e de maior clarividência” (Gramsci, 2004b, p. 235). Justifica a ditadura do Estado pelo poder e liderança que o governante e seus aliados necessitam exercer. Gramsci valoriza a ditadura do proletariado que considera expansiva, não repressiva. E vê nesta ditadura um movimento que parte da base da sociedade e atinge os mais altos poderes. Considera o momento de instauração da revolução comunista em território italiano. O partido comunista italiano está crescendo, e isto o motiva a considerações mais elevadas em torno de uma tomada de posse do governo italiano. No proletariado “se verifica um contínuo intercâmbio através de todas as capilaridades sociais, uma contínua circulação de homens. O líder que hoje pranteamos encontrou uma sociedade em decomposição, uma poeira humana sem ordem nem disciplina, já que em cinco anos de guerra secara a produção que surge de toda a vida social” (Gramsci, 2004b, p. 240). Exorta as forças

comunistas para a revolução e a liderança necessita estar preparada para efetuar este processo revolucionário em uma sociedade aniquilada e desorganizada.

É uma liderança com personificação física da função de comando. Como afirma em seguida: “O líder, o Partido são elementos da classe operária, são uma parte desta classe, representam seus interesses e aspirações mais profundas e vitais” (Gramsci, 2004b, p. 240). E as relações que se estabelecem dos líderes com a classe operária e com o Partido são de caráter histórico e orgânico. Outro quesito que aponta como central na descrição das lideranças se refere à pergunta que faz na mesma página: “Como este Partido se formou, como se desenvolveu, através de que processos ocorreu a seleção dos homens que o dirigem?” Gramsci se remete à origem e formação do partido que é considerado líder. Lideranças maiores são os dirigentes que deram origem ao partido político e procuram formar pessoas com os mesmos ideais propostos pela revolução comunista. Na pergunta acima, o termo ‘como’ refere-se à metodologia, à pedagogia, à gestação histórica do sujeito, e o termo ‘processos’ remete a movimentos históricos, experiências vividas, socialização. As características do líder são construídas ao longo da história pessoal do sujeito. E “a cada dia é preciso compreender, prever, prover” (Gramsci, 2004b, p.237), afirma Gramsci. A atuação do líder está vinculada aos interesses do Partido e da classe social que representa.

Ter uma proposta revolucionária é uma condição essencial na liderança proposta em Gramsci. Está em jogo a transformação radical da sociedade: a passagem do sistema capitalista para o sistema socialista. Conforme esta condição, o representante de grupo social necessita almejar continuamente uma organização das bases sociais com vista à derrubada do poder. A mudança proposta viria de baixo para cima.

Acredito que estas sete condições de liderança em Gramsci apresentadas aqui, sintetizam sua vontade em construir uma nova civilização por meio de um projeto ético, político e econômico, proporcionando condições de revolucionar a forma capitalista de produção e alterando as relações sociais decorrentes deste sistema. A liderança que Gramsci propõe necessita tomar consciência da possibilidade de libertar-se do jugo opressor imposto pelas elites dominadoras dos meios de produção e das consciências. Uma liderança que necessita organizar-se para se tornar classe dirigente da própria história, utilizando-se de sua vontade de mudança e

de seu pensamento criativo para formar sujeitos autônomos que atuam coletivamente para a fundação de governos que socializam o poder e democratizam o conhecimento. Os embates tornam-se necessários para atingir a meta da construção de um Estado socialista.

É por meio de sacrifícios e sérios disciplinamentos que, aos poucos, se moldam convicções que fazem brotar transformações da realidade material e espiritual constituindo uma personalidade histórica daqueles que desejam vencer a luta contra a subjugação. Gramsci apresenta estas condições como necessárias para a formação de lideranças políticas e sociais.

2.5. Condições de liderança em Freire

Percorrendo a literatura de Freire, tenho como intenção analisar as condições que o autor propõe para a emergência e formação de lideranças. Freire prioriza a dimensão processual na aquisição de conhecimentos para contribuir na transformação da realidade e enfatiza a importância do ato educativo que está imanente em todas as condições para a liderança propostas por ele. Em seus escritos e falas transcritas para artigos ou capítulos de livro, as condições estão entrelaçadas, estão “na trama da vida”, mas deixam transparecer o líder que deseja construir por meio de suas reflexões e ações desenvolvidas em diferentes partes do mundo. Sistematizo, a partir de Freire, sete condições necessárias para liderança com vistas a uma sociedade participativa e democrática, conforme fundamentos propostos pelo Orçamento Participativo em diferentes partes do mundo.

2.5.1. Dialógico

A relação dialógica é algo marcante nos escritos e nas práticas descritas por Freire. Considera esta relação indispensável para a constituição do ser humano como um leitor do mundo. No processo de alfabetização de adultos, proposto e vivenciado por Freire, estabelece-se uma relação de diálogo entre educador e educando. Ambos assumem de igual forma que a pronúncia do mundo deva ser o objeto desta relação na produção de conhecimento.

A transformação do mundo acontece pelo trabalho e pelo dizer o mundo. Isto é próprio dos seres humanos. O dizer o mundo foi alterado na realidade chilena com o processo de “asentamiento”, que foi a transformação dos latifúndios em pequenas propriedades. O empregado virou patrão, e ocorreu um novo pensamento-linguagem. O munícipe, através do OP, vira “dono” da situação e definidor de investimentos, construindo autonomia.

Em *Pedagogia da Esperança*, Freire afirma que muitos grupos recorriam a ele para dialogar sobre temas apresentados em um dos seus primeiros e mais importantes livros, *Pedagogia do Oprimido*, que fora publicado em vários idiomas. Nestes diálogos, ocorriam debates, conforme afirma, “com uma ótica política para iluminar aspectos em relação direta com sua prática” (Freire, 1992, p. 122). O diálogo é caracterizado como condição para a iluminação de caminhos na realização de uma prática política. Estes diálogos aconteceram, sobretudo, no período em que Freire estava em Genebra. Eram grupos de estudantes universitários com seu professor do curso de pedagogia, eram grupos de operários, afirma Freire, na maioria das vezes italianos, que recorriam a ele para debater temas da *Pedagogia do Oprimido*.

Em *Pedagogia do Oprimido* (1981, p. 10), Freire afirma que “o diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização”. A pessoa, pela sua expressividade com o outro e com grupos de pessoas, se historiciza e colabora no caminhar. As decisões são tomadas a partir de diálogos. A pessoa é a partir de sua expressão dialógica e seu compromisso com a verdade manifesta. Em suas reflexões e análises sobre “Extensão e Invasão Cultural”, no capítulo II de *Extensão e Comunicação*, retoma um tema do livro anterior, *Pedagogia do Oprimido*: “A antialogicidade como fonte de uma teoria da ação que se opõe antagonicamente à teoria da ação que tem como matriz a dialogicidade” (Freire, 1975, p. 39). Destaca que no trabalho com agricultores, a postura do técnico é a postura de um aprendiz e como tal necessita ser dialógica e não bancária.

Em uma relação dialógica, a função do educador é aproximar-se da realidade do educando estabelecendo uma comunicação onde os sujeitos têm o objetivo de “aprender a dizer a sua palavra”⁵⁷. A manifestação da palavra é a manifestação do mundo, o que proporciona o desenvolvimento de autonomia por meio de um processo interativo que se estabelece entre as

⁵⁷ Título do prefácio de *Pedagogia do Oprimido* escrito por Ermani Maria Fiori.

consciências de mundo. O ato de o educador estabelecer um diálogo de respeito com os alunos não minimiza a sua função.

Eles (os educadores) são os responsáveis primeiros e os animadores de um processo crítico e inovador, onde o conhecimento é continuamente criado e recriado (mesmo o conhecimento como patrimônio já acumulado), numa dinâmica marcada por uma interação rica e fecunda, onde todos, professores e alunos, são sujeitos (Andreola, 1999, p. 77).

Para Freire, a relação dialógica pode ser verificada por meio de um pensamento coletivo sobre a realidade. E esta forma de pensar e se relacionar, conforme Freire, incomoda os autoritários, que se manifestam para impor. A forma autêntica de pensar é coletiva, estabelecendo uma relação dialógica. “Não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros nem sem os outros” (Freire, 1992, p.117). É pela manifestação dos alunos que se verifica se a educação é democrática ou autoritária. Quando há um pensar tímido, inautêntico ou, por vezes, puramente rebelde é a constatação de que ocorre uma imposição de conteúdo, uma imposição da visão de mundo do educador e educadora. E quando há um pensar coletivo, construtivo, crítico, há a demonstração de uma pedagogia dialógica no processo de elaboração do conhecimento e da autonomia.

A relação dialógica que se estabelece neste processo é condição necessária para uma conscientização da realidade numa abordagem em que a teoria e a prática andam no mesmo caminho, se complementando. Para Freire, a relação dialógica é um processo de aprendizado que proporciona despertar o indivíduo para uma atuação crítica na sociedade. A liderança necessita se valer de uma relação dialógica constante para constituir a capacidade de representar um grupo social. No processo de alfabetização, a idéia de pronunciar o mundo está associada ao ato de transformar o mundo.

2.5.2. Educador e Político

O educador precisa conhecer a realidade das massas populares. É a partir desta realidade que poderá retirar temas geradores para a alfabetização de adultos com vistas à ação cultural para a libertação. Somente assim poderá assumir um processo que desencadeia um conhecimento de si pelos alfabetizandos e com capacidade para ‘nomear’ o mundo por meio de uma linguagem escrita.

Freire destaca a importância de conhecer bem o contexto em que se está, o conhecimento da língua, a cultura do local. “Sem que o educador se exponha à cultura popular, dificilmente seu discurso terá mais ouvintes do que ele mesmo” (Freire, 1992, p. 108). O respeito à multiculturalidade não se constitui na justaposição de culturas, mas na liberdade conquistada de cada cultura em mover-se dentro da sociedade no respeito às diferenças.

O autor acredita que a educação deva estar relacionada com a compreensão profunda da linguagem e da palavra e da leitura do mundo como conquista para entender seus direitos. É uma condição para se tornar liderança que haja na pessoa o desejo de compreender a realidade. Freire propõe alfabetizar para escrever a sua vida, ler a sua realidade. E isto só é possível se a história for tomada nas mãos e haja unidade entre a prática e a teoria. E toda prática educativa implica uma teoria educativa em que ambas se refazem num movimento dinâmico, não acabado. A prática e a teoria podem ser superadas tanto por quem expõe, como por outrem. Daí a necessidade de abertura frente às críticas pessoais, mantendo viva a curiosidade.

A unidade entre a prática e a teoria na educação demanda a compreensão da unidade entre a prática e a teoria social que se dá em uma sociedade. Freire propõe alfabetizar a partir de palavras geradoras de realidades, palavras que têm um peso de significado para um determinado grupo social, que evocam situações de vida e produzem reflexão. São palavras que problematizam uma temática para a análise da realidade. Isto leva à compreensão dos alfabetizandos de que o fato de falarem, ainda não significa que pronunciam o seu mundo.

O que é a pós-alfabetização nos ‘asentamientos’? A alfabetização é o processo que capacita ler as letras e ler o mundo. E a pós-alfabetização “deve oferecer a possibilidade de superação do conhecimento ao nível ‘sensível’ das coisas e dos fatos para um conhecimento

científico de seu quefazer e de sua realidade” (Freire, 1982, p. 30). Freire sugere, a partir da redação de textos pelos camponeses assessorados por educadores de base e líderes camponeses, a organização de livros – as antologias camponesas. Trata-se de obras realizadas pelos aprendizes alfabetizando. No OP, temos as obras como pavimentação de ruas, redes de água, calçamentos, auxílios aos produtores rurais etc.

Na análise, tenho por objeto de estudo as condições existentes no processo do OP que viabilizam o surgimento e formação de liderança. A ampla maioria dos sujeitos entrevistados, moram na área rural ou são conhecedores desta realidade. Freire reflete a partir desta realidade no livro *Extensão ou Comunicação*, em 1969, apresentando o agrônomo como educador. Esta reflexão freireana auxilia no meu estudo para entender a atuação de alguns líderes junto às comunidades do interior. A compreensão das atividades rurais se torna necessária para um bom diálogo e encorajamento de mudanças junto a pessoas habituadas a seguir suas lidas diárias sempre da mesma forma no decorrer de décadas e, por vezes, séculos.

Freire apresenta o agrônomo com função de educador. “O agrônomo não pode limitar-se à esfera da substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por suas técnicas” (Freire, 1975, p. 55), pois considera que não há mudança de técnica sem alterar outras dimensões da existência humana e não há educação neutra. Portanto, o técnico e o cultural andam juntos. Freire faz uma análise de elementos necessários para a Reforma Agrária no Chile. Considera reforma agrária como um processo de mudança no trato com a terra, mudança de técnicas de cultivo e utilização da terra, e não a distribuição de terras como é a definição que habitualmente escutamos.

Nas considerações freireanas sobre a relação dos técnicos agrícolas com os agricultores, estão presentes condições relevantes em sua concepção de educar para a formação de lideranças. As condições existentes para uma mudança na técnica de cultivo da terra envolvem metodologias pedagógicas que ultrapassam o mero conhecimento da aplicabilidade. Somente então poderão ocorrer mudanças mais profundas, mudanças culturais e políticas com novas concepções éticas no trato com a natureza. Por analogia, posso considerar que a liderança comunitária necessita igualmente ter a consciência de alterações maiores que ela produz quando mobiliza uma comunidade para a conquista de uma obra do governo estadual ou municipal por

meio da mobilização dos moradores de uma comunidade interiorana. São concepções culturais, políticas, éticas, e eu diria concepções místicas em torno da política que sofrem alteração. A postura frente ao novo, frente à oportunidade de representar grupo ou grupos sociais diante de uma situação nova e talvez inusitada para muitas lideranças comunitárias já constituídas necessita uma postura de aprendiz. Aprendiz de novas tarefas coletivas e aprendiz em torno da coisa pública, pois o processo do OP apresenta o funcionamento do Estado à população, e isto é algo desconhecido. O conhecimento do processo, para Freire, era de maior importância, suplantando inclusive o conhecimento do produto final. As suas palavras refletem este pensamento: “Interessou sempre muito mais a compreensão do processo em que e como as coisas se dão do que o produto em si” (Freire, 1992, p. 18).

A política para Freire perpassa todos os atos da existência humana. Um dos elementos muito valorizados em Freire é a coerência entre a teoria e a prática. A liderança política em Freire é coerente entre o que diz e o que faz e prioriza a participação e construção coletiva de forma democrática. Ao falar do seu tempo como Secretário de Educação na Prefeitura de São Paulo, no livro *Política e Educação*, ressalta que, no início de seus trabalhos, “era preciso democratizar a Secretaria. Descentralizar decisões. Era preciso inaugurar um colegiado que limitasse o poder do Secretário” (2000a, p. 75). Uma secretaria aberta a discutir a teoria e a prática educativa. A dimensão política, em Freire, não é uma extensão da dimensão educativa; é a própria dimensão educativa. As duas dimensões não têm fronteiras. Sua metodologia de trabalho como Secretário de Educação comprova a unidade entre Educação e Política. Propiciar condições educacionais e políticas às pessoas é fornecer condições para o surgimento e formação de lideranças sociais e políticas.

2.5.3.Contextualizado historicamente

Outra condição necessária no processo de constituição de lideranças é a contextualização histórica do sujeito representante de grupo social. Trata-se do sentimento de pertença aos movimentos que a sociedade vive em determinado tempo e espaço. Trava-se uma luta localizada historicamente entre partes antagônicas, na procura de acordos. Em Freire, a luta

“é uma categoria histórica e social. Muda de tempo-espaço a tempo-espaço. A luta não nega a possibilidade de acordos, de acertos entre as partes antagônicas. Os acertos e os acordos fazem parte da luta, como categoria histórica e não metafísica” (Freire, 1992, p. 43). Esta caracterização da luta não significa que acabem os conflitos entre classes sociais.

Freire sugere unidades de aprendizagens nos mais variados campos: “No da agricultura, no da saúde, no da matemática, no da ecologia, no da geografia, no da história, no da economia etc.” (Freire, 1982, p. 30). No OP, existem temas sobre os quais a população estabelece debate, como agricultura, educação, saúde, habitação, lazer, transporte etc. Sobre estes temas a população discute e define melhorias a serem executadas pelos governantes. Acredito que o OP também possa ser caracterizado como processo alfabetizador e de conhecimentos interdisciplinares no que se refere ao conhecimento administrativo de uma cidade.

O contexto cultural é o local onde se geram os saberes. É deste mundo que o educando elabora seus saberes e adquire a sua visão de mundo. “São situações locais que abrem perspectivas para a análise de problemas nacionais e regionais” (Freire, 1992, p. 88). E a questão de consciência de classe oprimida para Freire passa primeiro pela consciência de homem oprimido. “Não é possível entender a história sem as classes sociais, sem seus interesses em choque” (Freire, 1992, p. 90).

Ao expor um exemplo dos Estados Unidos, onde Freire passa por 15 Estados em 45 dias, ele fala sobre a unidade na diversidade sem a qual “não há como sequer as *minorias* lutarem pelos direitos mais fundamentais, mais, se se pode dizer, mínimos, quanto mais superar as barreiras que as impedem de ‘ser si mesmas’ ou ‘minorias para si’, umas *com* as outras e não umas *contra* as outras” (Freire, 1992, p. 151). Na descrição que Freire faz de suas viagens à África retrata situações de racismo existentes naquele continente. Um domínio do branco estabelecido sobre o negro que nem pode dizer “meu Deus”, mas precisa dizer “vosso Deus”.

O ser humano existe dentro do mundo e com o mundo. Temos necessidade de nos sentir dentro de uma realidade e atuar junto a ela. Isto é próprio do ser humano. A existência é caracterizada por algumas dimensões específicas que nos fazem sentir dentro da história. Freire escreve que “o domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre a determinação e liberdade.

Consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação”. (Freire, 1982, p. 66).

Freire faz um comparativo entre os animais e os seres humanos nas suas relações com o mundo. “Enquanto os animais se adaptam ao mundo para sobreviver, os seres humanos o transformam de acordo com finalidades que se propõem, mesmo que sempre a partir de uma certa situação histórica a que chegam independentemente de sua consciência” (Freire, 1982, p. 68).

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire apresenta um líder que é um personagem dentro do tempo e “maleável” conforme as situações que se apresentam. Não pode ter postura fixa, pois então poderia ser caracterizado como dono dos homens e do tempo. Ele caminha com o evoluir da história, pelo transcorrer das experiências e situações que a vida apresenta.

Em suas andanças pelos continentes, Freire conhece Bishop em 1970, Ministro da Educação de Grenada, país da América Central. Freire descreve-o como grande líder e apresenta suas características. “Simplicidade de quem vive a coerência entre o que diz e o que faz; gosto da liberdade e o respeito à liberdade dos outros; a vontade de ajudar seu povo a ajudar-se, a mobilizar-se, a organizar-se para reperfilhar sua sociedade” (Freire, 1992, p. 170). Mas Freire destaca o movimento provocado em Grenada com a tomada de poder de um grupo de revolucionários que governam o país com o objetivo de recriar o poder com dimensões diferentes das até então em vigor. Em relação à função do militar, “é importante que se discuta sobre o espírito civil com que e só com que podemos refazer nossa sociedade. O militar só tem sentido quando se sabe a serviço da sociedade civil. É ela que dá sentido a ele, não ele que dá sentido a ela” (Freire, 1992, p. 171).

A pessoa que se contextualiza historicamente tem capacidade de representar um grupo social porque entende o funcionamento e organização da sociedade o que possibilita a sua coordenação. O poder do representante deve ser encaminhado para a vontade popular. E são oportunidades que surgem no decorrer da história que facilitam transformações sociais, e, como exemplo, Freire descreve o caso do grupo de Bishop, que aproveitou a “oportunidade histórica na tomada do poder. Oportunidade que existe em nós mesmos nas relações entre nós e o tempo, na intimidade dos acontecimentos, no jogo das contradições” (Freire, 1992, p. 170).

Escrevendo a Guiné Bissau, Freire relembra constantemente a situação de país colonizado pelos europeus com a necessidade de criar sua própria história por meio do contexto do momento. “O problema que se coloca é de como reorientar o seu sistema educacional superando totalmente a herança colonial” (Freire, 1977, p.124). Um sistema educacional relacionado com o contexto do país que está em reconstrução na sua quase totalidade. Freire sugere para os educadores levarem em consideração os elementos culturais e históricos propondo, inclusive, a utilização de palavras geradoras voltadas ao cultivo do solo como, por exemplo, a palavra arroz. Colocar esta palavra nos livros didáticos onde se estudam a geografia, a política, a história do arroz e propõe uma relação entre saúde e arroz. Arroz é uma expressão forte para o povo de Guiné-Bissau, pois é um dos alimentos mais utilizados na cozinha daquele país.

A necessidade da contextualização histórica como condição para a liderança em Freire encontra seu sentido na possibilidade de ação para a transformação desta realidade. Sempre há um tempo e um espaço onde seres humanos atuam. A liderança não está fora destes elementos, se não seria lunática ou mantenedora de tradições distantes de sua identidade cultural. É a partir da própria realidade que se constrói a sua transformação, e a liderança necessita estar situada dentro de seu tempo histórico. É a partir da realidade que a liderança vai se manifestar e lutar por transformações.

2.5.4 Capacidade de síntese cultural

Fazer do latifúndio um minifúndio de forma mecânica e acrítica é fazer dos camponeses puros objetos da transformação e não sujeitos da transformação. Conforme Freire, “é indispensável que os camponeses adotem novos procedimentos técnicos para o aumento da produção e para isto é preciso estender a eles as técnicas dos especialistas, com as quais se pretende substituir seus procedimentos empíricos” (Freire, 1982, p. 31). Este ‘estender’ não é um processo mecânico, porque técnicos e camponeses se encontram condicionados histórica e culturalmente.

E este processo de adoção de novas técnicas de produção pelos camponeses é um trabalho de capacitação onde se levam em consideração o conhecimento e a prática do camponês. Freire considera que os obstáculos ao aumento da produção, enfrentados pelos técnicos, são em grande parte obstáculos de caráter cultural. Existe no camponês uma cultura cristalizada que não é mecanicamente modificada quando o empregado vira patrão pela reforma agrária, pelo ‘asentamiento’. A cultura do silêncio que é a cultura do patrão dominador; a cultura sustentada por um sistema de relações dominadoras e dependentes permanece incrustada no assentado. Com a capacitação de novas técnicas, os camponeses necessitam discutir a cultura do silêncio pela qual foram oprimidos pelo latifúndio. Freire denomina este processo de síntese cultural em oposição à invasão cultural que seria uma forma assistencialista, vertical e manipuladora. Pelo processo “da síntese cultural, os camponeses assumem o papel de agentes da ação” (Freire, 1982, p. 35).

Esta ação cultural pela síntese tem como ponto de partida temas geradores que proporcionam uma reflexão crítica sobre si mesmos, percebendo a própria realidade. É um momento de teorização da prática social de que participam os camponeses.

Por meio desta atuação dos educadores junto aos camponeses, Freire sugere uma modificação na concepção de atuar e dirigir uma propriedade rural. Há igualmente uma proposta de alteração no imaginário dos camponeses no que se refere à idéia de patrão. Freire diz que os camponeses devem se orientar por um novo patrão é a *Corporación de la Reforma agraria* implantada no Chile. E este novo patrão, dentro do qual Freire atua prestando serviços de assessoria educacional/cultural, traz dentro de si uma outra idéia de trabalhar o campo. É uma nova forma de liderança camponesa que propõe respeito cultural, respeito às origens e o estabelecimento de um diálogo entre técnicos e camponeses.

Freire propõe o rompimento da concepção ingênua e, para isso, propõe que se admire o problema proposto de dentro dele. Não encarar o título a ser desenvolvido como um rótulo. A visão ingênua está associada ao fatalismo, ao determinismo da realidade. Sugere que esta visão vá cedendo lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se e a uma esperança crítica movendo os indivíduos em favor de uma mudança radical da sociedade. E acrescenta: “Ao trabalhador social reacionário nada disto interessa” (Freire, 1982, p. 40).

“O trabalhador social que opta pela mudança não teme a liberdade, não prescreve, não manipula” (Freire, 1982, p. 41). Quando é desenvolvido um assunto sustentado pela relevância do rótulo, ele não atinge a essência da discussão, e a luta permanece no plano externo da demanda e não atinge o plano da liberdade, que é a entrada em um plano de infinitas relações e capacitações frente ao outro e ao mundo. O processo de síntese cultural não acontece, porque os assuntos estão desvinculados das reais discussões vivenciais das pessoas envolvidas no debate. A discussão necessita acontecer a partir de elementos vivenciais, de lutas desencadeadas a partir das condições das pessoas envolvidas no debate. Em vez do rótulo manipulador, para uma elaboração de síntese cultural, o tema, motivo da relação entre pessoas, necessita nascer do espaço-tempo vivido pelo trabalhador social.

Como condição para a liderança pelo processo de síntese cultural, o sujeito debate assuntos pertinentes ao seu cotidiano. Quando os assuntos estão desvinculados de sua realidade, não há possibilidade de encontrar sentido e nem compreensão dos temas, apenas manipulação direcionando o debate para algo distante do real naquela situação. A promoção da síntese cultural é condição para o surgimento e formação de lideranças pela ampliação da compreensão que o debate gera quando os temas encontram eco entre as pessoas que fazem parte de um encontro. O OP lança variados temas para debate, e os indivíduos escolhem os temas de interesse. Possibilitar um debate sobre temas vivenciais é condição necessária para o desabrochar de representantes sociais diante sua realidade. A síntese cultural somente será ampliada quando o tema debatido encontra referências no cotidiano vivido por determinado grupo social.

2.5.5. Espírito lutador e libertador

Nesta condição necessária para a liderança, Freire centraliza a reflexão em uma relação entre o oprimido e o opressor no primeiro período de seus escritos. Ao revisitar estes escritos, ocorrem mudanças apresentadas na *Pedagogia da Esperança*. “São homens e mulheres em libertação, entendendo causas que provocam a opressão, adquirindo compreensão e força para a libertação. O medo à liberdade é uma convivência dos oprimidos com os opressores” (Freire, 1992, p. 19). O medo é antônimo de luta e não caracteriza uma condição para a liderança

em Freire. O êxito da luta está vinculado à consciência ética e política. É uma luta que se trava com princípios conforme afirma: “Para o êxito da luta, a consciência ética e consciência política dos lutadores têm importância decisiva” (Freire, 1992, p. 172).

Na dedicatória do livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire afirma: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.” Propõe luta para a libertação dos homens, mas não se considera libertador dos oprimidos. Trata-se de luta intelectual, luta organizativa, persistência esperançosa; construção para a liberdade como processo coletivo onde o líder está junto ao povo e com ele se compromete. O aprendizado para Freire tem como referência os excluídos, denominados de esfarrapados. Deles se aprende e neles o líder se descobre para sofrer, mas, sobretudo, para lutar. O líder se entende como “radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em círculos de segurança, nos quais aprisione também a realidade” (Freire, 1981, p. 24).

Também há casos em que Freire sugere uma obediência singela como elemento de luta e condição para o surgimento de lideranças inclusive com características libertadoras. É o caso da obediência do escravo, porque é a única forma de mantê-lo vivo. “Obediência como rebeldia, na aparente acomodação” (Freire, 1992, p. 108). Caso não obedeça ao feitor, é morto. A obediência aparece como forma de sobrevivência e de manter vivos os sonhos.

Trabalhar na educação significa lutar pelos direitos dos trabalhadores da educação. Luta pelos direitos e pela dignidade faz parte da prática docente. Encontrar novas formas de fazer greve, lutando contra o descaso dos poderes públicos que transformam a função do docente em bico, como afirma na *Pedagogia da Autonomia*. A luta para se libertar do jugo do baixo salário imposto pelo poder público por meio da organização da classe trabalhadora na educação é condição necessária para o desenvolvimento de uma boa prática educativa nos estabelecimentos educacionais. Esta luta caracteriza o docente como liderança social e política frente aos seus educandos, que com ele aprendem direitos e dignidade da função de docente. E frente às enormes dificuldades que educadores encontram para se organizar e reivindicar melhores condições para o desempenho de suas funções tão importantes para a sociedade, Freire fecha sua reflexão sobre este saber necessário à prática educativa com a seguinte frase: “A questão que se

coloca, obviamente, não é parar de lutar mas, reconhecendo-se que a luta é uma categoria histórica, reinventar a forma também histórica de lutar” (Freire, 2001, p. 76).

A liderança freireana está associada ao educador que não se liberta sozinho e necessita romper com práticas educativas autoritárias para chegar à libertação, conforme *Ação Cultural para a Liberdade*:

O educador para a libertação tem de morrer enquanto exclusivo educador dos educandos no sentido de renascer, no processo, como educador – educando dos educandos. E propor que os educandos também ‘morram’ como exclusivos educandos do educador para que renasçam como educandos-educadores do educador-educando (Freire, 1982, p. 92).

A condição de espírito libertador em Freire está associada ao espírito lutador. Não há libertação sem luta. A “luta” se estabelece entre homens e mulheres, por meio de uma relação dialógica e de respeito às liberdades e diferenças. “A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades” (Freire, 2001, p. 119). O espírito libertador não é sinônimo de espírito aventureiro. Há responsabilidades e compromissos imbuídos no ato de ser livre.

2.5.6. Revolucionário

A condição de uma proposta revolucionária em Freire tem por objetivo a transformação da sociedade de classes com vistas a uma construção da sociedade socialista. Nesta condição está presente uma atividade que nasce das massas e para as massas populares está direcionada. A liderança nascerá dentre o seu grupo social e para o qual exerce influência, procurando modificar sua situação. Freire, em *Ação Cultural para a Liberdade*, assim descreve o projeto revolucionário:

Um projeto verdadeiramente revolucionário, por ser autêntico na medida em que vai cumprindo sua vocação natural: a de selar a unidade, a comunhão, entre a liderança revolucionária e as massas populares, na prática da transformação da sociedade de classes e na construção da sociedade socialista (Freire, 1982, p. 78).

Os revolucionários devem exigir de si coerência entre o falar e o agir, o discurso e a prática, levando em consideração as condições históricas para realizar amanhã o impossível de hoje. E descobrir procedimentos mais eficientes para que as classes dominadas superem os níveis de consciência semi-intransitiva e transitivo-ingênuo para a consciência crítica, o que é ação cultural preparando-se para ser revolução cultural.

Freire distingue dois momentos no processo revolucionário: 1. O da ação cultural, que é o momento de oposição às classes dominantes com táticas de conscientização das massas para estabelecer uma ruptura no sistema dominador; 2. A revolução cultural “se faz com a revolução já no poder onde há a necessidade de comunhão íntima entre os líderes e o povo que se tornam um só corpo e permanente processo de auto-avaliação” (Freire, 1982, p. 84-85).

Freire considera que a liderança revolucionária está naqueles que promovem a organização do povo a partir das necessidades do povo. Freire critica o líder populista que é apresentado como anfíbio: vive na terra e na água; entre as oligarquias dominadoras e as massas. E simplesmente manipula e não luta pela verdadeira organização popular. Considera que o líder populista pode superar sua natureza dual optando pelas massas, deixando assim de ser populista e manipulador e se entregando ao trabalho revolucionário de organização.

Freire cita Che Guevarra: “O verdadeiro revolucionário é animado por fortes sentimentos de amor. É impossível pensar um revolucionário autêntico sem esta qualidade” (Freire, 1992, p. 45). Amor este que necessita ser expresso na educação revolucionária na capacidade de o educador “assumir o momento do educando, a partir de seu aqui e de seu agora” (Freire, 1992, p. 46). Na *Pedagogia da Esperança*, Freire apresenta condições e características presentes em um personagem revolucionário:

Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar (Freire, 1981, p. 24).

Em determinados momentos históricos as dificuldades são maiores para encontrar caminhos na realização de determinados objetivos. Diante da institucionalização da violência e da cultura do silêncio imposta pelo golpe militar, a liderança revolucionária na sua aprendizagem

necessita de maior aproximação e envolvimento com as massas populares para distinguir o que é uma ação revolucionária do que fazer reacionário. “Um projeto de ação revolucionária, o mais mínimo que seja, se distingue do que fazer reacionário, não só do ponto de vista de seus objetivos, mas também quanto a seus métodos e a seu conteúdo” (Freire, 1982, p. 79).

Como condição para a liderança revolucionária, Freire insiste que ela possa ser distinguida dentre as demais por meio de seus métodos e conteúdos. Acentua constantemente que o aprendizado para a atuação vem das massas populares. A aproximação e envolvimento com as massas populares são condições necessárias para que a liderança revolucionária encontre credibilidade na procura da realização de objetivos voltados para a realização de necessidades das massas.

2.5.7 Consciência crítica

As condições freireanas na constituição de lideranças estão vinculadas a elementos pedagógico-educacionais. A formação de uma consciência crítica passa igualmente por uma educação crítica. Para a constituição de lideranças e sua formação, Freire aponta a curiosidade crítica como prática educativo-progressista. O que nos primeiros escritos freireanos era consciência crítica, em *Pedagogia da Autonomia* transformou-se em curiosidade crítica que constrói e reconstrói o mundo dos humanos. “Uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil” (Freire, 2001, p. 36).

Conforme a atuação dos seres humanos sobre a realidade, transformando-a com seu trabalho, a consciência está condicionada e se expressa através de diferentes níveis. O nível de consciência tem uma relação dialética com as condições materiais da sociedade e com a estrutura social na sua relação dialética entre a infra-estrutura e a supra-estrutura.

Na *Pedagogia do Oprimido*, Freire apresenta explicações em torno de um despertar de uma consciência crítica. Considera fundamental o distanciamento de seu mundo vivido para poder problematizá-lo e descodificá-lo criticamente por meio de um movimento interior da

consciência do ser humano que se redescobre como sujeito deste mundo experimentado. Freire considera que a consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas. Este método pedagógico visa a humanizar o homem e o mundo transformado racionalmente pelo homem. Esta conscientização não acontece isoladamente, mas na relação com outras pessoas, caso contrário seriam consciências incomunicáveis. Por isso, consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo e é abertura, conforme Freire.

Como é a pedagogia do oprimido? Sucintamente: o oprimido necessita desvelar o seu mundo, defrontar-se com a realidade externa e consigo mesmo; necessita constatar este mundo da opressão. Frente a esta constatação necessita comprometer-se na vida concreta por meio de uma práxis que tem duas dimensões – ação e reflexão. O oprimido caminha por meio desta pedagogia na sua transformação e para a transformação do mundo, da realidade externa. O caminho inicial e permanente é a tomada de consciência da própria situação que acompanha o processo. E, no processo, a pedagogia deixa de ser uma pedagogia dos oprimidos e se torna pedagogia dos homens em constante libertação.

Na cultura do silêncio, estão formas especiais de consciência dominada. Enquanto o Primeiro Mundo fala, o Terceiro Mundo, com sua sociedade dependente e semi-silenciosa, reflete a voz imperial. No Brasil, o golpe militar de 1964 instaurou a cultura do silêncio às massas populares.

Em *Ação Cultural para a Liberdade*, (p. 80ss.), Freire expõe três níveis de consciência.⁵⁸ Em suas análises na década de sessenta, o primeiro nível é descrito como uma das formas de consciência dominada, nas sociedades dependentes, e se caracteriza por uma quase “aderência” à realidade objetiva. A consciência não toma distância da realidade para conhecê-la criticamente. É a consciência “semi-intransitiva” associada ao fatalismo e a uma concepção de inferioridade natural. Conforme Freire, descrevia nos anos sessenta, esta forma de consciência se encontra, sobretudo, nas áreas rurais da América Latina onde os camponeses realizam ritos mágicos de natureza sincrético-religiosa. A alteração da consciência neste nível geralmente não é

⁵⁸ Retratava o contexto da época, apresentando três níveis de consciência, o que mais tarde Freire simplificava falando apenas de dois níveis, consciência ingênua e consciência crítica, ou curiosidade ingênua e curiosidade crítica.

penosa. Educadores que trabalham com pessoas deste nível de consciência necessitam ter uma opção política clara.

Um segundo nível de consciência é a “transitivo-ingênuo”, onde as contradições da sociedade aparecem e a consciência popular é mais exigente provocando apreensão na classe dominante. Nesta fase, aparecem governos populistas como no caso brasileiro. O populismo é manipulador e fator de mobilização democrática. A consequência do populismo para Freire é um clima de pré-revolução, e o seu contrário é o golpe de Estado. E o desfecho depende do nível em que se encontre a luta de classes na sociedade. O golpe militar é caracterizado como um poder antipopular que, como no caso brasileiro, firma um silêncio nos setores populares que são excluídos das esferas de decisão.

No terceiro nível, está a consciência crítica, como uma consciência indagadora, inclinada ao desvelamento de algo, “como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta” (Freire, 2001. p. 35). A liderança em Freire aparece com sua criticidade indagadora. Como característica desta condição de liderança encontra-se a postura frente à realidade voltada para a transformação por meio do desvelamento. O caminho percorrido passa por uma curiosidade crítica direcionada a uma prática educativo-progressista.

Em relação à descrição destes três níveis de consciência isso correspondeu a uma época, e os apresento como metodologia freireana de entender o seu percurso. Cabe aqui destacar que a criticidade aparece como condição de liderança devido à curiosidade de compreensão que o indivíduo necessita ter para atingir capacidade de participar do seu grupo social contribuindo na sua transformação. A curiosidade crítica é condição relevante na constituição de lideranças, pois demonstra o seu grau de abertura frente a possibilidades e sonhos. A curiosidade fortalece a persistência na luta por uma conquista, o que corrobora igualmente sua criticidade pela participação e conhecimento produzido ao longo de um processo construído coletivamente.

Estas sete condições de liderança em Freire, aqui apresentadas, sintetizam condições necessárias para o surgimento e formação de lideranças portadoras de possibilidades de emancipação conforme o propósito de Freire. As condições se sobrepõem, se entropõem e se complementam na tentativa de apresentar um Freire dialógico, educador e político,

contextualizado historicamente, com capacidade de síntese cultural, com espírito lutador e libertador, revolucionário e com consciência crítica.

2.6 Gramsci, Freire: propostas educadoras para a liderança

A liderança atua de acordo com a educação recebida, refletida e vivenciada. O sujeito líder tem uma formação cultural adquirida pelo cotidiano, e, conforme a educação e cultura, a liderança assume características democráticas e dialógicas ou autoritárias. Gramsci e Freire, em suas obras e atividades, respondem questões sobre uma proposta educadora: Onde acontece esta educação? Que relações sociais acontecem neste processo educativo? E qual o conteúdo proposto?

2.6.1. Onde acontece educação?

Gramsci “transmite a idéia de que lugares diferentes de prática social podem ser transformados em lugares de educação” (Mayo, 2004, p. 45). Os espaços são muitos desde círculos, clubes e associações ligados às organizações políticas da classe operária como os sindicatos e os partidos. No presídio em Ustica, criou uma Escola Prisional que se disseminou por toda as prisões da Itália onde havia presos políticos. Estes espaços variados para educação revelam em Gramsci uma vontade infatigável de luta por mudança social. Outros espaços eram os jornais e revistas como o *L'Ordine Nuovo*, periódico lançado por Gramsci, Terracini e Togliati em 1º de maio de 1919 e que fora planejado para que os trabalhadores de Turim pudessem se apropriar de elementos críticos da cultura dominante e elaborar aspectos emancipatórios da cultura popular⁵⁹.

Freire, no início de seu trabalho como educador, aposta na alfabetização de adultos como lugar privilegiado para educação. Ele favorece atividades dentro do sistema escolar e em

⁵⁹ Nos *Escritos Políticos* de Gramsci, publicados por Coutinho (2004), encontram-se as descrições da fundamentação socialista nos Jornais do Partido Socialista Italiano.

espaços fora dele. Em diálogo com Myles Horton, Freire comenta sobre Jenkins, “um grande educador, sendo um motorista criou uma escola no ônibus para que as pessoas pudessem aprender” (Freire, 2002, p. 106). Em sua prática educativa, Freire vivenciou com intensidade diferentes lugares de educação quando trabalhou como secretário de educação da Cidade de São Paulo, trabalhando com sujeitos de diversas áreas do conhecimento para aprimorar a educação.

Diante do conhecimento do problema da educação formal e institucionalizada, cabe pensar em alternativas viáveis para a educação. O OP aparece como um espaço educacional onde soluções são apresentadas para o debate e possível execução. Entendo que o OP não é tratado pelos seus coordenadores como espaço educacional para não correr o risco de ser considerado como um espaço de educação formal. A maioria das pessoas carrega consigo a compreensão de que a educação está diretamente associada à escolarização, sala de aula, professor/aluno, dando a entender uma hierarquização de relacionamento onde um conhece e outro está aí para escutar e aprender.

Como atributo coletivo de liderança escolar pode ser considerada a professora que tem técnicas e habilidades de ensinar as crianças a ler e escrever com facilidade. Torna-se uma professora respeitada nesta área e influencia as demais. Não raro professoras do ensino médio são respeitadas pelas colegas de profissão conforme o índice de reprovação que alcançam em sua matéria. Verifica-se que há estabelecimentos escolares na Região do Vale do Caí onde educadores que têm um alto índice de reprovação entre seus alunos são considerados lideranças na entidade escolar e não raro chegam a ocupar cargos diretivos. Provocar o temor entre os discentes aparece como liderança. Não é a concepção que Freire deseja como condição para o exercício da liderança em espaços educacionais. Sua forma é dialógica e de respeito aos saberes presentes nos educandos.

2.6.2. Que relações sociais acontecem no processo educativo?

Gramsci, do ponto de vista das relações sociais, escreve muito sobre a formação e função dos conselhos de fábricas. Entende que deveria haver uma colaboração entre os trabalhadores manuais, os trabalhadores especializados, os engenheiros e os diretores técnicos.

Da mesma forma, sugere Gramsci, os trabalhadores deveriam atuar em diferentes setores dentro de uma fábrica para entender todo o processo de produção adquirindo a capacidade de substituir o poder da gerência na fábrica. A guerra também criou a “necessidade aguçada e iluminada pela educação política, necessidade que só pode ser satisfeita pelo conselho de fábrica e pelo sistema dos conselhos” (Gramsci, 2004a, p. 351). Por meio desta aptidão adquirida na fábrica, o trabalhador seria capaz de entender o funcionamento da sociedade. O espírito de colaboração adquirido na fábrica possibilitaria aos trabalhadores uma prefiguração do Estado Socialista e democrático. Segundo Mayo, “as relações sociais da educação, envolvendo trabalhadores-educadores e trabalhadores-aprendizes, teriam de ser participativas e radialmente democráticas para que os conselhos se provassem efetivos em seu trabalho prefigurativo” (Mayo, 2004, p. 48). Como objetivo desta relação democrática resultaria um aprendizado de habilidades econômicas e administrativas.

Verificando o OP na concepção de educação e possibilidade de formação e surgimento de lideranças, as reflexões a partir de Gramsci me fazem lembrar uma assembléia municipal ocorrida em um pequeno município da Região do Vale do Caí - RS, quando entrevistei um gerente de fábrica, a maior do município, que estava conduzindo⁶⁰ os funcionários para votar na prioridade do município: ligação asfáltica. Estavam todos os funcionários, segundo o gerente, convictos que esta era a prioridade mais importante para os munícipes e para a fábrica, pois diminuiria os custos para a entrada e saída de produtos. A preocupação da noite na assembléia se centrou em votar certo e na hora certa, não tendo como preocupação os demais debates e informações que estavam acontecendo. O momento era de tirar proveito do processo do OP para conseguir alguma benfeitoria própria, melhorando as condições dos empresários. O OP Estadual propiciou momentos de disputa entre municípios, pois vencia o município que conseguisse o maior número de votos em favor de uma prioridade.

O gerente também me informou que haviam feito reunião com os funcionários dentro da fábrica esclarecendo o processo do OP. Neste primeiro momento de participação no OP, percebo que os funcionários ficaram restritos a manifestação através do voto e este induzido pelos patrões e governantes municipais. Também entendo que a obra solicitada era de interesse

⁶⁰ A fábrica parara as máquinas naquele período, e os funcionários estavam sendo vigiados pelo gerente que conferia a presença destes dentro do salão comunitário.

público, o que certamente foi motivo de conversas entre os funcionários na fábrica e em diferentes espaços sociais. A forma adotada pela empresa de conduzir e vigiar os funcionários revela a falta de espírito democrático. O objetivo estava restrito a uma única conquista e a metodologia de atuação das autoridades empresariais e políticas foi a de conduzir, vigiar e induzir coibindo a manifestação pública dos funcionários daquela fábrica.

Conforme Freire, o sistema político em território brasileiro está viciado e está sendo mantido em grande parte por uma “cultura do silêncio”. São vícios históricos. Há um longo caminho a ser percorrido até a constituição de um Estado popular e democrático. Há carências sérias onde populações não se sentem incorporadas nos processos históricos de gestão. Populações que se consideram espectadoras das decisões. Votam por questão de obrigatoriedade. Consideram a política como uma fatalidade necessária e pouco procuram interferir nos sistemas estruturais da sociedade. Quando não são leis, são formas de indução que consideram os indivíduos como objetos.

Gramsci, em sua prática educativa, “oferecia sugestões a respeito da conduta ética, solicitando esclarecimentos de opiniões e fazendo objeções para evitar argumentos contraditórios. A sua atitude era a de professor socrático, de um educador paciente que refuta a retórica e a demagogia” (Mayo, 2004, p. 48). Para Gramsci, o diálogo e outros elementos de uma educação participativa necessitam estar fundados na informação e no rigor para a classe operária. Pois, do contrário, o diálogo poderia representar mera retórica. Há, sim, a necessidade de instrução do educador que compartilha e produz conhecimentos. Pois sem análise crítica o aprendiz fica preso num mesmo paradigma de pensamento. A educação ocorre de forma dialética pelo relacionamento recíproco entre o trabalhador-educador e o trabalhador-aprendiz.

Freire enfatiza a relação dialógica e a práxis transformadora na sua proposta educadora no que tange às relações sociais. Para uma educação emancipadora, a relação educador e educando se fundamenta no diálogo. Diálogo encarnado, em comunhão com o povo, citando o exemplo de Che Guevara na *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1981, p. 199 ss.).

Há uma associação entre as relações sociais do educador e sua liderança. É uma liderança revolucionária produtora de valores e que em “ comunhão com o povo deixou de ser

teoria para converter-se em parte definitiva de seu ser”⁶¹. A relação social como condição imanente à função do exercício da liderança e como “ação revolucionária e realmente humana, por isto sim-pática, amorosa, comunicante, humilde, para ser libertadora” (Freire, 1981, 201). A revolução se contrapõe à dominação.

Os educadores têm uma visão política e um entendimento teórico que conduz à ação pedagógica. Educação diretiva e com autoridade. A liderança sustentada pela competência, pelo conhecimento do mundo e conduzida com autoridade. O autoritarismo representa a educação “bancária” onde o professor sabe e se demonstra um ser completo e formado, repetidor de fórmulas prontas e não raramente desconectadas da realidade. Pela educação bancária, a liderança está sustentada no poder do professor que evita o diálogo.

A pessoa participante do Orçamento Participativo constitui-se como cidadão e, porque não afirmar, constitui-se em um revolucionário no ato de “dizer a sua palavra”⁶². Gramsci afirma que a maior revolução está no ato de falar a verdade; Freire acredita em uma revolução educacional quando a produção do conhecimento acontece por meio da construção coletiva. Um participante de reunião do OP, pela sua manifestação, está entrando em contato direto com a administração pública propiciando uma administração coletiva e uma forma de pensar coletivamente a realidade para encontrar consensos e soluções. O ato da manifestação pública representa muito para o cidadão, bem como para o administrador. Ambos são influenciados pelo processo dialógico de pensar o bem público, o que favorece o surgimento de lideranças com características dialógicas.

As relações sociais constituem o ser humano. A participação em grupos sociais, onde há confronto de idéias e transmissão de conhecimentos, é um espaço privilegiado da manifestação de condições para o despertar de lideranças. O processo educativo recheado de relações sociais possibilita o autoconhecimento e reconhecimento público de qualidades dos componentes do grupo. As relações sociais constituem, para Gramsci e Freire, uma necessidade para a constituição de lideranças sociais e políticas. Por meio delas, o indivíduo se entende dentro de uma coletividade atuando por meio da luta e de força coletivas.

⁶¹ Freire cita Guevara do texto: *Nosso ser em Pedagogia do Oprimido*, 1981, p. 201.

⁶² Referência ao título do livro organizado por Streck, Eggert e Sobottka. *Dizer a sua palavra*.

2.6.3 Qual o conteúdo proposto?

Gramsci distingue a “alta” e a “baixa” cultura. Busca elementos emancipatórios em ambas as esferas com a intenção de fornecer a base de uma nova cultura. A “alta cultura” sustentada no estudo do grego e latim como pré-condição para o entendimento da nossa civilização, como autoconhecimento e como formador do estrato de intelectuais. Valorizando a “baixa cultura”, Gramsci utiliza-se de Lênin⁶³, que afirma que a cultura proletária não veio do nada, sendo um acúmulo de conhecimento construído pela humanidade subjugada ao capitalismo, feudalismo e burocracia existente na sociedade.

Na tentativa de criar outra literatura enraizada no popular e produto de formas populares e dominantes de expressão artística, Gramsci se remete a Spartacus, de Giovagnoli (Gramsci, 1995, p. 102) como alguém que luta pela liberdade. Em seus *Cadernos do Cárcere*, ele se interessa pelas novelas de Dostoievski, que considera produtoras de aproximação entre o popular e o artístico. Gramsci era fascinado por formas de arte que revelavam um relacionamento de seres humanos com a indústria.

Como protótipo da “nova personalidade feminina⁶⁴”, Gramsci escreve em 22 de março de 1917 sobre a protagonista de *A Casa de Bonecas*, de Henrik Ibsen. É um outro costume nas relações entre homem e mulher que a peça teatral procura apresentar para o mundo ocidental. Apresenta “um outro costume, uma outra tradição, mais espiritual, menos animalésca. Um outro costume, segundo o qual a mulher e o homem não são mais apenas músculos, nervos e epiderme, mas são essencialmente espírito” (Gramsci, 2004a, p. 446). E segue em seus escritos ressaltando a complementaridade de relação. A família é apresentada como um mundo moral em ato, fusão de duas almas; a mulher como criatura humana em si, com autoconsciência, necessidades interiores próprias, personalidade humana inteiramente sua e a dignidade de um ser independente são conteúdos básicos propostos por Gramsci nas questões de gênero a serem considerados pelas lideranças socialistas.

⁶³ Como já fora afirmado, Gramsci tinha Lênin como grande inspirador na sua atividade política e considera como alguém “que era o mestre de vida, o agitador de consciências, aquele que despertava as almas” (Gramsci, 2004a, p. 115).

⁶⁴ Neste texto, Gramsci apresenta a sua concepção sobre a concepção de mulher. O conteúdo sobre questões de gênero que Gramsci apresenta é diferente daquele propagado na cultura italiana da época.

Gramsci considerou importante que os camponeses aprendessem a língua-padrão para transcenderem seu ambiente caracterizado pelo paroquialismo⁶⁵. Um conteúdo necessário para aprender a linguagem dominante para subjugar-la, transformá-la. Apropriação crítica do conhecimento dominante para a emergência de uma nova cultura “subalterna” ou, como Gramsci afirmava, proletária.

O OP conjuga culturas e conteúdos diferenciados em seu processo. Utiliza-se de termos técnicos e políticos para explicar o funcionamento de uma administração e absorve da população categorias próprias para o melhor entendimento entre governantes e governados. E, quando necessário, em reuniões do Orçamento Participativo ocorrem explicações em língua alemã na Região do Vale do Caí. Membros da comunidade traduzem aos demais as informações e explicações recebidas pelos governantes para o estabelecimento de um debate.

E o conteúdo das escolas auxilia na participação e melhor compreensão do processo da elaboração do orçamento público pelos alunos? Qual o tipo de cultura que os livros didáticos adotados pelas entidades escolares procuram apresentar aos alunos? Na minha experiência de professor de História, Geografia e Filosofia no ensino Médio, os livros didáticos apresentados para serem seguidos distanciavam os alunos de sua realidade local. Havia a necessidade de incluir temas que não eram abordados nestes livros com a intenção de estabelecer aproximação com a realidade vivida pelos discentes. Para Gramsci, é na educação e formação cultural que se encontra a chave para a criação da ação contra-hegemônica e é conteúdo necessário para estudo da liderança socialista.

Freire propõe um conteúdo pedagógico-educacional para educadores se constituírem com autonomia e capacidade de liderar grupos sociais em uma relação de permanente aprendizado. Os conteúdos sugeridos por Freire estão de forma acentuada na *Pedagogia da Autonomia*, onde percorre reflexões sobre os Saberes necessários à prática educativa. Freire fala do mundo da escola, da educação sistemática onde há a necessidade de se questionar sobre a escolha dos conteúdos a serem apresentados para discussão e compreensão do mundo da vida. Em *Pedagogia da Esperança*, coloca interrogações: “quem escolhe os conteúdos, a favor de

⁶⁵ O paroquialismo conforme Gramsci, descrito nos Escritos Políticos, é o conhecimento restrito que os camponeses têm de sua realidade e, sobretudo de apenas falarem um idioma regionalizado.

quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra que” (Freire, 1992, p. 110). No OP, os conteúdos se referem às competências administrativas de um Município ou de um Estado. E é a população que faz a escolha sobre o tema a ser debatido e a prioridade a ser realizada.

A alfabetização é sugerida por Freire como processo de conscientização política. E para isto a tarefa inicial do educador é apropriar-se da cultura comunitária onde o aprendiz está inserido. No nordeste brasileiro e no Chile, a alfabetização teve o propósito de evitar que camponeses oprimidos permanecessem excluídos da vida política. No Brasil havia a concepção de que o analfabeto era alguém inviabilizado de praticar a política. Não tinha nenhuma habilidade para colaborar na organização da sociedade, não tendo direito a voto e muito menos a ser candidato. Como critério primeiro, para exercer a liderança, havia a necessidade de ser conhecedor das letras, ser alfabetizado.

O conteúdo em Freire tem a preocupação com a conquista da alfabetização política, os meios para ler o mundo. Leitura da palavra e do mundo. A práxis é compreendida como um processo de distanciamento do mundo da ação para refletir sobre ele e vê-lo com olhos diferentes, críticos. Assim considera Freire que ocorre conversão do “senso comum” em “bom senso”. Daí nasce o novo homem e a nova mulher a que a sociedade aspira. Uma das questões centrais da educação popular para Freire é a da linguagem como caminho de invenção da cidadania. A cidadania não se apresenta pronta, ela é construída por meio da manifestação da palavra. A linguagem expressa é a manifestação do humano e do auto-reconhecimento como ser no mundo. Ser cidadão é se manifestar. Cidadania e linguagem andam juntas para Freire. As duas se complementam. E a manifestação verdadeira na constituição do ser humano é a manifestação tendo a realidade como ponto de partida para a leitura do mundo. Liderança construída por meio do domínio da linguagem e da manifestação do mundo.

No quarto e último capítulo da *Pedagogia do Oprimido*, Freire não segue a distinção de Gramsci de “alta” e “baixa” cultura; fala de linguagem dominante. Esta deveria se opor como uma teoria revolucionária para haver movimento revolucionário. A teoria revolucionária deveria ser aprendida de forma problematizadora pelos grupos subordinados possibilitando sua inclusão na vida política. Freire enfatiza elementos da cultura popular permanentemente considerados

capazes de constituir bases para um programa transformador de educação de adultos. O popular não pode ser romantizado, pois contém elementos como crenças supersticiosas, mágicas e religiosas tradicionais que debilitam a conscientização política.

2.7 Conclusões sobre liderança a partir de Gramsci e Freire

Para Gramsci e Freire, todos os lugares eram propícios para o desenvolvimento de lideranças sociais e políticas propiciando condições para fomentar lideranças. Esta era uma postura que fazia parte de seu estar no mundo. Foram dois personagens históricos que se aproveitavam de momentos, por vezes adversos, para criar relações sociais desenvolvendo atividades voltadas à construção de uma nova civilização por meio de seus projetos éticos, políticos e educacionais. Eles não perdiam ocasião para incentivar multiplicadores de suas propostas de transformação da sociedade. Com objetivos de promover conscientização e organização para que a base da sociedade se tornasse classe dirigente da própria história por meio de relações dialógicas e, por vezes, confrontos, não temiam a luta e o sacrifício para oferecer condições favoráveis para incentivar sujeitos multiplicadores, partindo do conhecimento e reconhecimento da própria realidade.

Conforme a apresentação das condições de liderança em Freire, verifico que elas se complementam e uma condição se encaminha para outra. A relação dialógica é um processo de aprendizado que proporciona despertar o indivíduo para uma atuação crítica na sociedade. A dimensão política, em Freire, é a própria dimensão educativa. A contextualização histórica como condição para a liderança em Freire encontra seu sentido na possibilidade de ação para a transformação desta realidade. É a partir da realidade que a liderança vai se manifestar e lutar por transformações. A síntese cultural somente será ampliada quando o tema debatido encontra referências no cotidiano vivido por determinado grupo social.

Em Gramsci, a interligação entre as condições se processa igualmente. Ser revolucionário é uma condição essencial na liderança proposta em Gramsci, e, conforme esta condição, o representante de grupo social necessita almejar continuamente uma organização das bases sociais com vista à derrubada do poder. As lideranças revolucionárias, conforme a

proposta de Gramsci, precisam estar conscientes da necessidade de disciplina e sacrifício que são requisitados para assuntos de propagação das idéias socialistas e para a formação de lideranças que lutem por estes ideais. A liderança em Gramsci não pode recear confrontos. O desafio é próprio de quem assume a representatividade em favor de uma causa. E o confronto igualmente desmistifica o oponente, criando a possibilidade de maior interatividade, capacitando-o a promover organização com vistas à tomada e exercício do poder. Atuando com liberdade, a liderança desperta os demais pela possibilidade de conquista demonstrada na confiabilidade que a liberdade transmite.

Em seus escritos, Freire e Gramsci enfatizam o aspecto político na formação de jovens e adultos. Em suas inúmeras cartas, Gramsci tem uma preocupação constante com a organização da sociedade para a formação do socialismo, rompendo com o sistema ditatorial. Remetendo-se aos operários e jovens estudantes da Itália, a proposta verificada em seus textos é possibilitar informações que dêem condições para o surgimento de multiplicadores da transformação social. A liderança atua de acordo com a educação recebida, refletida e vivenciada. O sujeito líder tem uma formação cultural adquirida pelo cotidiano, e, conforme a educação e cultura, a liderança assume características democráticas e dialógicas ou autoritárias.

Na seqüência, ocorre a descrição de alguns apontamentos metodológicos, apresentando os sujeitos pesquisados que fazem parte do campo empírico. Sujeitos participantes do processo do OP ou instauradores do processo no Município de Barão. Foram interrogados com a finalidade de contribuir no levantamento de dados para analisar as condições para o surgimento e formação de liderança existentes no processo do OP. O relato de desafios que acontecem sobre dimensões presentes no tema do OP pela participação com apresentação de trabalhos na maioria das situações em congressos, fóruns e seminários estabelecendo diálogos e reflexões com pesquisadores de diferentes instituições. Ainda esclarecendo a metodologia desta investigação, ocorre, no próximo capítulo, uma explanação sobre como foi o desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO 3

A LEITURA DA REALIDADE: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Introdução

A pesquisa precisa ir além da voz do povo. O povo sente, mas não compreende e o pesquisador compreende, mas não sente; e a pesquisa precisa fazer que ambos sintam e compreendam (Carlos Rodrigues Brandão, 2006⁶⁶).

Há uma diferença metodológica na compreensão das experiências. Cada ser humano elabora sua versão sobre um fato, sobre uma experiência vivida ou acompanhada. São os diferentes lugares em que cada um se encontra. O lugar do pesquisador não é o mesmo de quem “está no olho do furacão”⁶⁷. E uma pesquisa sobre determinada experiência vivenciada por um grupo social necessita ir além da compreensão do povo.

A pesquisa acontece enquanto a realidade está mudando. Muda a forma administrativa de um Estado e de um Município. O local da tomada de decisões sobre a coisa pública está em modificação. O que antes era decidido em gabinetes agora é decidido em reuniões comunitárias. Com isso, a realidade social, por meio de investimentos sugeridos pela população, se modifica. Como pesquisador estou dentro deste movimento dialogando com os coordenadores e com a população que dele participa.

Toda dissertação e tese percorre um caminho para chegar à sua conclusão. Neste capítulo, há uma abordagem do caminho percorrido para analisar as condições que favorecem a emergência e formação de lideranças pela participação no processo do Orçamento Participativo. As experiências de vida na participação no processo do OP proporcionam um suporte vigoroso para o desenvolvimento das etapas de pesquisa. A leitura de teóricos sobre o tema investigado, sobretudo Gramsci e Freire, remetem a experiências vividas no Orçamento Participativo.

⁶⁶ Frase proferida por Brandão no Seminário: *Pesquisa, participação e transformação social*, na Unisinos – 20 e 21 de julho de 2006.

⁶⁷ Expressão dita pelo Secretário de Educação de Barão Gilberto Flach ao responder a pergunta “que diferença faz a pesquisa do Sérgio para Barão” no Seminário: *Pesquisa, participação e transformação social*, na Unisinos – 20 e 21 de julho de 2006.

3.2. O enfoque metodológico

A experiência do OP tem como pressuposto de sua existência a transformação social por meio da “partilha do poder⁶⁸” voltada a promover igualdade social ou, pelo menos, diminuir as diferenças entre favorecidos e esquecidos na sociedade. Para Gramsci, esta “partilha do poder” só pode ser feita por meio dos intelectuais que desempenham um papel intermediário entre a população e as autoridades constituídas. Conforme afirma Bereid em seus estudos feitos sobre a função dos intelectuais: “Os intelectuais médios ligam a massa à direção” (1998, p. 130).

Desta forma as entrevistas para a pesquisa se centraram em representantes escolhidos pela população para desempenhar um papel no processo do OP. Foram delegados ou conselheiros ou instauradores do OP. Eles e elas têm um grau de representatividade junto à população, e considera-se que possam avaliar melhor se o OP apresenta condições para o surgimento e formação de lideranças sociais e políticas.

O pesquisador tem um lugar de onde lança seu olhar. É um lugar do qual tem conhecimento para a interpretação e sistematização de uma experiência. O pesquisador carrega consigo uma tradição, um modo de ver as coisas, as pessoas e a natureza. Atribui valoração aos fatos e à vida e os descreve a partir de princípios que defende ou critica. Não há a possibilidade de se postar em posição de neutralidade, pois o mero fato de se fazer presente já produz interferência no ambiente. As suas análises vão refletir a composição dos elementos utilizados no processo investigativo.

Para adentrar uma realidade a fim de pesquisá-la e dela retirar elementos conclusivos para uma tese, faz-se necessário que o pesquisador consiga estabelecer alguma sintonia com a cultura dos sujeitos pesquisados. A compreensão do povo que se manifesta por meio de palavras, gestos e expressões é um dos princípios para a viabilidade da execução de uma pesquisa. Ser natural deste grupo social pode favorecer no desenvolvimento e nas conclusões da pesquisa, como pode também não trazer nenhum acréscimo. A forma como a pesquisa é conduzida influencia nos seus resultados.

⁶⁸ Expressão utilizada por Luciano Fedozzi em *Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre, Tomo editorial, 2001, p. 164. A expressão se refere à característica de co-gestão desenvolvida pelo OP.

A observação das reuniões comunitárias do Orçamento Participativo contribuiu com elementos na elaboração das condições para o surgimento e formação de liderança. Foram elementos transmitidos por meio de informações dos governos. Outros elementos foram observados a partir de embates que se estabeleceram entre a sociedade civil disputando algum bem ou obra. Os diálogos anteriores e posteriores às reuniões também são relevantes para entender o processo. O levantamento de dados não provém de uma realidade mecânica, mas de uma realidade em movimento com transformação da realidade material e cultural de um povo.

No processo investigativo, estão presentes elementos locais, nacionais e internacionais que contribuem no desenvolvimento da pesquisa. Pesquisadores e administradores do norte⁶⁹, afirmam que é chegada a hora de escutar o que o sul está vivenciando como aprendizado e conhecimento produzido através de experiências de organização social e investigado nas academias. No sul, no caso do OP, verifica-se que ele é impulsionado pelo Estado e não pela academia. No norte, o OP, como afirmou o pesquisador Daniel Shugurenski⁷⁰ e verificado também no caso alemão, ele vai da academia para a execução pelo Estado⁷¹.

Nesta pesquisa, para a realização dos objetivos propostos torna-se necessária a verificação de mudanças que o processo do OP pode produzir em determinado grupo social e em nível de sociedade. Esta transformação pode ser manifestada com mais ênfase no nível cultural ou porventura em uma prática concreta de condução de atividades dentro da sociedade. Neste caso, entendo que o povo percebe primeiramente a mudança real. Uma obra efetuada na sua localidade, por exemplo. A questão cultural da nova forma administrativa leva mais tempo. E o surgimento e a formação de lideranças impregnadas por este espírito também é um processo demorado. Não é questão de meses ou de anos. Talvez seja um trabalho de décadas.

A verificação da mudança gera uma empolgação imediata em grupos sociais que se vêem atendidos nas suas prioridades requisitadas. Um sentimento de força da união, um sentimento de conforto mesmo que não haja compreensão do significado da participação. Ao

⁶⁹ Sobre estes pesquisadores do norte relatei no texto “A internacionalização do Orçamento Participativo”. São pesquisadores do Canadá, França e Alemanha com os quais tive contato.

⁷⁰ Conforme resposta dada em vídeo conferência na Unisinos em 31 de maio de 2005, Sala Conecta, Unisinos.

⁷¹ Em um caso alemão do qual tenho conhecimento, Thomas Ködelpeter estabelece contato com as experiências do OP no Brasil e reúne para o debate a academia e órgãos públicos para analisar a sua viabilidade.

pesquisador compete uma postura de distanciamento e análise mais cautelosa sobre este envolvimento social.

É de praxe que o pesquisador social que vai a campo fazer entrevistas e dialogar com pessoas e grupos sociais tenha algum envolvimento afetivo com a realidade pesquisada. Para conseguir informações, há a necessidade de contato com o campo pesquisado. A menos que seja uma pesquisa estritamente documental. Não é o caso desta pesquisa. Esta pesquisa extrai a maior parte dos elementos analíticos a partir da realidade do campo investigado por meio do diálogo e da entrevista. Os documentos, como atas, *folders*, livrinhos, e a infinidade de textos e livros publicados sobre o tema fazem parte na execução da pesquisa.

Outro elemento metodológico de relevância é o aspecto histórico. Refere-se à caminhada que grupos sociais fazem ao longo dos anos. O aspecto histórico está repleto de elementos de grande complexidade. A observância da caminhada histórica de um grupo social exige muito do pesquisador, porque geralmente há alternâncias de valoração de elementos comunitários. Por isso, que quando o pesquisador elabora uma pergunta ela pode cair em um vazio histórico. Pode ser uma questão que está fora do tempo, sem qualquer significado para o sujeito entrevistado. Um breve conhecimento da realidade investigada é pressuposto para que a caminhada da pesquisa tenha sucesso.

“A cultura, esse documento de atuação, é portanto pública” (Geertz, 1989, p. 20), e o autor relembra dois fatos um tanto pitorescos que havia narrado anteriormente: um piscar de olhos e uma incursão fracassada aos carneiros. Pública igualmente é uma pesquisa onde o pesquisador se move e onde é observado a partir de determinados conceitos que ele transmite e outros que a população interpreta. Faz parte da condição humana ser colocado em um determinado lugar a partir de uma atividade que desenvolve. Para o indivíduo ser aceito pelos membros que compõem seu grupo social, ele necessita agir acreditando naquilo que está fazendo. São conhecimentos prévios necessários para a contínua emersão e produção de conhecimento com os indivíduos envolvidos em determinada tarefa pública.

O isolamento e a solidão acrescidos pela incompreensão costumam fazer parte da pesquisa e da escrita. Mesmo que participem do rol das “resistências ao escrever”⁷², o isolamento e a solidão são necessários para elaborar análises, sínteses e conclusões. É o momento da escrita. Geralmente um momento de silêncio exterior e, sobretudo, interior em que as letras vão formando frases, estas parágrafos, injetando sobre a tela e sobre o papel a sistematização da pesquisa. A incompreensão pode vir de pessoas próximas ou distantes que até o momento não têm atributos de valoração sobre o papel de pesquisador ou sobre o tema pesquisado. A “impaciência paciente”⁷³ também faz parte da metodologia de pesquisa.

O isolamento costuma ser caracterizado como uma forma diferente de viver. Não é algo que faz parte da natureza humana para a sua sobrevivência. Mas, em função da pesquisa, que exige maior concentração dos esforços mentais, os hábitos são modificados.

Como pesquisa social, há a necessidade de efetuar-la com rigorosidade metódica⁷⁴. A relevância da pesquisa pode ser constatada no uso correto deste quesito metodológico. Elemento este que se manifesta por uma verificação de dados que se repetem ao longo da observação. Dados que são experiências que acontecem no conjunto de manifestações.

O objetivo geral da pesquisa é a verificação de condições existentes no processo no OP que propiciam o surgimento e a formação de lideranças. É um estudo que procura desvendar a possibilidade de emersão e transformação de lideranças por meio do processo de participação social que elabora o Orçamento Público. Faz parte da pesquisa conhecer as diferentes etapas do processo. É por meio delas que a liderança se move. E dentro delas que ocorre a manifestação, a discussão e o conhecimento do funcionamento da administração pública.

Gabarrón (1994, p. 13) escreve sobre o terceiro Encontro Mundial de Investigação Participante ocorrido no ano de 1989 na capital da Nicarágua, Manágua. Com o objetivo de realizar uma avaliação da prática de pesquisa participante, foram debatidos três temas essenciais

⁷² Mário Osório Marques dedica um subtítulo a este assunto no livro *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*.

⁷³ Paulo Freire, em seus últimos escritos, em especial no livro *Pedagogia da Autonomia*, refere-se constantemente a esta expressão com o significado de que o educador não pode desanimar frente à realidade que parece não querer se transformar para uma vivência dignificante do ser humano.

⁷⁴ Rigorosidade metódica conforme subtítulo de *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire. É uma rigorosidade que contribui para o “pensar certo” uma realidade.

que caracterizam a identidade epistemológica da investigação participante: a ação transformadora, a produção de conhecimentos e o grau de participação do pesquisador/educador.

Para o debate do terceiro Encontro Mundial de Investigação Participante, foram elaborados questionamentos que são pertinentes para compreender a abrangência da temática:

1. Sobre o tema da ação transformadora presente na pesquisa participante: Que problemas e contradições foram encontrados? Como foram resolvidos? Que processos de acumulação de forças se desenvolvem? Quais são as tendências da ação?

2. A produção de conhecimentos: Como acontece o confronto entre o conhecimento científico e o popular? Apresentam-se propostas para um modelo de processo de produção de conhecimentos, na investigação participante, definindo formas para sua socialização?

3. A Participação: Quais são os níveis de envolvimento dos investigadores/educadores no desenvolvimento das ações transformadoras?

Os pesquisadores, ao se apoiarem na investigação participante, procuram promover a democracia participativa e “influenciam diversas variáveis históricas, socioeconômicas e políticas. Produz-se uma mudança estrutural que já não se considera uma utopia” (Gabarrón, 1994, p. 14).

Ao apresentar Carlos Rodrigues Brandão, Gabarrón o coloca na categoria de investigador popular. Descreve Brandão como pesquisador “que se desenvolve no campo da educação de adultos/as, na cultura popular e indígena” (1994, p. 18). Brandão se aprofunda em especial sobre as estruturas, processos e agentes de produção-reprodução do saber popular, com o objetivo de fortalecer o poder popular. A liderança é compreendida como um poder que existe em um grupo social e é despertada quando o grupo adquire autoconhecimento de sua realidade.

Freire, preocupado em encontrar alternativas para a prática da pesquisa, instaura no Brasil uma metodologia de pesquisa onde o pesquisador se encontra envolto na realidade pesquisada com o objetivo de conhecer transformando. Ele postula a necessidade de vincular a

atividade científica com os processos gerais de transformação socioeconômica e política⁷⁵ e desenvolve uma investigação comprometida, inserida nos processos de transformação social e aberta aos setores populares. Incrementa o consenso sobre a necessidade de uma série de transformações estruturais, caracterizados em analisar um conjunto de fenômenos inter-relacionados, que devem ser apreciados em sua totalidade quando se deseja entender suas partes.

Em Angicos, Rio Grande do Norte, no ano de 1963, Freire desenvolve uma prática educacional que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação, trabalho este que fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados⁷⁶.

Freire estabelece uma metodologia para a alfabetização de adultos onde o educador necessita estar presente e de certa forma compromissado com a situação do povo quando utiliza palavras e expressões do cotidiano da população promovendo o conhecimento das letras e das palavras. Ele conjuga o ensino da escrita/leitura com o despertar do cidadão.

A relação tradicional de sujeito-objeto entre investigador-educador e os grupos populares se converte em uma relação sujeito-sujeito. O pesquisador encontra-se na posição de sujeito informante, estabelecendo relações de reciprocidade com os sujeitos participantes do processo investigado.

Constitui-se como postulado em oposição à relação hegemônica de sujeito-objeto, própria do positivismo-empirista. Está contraposto também ao esquema assimétrico de explorador/explorado característico do neocolonialismo capitalista e, inclusive, contra a relação educador/educando, de índole bancária, que deposita os conhecimentos de maneira vertical, antidialógica e opressora. Esta relação sujeito-sujeito se define e se fundamenta mediante o que Freire fundamenta como princípio da dialogicidade, que tenho apresentado no segundo capítulo ao caracterizar as lideranças conforme Freire. Refere-se a um diálogo reflexivo-conscientizador, crítico, democrático e antidogmático, de comunicação efetiva que imprime um selo de

⁷⁵ Ver: STRECK, Danilo et alii (Orgs.). *Paulo Freire: Ética, utopia e educação*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes. 2001. E FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes. 2002.

⁷⁶ Ver: GHIGGI, Gomercindo e KNEIP, Telmo. *Implicações antropológicas na filosofia da educação de Paulo Freire*. Pelotas: Seiva, 2004.

horizontalidade à relação do investigador/educador com os grupos populares. Ambas as partes investigam, ensinam e aprendem, realizando uma ação transformadora e uma práxis libertadora.

Sem a relação comunicativa, dialógica, entre os sujeitos cognoscentes em torno de um objeto cognoscível, dificilmente se daria o ato cognoscitivo. No processo do OP, temos como objeto cognoscente o Estado, o Município, o político e a coisa pública. A relação gnoseológica não termina com o objeto conhecido. Através da intersubjetividade estabelece-se a comunicação entre pessoas em torno do objeto. Trata-se de transformar a realidade das pessoas e os seres humanos pela construção conjunta.

Freire associava o processo de conscientização à unidade teoria-prática ou de reflexão-ação, e a transformação não acontece somente pela conscientização, porque considerava isso uma ingenuidade idealista. Quando há separação entre teoria e prática, a teoria se transforma em simples verbalismo, e a prática não é mais que ativismo cego.

A investigação na qual o grupo comunitário participa em todo o processo ratifica uma relação de sujeito-sujeito e uma maior articulação do conhecimento científico-popular. Neste caso, há consistência com o princípio da dialogicidade de Freire, pois “o diálogo com o povo na ação cultural para a libertação é um ato indispensável para o ato de conhecer” (Freire, 1986, p. 40).

No momento da entrevista com os sujeitos da pesquisa, houve interesse na finalidade da pesquisa. A pesquisa passava por um momento de avaliação antes do início da entrevista com perguntas pelos sujeitos participantes da pesquisa. A relevância da pesquisa passava por um crivo de análises e conjecturas, descrevendo possíveis finalidades da pesquisa, além das expostas no Termo de Consentimento. O sujeito entrevistado demonstrava interesse em conhecer as etapas de uma pesquisa, de certa forma relembrando as etapas do Orçamento Participativo. Em alguns casos, não havia familiaridade com o gravador. Após breve teste de seu funcionamento, gravando e escutando o que fora falado, o gravador entrava numa situação de anonimato durante a realização das perguntas e respostas. Por parte de cerca da metade dos entrevistados, houve a manifestação do desejo de receberem um texto impresso das respostas fornecidas no momento da entrevista, solicitação que foi atendida. O texto impresso pode demonstrar a oficialidade do momento por meio de um registro palpável.

São quinze os sujeitos, homens e mulheres, entrevistados que compõem o campo empírico. Todos e todas se demonstraram muito prestativos nos diálogos e entrevistas concedidas⁷⁷.

3.3 Sobre os sujeitos pesquisados – Campo Empírico

Para diminuir a possibilidade de o pesquisador cometer equívocos ingênuos, é de fundamental importância conhecer o campo empírico. Conhecer as relações sociais, culturais, políticas e econômicas que se passam neste determinado campo. Estas relações aparecem como elementos intrínsecos no estabelecimento de uma interação com as pessoas que são sujeitos da pesquisa.

As lideranças são constituídas a partir da realidade em que os indivíduos vivem. A realidade costuma ser formada a partir dos valores que o grupo social cultiva e representa o espírito da coletividade que faz entender o melhor caminho a ser seguido naquele momento histórico. E, em relação ao sujeito líder, este é um sujeito concreto, dentro de uma realidade histórica, com uma formação cultural produzida pela vivência coletiva, incumbido de representar um grupo social. Move-se dentro de um espaço onde luta em favor do coletivo.

Diante desta distinção entre liderança e líder, afirmo que os sujeitos da pesquisa estão situados em um espaço territorial: a região do Vale do Caí no Estado do Rio Grande do Sul. São cinco sujeitos que participaram do OP estadual. Quatro deles atuaram em quatro municípios distintos, e o outro foi Conselheiro, atuando no COP como representante regional.

Do OP-Barão foram entrevistados dez participantes: cinco conselheiros representantes das comunidades e cinco membros do executivo municipal, instauradores do OP no município. Dentre os conselheiros foram entrevistados uma estudante universitária e um metalúrgico, moradores na sede de Barão. Os outros três moram em comunidades do interior do município: são dois agricultores e um borracheiro autônomo. As idades dos conselheiros

⁷⁷ Todos os sujeitos entrevistados, após terem sido esclarecidos sobre a finalidade da entrevista, se prontificaram de imediato preencher o *Termo de Consentimento* e assiná-lo sem restrições, conforme consta modelo em anexo neste trabalho.

entrevistados variam de 17 a 67 anos. Os cinco administradores entrevistados são os quatro secretários e o prefeito municipal.

3.3.1. Sujeitos do OP estadual

Os sujeitos dos OP-Estadual foram escolhidos porque, conforme verifiquei na ocasião, distinguiam-se dos demais por apresentarem características de liderança social e política. Eles atuaram em organizações sociais para a conquista de obras através do OP-Estadual. São sujeitos que se empenharam, demonstrando capacidade de organização e liderança, ampliando as relações sociais. Estavam à frente de seus grupos sociais, recolhendo informações e incentivando para conseguir o maior número de pontos na conquista de uma obra que favorecia a população da localidade, do município ou da região. Eram prestativos e criativos na luta por uma causa. Estes foram os motivos pelos quais escolhi estes cinco sujeitos do OP-Estadual para participarem desta pesquisa.

Antes de ligar o gravador, foi apresentado ao sujeito participante da pesquisa o Termo de Consentimento, conforme consta em anexo. Esclareceu-se o Termo de Consentimento, um termo assinado com total liberdade e disponibilidade. Após concedida a permissão para utilizar-me de depoimentos e informações, foi iniciada a entrevista.

As perguntas foram elaboradas a partir da questão proposta nesta tese: Analisar se há condições presentes no Orçamento Participativo que viabilizam o surgimento e formação de lideranças sociais e políticas. Na entrevista com os sujeitos do OP-Estadual, foram feitas as seguintes perguntas:

1. Houve algum motivo especial que cativasse você a participar de forma mais intensa no OP? Qual?
2. Qual foi a sua atuação no processo do OP?
3. De que forma você trabalhou com o grupo social que representava? Deu retorno das decisões tomadas em instâncias superiores à assembléia pública municipal?

4. Como você se tornou representante de um grupo social atuando no processo do Orçamento Participativo? Que fatores ajudaram? – Seu grau de instrução, sua experiência anterior, sua atuação em organizações sociais, ...?

5. O que significa representar um grupo social em uma reivindicação frente ao poder público?

6. Entendendo liderança como algo produzido pelo imaginário coletivo, quais as características você percebe que são fundamentais para alguém se tornar um representante de grupo social na sua realidade social?

7. O que você percebe que o processo do OP deixou na região do Vale do Caí no que se refere à concepção de política e de governabilidade?

8. Qual a concepção de liderança existente na cultura da região do Vale do Caí?

9. Qual a concepção de liderança presente no OP?

10. O processo do OP altera a concepção de liderança?

11. É possível o surgimento de novos líderes pela participação no OP?

12. Houve alguma modificação na forma de coordenar grupos sociais após a sua participação no processo do OP?

13. Qual a relevância que você percebe na realização desta pesquisa?

14. Algum comentário ou consideração final.

Durante as entrevistas, foram feitas outras perguntas com o objetivo de solicitar alguma complementação sobre o assunto. Sempre houve muita prontidão a esclarecimentos maiores. Constatamos que houve um grande interesse por parte dos entrevistados em conhecer os objetivos da entrevista e da pesquisa que está sendo realizada.

Nas entrevistas, houve sinceridade e grande desejo de manifestar a veracidade dos fatos pelos sujeitos entrevistados. Manifestaram as suas idéias com liberdade de pensamento e de expressão após a explicação da finalidade da pesquisa.

Cada sujeito entrevistado encontrou uma formulação própria para definir o processo do OP. São variadas as dimensões da existência através das quais as pessoas se sentem atingidas pela participação no OP. Também são diferentes os termos encontrados para se expressar sobre a participação.

Com o objetivo de tomar conhecimento dos personagens entrevistados, faço esta breve apresentação. A atividade desenvolvida por estes atores sociais está localizada dentro de uma história e situação existencial. No que se refere a atividade profissional, atualmente, no ano de 2006, todos estão ligados à educação em estabelecimentos municipais ou estaduais. Alguns deles exercem outras atividades de liderança junto a outros grupos sociais.

Sujeito Um

Secretário de uma escola estadual do interior de um pequeno município. Organizou a mobilização da comunidade na conquista da ampliação da escola onde atua.

Colaborou na mobilização para Assembléia Pública Municipal do OP, dentro de sua comunidade, conseguindo ver presentes mais de 200 pessoas para que votassem na ampliação da escola. Mas necessitava de mais votos e, por meio de suas argumentações diante da multidão reunida num ginásio de esportes, sensibilizou, na noite da assembléia, a maioria dos presentes.

Foi delegado do OP no ano de 2000 e conseguiu ver em menos de 18 meses a prioridade do seu grupo social concretizada. Auxiliou na elaboração do projeto de ampliação da escola e fiscalizou a obra.

Sujeito dois

Diretora de escola municipal com 22 anos que em 2000 como aluna do ensino médio, tinha 16 anos, interessada nos estudos a ponto de cursar o ensino médio numa escola e em outra realizar o curso de magistério. Ficou sabendo que havia um modo diferente de o governo do Estado enviar recursos para as escolas estaduais: pela participação e votação no Orçamento Participativo. Interessada em questões de todo e qualquer gênero de aprendizado, inclusive o político, conforme ela me afirmou em entrevista gravada. Iniciou um diálogo com colegas, convidando-os para a participação na Assembléia Pública Municipal (APM).

Entendeu o OP como forma de dar poder de decisão a todos os cidadãos: “Ele tem a participação do povo, mas eu penso assim: quem elegeu estas pessoas foi o povo. Será que só aquelas pessoas que vão mandar? Não. Eu acho que o povo inteiro tem que mandar.”

Considerou que “os jovens não estão participando ativamente nas comunidades. Talvez porque não são convidados, ou porque eles mesmos não querem ir. Falta uma motivação para eles. A gente não é motivada a participar deste processo tanto político quanto religioso, quanto escolar”.

Participou da mobilização na entidade escolar e viu a prioridade concretizada: laboratório de informática.

Sujeito três

Um professor estadual que, desde o início do OP Estadual, em março de 1999, começou a participar das reuniões locais e regionais. Liderou alunos, pais e professores para a conquista de uma obra.

Esclareceu os alunos sobre a importância da ampliação do espaço físico da escola. Conseguiu juntamente com outros professores e alunos ver aprovada em todas as instâncias a ampliação da escola. Restava apenas a elaboração do projeto e a execução da obra. Uma obra significativa com duas novas salas, cozinha, dispensa e móveis para este novo prédio.

Da obra conquistada em 1999 foi recebida a verba de R\$ 11.200,00 para a compra dos móveis, o que fora efetuado por deliberação do conselho escolar no ano de 2002. Os móveis foram distribuídos pelas salas já existentes no estabelecimento escolar.

Sujeito quatro

Professora estadual aposentada por 20 horas semanais, ocupando atualmente a função de diretora (40 horas semanais) numa escola com 43 alunos de pré até 5ª série do ensino fundamental. Escola com 6 professores(as) e uma funcionária.

Em sua formação, esteve por seis anos em colégio de freiras, onde estudou com a possibilidade de ser irmã religiosa. Organizava teatros e se caracterizava como uma líder entre as estudantes da entidade. Desde então é catequista. Ocupa funções em outras entidades: coordenação da terceira idade, do cenáculo, na patronagem do CTG (Centro de Tradições

Gaúchas) municipal, coordenadora da catequese na paróquia e componente eleita do conselho tutelar.

Participou das quatro APM do OP, de 1999 a 2002, e durante um ano foi delegada do OP. Incentivou a participação no OP nas diferentes entidades onde exerce liderança. Auxiliou na mobilização de pessoas para a conquista da construção de uma escola estadual na sede do município com o objetivo de posteriormente conseguirem a liberação para o funcionamento do ensino médio. Obra iniciada em final de 2001 e ainda não concluída. Conforme ela, “a comunidade precisa muito deste espaço e o prédio que já tem paredes, cobertura e divisórias e já necessita de reformas daquilo que foi feito, para poder ser utilizado. Os pais estão decepcionados”.

Interrogada sobre a pouca participação dos jovens na APM, ela respondeu:

Eu vou usar uma expressão: As raposas velhas não dão abertura para os jovens. Este é o grande problema, principalmente no interior; nos grandes centros a coisa está se invertendo, o jovem tem participação, mas no interior os políticos velhos não querem entregar nas mãos dos jovens. Eu acho que uma grande esperança está nas mãos dos jovens. É uma esperança de uma melhora e de mudança. Então deve ser trabalhada esta parte e eu acredito que por meio das direções das escolas, principalmente como a escola de sexta a oitava série da sede do município. A diretora está dando uma abertura muito grande, fazendo um ótimo trabalho com relação aos jovens. Valorizando os jovens e colocando os jovens para opinar dentro da política também.

Sujeito cinco

Um professor estadual de um município interiorano que já teve experiências variadas de liderança como em movimento estudantil, comunitário e como vice-prefeito. Proprietário de um jornal que circula em 5 municípios pequenos. Foi escolhido em 1999 como um dos três conselheiros do OP-Estadual representando a Região do Vale do Caí.

Engajou-se no processo do OP, porque conhecia o processo do OP de Porto Alegre e tinha certeza que a prioridade que fosse aprovada seria executada e não ficaria na promessa eleitoreira, conforme entrevista. Descreveu o OP como “nenhuma fórmula mágica, é uma coisa que pela primeira vez permite que aquelas pessoas que nunca puderam sentir o valor de um voto, de uma opinião, sentirem o seu valor”.

Em entrevista, destacou a importância de uma boa organização como elemento fundamental para a conquista de uma obra: “O OP mostra a possibilidade de que pequenas comunidades, de que os pequenos segmentos, de que as pequenas localidades de um município, uma vez bem estruturadas, uma vez bem organizadas, elas têm direito e têm possibilidade de buscar aquilo que elas reivindicam.”

3.3.2 Administradores do OP municipal

Os administradores do OP municipal de Barão foram escolhidos para participarem desta pesquisa porque coordenam o processo em um pequeno município e no cotidiano se vêem interpelados para trabalhar em prol das necessidades escolhidas pela população. Ao definirem a sua atuação administrativa se vêem diante das propostas de trabalho escolhidas pelo processo do Orçamento Participativo municipal. Os administradores se exercitam nesta constante relação com a vontade popular que interfere na forma de coordenarem os seus trabalhos administrativos. Para o bom funcionamento dos serviços públicos necessitam seguir a Lei de Diretrizes Orçamentárias onde constam as obras e serviços definidos pela vontade popular. Considerei importante entrevistá-los porque eles, como autoridades municipais, são os executores da vontade popular.

Antes de entrevistá-los fiz os esclarecimentos feitos aos sujeitos do OP estadual. Como são lideranças constituídas em nível municipal, as questões estão orientadas para o conhecimento de motivos que justifiquem a função que estão exercendo. Igualmente tenho por meta a verificação das condições pelas quais eles se constituíram lideranças por meio das experiências vivenciadas por eles. É de fundamental importância a verificação das atuações que tiveram na instauração e execução do processo bem como a compreensão do processo do OP como mecanismo que colabora na administração do município. Na entrevista com os administradores do município de Barão, apresentei as seguintes questões:

1. Contextualização histórica do sujeito:

Idade:

Profissão:

Grau de instrução:

Estado civil:

Local de nascimento:

Conhecimento de realidades:

2. O que significa colaborar na instauração de um novo modo de administrar um município?
3. Como membro do executivo municipal, qual foi a sua atuação no processo do OP-Barão?
4. Entendendo liderança como algo produzido pelo imaginário coletivo, quais as características você percebe que são fundamentais para alguém se tornar um representante de grupo social na sua realidade social?
5. O que você percebe que o processo do OP produz nos participantes do município de Barão no que se refere à concepção de política e de governabilidade?
6. Qual a concepção de liderança existente na cultura de Barão e da região do Vale do Cai?
7. Qual a concepção de liderança presente no OP?
8. O processo do OP altera a concepção de liderança?
9. É possível o surgimento de novos líderes pela participação no OP?
10. Houve alguma modificação na forma de coordenar grupos sociais após a sua participação no processo do OP?
11. Qual a relevância que você percebe na realização desta pesquisa?
12. Avaliação geral. Consideração final.

Na questão dois, que tratava do conhecimento de realidades, perguntou-se sobre os locais onde já havia morado e atividades que desenvolveu nestes locais. Nem todos consideraram importante algum complemento como avaliação geral ou consideração final por considerarem que havia sintetizado as informações em respostas anteriores.

Três destas entrevistas foram feitas nas casas destes sujeitos. Nos outros dois casos, no local de trabalho, fora do horário de expediente, à noite. Prevaleceu a cortesia e, sobretudo, o interesse pelo entendimento da finalidade da pesquisa. Cabe destacar que há um vasto conhecimento de realidades destes administradores municipais, sendo que quatro deles não

nasceram no município de Barão. A maioria percorreu vários municípios do Estado e fora dele, estudando e desenvolvendo atividades com grupos sociais.

Sujeito um

Prefeito municipal, 45 anos de idade, casado e tem uma filha de 10 anos. Professor durante 6 anos, bancário por 16 anos e hoje administrador público. Nasceu em Bento Gonçalves, no distrito de Pinto Bandeira, e tem o 3º grau completo. Na entrevista, lembrou os locais onde já morou: “Morei em Flores da Cunha nos anos de 1976 e 77; em 78-80, morei em Canoas; depois estive 4 anos na Transamazônica, em Altamira, no Estado do Pará, onde fui professor; retornei em final de 84 e morei em Bento Gonçalves até início de 1988, quando vim morar em Barão e fixei minha residência aqui em Barão.”

Ao ser perguntado sobre o que significa colaborar na instauração de um novo modo de administrar um município ele respondeu:

Estou tentando executar um novo modo de administrar. A gente via a realidade de Barão administrativamente nos últimos, pelo menos 8 anos, foi meio terrível administrativamente. Tanto que Barão tem problemas crônicos que foram acumulados de lá para cá e a gente está tentando sanar. A gente vê pelo menos a expectativa e vê os resultados deste novo tipo de administração conversando com as comunidades, aceitando as opiniões das comunidades. E Barão está pelo menos evoluindo administrativamente. E a gente colhe depoimentos das pessoas do interior e da sede do município e vê uma perspectiva diferente do nosso município. Realmente nos últimos 8 anos foi meio tumultuada a administração. Não tinha um rumo administrativamente no nosso município e hoje a gente que com o auxílio e a participação das pessoas no processo administrativo, muitos problemas a gente conseguiu sanar e Barão está se desenhando com uma outra realidade administrativamente e até economicamente. Nos últimos anos muitas empresas foram embora daqui e então com esta perspectiva nova e tanto é verídico que no último índice do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) de 2005, o processo de industrialização surpreendeu a comercialização agrícola. A base de nossa economia de nosso município sempre foi a agricultura, sempre superava a indústria. No ano passado a indústria superou a comercialização agrícola em cálculo do ICM. Então é um reflexo que Barão está progredindo, está se industrializando. A gente está investindo na agricultura, a agricultura também está se aprimorando.

O prefeito considera que, como executor do processo do OP, o primeiro ano foi uma experiência de estabelecer diálogo com a população. Avalia que há muitos problemas que as comunidades enfrentam e dos quais os administradores tomam conhecimento por ocasião das

assembléias comunitárias do OP. Considera que o OP “é um fato importante na vida da gente e na vida política do município”.

Sujeito dois

Secretário da agricultura, 40 anos de idade, casado e tem duas filhas de 4 e 7 anos. Agricultor, nasceu em Harmonia, que pertencia então a Montenegro e conta com Ensino Médio completo. No final do ano de 1993 e a partir do ano de 1994, colaborou na criação da Ecocitrus – Citricultores Ecológicos dos municípios de Harmonia, Montenegro e Pareci Novo. Na pastoral da juventude participava desde 1985, até quando casou e foi morar em Barão, no ano de 1994.

Ao ser perguntado: Como membro do executivo municipal, qual foi a sua atuação no processo do OP-Barão, o secretário respondeu:

A gente trabalhou um pouco na elaboração do material que foi utilizado nas reuniões, na própria estruturação das prioridades e demandas que o pessoal das comunidades pode votar e escolher e também um pouco no cronograma das reuniões; nas comunidades, o contato com as comunidades para organizar as reuniões. Na verdade a gente interferiu um pouco em tudo. Nas reuniões dos conselheiros a gente participou, onde os conselheiros ajudaram a opinar de como conseguir, digamos assim, compatibilizar as demandas das reuniões com o próprio orçamento; com o recurso disponível (Renato Schommer).

Considera que é um compromisso muito grande colaborar na administração municipal e instaurar um novo modo de administrar o município. Afirma que é uma doação que ele está fazendo como secretário municipal, deixando de lado os seus compromissos particulares.

Sujeito três

Secretário municipal da saúde, 60 anos de idade, casado e tem dois filhos homens e uma mulher. Natural de Cacequi-RS, formado com 3º grau completo, foi professor, vice-diretor, diretor em duas gestões, vereador e secretário da saúde de Barão na gestão de 1993-1997. Na entrevista, lembrou os locais onde já morou: no interior de Cachoeira do Sul, em Carlos Barbosa, Montenegro, depois Esperança – interior de Brochier; desde 1962, em Barão. O pai era ferroviário, trabalhava na manutenção da ferrovia. Morou um tempo no prédio onde atualmente funciona o setor administrativo da prefeitura de Barão.

Ao ser perguntado: Como membro do executivo municipal, qual foi a sua atuação no processo do OP-Barão, o secretário respondeu:

Bom, eu como secretário da saúde, juntamente com os demais componentes do grupo, a gente procura trabalhar com as comunidades no sentido principalmente de motivá-las a participar do processo, inclusive de ajudar a prefeitura na administração, trazendo idéias, trazendo sugestões; o que soma bastante. E a gente participava como incentivador, incentivando a troca de experiências transmitindo aquilo que já ao longo do tempo adquiriu de algumas experiências, principalmente na área da saúde, que é a minha área e é muito importante ouvir a comunidade para realmente formar um plano de trabalho adequado que sirva para toda comunidade (Luiz Nogueira).

Considera que a colaboração na instauração de um novo modo de administrar no município é muito interessante, porque os administradores se sentem fortalecidos com a participação da população e, conforme declarou em entrevista: “Porque há uma riqueza nas experiências de comunidades, e isto só serve para enriquecer mesmo com o processo; eu acho que é muito positivo”.

Sujeito quatro

Secretário municipal de obras, 49 anos de idade, casado e tem uma filha. Coursou até 4ª série do Ensino Fundamental. Nasceu no interior de Garibaldi – Coblens, e hoje mora em Barão. Carlos Barbosa se emancipou de Garibaldi, e Coblens pertence hoje a Carlos Barbosa. Foi fundador de grupo de jovens, foi tesoureiro, secretário. Foi presidente de comunidade em Coblens, foi secretário na comunidade de Barão. Fez parte da comissão de emancipação do município de Barão, foi secretário de obras na primeira e terceira gestão municipal. Foi eleito duas vezes como vereador, inclusive na última eleição municipal.

Ao ser perguntado sobre o que significa colaborar na instauração de um novo modo de administrar um município respondeu: “Eu encaro como uma coisa boa. Assim eu tenho certeza de que o povo precisa. Não é nós que vamos dizer o que vamos fazer, mas o que o povo pede.”

Nas assembleias públicas, explicou como se encontrou a prefeitura no início desta gestão: “Com dívidas, com maquinários sucateados. O que se fez, o que se comprou, o que se investiu; o que se fez também neste tempo, o que se pode fazer neste meio ano”.

Sujeito cinco

Secretário da Educação, 35 anos de idade, solteiro. Professor de profissão com 3º grau completo, pós-graduação em Sociologia, formado em Matemática. Nasceu em Linha Francesa Alta – Barão e morou em Gravataí, em Bom Princípio, em três bairros de Porto Alegre e em Canoas. Trabalhou um tempo na CNBB quando viajou muito pelo Estado do RS e pelo Brasil, do sul até Goiânia. Viajou por outros países: Paraguai, Uruguai, Argentina. Conforme afirma: “Sempre gostei muito de trabalhar com periferias, conhecer a vida a partir da ótica da exclusão.” Trabalhou com pastoral de juventude, com grupos de jovens na articulação, na formação de lideranças. É integrante de uma ONG – Organização Não-Governamental que trabalha com serviço social.

Ao ser perguntado sobre o que significa colaborar na instauração de um novo modo de administrar um município, o secretário respondeu:

Bom, a primeira questão que eu me pergunto: o que significa um novo modo. Na prática é o nosso modo. Talvez é novo para Barão. Para mim pessoalmente não é novo. Democratizar, por exemplo, o orçamento; democratizar os espaços de decisão, para mim não é novo. Novo é para este lugar, eu acho. Então para mim tem uma questão assim: Novo para quem? Mas para mim está sendo uma experiência muito interessante porque vir para Barão significava abrir mão de várias coisas que eu gostava muito lá na capital. Estava morando há 13 anos lá em Porto Alegre; então eu tive um conhecimento muito interessante de ver a cidade crescer junto com as administrações populares. Porto Alegre fechou 16 anos de Administração Popular e eu morei 13 lá. Então eu tive um conhecimento muito interessante de ver isto acontecendo, principalmente nos bairros que historicamente eram deixados de lado, fora as eleições. E a gente viu que teve um trabalho muito interessante de construção de novos sujeitos nesta questão do orçamento. Então trazer isto para Barão foi um desafio, de ter uma experiência não muito atuante neste espaço político, mas um espaço mais social; de entidades da sociedade: escola, bairro, lideranças de bairro, grupo culturais (Gilberto Flach).

A sua atuação na instauração do OP em Barão foi marcante participando no grupo que pensava as reuniões. Explanou nas reuniões comunitárias sobre a secretaria da educação e coordenou grande número de reuniões em 2005 e 2006. Contribuiu no processo de votação das prioridades e de tabulação e registro dos dados.

3.3.3. Conselheiros do OP municipal

Para melhor compreender as condições para a emergência e formação de lideranças pelo OP escolhi estes cinco conselheiros do OP municipal de Barão para fazerem parte da pesquisa observando alguns critérios de representatividade dos conselheiros escolhidos em todo o município. Dois deles foram reeleitos como conselheiros do OP e são moradores do interior do município. Outros dois atuaram apenas um ano como conselheiros. A representante da juventude foi escolhida por se tratar da única conselheira do OP-Barão em 2006. Escolhi um representante de comunidade maior do interior do município e outros dois representantes de comunidades pequenas. Um é conselheiro de bairro e a representante da juventude também mora na área urbana. Em relação à profissão que exercem, também procurei escolher conselheiros de diferentes profissões: dois são agricultores, outro é prestador de serviços e os outros dois atuam em empresas, inclusive a conselheira da juventude.

Os conselheiros do OP municipal são escolhidos nas reuniões comunitárias. São representantes comunitários eleitos por um ano para participar das reuniões do COP com objetivo de elaborar o Orçamento para o ano seguinte. Participam de encontros de esclarecimento sobre administração pública e defendem a prioridade votada na sua comunidade.

1. Contextualização histórica do sujeito:

Idade:

Profissão:

Grau de instrução:

Estado civil:

Local de nascimento:

Conhecimento de realidades:

2. Envolvimento comunitário:

3. Como avalia as experiências anteriores?

4. Qual a semelhança e qual a diferença entre o modo de exercer a representação nas experiências anteriores com a atual no OP?

5. Como você se percebe numa reunião comunitária do OP? Tem o desejo de entender a administração pública? Conhecer como um município é governado?

6. Você fez alguma manifestação pública, para todos os presentes na reunião comunitária, ou, como foi a sua presença na reunião?

7. Nas reuniões dos conselheiros, como você avalia a sua participação?

8. Os administradores municipais, prefeito e secretários, estão abertos ao diálogo e aceitação das propostas da população para administrar o município?

9. O OP possibilitou conhecimentos? Trouxe alguma alteração no modo de entender o que é administração pública?

10. O processo do OP municipal aproxima a população dos administradores? Produz familiaridade com a coisa pública? Altera a concepção de política?

11. O OP possibilita que novos líderes despontem?

12. Entendendo liderança como algo produzido pelo imaginário coletivo, quais as características que você percebe como fundamentais para alguém se tornar um representante de grupo social na sua realidade social?

13. Quanto aos líderes existentes nas comunidades, você acredita que o OP vá influenciar no seu modo de serem líderes? Ou alterar, melhorar o seu modo de ser coordenador, de pensar as coisas comunitárias, as coisas públicas?

14. Qual a concepção de liderança existente na cultura da região do Vale do Cai?

15. Qual a concepção de liderança presente no OP?

16. O processo do OP altera a concepção de liderança?

17. Houve alguma modificação na forma de coordenar grupos sociais após a sua participação no processo do OP?

18. Qual a relevância que você percebe na realização desta pesquisa?

19. Avaliação sobre OP- Barão.

Entrevistei quatro conselheiros e uma conselheira. Dois são agricultores, um metalúrgico, um borracheiro autônomo e uma estudante universitária, operária da malharia.

Sujeito um

Metalúrgico de 40 anos, pai de dois filhos com 9 e 12 anos, conselheiro eleito em 2006, morador em bairro de Barão. Trabalha na Tramontina, em Carlos Barbosa. Seu grau de instrução é Ensino Fundamental completo. Nasceu em São Lourenço do Oeste – SC e há 17 anos mora em Barão. Participou em grupo de jovens, e em um clube, em SC, que fazia experiências agrícolas e estava vinculado à prefeitura e Emater. Trabalhava com os técnicos agrícolas e plantava sementes para ver a produtividade por uma área. Em Barão, foi secretário da comunidade e agora ocupa o cargo de vice-presidente da comunidade.

Ao fazer uma análise das experiências anteriores, assim as descreveu: “Eu me criei na lavoura, trabalhei na roça até os 22 anos; então são experiências práticas, eu aprendia no Clube 4S e então em casa a gente praticava na lavoura com a técnica. São experiências válidas, a gente sempre aprende coisas novas”.

Com respeito ao processo OP, considera uma experiência diferente das anteriores. E em entrevista respondeu:

Eu era assim, em política eu não me envolvia e nem queria saber. Nem imaginava como funcionava isto aí: a questão política e administrativa numa prefeitura. Nem imaginava e nem noção a gente tinha e através do OP eu vi que a coisa é bem diferente. Eu acho que a pessoa tem que participar para saber como funciona uma prefeitura. Qual a dificuldade que encontra tanto o prefeito como no geral. São coisas totalmente diferentes e novas para mim. Aí pelo menos a gente tem uma noção como funciona uma prefeitura e os investimentos que são feitos e as dívidas existentes (Airton Bamberg).

Está participando ativamente das reuniões com o objetivo de ver concretizada a pavimentação da rua em frente à sua casa. Este foi o motivo inicial da participação das reuniões comunitárias. Hoje está valorizando o conhecimento que está adquirindo sobre o funcionamento administrativo do município.

Sujeito dois

Agricultor aposentado de 67 anos, pai de três filhos com 30, 40 e 42 anos, conselheiro comunitário do OP em 2005 e em 2006, mora em comunidade do interior de Barão. Durante 25 anos foi gaitero e vocalista de bandinha musical atuando sobretudo em finais de semana em festas, bailes e casamentos. Seu grau de instrução é 5ª série do Ensino Fundamental.

Nasceu em Joaçaba – SC; na época era Tangará. Durante 4 anos trabalhou na prefeitura: dois anos como secretário e dois anos como responsável da agricultura (1997-2000). Na comunidade onde mora, Linha Camilo, participou do CPM – Círculo de Pais e Mestres e da diretoria da comunidade como tesoureiro, secretário e vice-presidente. Considera em entrevista: “Nestes grupos sempre são os mesmos que tomam a frente em uma comunidade, é na escola, é na comunidade. Participei como festeiro, na diretoria da sociedade estou sempre envolvido e hoje sou suplente”.

Ele avaliou que a música o tornou muito conhecido no município e em toda região do Vale do Caí entre as pessoas da geração dele. “E também como líder comunitário eu também me tornei bastante conhecido em outras comunidades porque a gente participa muito e a gente troca muito”.

Em entrevista, ao ser perguntado sobre o significado que vê do Orçamento Participativo para Barão, o agricultor respondeu:

Eu acho que a maior diferença é que nas administrações anteriores a esta que nós estamos vivendo é que as decisões eram tomadas pelo chefe do executivo, onde a população tinha pouca chance de pedir, ou de priorizar o que era mais necessário para as comunidades. Isto agora é uma grande coisa. Uma diferença mais marcante mesmo. Hoje é feito o que as comunidades mais precisam, o que elas escolhem. Porque eu não acho nenhuma vantagem se um prefeito chegasse e quisesse colocar um campo de futebol aqui na Linha Camilo, no caso. Nós não temos nem jogadores aqui, não temos uma juventude que pudesse formar um time. Então qual a vantagem para uma comunidade que talvez precisasse de um posto de saúde ou então qualquer outra coisa: melhoria nas estradas e ... Mas se o chefe acha que vai colocar uma coisa aqui para que de repente não vem ao encontro do que a comunidade necessita. E com este orçamento participativo, a comunidade é que vai dizer o que ela mais precisa. De repente ano que vem, outra coisa. Mas é uma chance de a comunidade pedir o que realmente ela necessita (Selério Sauthier).

Salienta a importância da consulta popular como mecanismo democrático e como mecanismo que promove a conformidade dos administradores públicos com a vontade popular no que diz respeito a investimentos para as comunidades. Avalia como de grande valor que as lideranças trabalhem em sintonia com as distintas realidades comunitárias que um município apresenta.

Sujeito três

Borracheiro autônomo, 23 anos, solteiro, conselheiro comunitário em 2005 e 2006, morador de comunidade no interior de Barão. Seu grau de instrução é Ensino Médio completo. Nasceu em Carlos Barbosa, no distrito de Arroio Canoas, hoje pertence a Barão. Exerceu funções de representatividade como Secretário da Sociedade de água de sua comunidade em Arroio de Canoas; secretário do time de futebol da localidade, Sport Clube Gaúcho; coordenador do conselho comunitário, que é uma pastoral de Igreja; coordenador da liturgia da comunidade por vários anos; líder no Grêmio Estudantil no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Na entrevista, ao ser questionado sobre a avaliação que faz destas experiências de exercício da liderança, respondeu:

Foram experiências ótimas. Eu tive um crescimento, um amadurecimento melhor. Perdi a vergonha de me expressar em público. Eu adquiri mais experiência de liderança, mais firmeza na hora de organizar um grupo para algum trabalho, alguma tarefa. A comunidade passou a me respeitar mais. Foi muito bom para mim pessoalmente (Fernando Scottá).

Faz uma distinção entre as experiências anteriores e a participação como conselheiro do OP, representando sua comunidade. No primeiro caso, afirma que estava representando um grupo social por interesse próprio e agora no OP foi a comunidade que o escolheu como representante, o que considera uma responsabilidade maior. Assumiu a função com dedicação, procurando da prefeitura informações maiores sobre as tarefas e compromissos que competiam ao Conselheiro do OP, bem como o poder de decisão que poderia ter junto à administração municipal. Também afirmou em entrevista que “a comunidade vinha a mim perguntar sobre o município; aí eu me senti na responsabilidade de ter conhecimento e passei a gostar disto tudo, desta forma de interagir”.

A prioridade da comunidade, pavimentação da rua central do distrito, em sua primeira etapa está concluída. São 420 metros corridos de pavimentação. Ele vê grande confiabilidade nos administradores que estão cumprindo com a vontade de investimento determinada pela população.

Sujeito quatro

Operária na malharia de Barão com 17 anos, solteira, conselheira em 2006 representando os jovens do município nas suas reivindicações. Iniciou no início de 2006 o curso de História na UCS – Universidade de Caxias do Sul, no campus de Bento Gonçalves. Nasceu e mora desde sempre em Barão, no centro. Foi líder de turma quando estudou na 5ª série; participou do Grêmio Estudantil no departamento esportivo e na malharia onde trabalha foi escolhida pelos seus colegas de serviço para desempenhar a função de secretária da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, comissão obrigatória em empresas com mais de 90 funcionários.

Ao ser solicitada para avaliar estas experiências anteriores, respondeu em entrevista:

Eu avalio como uma responsabilidade, porque representa um grupo. Como na malharia, eu represento todos os funcionários. Como, por exemplo, se alguém tem alguma reclamação de alguma coisa que não está boa, que quer melhorar. Eles vêm e falam para a gente. Então eu avalio como uma experiência que torna a gente mais responsável. É uma experiência de responsabilidade, de compromisso (Liziane Artus).

Na reunião do COP de Barão, expôs a todos os conselheiros as prioridades escolhidas pelos jovens na assembléia. Solicitaram a manutenção e possível aumento de auxílio para o transporte dos universitários e arrumar a quadra de areia e praça do município.

Sujeito cinco

Agricultor, 33 anos, pai de duas filhas com 6 e 10 anos, conselheiro eleito em 2005 e 2006, morador em comunidade no interior de Barão. Cursou até a 4ª série do Ensino Fundamental. Nasceu em Maximiliano de Almeida – RS e morou em Farroupilha e Carlos Barbosa. Foi presidente de grupo de jovens no Santuário de Caravaggio em Farroupilha; quando tinha romarias ajudava na coordenação. Foi catequista na comunidade e atualmente é Presidente do Conselho Agropecuário de Barão, gestão 2005-2006.

Em sua avaliação destas experiências anteriores, o agricultor destacou:

Foi de muita importância porque a gente consegue se enturmar na comunidade e a gente é capaz de passar mais para a comunidade do que a gente é capaz porque hoje em dia quem não tem estudo é considerado pela maioria como incapaz. Como eu fiz até o 4º ano eu acredito que eu pude mostrar que como

pessoa simples, não tendo estudo, mas tendo uma mentalidade boa que é capaz de fazer; é capaz de liderar, de liderar uma comunidade. E eu considero que a minha experiência é muito boa (Wilson Joaquim).

Sobre a função de Conselheiro do Orçamento Participativo, ele considera que é um trabalho em prol do município. Ele tem o desejo de conhecer o funcionamento do município, por meio da participação nas reuniões, conforme informe em entrevista. E nas reuniões se sente como membro atuante na realidade de sua comunidade e do município.

3.4 Confrontos públicos sobre o tema da pesquisa

Houve confrontos que colaboraram na execução desta pesquisa e a facilitaram. Encontros e confrontos com diferentes pessoas com atuação em distintas áreas do conhecimento e variados espaços territoriais contribuíram com elementos relevantes à execução desta pesquisa.

Constato que o desafio proposto foi realizado pela benevolência dos sujeitos entrevistados que se demonstraram prestativos e disponíveis para informações que eu considerasse necessárias. Nos confrontos em seminários de pesquisas e outros encontros promovidos por entidades, houve o encontro de pesquisadores que, por vezes, questionavam algum aspecto da pesquisa ou que apresentavam aspectos implícitos, até então não constatados. Em discussão do projeto de pesquisa com os colegas de curso, a colaboração foi de salutar importância. Cada qual com seu problema de pesquisa se expunha na roda. Os debates, por vezes acirrados, mas sempre com enorme respeitabilidade sobre a pesquisa do colega, fizeram com que todos saíssem mais aptos a realizar com maior qualidade a sua pesquisa.

Participando de um grupo de pesquisa que reúne professores/pesquisadores da Unisinos, PUC/RS e UFPel, houve maior aprofundamento. É um grupo de pesquisa que investiga de forma coletiva e publica de forma coletiva. A elaboração de artigos e traduções, que posteriormente viraram publicações, foram elementos que corroboraram no processo investigativo.

Nas práticas de pesquisa, os colegas, aprendizes pesquisadores que são graduandos, mestrandos e doutorandos, contribuíram com suas reflexões por meio da exposição de experiências, textos e participação em congressos e seminários.

Esta pesquisa foi construída por meio do diálogo entre colegas e professores/pesquisadores e pela organização de seminários de pesquisa com profissionais de diferentes áreas envolvidos em propostas participativas de governar. Assim foi o Seminário de Pesquisa na UNISINOS em abril de 2003, com destaque para a participação de Iria Charão, ex-coordenadora do OP estadual de 1999-2002; Encontro na UFPel nas semanas acadêmicas de Educação Popular em final de 2003, 2004 e 2005; Seminário ou diálogo na Região das Missões – Santo Ângelo e Salvador das Missões – com pessoas envolvidas no processo do OP/Estadual e municipal de Salvador das Missões, em setembro de 2003, e outro diálogo em Montenegro e Pareci Novo, na Região do Vale do Caí, com a finalidade de verificar o que ficou do Orçamento Participativo. Seminário de Pesquisa sobre Pesquisa Participante na UNISINOS em julho de 2006 com destaque para a participação de Carlos Rodrigues Brandão e da pesquisadora professora Maria Ozanira da Silva e Silva.

A pesquisa se estende para além do campo empírico. Um dos espaços importantes de conhecimento sobre o tema são os seminários, fóruns promovidos por instituições acadêmicas que refletem sobre as pesquisas que estão em andamento. Estes desafios de se expor a pesquisa que está sendo efetuada representa uma importante etapa metodológica de verificação da consistência da pesquisa. Nestas reuniões, com apresentação de trabalhos e mesas redondas, acontecem encontros entre pesquisadores iniciantes e experientes, encontros que se caracterizam pelo agradável desafio que propiciam ao pesquisador iniciante que coloca à prova o tema e o problema investigado.

Estes confrontos foram momentos oficiais e a na maioria deles houve publicação de trabalhos sobre o tema. Os espaços e as relações sociais foram variados conforme se pode observar na descrição dos eventos. O conteúdo girava em torno dos temas Orçamento Participativo e Educação.

Antes do ingresso no doutorado, em outubro de 2002, apresentei e publiquei na ANPED – Associação Nacional de Pesquisa em Educação – a pesquisa realizada durante o

período do Mestrado, com o título: *A Experiência pedagógica do Orçamento Participativo em Comunidades da Região do Vale do Cai*.

Houve ainda as seguintes participações:

- 5º Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire - UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul) no período de 23 a 24 de maio de 2003; Apresentação de Trabalho e texto publicado no CD-Rom com o título: *Relação e confronto de pedagogias: Orçamento Participativo e Comunidade*.

- 6º Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire - UERGS – Alegrete. 21 e 22 de maio de 2004. Texto apresentado: *A pedagogia do Orçamento Participativo desperta e altera lideranças*.

- 7º Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire - EST – São Leopoldo. 14-16 de Julho/2005. Trabalho apresentado e publicado com o título: *Pesquisar com participação no Orçamento Participativo: Investigação fundamentada na metodologia freireana*.

- 8º Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire - UPF – Passo Fundo. Agosto/2006. Trabalho apresentado e publicado com o título: *Orçamento Participativo como alternativa política de organização*.

- III Congresso Internacional de Educação: Educação na América Latina nestes tempos de império. - UNISINOS – São Leopoldo. 3, 4 e 5 de setembro de 2003. Trabalho apresentado e publicado. *A possibilidade da desmistificação da autoridade e inclusão social pelo Orçamento Participativo*.

- IV Congresso Internacional de Educação: A educação nas fronteiras do humano. – UNISINOS – São Leopoldo. 31 de agosto a 02 de setembro de 2005. Trabalho apresentado e publicado: *Lideranças a partir do Orçamento Participativo*.

- II Encontro Regional de Educação Popular. Fae – UFPel. Pelotas. De 08 a 14 de novembro de 2003. Apresentação sobre o tema OP e lideranças.

- III Encontro Regional de Educação Popular e I Encontro de Filosofia, Educação e Práxis Social. UFPel, Pelotas. De 14 a 17 de dezembro de 2004 e 6 e 7 de janeiro de 2005. Tema da mesa redonda: Pesquisa em Educação (discussão de projetos).

- II Encontro de Filosofia, Educação e Práxis Social. UFPel, Pelotas. Outubro de 2005. Mesa redonda onde apresentei elementos do projeto de pesquisa.

- III Seminário Internacional da Região Sul. Desafios da Educação para a América Latina: Educação Permanente / Educação Continuada. UFPel – UCPel – FURG; Pelotas. 15 e 16 de agosto de 2003. Trabalho apresentado e publicado com co-autoria de Cênio Back Weyh com o título: *Educação e empoderamento pela pedagogia do orçamento participativo*.

- VII Seminário Internacional de educação no Mercosul e IV Seminário Internacional “Desafios da Educação neste século: Pesquisa e formação de professores”. UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta; Cruz Alta. 11 a 15 de agosto de 2003. Trabalho publicado com co-autoria de Cênio Back Weyh com o título: *A vivência do Orçamento Participativo como inovação pedagógica*.

- Seminário de Pesquisa Mediações Pedagógicas e Participação: OP/RS – 1999-2002. UNISINOS, São Leopoldo. 10 e 11 de abril de 2003. Apresentação da pesquisa de Mestrado: A Experiência Pedagógica do Orçamento Participativo na Região do Vale do Caí.

- Seminário de Pesquisa: Orçamento Público e Experiência de Participação. Salvador das Missões e Santo Ângelo. 12 e 13 de setembro de 2003. Diálogos com participantes do OP da Região das Missões.

- II Seminário de Pesquisa: Orçamento Público e Experiência de Participação. Montenegro e Pareci Novo. 07 de agosto de 2004. Apresentação: O OP e as Lideranças Comunitárias.

- *X Fórum de Educação*. São Leopoldo – Unisinos – PPG em Educação. De 18 de agosto a 03 de novembro de 2004. Duração: 30 horas. Apresentação do projeto de tese.

- V ANPED Sul –Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. PUCPR - Curitiba. 27 a 30 de abril de 2004. Trabalho apresentado e publicado com co-autoria de Cênio Back Weyh com o título: *Inclusão Social pelo Orçamento Participativo Estadual: o caso das Agroindústrias na Região das Missões – RS*.

- V ANPED Sul –Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. PUCPR - Curitiba. 27 a 30 de abril de 2004. Mesa redonda com trabalho apresentado e publicado com o título: *Orçamento Participativo como Alternativa Política de Organização*.

- VI ANPED Sul – “Pós-Graduação em Educação: Novas Questões?”. Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. De 07 a 09 de junho de 2006. Trabalho apresentado e publicado com o título: *A interlocução como processo educativo de uma cidade*.

- Encontro com representante do Banco Mundial e pesquisadores de Universidades e ONGs da grande Porto Alegre com o objetivo de uma pesquisa sobre a sustentabilidade do Orçamento Participativo. UFRGS, 22 de junho de 2005.

- Vídeo Conferência entre o Grupo de Pesquisadores da UNISINOS Mediações Pedagógicas e processos participativos com uma Turma de Mestrandos da Universidade de Toronto/Canadá sobre o tema: Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Data 31 de maio de 2005. Sala Conecta – UNISINOS.

- Rede 9 da Urbal sobre Orçamento Participativo. Porto Alegre. De 06 a 10 de março de 2006. Com palestras sobre Democracia Participativa com Yves Sintomer (França) e Bernardo Kliksberg (Argentina); pesquisa sobre a sustentabilidade do OP com William Reuben e André Herzog (Banco Mundial); Democracia e Informação com Yves Cabanes (Harvard University), Rudá Ricci e Augusto de Franco (África do Sul).

- Confronto de experiências de OP: Europa e América; com o coordenador internacional de pesquisadores sobre o Orçamento Participativo Yves Sintomer; professor-pesquisador em Paris – França e em Berlin – Alemanha. Encontro realizado em Porto Alegre. UFRGS – prédio da arquitetura. 10 de março de 2006. Apresentei duas dimensões da pesquisa que venho realizando; o aspecto pedagógico do OP e a dimensão de formação de lideranças presente no processo do OP.

- Reunião com administradores alemães. 4 de maio de 2006 na prefeitura de Munique sobre o tema: Participação da população na elaboração do Orçamento Público.

- Diálogo com prefeito e secretários de um pequeno município alemão em 5 de maio na prefeitura de Weyarn sobre o tema: administração pública com a participação dos cidadãos e das cidadãs. Tema específico: o funcionamento do Orçamento Participativo em um pequeno município brasileiro.

Estas apresentações e confrontações que se estabeleceram em torno do tema desta pesquisa forneceram elementos importantes. São momentos acadêmicos, são reuniões com cidadãos e cidadãs, são preocupações que giram em torno de uma melhor organização da vivência social caracterizada como processo educativo. É uma inserção em diferentes espaços com vista ao aprimoramento da pesquisa que é um contínuo movimento, tal qual se apresenta a vivência social.

3.5 Os rumos da análise dos dados

Como pressuposto, a pesquisa social tem como ponto de origem interesses que podem estar voltados para distintas dimensões do ser humano. Pode estar direcionada à satisfação de interesses econômicos, políticos, sociais ou estar enfocada na verificação pedagógica presente em algum movimento da sociedade. A formação do pensamento e do conhecimento dos moradores da região do Vale do Caí passa por uma mente previamente constituída por traços familiares e fortemente impregnada pela tradição comunitária descrita no primeiro capítulo desta tese.

O OP significa uma forma nova de administrar um município na região do Vale do Caí, e frente a esta constatação, tão freqüente nas respostas dos entrevistados, necessito considerar a possibilidade do surgimento de novos elementos na conduta das lideranças que possam surgir ou se alterar. O novo modifica comportamentos, modifica dimensões pedagógicas e culturais. O comportamento humano sofre alterações frente a uma nova perspectiva administrativa e construção social que reivindica a participação dos cidadãos na reorganização política e social.

Vigotski, em *A formação social da Mente*, propõe uma análise dinâmica dos processos de desenvolvimento⁷⁸ social. O autor afirma que “eu e meus colaboradores acreditamos que o comportamento humano tem uma reação transformadora sobre a natureza” (p. 80). Como condição para o surgimento e formação de liderança, a dimensão existencial vivida por determinado grupo social merece atenção. O comportamento humano frente aos desafios encontra as mais variadas respostas individuais e grupais.

Considerações feitas por entrevistados remetem a pressupostos e elementos que condicionam o envolvimento de pessoas no processo do Orçamento Participativo. Ao ser solicitado a fazer uma avaliação do processo do OP em Barão, um agricultor se remeteu a elementos psicológicos que produzem resistência à participação:

⁷⁸ Vigotski apresenta três fatores essenciais da análise psicológica: “A análise do processo e não do objeto; uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição a enumeradas características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa e não descritiva e; uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de uma determinada estrutura” (p.86).

E hoje ainda existe uma resistência em certas pessoas porque ao longo dos anos elas conviveram com este tipo de coisas assim: era dito uma coisa e era feito outra; que elas ainda não enraizaram este modelo. Naquelas pessoas antigas acostumadas a estes modelos antigos talvez seja um pouco mais difícil, mas com o tempo, tomara que isto continue e com o passar dos anos estas também chegam a acreditar neste novo modelo. Não é culpa delas, é culpa de um sistema que ao longo dos anos foi colocado na cabeça delas uma certa desconfiança (Selério Sauthier).

Os comentários do conselheiro entrevistado também remetem ao baixo índice de participantes nas reuniões do OP municipal, variando de 10 a 15% dos eleitores do município que freqüentam as assembléias comunitárias do OP. Para análise, esta constatação é relevante. Pode-se questionar: as lideranças que representam à comunidade com solicitação de obras e serviços são reconhecidas frente a comunidade devido a este baixo índice de presença da população na assembléia? Ou, porventura, aqueles que não freqüentam as reuniões se consideram representados nos seus anseios por entender que há uma unidade previamente estabelecida no imaginário coletivo no que se refere a necessidades emergenciais para toda a comunidade?

No OP municipal, não acontecem assembléias com centenas ou milhares de participantes como no OP estadual. O número mais elevado atinge em torno de 80 credenciados no OP municipal. Questionando-se em termos de psicologia de grupo, quais seriam as características de liderança em uma assembléia com um número elevado de participantes e em outras com número pequeno de participantes, chegando de 3 a 7 credenciados em uma reunião do OP municipal.

Há elementos psicológico-metodológicos que influenciam as práticas sociais. São elementos subjacentes vinculados a preâmbulos e diálogos preliminares de organização de reuniões. São, por vezes, considerados como elementos da preparação mental para a reunião. Como exemplo da presença de tais elementos, exponho uma situação que se tornou freqüente e lembrada por administradores em entrevistas.

Quais as questões que passam pela cabeça de um prefeito e secretários de um pequeno município do interior ao se dirigirem para uma localidade com o objetivo de dialogar com os moradores para definir o percurso em que será feita a pavimentação da estrada que corta esta comunidade? A questão a ser resolvida é onde começa e onde termina a pavimentação com

uma extensão de 250 metros corridos. O percurso todo da localidade abrange 2.000 metros e não pode ser todo ele feito por não existirem recursos.

Como será o debate? Quais as disputas entre os moradores para que tenham pavimentação em frente à casa para que acabe com o pó e o barro? Haverá bom diálogo e compreensão entre os moradores? Haverá críticas sobre a administração municipal? Como conduzir a negociação? Quais informações preliminares são importantes que aconteçam antes do debate? Ou partir logo para a discussão? Conforme o processo do OP, a comunidade escolhe a maior necessidade de obra e/ou serviço para o ano vindouro, define onde será executado e fiscaliza a execução. Uma reunião deste gênero é um momento educativo que será relembrado por várias décadas. Anos depois, ainda se escutará frases como esta: “Naquela noite foi decidido que em frente à minha casa haveria pavimentação.”

Há um conjunto de representações sociais que fazem parte daquele momento que se torna histórico na vida de uma comunidade. Há uma maior intencionalidade de atenção nos mínimos gestos e falas. O imaginário pessoal e coletivo é atingido de forma enfática porque estão em jogo possibilidades de realização de desejos cultivados por décadas. A sensibilidade fica aguçada, e o momento de decisão se torna momento de realização de um sonho, mesmo que o sonho esteja sendo planejado e ainda não executado. O momento, que faz parte de um processo que evoluiu durante meses e, por vezes, anos, está envolvido por uma pedagogia participativa e por uma possibilidade de alteração de “formas ou modelos⁷⁹” cultivados por falsas promessas.

Algumas frases ditas naquela noite ficarão gravadas na memória de muitos dos ali presentes, pois está em jogo algo relacionado ao seu cotidiano: acabar com o pó e o barro e modificar a estética do local por meio da pavimentação, propiciando melhores condições de vida. Poder dizer aos amigos e parentes que a rua está pavimentada pode significar que agora não vivem mais em área rural. Que o conforto aumentou, que as roupas estendidas no varal não sentirão mais o efeito do pó provocado pela passagem de carros pela estrada, que o padrão de vida melhorou, que a comunidade está se modernizando. Ter participado da conquista facilita a compreensão da mudança. A obra foi feita com dinheiro público, com um dinheiro produzido

⁷⁹ Termos usados por conselheiro do OP Barão para designar tipos psicológicos de pessoas que foram enganadas com falsas promessas por políticos e se tornaram descrentes com relação a assuntos políticos.

pelo trabalho diário, de longos anos. Está retornando e sendo encaminhado por meio do diálogo entre as autoridades municipais e os moradores da localidade.

Evita-se, assim, uma ruptura cultural, algo que geralmente acontece quando alguma obra ou bem público é imposto por autoridades públicas sobre as pessoas. A mudança cultural produzida por meio da conquista, por meio de várias reuniões, é assimilada na vida das famílias e da comunidade.

Analisando possíveis condições existentes no OP que propiciam o surgimento e formação de lideranças, necessito levar em consideração a realidade social não como a mera soma das dimensões humanas e as estatísticas numéricas verificadas nas atas das reuniões comunitárias. A realidade social se apresenta em determinado contexto e estrutura que produz uma dinâmica sociocultural e histórica com vistas à manutenção e transformação de valores conforme interesses internos e externos de um grupo social.

As fontes de análise são de natureza oral e documental. Outra fonte de análise encontra-se na subjetividade do pesquisador, que aparece como fonte primeira fundamentada na sua história pessoal e na interatividade contínua com a coletividade. A subjetividade pode ser considerada como pressuposto inicial para a realização da pesquisa. O que necessita prevalecer é o tema investigado na sua maior objetividade possível por meio da análise das fontes orais e documentais.

Como fontes orais utilizo-me dos diálogos e entrevistas gravados com os sujeitos pesquisados do OP-RS e do OP-Barão. Como fontes documentais recorri a livros, teses e dissertações, relatórios do governo estadual e municipal, atas, livrinhos e panfletos do OP estadual e municipal, jornais e revistas, vídeos e fotos, sites nacionais e internacionais.

Entendo que, nesta construção do *corpus*⁸⁰ de pesquisa, existe a preocupação de ir “além da amostra, da fidedignidade e da validade” objetivando “uma prestação de contas pública” (Gaskell e Bauer, 2002, p. 470). A construção de um *corpus* se contrapõe à forma de

⁸⁰ Os autores ao escreverem sobre a construção do *corpus* em uma pesquisa, frisam que “a construção do *corpus* é um processo iterativo, onde camadas adicionais de pessoas, ou textos, são adicionados à análise, até que se chegue à saturação e dados posteriores não trazem novas observações” (2002, p. 485). Constitui-se em um processo repetitivo de entrevistas, coleta de dados e textos que vem a complementar a pesquisa.

amostragem. A amostragem é aleatória enquanto que, ao utilizar a metodologia de construção de um *corpus* de pesquisa, há uma escolha sistemática conforme uma racionalidade que dê conta do objeto investigado.

A escolha dos sujeitos da pesquisa levou em consideração uma racionalidade. Os cinco sujeitos do OP estadual compreendem um universo diversificado de experiências. Atuaram em 4 municípios distintos e o quinto sujeito em nível de região como conselheiro do OP estadual. Entre os quatro, dois viram as obras concluídas; um sujeito entrevistado viu a obra sendo erguida, mas não foi concluída até o momento, e para um outro sujeito a obra não foi iniciada até dezembro de 2006. Quanto à questão de gênero, três são homens e duas são mulheres. Em relação aos conselheiros⁸¹ do OP Barão, escolhi cinco, sendo dois moradores da sede do município e três do interior. Dois são agricultores, dois trabalham em empresas e um é autônomo. A idade varia de 17 a 67 anos, e, como apenas há uma conselheira no OP de Barão e é jovem, esta faz parte do universo dos sujeitos entrevistados. Em relação aos administradores municipais, eles provêm de atividades diferenciadas e trazem consigo experiências que complementaram a construção do *corpus* da pesquisa. Dois são professores, sendo que um já atuou como secretário municipal; dois são agricultores e um já foi secretário municipal. O prefeito municipal, completando o quinto administrador municipal entrevistado, atua pela primeira vez como administrador público.

Para a análise de condições que viabilizem a possibilidade em surgir, se formar e se transformar lideranças pela participação no processo do OP, fica evidenciada a necessidade de recorrer a experiências mais duradouras do que a de Barão. As pesquisas feitas do OP em Porto Alegre são de fundamental relevância, pois constituem uma análise de um processo mais duradouro⁸².

A prática do Orçamento Participativo proporciona à sociedade embates em torno dos desafios da atualidade e pode favorecer na caminhada de quem aposta numa sociedade que busca

⁸¹ No OP de Barão, não há delegados do OP. Cada comunidade, bairro ou segmento, no caso a juventude, escolhe um representante titular e um suplente, e estes fazem parte do COP municipal, independentemente do número de presentes na assembléia comunitária.

⁸²Verificar: WEYH, Cênio e HERBERT, Sérgio. *Orçamento Participativo e educação: notas bibliográficas*. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla e SOBOTTKA, Emil (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação cidadã, pesquisa participante e Orçamento Público*. Pelotas, Seiva, 2005. p. 245-278.

se construir pela participação. Nesse movimento coletivo processam-se novas aprendizagens, constituindo-se espaços educativos. Mas há sempre a necessidade de um buscar mais, pois a democracia não tem limites. Boaventura de Sousa Santos alertou para esta dimensão em palestra na PUCRS no 3º Fórum Social Mundial, em 24 de janeiro de 2003, ao comentar a experiência do OP em Porto Alegre: “Não estejam contentes, mas irrequietos para que não fracasse a democracia participativa.”

3.6 Concluindo sobre metodologia

Antes da escrita do quarto capítulo desta tese, houve uma releitura dos capítulos anteriores e das entrevistas. Chegava o momento de definir as principais condições de liderança verificadas no processo do Orçamento Participativo. As entrevistas tomaram uma dimensão fundamental nesta análise, pois estão imbuídas de um profundo conhecimento da cultura popular em movimento. Igualmente houve a constatação de que as respostas dos entrevistados estavam revelando dimensões anteriormente não verificadas. A definição das condições de liderança constatadas nos dois teóricos estudados, Antônio Gramsci e Paulo Freire, contribuíram para a verificação de outras dimensões das entrevistas.

Houve a constatação de inter-relacionamento entre dimensões abordadas por Gramsci e Freire e pelos sujeitos entrevistados. As condições de liderança verificadas no OP são influenciadas fortemente pelos teóricos e pelos sujeitos entrevistados. O OP é o processo onde as condições se manifestam através de seu movimento produzido na sociedade.

Assim como houve uma constatação de inter-relacionamento entre os teóricos e os entrevistados, também se constatou um inter-relacionamento de dimensões entre os processos de participação popular promovidos na Alemanha e os OPs estadual e municipal. Os OPs são dois processos de participação que contribuem com as dimensões que cada qual desenvolveu ou que continua atingindo a sociedade. O interesse demonstrado pelo conhecimento dos processos por pesquisadores e administrações alemãs contribuiu de forma enriquecedora. Em uma realidade distinta, Weyarn, o processo é estudado e analisado no sentido de contribuir com o surgimento e formação de lideranças, motivo pelo qual foram descritos os contatos de uma forma detalhada.

Verifica-se também que o conhecimento do processo alemão de Weyarn produziu um distanciamento e contraponto com o Orçamento Participativo de Barão.

A investigação participante representa uma proposta metodológica para a transformação social. É uma perspectiva científica e ideológica para promover, apoiar e facilitar os processos de transformação, especialmente na organização e relações simétricas de poder entre os grupos e estruturas sociais. Seus princípios epistemológicos significam uma maneira de acercamento da realidade social: trata-se de conhecer transformando. Transformação que envolve, primeiramente, o pesquisador. Torna-se necessário analisar os princípios fundamentais da práxis e a identidade participante. Analisar a própria identidade e a identidade de indivíduos e grupos envolvidos na pesquisa.

As transições que tornam a sociedade mais complexa na sua organização constantemente remetem a contradições cada vez mais acentuadas. Brandão assinala que construir ciência popular “é criar uma ciência em duplo sentido: primeiro, porque está comprometida com a causa popular e, segundo, porque pensa a partir da lógica do povo, tentando construir a verdade com base nas experiências políticas e a maneira em que percebe a realidade” (1987, p. 39). Com o objetivo de verificar condições que propiciam o surgimento e formação de lideranças comunitárias e populares no processo do Orçamento participativo, elaborei este trabalho com uma metodologia que tem como ponto de partida o caminhar popular de comunidades que se organizam em prol da emancipação, tendo como princípio a participação coletiva na tomada de decisões.

A pesquisa social necessita estar integrada à trajetória de um movimento produzido ou em atividade em determinado grupo social. “Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular” (Brandão, 2006, p. 31). Esta pesquisa deseja ser um trabalho educativo com valor político na esperança de que alguma coisa se transforme na vida social, produzindo melhores condições para a vivência coletiva.

CAPÍTULO 4

AS CONDIÇÕES PARA A EMERGÊNCIA E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PELO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

4.1 Introdução

Apresentadas as condições de liderança em Gramsci e Freire, neste capítulo apresento as condições existentes no Orçamento Participativo para o surgimento e formação de lideranças. Tenho como referências os conteúdos ali expostos. Analisando as quinze entrevistas feitas, cinco com participantes do OP estadual, cinco com conselheiros do OP municipal de Barão e outras cinco com os administradores de Barão, verifico que há unanimidade de que o processo do Orçamento Participativo é um condicionador para o surgimento e formação de lideranças.

Tarso Genro⁸³, como testemunha pessoal do processo do Orçamento Participativo na Cidade de Porto Alegre, apresenta “três fenômenos”⁸⁴ em relação às lideranças comunitárias. Afirma que um primeiro grupo de lideranças esgota a sua participação comunitária no processo pelo fato de estar acostumado a trabalhar de maneira clientelista e não consegue superar essas limitações. Um segundo grupo transforma-se durante o processo, adquirindo nova linguagem e fazendo intermediação entre os desejos da sua base e o Estado. E um terceiro grupo de lideranças, Genro classifica como “emergentes” – líderes comunitários que surgiram com o próprio Orçamento Participativo. A partir da constatação de Genro, pode-se dizer que, no

⁸³Estas observações de Tarso Genro aparecem no livro: GENRO, Tarso. Orçamento Participativo e Democracia. In: BASTOS, João Baptista (Org.). *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro. DP&A: SEPE, 2002. 3ª ed. (Coleção: O sentido da escola). Páginas: 83-106. O texto de Tarso foi escrito em 1997, com 8 anos de experiência do OP na cidade de Porto Alegre.

⁸⁴ Genro utiliza-se do termo fenômenos. Trata-se de uma tipologia de três formas distintas de lideranças comunitárias que o pensador verifica na experiência continuada do OP em Porto Alegre. É uma sistematização que Genro faz de “três fenômenos” distintos de lideranças que se fazem presente no processo do Orçamento Participativo. Trata-se de uma tipologia de lideranças importante para se obter uma visão sistematizada a partir dos encontros e confrontos proporcionados pelo OP.

processo do OP, se encontra uma capacidade criadora e transformadora de lideranças sociais e políticas.

O OP estadual nasceu da experiência de Porto Alegre, de onde Genro retira esta tipologia. A experiência do OP de Barão, iniciada em 2005, tem como referenciais em seu processo de execução o OP de Porto Alegre e o OP estadual, de onde retirou a metodologia com suas regras e forma de condução do processo.

Há estudiosos do OP que classificam o próprio OP como uma liderança. Frente a alternativas para a realização de uma verdadeira democracia direta e participativa, afirmam que o processo do OP aparece como líder. É o caso de Félix Sanchez que escreve: “São as experiências de Orçamento Participativo que ocupam uma posição confiável de liderança no plano das inovações democráticas na gestão das políticas públicas” (2002, p. 58). É um movimento propagado entre municípios de diferentes regiões brasileiras e que se alastra mundo afora, tendo diferentes motivos para implantação pelos governantes. Na Alemanha, verifiquei que o objetivo claro do conhecimento do processo tinha por finalidade conseguir candidatos à vereança em um município, conforme descrito em capítulo anterior. Também aparece ainda no caso alemão a preocupação de se evitar uma ruptura na cultura da população com modificações dos espaços físicos sem a participação das comunidades, e o processo do OP teria a função de colaborar na transição cultural promovida pela alteração acentuada da utilização de novas tecnologias nos espaços públicos.

O orçamento participativo é elemento formador de redes sociais e de solidariedade. Começa na pequena comunidade, na associação, na escola ou numa outra entidade, passa pelo município, pela região e vai chegar a nível estadual. Interesses distintos se chocam, surgem o conflito, o debate, os argumentos, os dados, as estatísticas, os números..., mas há a necessidade do consenso, e este, numa relação democrática, corresponde às aspirações da maioria.

Aos quinze sujeitos entrevistados foi feita a pergunta “O OP possibilita que novos líderes possam despontar?” Como as manifestações por vezes são repetitivas, escolhi seis respostas que sintetizam a manifestação dos 15 entrevistados. Apresento-as, duas de cada grupo entrevistado, na seguinte ordem: Conselheiros do OP de Barão; Administradores de Barão e; sujeitos do OP estadual:

Com certeza. Tem muita gente assim, eu mesmo, eu muitas vezes pensava: Pô, será que eu tenho capacidade de ir lá e defender algo pela comunidade? É uma responsabilidade grande isto. Só que graças a Deus, eu vi que eu consigo, eu posso. Então, a partir disto, eu percebi que eu tenho capacidade. E quem ajudou a abrir esta porta realmente foi o Orçamento Participativo (Fernando Scottá).

Eu acredito que sim. Tipo assim se tu vai numa reunião pode despertar o interesse porque assim: Ah não, eu vou querer conhecer mais sobre o orçamento. Daí quem sabe futuramente pode vir a ser um líder do orçamento como de outras coisas até porque tem comunidades que os líderes são sempre os mesmos, porque eu acho que isto desperta em querer ser mais um líder, porque isto é bom. (Liziane Artus)

Como a gente só tem um ano e pouco de experiência de OP aqui no município, é bastante difícil de a gente conseguir identificar isto. Com certeza as pessoas se sentem um pouco mais empoderadas, digamos assim, e percebem que tem uma capacidade mais fácil de chegar a administração (Renato Schommer).

Eu até acho que sim. Porque o processo do OP é amplo e oportuniza para que todos se manifestam. E certamente nas comunidades pequenas, normalmente mais no interior, às vezes as pessoas estão lá escondidinhas no seu canto e não têm jamais a oportunidade de se manifestar. Eu acho que com esta participação em todas as comunidades, eu vejo que é uma oportunidade de aparecer. Eu acho que apareceram algumas lideranças, sempre aparece alguém que a gente não conhecia e aparece. E o OP é uma oportunidade (Luis Adair Nogueira da Silva).

Eu acho que sim, porque no momento que eles começarem a perceber que isto que tem um efeito nas conquistas, nos projetos, nas coisas que eles vão buscar; as pessoas vão começar a se envolver. Isto se eles tiverem o espírito comunitário. Então eu acho que não basta apenas pensar em lideranças, mas acho que, antes disto, deveria se pensar em ações para se começar a se criar este espírito de comunidade novamente (Bernardino Scuttá).

Sim, é possível. É aí que a gente começa a conhecer os verdadeiros líderes. Os que correm, que juntam gente, que não dão pra trás, porque eles sabem que é uma coisa que vem em benefício da comunidade (Ledi Hummes).

O texto base explicativo do OP-Estadual com o título *O processo em 2001*, elaborado pela comissão coordenadora do OP-RS e entregue à população por ocasião das assembleias públicas de 2001, destaca o OP como um espaço de gestão pública democrática entre o Governo do Estado com a população. A participação é de forma direta, voluntária e universal. “Por este processo de participação popular, a comunidade gaúcha propõe, discute e decide sobre o Orçamento Estadual e as políticas e depois acompanha a aplicação dos recursos nas suas comunidades” (Governo do estado, 2000, p. 4). O OP estadual nasceu a partir da experiência de Porto Alegre, de onde retira e adapta etapas para sua implantação a nível estadual. O OP de

Barão se espelhou nestas duas experiências no momento de sua implantação e execução. As dimensões verificadas nas experiências de Porto Alegre e do Estado-RS podem ser verificadas em proporções menores, mas diria não menos qualificadas, da experiência de participação na elaboração do orçamento no pequeno município de Barão, que conta com cerca de quatro mil eleitores⁸⁵.

Em relação à região pesquisada, Vale do Caí, há uma predominância de homens na participação do processo do OP. Nesta realidade, pode ser percebido que o homem é o paradigma da colonização e intimida a participação das mulheres que são “relacionadas com a casa, o doméstico, a família e a quem devem seguir e servir cuidando: os outros” (Eggert, 2005, p. 34). A mulher está associada ao fogão, a “pilotar o fogão”. E está associada aos filhos e à casa. Tanto é que os administradores de Barão, secretários, prefeito e vice, são todos do sexo masculino. Entre os 21 escolhidos para conselheiros em Barão há a presença de uma conselheira jovem escolhida na plenária da juventude.

O estímulo que acontece em Porto Alegre à formação de conselhos populares nos bairros e vilas para qualificar a participação no processo de decidir sobre a aplicação do dinheiro público é uma das condições para o surgimento e formação de lideranças por meio do processo do OP. Pesquisadores do Orçamento Participativo como Fedozzi, Baieler, Pont e Genro⁸⁶ valorizam esta dimensão presente no OP de Porto Alegre. Em Barão existe a constituição das comunidades com uma história de décadas. Em relação aos bairros, houve uma definição dos espaços físicos em uma reunião dos conselheiros com os administradores. A plenária da juventude foi decidida na mesma reunião devido à constatação da pouca participação de jovens na experiência do OP de 2005 e da relevância do conhecimento e participação administrativa deste segmento social.

⁸⁵ Na última eleição municipal, em outubro de 2004, Barão tinha 4.098 eleitores conforme informação do Tribunal Superior Eleitoral.

⁸⁶ Em: BAIERLE, Sérgio Gregório. *A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre*. In: ALVAREZ, Sonia E. Alvarez; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. P. 185-217.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 3ª edição, 2001.

PONT, Raul. *Democracia, Participação, Cidadania: uma visão de esquerda*. Apresentação de Olívio Dutra. Seleção e organização de J. Luiz Marques. Porto Alegre: Palmarinca, 2000.

GENRO, Tarso. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis: Vozes, 1999.

As três experiências de OP citadas acima são experiências que se diferenciam no que tange a quantidade de pessoas envolvidas no processo e mesmo pelos valores financeiros distribuídos por meio da decisão dos participantes no processo do OP. O processo do OP-Estadual, mesmo silenciado, parece ainda estar produzindo frutos. Administrações municipais se espelham nele para instaurar o processo. Em algumas, como por exemplo no OP-Barão, observa-se que indivíduos que naquela ocasião não se sentiram interpelados a participar, hoje avaliam a experiência como uma possibilidade de democratizar administrações públicas.

4.2 Condições para a emergência e formação de lideranças pelo Orçamento Participativo

Descrevo neste subtítulo condições que o Orçamento Participativo oferece para o surgimento e formação de lideranças. Condições descobertas por meio da análise do processo compreendido pelas etapas, pela análise das entrevistas e documentos produzidos a partir do OP e pela reflexão e análise em torno dos teóricos da pesquisa sustentados principalmente pelas condições de lideranças verificadas nos escritos de Gramsci e Freire apresentadas no capítulo dois desta tese. Verifica-se a presença de dimensões multidisciplinares e multiculturais no Orçamento Participativo, e, devido a este fator, houve a necessidade de chamar para a reflexão teóricos dos mais variados campos do conhecimento humano: historiadores, filósofos, cientistas políticos, sociólogos, psicólogos e pedagogos, atendo-me aos elementos educacionais presentes nestas áreas do conhecimento humano.

No momento da entrevista, os sujeitos, importante referência nesta pesquisa, recorreram às lembranças e impressões que permaneceram em sua memória pela participação no OP, respondendo com transparência as perguntas, lembrando os movimentos que aconteciam e acontecem por ocasião das reuniões, dos debates, da decisão das obras, dos diálogos e confrontos, das exortações, das multidões reunidas em ginásios de esportes ou clubes, colocando-se nesta história construída ou em construção, sentindo sua existência humana ativa e reflexiva dentro de seu grupo social e da sociedade.

4.2.1 Ambiente comunitário e público

O local onde acontece a primeira reunião do Orçamento Participativo costuma ser conhecido e freqüentado pelos moradores das localidades. Geralmente acontece no salão da comunidade, um espaço familiar, onde o participante pisa no seu próprio chão, pode ser ousado e assumir compromissos frente aos demais conhecidos. O ambiente comunitário e público lhe dá uma sustentação sólida quando a comunidade o proclama delegado ou conselheiro de um movimento político que, muitas vezes, no início é pouco conhecido.

Os espaços físicos utilizados para fazer as reuniões comunitárias e de bairros no OP de Barão são geralmente salões comunitários. Ali os membros da comunidade passam horas de entretenimento em finais de semana e se reúnem para reuniões de interesses variados. A pessoa que se dirige a estes espaços entra de forma segura sabendo que o espaço também pertence a ela; não é propriedade particular.

Nestes espaços são debatidos os assuntos mais variados no decorrer dos anos. Além de espaços de entretenimento, como jogos de baralho, de bocha, freqüentemente acontecem negócios entre os moradores da comunidade. As informações passadas nestes momentos de descontração refletem os valores vivenciados nas comunidades. Há uma certa mística em torno daquele ambiente, porque muitas decisões individuais e coletivas ali são tomadas. Como existe uma relativa dependência de implementos agrícolas e negociação de produtos entre os agricultores, o salão comunitário é o local onde a vida acontece. Os valores e relações comunitárias apresentadas no primeiro capítulo permanecem com relativa força nas comunidades, variando na intensidade.

Esta mística em torno do espaço físico, o salão comunitário, serve de referência para o diálogo entre os moradores. As reuniões que ali acontecem são do conhecimento de todos, mesmo que não se façam presentes. Os assuntos são comentados em finais de semana por ocasião do encontro para o entretenimento e fortalecimento da amizade.

O espaço escolar para Freire tem uma importância especial. Ao assumir como Secretário de Educação no município de São Paulo e ver o sucateamento em que se encontravam as escolas e, sobretudo as salas de aula, ele projetou um mutirão para mudar esta cena. Em

constantemente, Freire demonstra a importância do espaço educativo. É ali que acontecem os encontros entre saberes e a construção do ser humano. O espaço comunitário e público é o local por excelência onde os valores são propagados e transformados por meio do confronto das experiências.

Gramsci não descreve especificamente os espaços físicos. Ele enfatiza as organizações como espaços para o surgimento e formação de cidadãos que propaguem os ideais socialistas. Os espaços onde se pode desenvolver com maior intensidade o seu projeto são distintos, desde círculos de trabalhadores, clubes, associações e sindicatos. Ele próprio criou espaços como o Clube de Vida Moral e, mesmo no presídio em Ustica, criou uma Escola Prisional que se disseminou por todas as prisões da Itália onde havia presos políticos. Gramsci considera relevante que o movimento socialista aconteça por intermédio das instituições de base da sociedade. Entende que ali se encontra um ambiente favorável para a reorganização da sociedade conforme os ideais socialistas. A instituição organizada que conseguiu se manter ao longo dos movimentos históricos tem uma identidade forte. Está envolta em mística e simbologias mantidas pelo tempo.

O OP, em primeiro momento representado pelos seus coordenadores, vai às comunidades e bairros. O espaço onde acontece a reunião diz algo ao participante. Os salões comunitários foram construídos através de um movimento de organização que se estabeleceu e continua entre os associados. Faz parte da memória histórica dos associados de cada comunidade o esforço que é necessário para a construção e manutenção dos prédios e bens comuns.

O cidadão, ao se dirigir para uma reunião do OP, está também se dirigindo para um ambiente comunitário e público onde ele se sente acolhido e acolhedor. É um ambiente familiar e neste ele tem melhores condições de se comprometer em nome da aceitação de seu grupo social a exercer a função de conselheiro do OP. A liderança nasce a partir de sua origem.

4.2.2 Necessidade da escolha de delegados e conselheiros

O OP prevê que, em todas as assembléias públicas ocorra a escolha de representantes para participar da definição dos investimentos e políticas públicas. É um desafio que o processo lança. A necessidade da escolha de representantes é uma condição para o surgimento e formação de liderança. No OP, há esta possibilidade e obrigatoriedade da escolha de representantes em cada Assembléia Pública Comunitária. Instiga desta forma para que lideranças sejam apresentadas em público e no ato da reunião sejam empossadas diante dos participantes. Este momento costuma ter uma breve solenidade com aplausos da população que transmite legitimidade ao exercício da função.

Constantemente nas reuniões comunitárias do OP estadual e ultimamente no OP de Barão, verifiquei que este momento consiste em olhar para o outro. É um momento de alteridade e de verificação das capacidades das pessoas. Há uma provocação de estímulos, fomentando uma personalidade histórica para desenvolver a comunidade, Município ou Estado. A escolha de representantes desafia a iniciativa dos cidadãos.

Como um movimento democrático, o OP fomenta a participação de todos convidando-os pelos meios de comunicação e por convites encaminhados às residências; esta última é a prática do OP de Barão. O OP, com características democráticas e participativas, acredita no potencial de todas as pessoas. Acredita que é a melhor forma de definir investimentos públicos. “Uma das conotações do autoritarismo é a total descrença nas possibilidades dos outros” (Freire, 2000a, p. 72). Abrir espaços para a escolha de representantes que possam exercer relevante função – destinar recursos públicos – é uma atitude de confiança que gestores públicos fazem. Não se caracteriza como uma forma de devolução do poder, porque o poder, em uma democracia, é do povo, do cidadão e nele encontra seu sentido primeiro e último.

A escolha de representante comunitário reflete o imaginário coletivo do grupo social para o desempenho de uma determinada função. Quando tem a função de representar a comunidade no COP, a comunidade costuma ficar um pouco perplexa nos primeiros anos de experiência. Ainda não conhece exatamente as funções de um representante comunitário neste processo. A escolha acontece no final das reuniões, após o acompanhamento de explicação sobre

o balancete da municipalidade e a discussão sobre prioridades. A perplexidade demonstra que o processo é novo aos participantes. E habitualmente há um momento de comentários entre os presentes para a definição do representante. Na maioria dos casos, pode-se verificar que a escolha é determinada pela participação na assembléia ou nas conversas que acontecem em pequenos grupos por ocasião da discussão de prioridades a serem escolhidas. A escolha é definida pelas qualidades que o sujeito participante apresenta para que mereça a confiança de seu grupo social.

A iniciação em movimentos políticos pode acontecer por meio da participação no OP. Por vezes, o interesse pelo funcionamento da administração pública é um elemento motivador para se tornar representante de grupo e liderar a comunidade frente a prioridades escolhidas em assembléia pública. Um conselheiro municipal enfatizou, na entrevista, a sua entrada em movimentos políticos e sociais devido à sua escolha como conselheiro:

Eu era assim: em política eu não me envolvia e nem queria saber. Nem imaginava como funcionava isto aí: a questão política e administrativa numa prefeitura. Nem imaginava e nem noção a gente tinha e através do OP eu vi que a coisa é bem diferente. Eu acho que a pessoa tem que participar para saber como funciona uma prefeitura. Qual a dificuldade que se encontra tanto o prefeito como no geral. São coisas totalmente diferentes e novas para mim porque eu nunca participei disto aí. Aí pelos menos a gente tem uma noção como funciona uma prefeitura e os investimentos que são feitos e as dívidas existentes (Airton Bamberg).

Conselheiro eleito em 2006 como representante de seu bairro, ele afirma seu desinteresse pela política e sua incompreensão do funcionamento de uma administração pública. A escolha dele como representante do bairro no OP motivou-o a “saber como funciona uma prefeitura”, as dificuldades que são enfrentadas pelos gestores públicos perante dívidas que passam, por vezes, de gestão em gestão. Foi determinante a escolha dele, pois, além da reunião em seu bairro, participou de outras reuniões onde houve esclarecimentos maiores sobre a gestão pública. “Não haveria cultura nem história sem risco, assumido ou não quer dizer, risco de o sujeito que o corre se acha mais ou menos consciente” (Freire, 2000b, 30). O OP incentiva o risco, “estimula mulheres e homens a assumi-lo” (Idem). A obrigatoriedade de alguém assumir uma responsabilidade comunitária e um certo risco é uma das condições para o surgimento de novas lideranças sociais e políticas.

Gramsci exige que haja escolha de delegados que representem as associações dos profissionais nos “Círculos de Bairros”⁸⁷. Dos conselhos de fábrica também deveriam ser eleitos lideranças. Para a escolha destes representantes, Gramsci sugere que se façam anteriormente comícios pelas pessoas mais conscientes. São informações preliminares que condicionam a escolha conforme a função que a liderança irá exercer. O objetivo dos comícios e posterior escolha de representantes, conforme Gramsci salienta, tem como finalidade primeira a transformação radical da psicologia operária, visando que a classe operária exerça o poder. O conselheiro acima entrevistado deixa transparecer visivelmente a transformação conceitual sobre política que ocorreu após sua participação nas reuniões do Orçamento Participativo como referência sobre assuntos comunitários e políticos, como constatou outro conselheiro do OP-Barão em entrevista: “Eu percebo que somente sabendo que eu sou o conselheiro eu já me sinto com aquele poder de ir um pouco mais além e eu tenho aquele interesse de conhecer como anda o município. (...) A comunidade vinha até mim para perguntar sobre o município aí eu me senti na responsabilidade de ter conhecimento e passei a gostar disto tudo, desta forma de interagir” (Fernando Scottá).

No conselheiro do OP existe poder de decisão sobre assuntos comunitários e municipais. A liderança é fortalecida durante o tempo de exercício da função de representante do seu grupo social. O fato de ser o escolhido faz com ele sinta “aquele poder de ir um pouco mais além” e a comunidade faz cobranças sobre sua responsabilidade assumida. Torna-se referência em torno da conquista da pavimentação da rua central de sua localidade, como é o caso do conselheiro acima citado. E o fato de se tornar esta referência instiga a procurar recursos para um aprendizado sobre sua melhor atuação como conselheiro. Ele usou de disponibilidade e criatividade percorrendo setores da administração pública para entender a melhor forma de conquistar o benefício para o seu grupo social, como ele afirma: “Antes de eu falar sobre o orçamento, eu procurei lá na prefeitura saber como anda o município e qual seria a minha finalidade” (Fernando Scottá).

A obrigatoriedade da escolha de delegados e/ou conselheiros do Orçamento Participativo desperta o grupo social em torno das qualidades que necessita ter um representante no OP. Mesmo com algumas incertezas em torno das pessoas escolhidas, a comunidade opta em

⁸⁷ Verificar em *Escritos Políticos 2*.

favor de um ou outro que é empossado diante de todo seu grupo social. Ao desempenhar a função, a liderança geralmente vai se constituindo com mais propriedades no desempenho da função. Esta condição presente no OP para o surgimento e formação de lideranças corresponde inicialmente a uma característica que é própria do representante do grupo social: aceitar um desafio. As grandes lideranças tiveram que aceitar o desafio de representar os seus. Neste caso, representa-os diante de um município, região ou estado. É o enfrentamento do desafio que possibilita ao cidadão ter melhores condições de liderar em instâncias superiores às iniciais. O OP instiga à participação nas decisões públicas, e, para isso, as lideranças comunitárias necessitam se apropriar do funcionamento do governo.

4.2.3 Conhecimento do funcionamento da administração pública

Os participantes do OP são informados sobre o funcionamento e organização de uma administração pública. A informação sobre processos organizativos existentes na sociedade possibilita a compreensão, o entendimento e, portanto a participação de mais pessoas na organização da sociedade. Para liderar é necessário que haja entendimento dos movimentos que acontecem dentro da sociedade.

Um conselheiro do OP de Barão demonstra o seu conhecimento adquirido por meio de sua participação no processo e a alteração do seu modo de entender a administração pública:

Eu anteriormente não entendia como é que funcionava aquela coisa de governo. Eu achava que era o prefeito que mandava em tudo e que não havia a participação de ninguém. Hoje eu vejo, muito pelo contrário. A partir das reuniões que eram feitas aqui na minha comunidade, eu percebi como um precisa do outro para um governo funcionar. Um depende do outro. Se uma peça falha, compromete toda a administração. Então eu entendi melhor como funciona. Não é só o prefeito que decide as coisas, mas sim cada pessoa que está ali dentro pode interferir (Fernando Scottá, Pergunta 9, p. 27).

O OP estimula a pensar sobre a organização da sociedade e, como objeto, o OP é elemento que mediatiza o encontro entre pessoas produzindo diálogo, conhecimento, interatividade. Freire caracteriza esta situação desta forma: “O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. Daí

que como conteúdo da comunicação, não pode ser comunicado de um sujeito a outro” (Freire, 1975, p. 66). Freire aponta que a construção do conhecimento acontece de forma coletiva e no movimento, na relação entre sujeitos pensantes. A comunicação, o diálogo é o elemento fomentador de saberes e da emancipação humana.

Sérgio Baierle esclarece que o OP permite uma aprendizagem fundamental, porque proporciona o espaço de ação necessário para a apropriação da política local, estabelecendo um espaço de co-gestão entre o poder público e a população organizada, possibilitando o surgimento de um tipo de contrato social⁸⁸. Esta nova relação entre o poder público e o privado, pelo fato de o cidadão comum sentir-se autor de transformação, permite a emergência de um novo princípio ético-político que produz líderes diferenciados em relação a modelos autoritários existentes na cultura do Vale do Caí. Baierle afirma: “O OP é, de um lado, o desdobramento de lutas populares de mais de 30 anos, que agora encontraram um espaço público para seu processamento político; de outro, é um instrumento de justiça social, em três dimensões: tributária, distributiva e política” (2000, p. 199). Refere-se a Porto Alegre, onde houve lutas duradouras até a população poder interferir na gestão pública.

A condição do conhecimento do funcionamento da administração pública dimensiona-se como instrumento de justiça social, formação de cidadania e construção de capital político. É este um dos comentários conclusivos que Daniel Schugurensky⁸⁹ faz ao analisar o OP de Porto Alegre. Considera que no OP se encontra uma perspectiva de uma educação emancipatória de adultos para a cidadania por meio da capacitação das pessoas que se encontram politicamente marginalizadas. Utiliza-se do termo “capital político”, compreendendo-o “como capacidade de influenciar decisões políticas” (Schugurensky, 2005, p. 148). Um dos objetivos do OP é, por meio da participação de cidadãos, influenciar as decisões políticas destinando verbas públicas. Em relação à capacidade de influenciar nas decisões políticas, os cidadãos se encontram em diferentes graus, variando muito conforme seu nível de compreensão e interesse pelos bens públicos.

⁸⁸ Ver: STRECK, Danilo R. *Educação para um novo contrato social*. Petrópolis, Vozes. 2003. Destaco o capítulo 6, p. 133-151 com o título: Pedagogia do novo contrato social: algumas pautas. O autor apresenta sete proposições para a construção de um novo contrato social.

⁸⁹ Doutor em Educação e Professor no Ontario Institute for Studies in Education/University of Toronto, Canadá.

O conselheiro constatou que “não é só o prefeito que decide as coisas, mas sim cada pessoa que está ali dentro pode interferir”. Esta afirmação se originou através da sua participação no processo do OP. A capacidade de saber ouvir, tantas vezes repetida nas respostas das entrevistas representa uma condição essencial para a produção do conhecimento, surgimento de lideranças e sua formação. O secretário de Obras de Barão destacou esta dimensão do aprendizado: “É fundamental é saber ouvir, saber escutar o que os outros têm para dizer, pra daí formar idéias e seguir em diante. Eu acho que, sem ouvir a sua sociedade, dificilmente ele se torna um líder” (Tercílio Anselmini). Ao afirmar “ouvir a sua sociedade”, o secretário demonstra que o OP é um momento em que as coisas locais são discutidas e estas são fomentadoras de emancipação e liderança.

Nas reuniões do OP de Barão, salienta-se, no início das reuniões, o conhecimento das etapas do OP municipal. Há uma explicação no início de cada assembléia comunitária ou de bairros sobre os sucessivos momentos. A solicitação feita pela população e aprovada no COP será encaminhada à LDO. As vereanças discutem a LDO encaminhada pelo executivo municipal e por representantes do COP. Após análise pelos vereadores, há a aprovação da proposta orçamentária para ser executada no ano seguinte com ou sem emendas. A compreensão destes estágios de elaboração das leis municipais pela população motiva muitos a participarem do processo. Os conselheiros entrevistados mencionaram a este aprendizado adquirido por meio da participação no OP. Uma conselheiro do OP Barão, ao ser perguntada sobre como ela se percebe numa reunião comunitária do OP, se tem o desejo de entender a administração pública e conhecer como um município é governado, respondeu:

Eu, quando vou em uma reunião, procuro sempre ouvir antes as pessoas, os depoimentos das pessoas antes de eu falar. Eu gostaria de saber como é administrado o município. Como é governado. Como tem que seguir, como tem que fazer, até chegar no orçamento. E assim eu sempre escuto no início e claro quando tem que falar, eu falo (Liziane Artus).

Repete-se a importância de ouvir e conjuga-se ao ouvir o falar. Pelo ouvir conhece como o município é administrado, governado. A educação humana acontece por meio do desenvolvimento desta tensão: saber ouvir e saber se pronunciar. A conselheira do OP Barão segue este princípio no seu processo de conhecimento e participação. Paulo Freire apresenta esta

condição como uma das *Virtudes do Educador*, no caderno publicado⁹⁰ a partir de um pronunciamento verbal em 21 de junho de 1985, na reunião preparatória da III Assembléia Mundial de Educação de Adultos promovida pela CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina). Destaca como uma das *Virtudes do Educador*, a Palavra e o Silêncio: saber trabalhar a tensão entre a palavra e o silêncio. Salienta neste texto a necessidade do equilíbrio entre a palavra e o silêncio traduzida pela conselheira entrevistada por ouvir e falar. Freire afirma: “Se trata de trabalhar a tensão permanente que se cria entre a palavra do educador e o silêncio do educando, entre a palavra dos educandos e o silêncio do educador” (1985, p. 2). É uma prática de conduzir a elaboração orçamentária por meio da participação dos cidadãos de uma cidade.

O conhecimento do funcionamento da administração pública é condição para que cidadãos e cidadãs se tornem representantes de grupo social, participando ativamente da destinação dos recursos arrecadados através dos impostos pagos pela população. O líder tem a necessidade de conhecer sobre o que lidera. Na condição de liderança comunitária impulsionadora de alguma conquista para os seus, necessita conhecer o processo no qual está envolvido. O OP fornece as condições necessárias para que pessoas possam se interessar na construção coletiva de um município ou até se sentir parte dele, como afirma o conselheiro Wilson Joaquim: “Eu me percebo parte do município na hora que eu estou em uma reunião, porque a gente está representando uma comunidade, fazendo algo para o município todo”.

4.2.4 Luta em defesa da prioridade da comunidade ou grupo social

O delegado e o conselheiro têm a obrigatoriedade moral de defender a prioridade escolhida por seus pares em assembléia. Os delegados e conselheiros foram escolhidos e aceitaram a função de representatividade para se fazerem presentes nas plenárias e reuniões do COP e argumentar em favor da prioridade escolhida pela sua comunidade. A luta ou briga⁹¹ pela defesa de soluções para as necessidades é uma característica de liderança através do debate com

⁹⁰ Publicado pelo VEREDA – Centro de Estudo em Educação.

⁹¹ O termo briga apareceu constantemente nas respostas dos entrevistados. Estavam se referindo à necessidade da disputa, da luta pela conquista de uma obra.

interesses diferentes. A disputa por obras é uma condição privilegiada para a manifestação pública em defesa da prioridade de seu grupo social. Defender a comunidade ou o município é defender uma causa, é defender o lado que tomou ou, então, o partido representado pelo grupo social em questão.

Em Gramsci, o termo “luta” aparece desde o início de seus escritos e perpassa toda a sua vida, expressando sua forma de atuar em defesa de seus ideais que estavam voltados à conquista do poder por meio de um partido para favorecer a classe menos privilegiada da época. Para Gramsci, a formação dos partidos e o surgimento das forças históricas reais acontecem de acordo com um processo dialético das consciências e a organização das forças produtoras. O partido é considerado a síntese de todas as formas de luta da classe operária para a libertação do capitalismo. “O partido indica o caminho para a luta tanto política como econômica” (Gramsci, 2004a, p. 316), para a formação de uma única classe social que é o auto-governo das massas. O seu grupo social pelo qual lutava eram os camponeses e operários de fábrica. A sua luta é contra as prepotências dos opressores.

Freire propõe uma luta para a libertação dos homens por meio de uma via intelectual e organizativa e de forma persistente e esperançosa. Sugere uma construção para a liberdade como processo coletivo onde o líder está junto ao povo e com ele se compromete. O líder se entende como “radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em círculos de segurança, nos quais aprisione também a realidade” (Freire, 1981, p. 24). A luta é em favor dos oprimidos, em favor dos excluídos da sociedade e visa a uma libertação coletiva.

No OP, a luta é a favor de localidades, entidades, grupos sociais, e as disputas político-partidárias ficam enfraquecidas diante da possibilidade da conquista de uma obra para todos os moradores independentemente de religião ou de ideologia. Nestes momentos, o partido está representado na conquista de uma obra, serviço ou bem que venha beneficiar as pessoas envolvidas no processo. A liderança luta pela conquista com o objetivo de favorecer a todos daquele grupo independentemente de classe social ou posição partidária predominante naquele grupo. Em nenhum momento, um entrevistado cogitou que não lutou por uma obra pelo motivo de que seriam favorecidos membros de partidos políticos opositores. A determinação estava em conseguir algo para o coletivo independentemente da posição política da comunidade.

Em um caso do OP estadual, um sujeito entrevistado apresenta claramente o seu “partido”, em favor de quem luta e coloca suas energias: “Mas na verdade aqui nós fizemos assim: na comunidade aqui nós fomos de casa em casa. Cada professor tinha uma região que fazia e tínhamos o nome de cada morador. Nós tínhamos que ganhar do Assunta⁹²” (Ivori Zaro). O desafio era maior porque a escola que estava lutando pela ampliação tinha menor número de alunos e a comunidade era menor do que a concorrente.

A comunidade conseguiu sua obra, não sem esforço, organização e luta. “Não haveria cultura nem história sem inovação, sem criatividade, sem curiosidade, sem liberdade sendo exercida ou sem liberdade pela qual, sendo negada, sem luta” (Freire, 200b, p. 30). Uma luta, por vezes, contra a liberdade de lutar.

Os entrevistados, sobretudo do OP estadual, descrevem lutas que travaram em favor da conquista de obras. Relatam as situações vividas, perpassadas de momentos de garra e destreza e até de negociações com representantes de entidades de outros municípios. O conselheiro do OP estadual, em entrevista, relatou como a luta se desenvolveu de forma coletiva para conseguir ver aprovada a obra pela qual estava se empenhando.

Primeiro nós conversávamos entre nós pensando nas táticas e técnicas que nós iríamos usar para realmente elencar o município de Barão como uma prioridade em nível de região e também em nível de Estado. Primeiro nós tivemos que fazer uma luta interna em nível de Barão por aquilo que nós elencamos como uma prioridade e depois disto tivemos que fazer a mesma luta regional e depois em nível estadual. E a gente percebe que se há uma organização do grupo base, digamos assim, do grupo social que a gente é representado, é perfeitamente viável galgar estes degraus. Mas é preciso que todos os companheiros aqueles que fazem parte, sejam eles delegados ou conselheiros, estejam juntos sempre nas horas das votações (Bernardino Scuttá).

O conselheiro destaca a organização do grupo social do qual é representante. É uma luta individual e coletiva, do conselheiro regional do OP estadual e dos delegados municipais. A construção da conquista aconteceu de forma coletiva. O espírito presente na liderança é de luta com a coletividade. É uma condição para o surgimento de lideranças sociais e políticas em uma sociedade carente de momentos de luta coletiva. No ato de lutar, há compromissos e responsabilidades.

⁹² O Assunta que o sujeito entrevistado fala é um outro colégio que também queria conquistar uma obra do OP.

4.2.5 Sacrifício e disciplina em prol da coletividade

A conquista de coisas públicas e comunitárias exige sacrifício e disciplina da coletividade e, sobretudo, do representante da coletividade. São despesas pessoais e horas de dedicação em prol do coletivo. Um conselheiro de Barão, em entrevista, expôs que “antes de eu falar sobre o orçamento, eu procurei lá na prefeitura saber como anda o município e qual seria a minha finalidade” (Fernando Scottá). Para uma boa participação no processo foi procurar maiores esclarecimentos após ser eleito representante comunitário. Um outro conselheiro afirmou: “Olha, em primeiro lugar eu acho que a pessoa precisa ser bastante participativa, participar da comunidade, em todos os sentidos e dar de si o que ela pode ajudar em tudo quanto é evento e naquilo em que ela pode ser útil” (Selério Sauthier). A liderança passa pela dedicação com o objetivo de trabalhar em favor da unidade, residindo nisso a força de um grupo social.

Quando alguém trabalha em favor de um grupo social não o faz com o objetivo de que este grupo acabe tão cedo. Luta pela sua permanência. Na disposição para o sacrifício e a disciplina, estão iminentes valores que cultiva, transcendendo o momento histórico. Sacrifícios e abstenções somente são compreendidos quando alguém os faz com o objetivo de transcender aquele momento. Sempre correspondem a alguma passagem. Alguém pode se sacrificar a vida inteira tendo como finalidade que seu grupo social desfrute de benefícios deste seu sacrifício. O espaço público não é construído para um cidadão e nem apenas para satisfazer as necessidades imediatas de um grupo social. “Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais” (Arendt, 2004, p. 64). O sacrifício encontra sua razão de ser na possibilidade de sua transcendência. Ele faz parte de um planejamento duradouro e vital.

O sacrifício e a disciplina da liderança têm como objetivo manter a comunhão e a união entre o grupo. Freire, ao descrever seu projeto revolucionário, se remete a estas condições: “Um projeto verdadeiramente revolucionário, por ser autêntico na medida em que vai cumprindo sua vocação natural: a de selar a unidade, a comunhão, entre a liderança revolucionária e as massas populares” (Freire, 1982, p. 78). Como membro que nasceu dentro do seu grupo social, é neste grupo que exerce sua influência.

Gramsci valoriza o sacrifício e a disciplina como elementos fundamentais na formação de lideranças sociais e políticas. Eram momentos de guerra entre nações que ele viveu e deixa transparecer em seus escritos. Os rudes camponeses e operários russos foram transformados em lideranças por meio da participação na guerra. Em *Escritos políticos 1*, Gramsci (2004a, p. 264ss.) descreve com detalhes situações vividas pelos camponeses e operários durante a Primeira Guerra Mundial, dando-lhes condições de, após a guerra, serem representantes de grupos sociais.

O sacrifício e a disciplina estão presentes no ser humano com vistas a alcançar algum objetivo que justifique tal procedimento. Quando estas condições se manifestam, é porque está em jogo alguma conquista maior e houve a compreensão “de toda beleza e nobreza do ideal pelo qual luta e se sacrifica” (Gramsci, 2004a, p. 393). Compreensão, em muitos casos, herdada pelo Orçamento Participativo da tradição comunitária. Na Região do Vale do Caí, como referido no capítulo primeiro ao escrever sobre as comunidades, há uma valorização do sentimento de vivência coletiva, com certa fidelidade. Até há poucos anos, tudo girava em torno da comunidade, e este vínculo irrestrito era condição de sobrevivência. A participação no OP reivindica sacrifícios dos participantes. Sacrifícios justificados, conforme os sujeitos entrevistados.

Quem segue uma disciplina e faz sacrifícios vê um valor no trabalho que executa como tal. O OP propõe um entendimento que não vem pronto. Exige participação e empenho em freqüentar reuniões. Isso faz parte da obrigatoriedade do processo. Para quem não participa, as chances de alguma conquista são insignificantes. Para promover organização é preciso fazer “táticas e estratégias” não se esquecendo de convidar a todos os membros da comunidade e ainda contratar ônibus para levar a população à assembléia. A organização também exige sacrifício e planejamento. São condições que o OP proporciona aos que nele pretendem se envolver. Não houve nenhuma resposta negativa quanto ao processo do OP. Todos os entrevistados consideraram o processo como positivo, mesmo que houve por parte de todos que entrevistei um sacrifício em participar.

4.2.6 Legalidade constitucional do OP

O funcionamento do OP dentro da legalidade constitucional ampara o cidadão e a liderança em defesa do direito de voz e voto diante de investimentos e fiscalização de obras, serviços e políticas públicas. O cidadão e o representante de grupo social podem se manifestar frente a obras e serviços públicos sustentados em lei. A liderança atua de forma confiante, não temendo estar infringindo leis como podia acontecer no período do regime militar brasileiro.

O prefeito municipal de Barão, em entrevista, afirmou que é uma obrigatoriedade a consulta popular para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então eu trouxe estas experiências novas e a gente vai se fortalecer nas próximas edições do orçamento e com certeza estas lideranças que estão surgindo nas comunidades em torno do orçamento vão nos incentivar também a continuarmos neste nosso caminho, que é um orçamento participativo. Tanto é verdade que posteriormente a esta decisão que até o próprio Tribunal de Contas hoje exige, a própria lei que foi criada em 2000, a lei 101, já incluiu que o orçamento tem que ser público, não pode ser apenas restrito a área da Secretaria da Fazenda. A gente sabe que há 10, 20 anos atrás quem conhecia o orçamento era talvez o Prefeito e o Secretário da Fazenda e seus assessores. O restante da comunidade não conhecia. Nas primeiras assembleias que aconteceram há 10, 20 anos atrás, com certeza elas criaram uma visão diferente do próprio poder judiciário, do poder legislativo. Tanto é verdade que eles incluíram na própria legislação que o orçamento tem que ser participativo. E a gente está trazendo para a nossa realidade municipal. A gente vê que as comunidades de nosso município estão se integrando a este processo. Nos próximos anos eu acredito que nós vamos ter fases decisivas, principalmente na execução destas obras solicitadas neste processo administrativo (Claudio Ferrari).

A elaboração de uma peça orçamentária pública anual está prevista nas Constituições Federal e Estadual e nas leis orgânicas municipais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, parágrafo único, afirma: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, nos termos desta Constituição”, e no artigo 5º, inciso XVI, estabelece o “direito de petição aos Poderes públicos” do povo brasileiro.

A Lei de Responsabilidade Fiscal que entrou em vigor em maio de 2000, no seu artigo 48 – parágrafo único, diz que “a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentária e orçamentos”. O OP, portanto, está

assegurado em lei. A capacidade de transformar demandas em lei, o que, conseqüentemente, demonstra um alto grau de autonomia concedida aos entes federados está sustentada pela Constituição Federal de 1988 (CF-88) nos artigos 1º e 18º. Sobottka (2005, p. 55-85) avança nesta reflexão: “A forma como a constituição brasileira considera a autonomia dos entes federados pode ser considerada uma descentralização, que reconheceu aos entes federados o poder de decisão e concedeu-lhes os meios para implementar suas atribuições” (p. 57). Autonomia concedida no sentido de auto-organização, autolegislação, autogoverno e auto-administração. O OP surge como uma forma de confirmação da autonomia concedida a Municípios e Estados que concretizam esta experiência. Em nível de união, estamos carentes da experiência do OP.

As leis favorecem a criatividade administrativa, possibilitando formas diferenciadas de governo. Junto a isto, temos a capacidade de alteração de uma concepção política com enfoque centralizador, o que faz evocar sistemas autoritários e nas mãos de poucos. Com a participação da sociedade, os confrontos se estabelecem de forma direta entre os(as) representantes e os(as) representados(as), ampliando a noção de democracia.

4.2.7 Desmistificação da autoridade

A proximidade que o OP provoca da sociedade civil com os governos é um potencial de desmistificação da autoridade e do poder. Representantes comunitários, ao se sentirem próximos dos governantes e vendo que estes são receptivos, verificam a possibilidade de se envolver com maior intensidade na construção soberana de sua cidadania.

Uma das perguntas feitas aos conselheiros do OP de Barão remetia a esta análise. Os administradores municipais, prefeito e secretários, estão abertos ao diálogo e a aceitação das propostas da população para administrar o município? Em suas respostas, demonstram conhecer a postura dos administradores municipais: “Quanto ao prefeito é uma pessoa de cabeça aberta que sabe administrar porque ele sabe ouvir o povo”; um segundo conselheiro respondeu: “Me agrada muito a maneira de eles participarem dos conselhos”. Um outro detalhou mais: “A administração toda não está deixando ninguém de lado. Eles estão sempre abertos em qualquer

lugar, não só no estabelecimento público, na prefeitura ou nos escritórios deles; mas eles estão abertos ao diálogo em qualquer hora e em qualquer lugar”; outro conselheiro também ressaltou o espírito de abertura presente nos governantes: “Eu acho que eles estão bem abertos”; e uma quinta opinião dizia: “Eles disseram que iriam pensar na nossa proposta”.

No processo de desmistificação da autoridade, está presente o parecer que se emite sobre ela. A manifestação de um parecer caracteriza proximidade. Alguns pareceres acima apresentados demonstram maior ou menor aproximação e capacidade de confronto por meio do diálogo com a autoridade. O que mais prevaleceu nas respostas foi a abertura dos administradores em ouvir as solicitações populares. Acredito que a verificação da abertura frente às necessidades alheias é elemento inicial para a desmistificação da autoridade.

No processo do OP, acontece uma dinâmica de participação numa interlocução entre governantes e governados que se responsabilizam conjuntamente pela construção ou reestruturação do espaço público. Freire salienta o valor do diálogo em uma relação humanizadora e o coloca como único caminho para a prática humanizadora⁹³.

“A experiência do OP transcende o processo de gestão pública e de planejamento democrático, resultando num processo político de geração de consciência e cidadania”, escreveu Ubiratan de Souza⁹⁴ (2000, p. 12-13). A geração de consciência e cidadania possibilitada pela experiência do OP é capaz de alterar aos poucos o sentimento de inferioridade em relação à autoridade e ao poder público. O OP pretende ser uma experiência de valorização do ser humano que pode manifestar o seu mundo por meio da palavra que é ouvida e respeitada como elemento cooperador na transformação da coletividade pelos direitos políticos exercidos com democracia.

A desmistificação da autoridade aparece como condição para a emergência e formação de lideranças, porque rompe com a concepção tradicional de liderança, a qual conforme a grande parte das respostas dos entrevistados, remetia ao fator dinheiro, o que equivalia a dizer que os senhores economicamente poderosos são as lideranças e é a estes que a

⁹³ Na *Pedagogia do oprimido*, Freire afirma: “Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase ‘coisas’, com eles estabelece uma relação dialógica permanente” (1981, p. 60).

⁹⁴ Ubiratan de Souza é economista e foi secretário especial do Gabinete de Orçamento e Finanças do governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1999-2002.

população necessita ouvir e seguir. A concepção de comunidade é revigorada por meio das reuniões que planejam o município e escolhem lideranças comunitárias de bairros. A proximidade ao poder desmistifica o poder e pode gerar lideranças capazes de contribuir na (re)organização social e política das comunidades e do município.

4.2.8 Desvelamento da realidade – empoderamento

O OP desvela o imaginário coletivo por meio de informações e prestação de contas dos governantes e por meio de manifestações, interrogações e o voto dos governados em favor de necessidades e propostas de melhoramentos. O desvelamento da realidade é uma condição necessária ao representante de grupo social para fundamentar seus argumentos e suas intenções frente ao coletivo maior: sua comunidade, a municipalidade, região ou estado. Pela revelação da realidade, o sujeito participante do OP tem condições de se situar historicamente, empoderando-se da situação vivida por ele e por seu grupo social.

Em entrevista, dois administradores municipais se referiam ao empoderamento como dimensão presente no processo do Orçamento Participativo, e um deles assim o definiu: “As pessoas terem o poder, terem condições de voz e voto; ter o poder de tomar parte nas decisões do município” (Renato Schommer); e o outro foi mais além, trazendo exemplos concretos da viabilidade de desvelamento da realidade empoderando cidadãos:

E aí eu acho que o OP vai trabalhando aos poucos este empoderamento das comunidades porque ele vai abrindo a administração pública para estas pessoas e elas vão se sentindo cada vez mais co-participantes dos rumos. Você vê um grupo lá que discutiu e que querem um calçamento. De repente você está com eles e quando vê que a obra está começando e eles vão discutindo, onde está melhor o orçamento; quanto custa isto, quanto custa aquilo. Eu acho muito bonito. E isto vai empoderando as pessoas e aos poucos vai botando fim ao coronelismo político, ao clientelismo político (Gilberto Flach).

Freire e Gramsci ressaltam a importância do conhecimento da própria realidade. Nem sempre é algo tão óbvio assim. Exige contextualização histórica dos sujeitos. É a partir do contexto cultural que se geram os saberes e se potencializam as condições de empoderamento e de liderança. Condições que necessitam estar vinculadas ao sentimento de pertença a

determinado grupo ou comunidade que é determinado pelo conhecimento que se tem do mesmo. Para caminhar com o evoluir da história, Freire apresenta uma liderança capaz de estar dentro do tempo e maleável conforme as situações existenciais que se apresentam no grupo social e na sociedade. A postura fixa o caracteriza como dono dos homens e do tempo. Ele necessita caminhar com o evoluir da história, pelo transcorrer das experiências e situações que a vida apresenta.

Gramsci considera que o ser revolucionário somente o será dentro de uma realidade específica. É como ser histórico que o cidadão se torna revolucionário, procurando entender o momento e participando ativamente. Escrevendo sobre Marx, Gramsci o destaca como alguém que leu o seu tempo e o esclareceu. A liderança é entendida como atributo de um ser histórico que estudava a partir da trama da vida. Por ocasião do centenário de nascimento de Karl Marx, Gramsci escreve, no jornal *Il grido Del popolo*, um texto sobre Marx com o título *O nosso Marx* e assim o define: “Não é nem um místico nem um metafísico positivista, mas um historiador, um intérprete dos documentos do passado, não apenas de uma parte deles” (Gramsci, 2004a, p. 161). O desvelamento da história por meio do domínio das idéias, do espírito, da atividade consciente dos indivíduos isolados ou associados se empoderando de sua realidade e se constituindo lideranças.

Freire propõe aos educadores de Guiné-Bissau a importância de desvelar a realidade para produzir conhecimento e as pessoas adquirirem o empoderamento da própria realidade. Caso contrário, afirma que ocorrerá um burocratizar-se. O processo proposto por Freire tem a finalidade de “manter viva a sua curiosidade, re-desvela o objeto no desvelamento que dele vão fazendo os educando e, assim, não raro, percebe nele dimensões até então despercebidas” (Freire, 1977, p. 19).

O desvelamento da realidade pelos participantes do OP propicia o rompimento com o clientelismo político conforme o secretário afirmou em entrevista: “E isto vai empoderando as pessoas e aos poucos vai botando fim ao coronelismo político, ao clientelismo político.” A participação no processo tem intensidade variável, e isto se deve muito a questões históricas e culturais presentes em cada comunidade. O conselheiro do OP de Barão ressaltou esta dimensão ao comentar sobre resistências ao OP: “E hoje ainda existe uma resistência em certas pessoas

porque ao longo dos anos elas conviveram com este tipo de coisas assim: era dito uma coisa e era feito outra. (...) Existe uma certa desconfiança” (Selério Sauthier). A quantidade de promessas políticas feitas e não cumpridas ao longo da história variam de comunidade para comunidade. E o grau de desconfiança em relação a assuntos políticos também. O caminho para o desvelamento da realidade encontra estas resistências que estão subordinados à cultura e à história de um povo.

Em reuniões comunitárias onde os governantes apresentam a situação do município, informando sobre as atividades desenvolvidas durante o ano posterior, há uma compreensão diferenciada de uma para outra comunidade. As reações frente às informações, por meio de perguntas que esclareçam melhor o funcionamento do município, são diferentes conforme a realidade de cada comunidade. As sensibilidades estão voltadas para os anseios locais, e estes são enfatizados. Em reuniões comunitárias, a localidade é o enfoque principal do encontro; em reuniões do COP, as atenções se voltam para o estabelecimento de um equilíbrio em todo município. A intensidade do desvelamento da realidade é variável de reunião para reunião e de comunidade para comunidade. A leitura que a população faz das informações transmitidas pelos governantes varia conforme a sensibilidade em torno dos temas comentados.

4.2.9 Relação de simetria – sociedade civil e governo

Trata-se da igualdade de possibilidades na co-gestão e co-participação na elaboração do orçamento público. O OP, pelo seu tempo de funcionamento, pode ser considerado um novo modelo de administrar, no qual prevalece a vontade popular, a vontade da maioria e não de alguns poderosos institucionalizados como representantes do povo. Diante da igualdade de condições por meio do voto, possibilita que novos líderes despontem na representação da defesa de prioridades. Pelo OP, o governante aceita uma proposta de co-gestão com a sociedade civil e está aberto à participação coletiva por meio de manifestações públicas, diálogos que acontecem em reuniões do OP e votos que definem prioridade de investimentos do orçamento.

Gramsci insiste em seus escritos para que aconteça uma relação simétrica entre os dirigentes dos conselhos de fábrica e os dirigentes do partido político. Enfatiza que a forma de atuação do partido deve estar vinculada às decisões tomadas na base, nos conselhos de fábricas,

para os quais o partido político tem sua razão de existir. Sugere também que outras categorias de trabalhadores, como empregados domésticos, comerciários, garçons e outros elegeriam seus delegados, e estes formariam o comitê de bairro. As eleições seriam livres e haveria exortações políticas pelas pessoas mais conscientes com vistas à transformação psicológica dos operários. Os comitês de bairro e os conselhos de fábricas, que formam a base organizativa do partido político, conforme Gramsci, teriam influência direta nos dirigentes do partido.

Há uma ênfase na transformação psicológica dos operários bem como da sociedade em geral. Gramsci acredita que é, por meio desta transformação que se inicia o processo de transformação da sociedade com a implantação lenta da proposta socialista. Elementos psicológicos foram constatados nas entrevistas, por vezes com referências diretas a esta dimensão humana. A nomenclatura “psicológico” não apareceu, mas os princípios explicativos da psicologia são claramente verificados, como na citação do capítulo anterior. Também verifico que esta dimensão humana foi lembrada quando o meu questionamento se remetia às resistências verificadas ao processo do OP.

Para haver uma relação simétrica entre a sociedade civil e o governo, não pode haver o complexo de inferioridade de um em relação ao outro. Ambos necessitam tratar-se em grau de igualdade para o movimento da construção coletiva da esfera pública⁹⁵.

O prefeito Cláudio Ferrari de Barão lembrou que o fortalecimento do governante e, conseqüentemente do governo, depende da participação das lideranças que estão surgindo do OP: “A gente vai se fortalecer nas próximas edições do orçamento, pois com certeza estas lideranças que estão surgindo nas comunidades em torno do orçamento vão nos incentivar também a continuarmos neste nosso caminho, que é um orçamento participativo.” Constata-se nesta resposta que a vontade do governante é a elaboração de um orçamento público voltado para as necessidades da população, e sua participação facilita a realização desta vontade. Tal postura de comprometimento com os anseios da população facilita o estabelecimento de uma relação

⁹⁵ Fedozzi, Baierle, Genro, Pont e outros utilizam-se amplamente da conotação *esfera pública* para evocar os diferentes temas sobre os quais o Orçamento Participativo atua. Fazem parte da esfera pública os espaços públicos concretos e as políticas públicas de competência dos governos geralmente caracterizados por bens e serviços de responsabilidade pública.

simétrica entre sociedade civil e governo, condicionando o surgimento de lideranças sociais e políticas.

4.2.10 Oportunidade de solidariedade

Em determinados espaços públicos, não é fomentada a possibilidade de alguém trabalhar em prol de algum grupo social como forma de doação. As suspeitas, os ciúmes, a inveja e, por vezes, até a insegurança da autoridade pública frente à entidade por ela representada, não possibilitam a manifestação do espírito de doação de lideranças que poderiam colaborar na melhora destas entidades. Esta dimensão foi apontada, sobretudo nas entrevistas. O Orçamento Participativo estimula a participação e a disponibilidade de pessoas para pensar de forma coletiva o que pertence à coletividade.

Pessoas de realidades distintas começam a se relacionar e chegam a perceber que o problema do morador de outra comunidade ou município é maior que o próprio. Um conselheiro do OP de Barão comentou esta constatação:

Eu vejo que a comunidade é muito fechada naquela idéia. Assim quando ela escolhe a sua prioridade ela não abre mão daquilo. Aí se chega lá na reunião com todos os conselheiros, com suas prioridades e tem muita gente que se comove com a prioridade do outro, acaba cedendo e acaba deixando a sua comunidade um pouco de lado. Isto é o que eu percebo. Na realidade isto é um gesto bom. Muitas vezes é uma prioridade de uma certa comunidade que é mais importante naquele momento do que a minha. Mas em sentido, na comunidade, elas não abrem mão. A comunidade, às vezes, é muito egoísta pra analisar estes fatos. Eu vejo como o Orçamento Participativo é uma maneira de todo mundo mostrar seus problemas, suas diferenças e chegar lá para achar um ponto comum, um ponto bom. Às vezes alguém tem que ceder um pouco, porque seria a idéia mais correta a ser tomada.

Este jovem conselheiro, com dois anos de experiência de OP, constatou a possibilidade de haver solidariedade em um processo político. A solidariedade é um elemento de formação de consenso partindo de uma relação inter-humana, como afirmam Assmann e Mo Sung: “Solidariedade tem a ver com o modo de ver o mundo e a vida. Solidariedade é uma relação inter-humana fundamentada na alteridade, que pressupõe o reconhecimento do/a outro/a na diferença e singularidade, atributos da alteridade” (2000, p. 97). E, além de conhecer as

diferentes realidades dentro de um município ou região, os eleitos conselheiros do OP têm a possibilidade de priorizar uma demanda sem que ela tivesse adquirido um número suficiente de votos para tanto. Gestos e não só gestos, são decisões em torno de obras e benefícios para determinado grupo social que não o seu, caracterizam momentos de doação e solidariedade praticados no processo do OP. Igualmente o prefeito municipal constatou este fenômeno em entrevista: “O que aconteceu nestas últimas assembléias? Nós tínhamos algumas comunidades que tinham definido calçamento; eles acabaram abrindo mão pra outras comunidades menores que tinham feito menos votos” (Cláudio Ferrari).

O cultivo da solidariedade e da doação é uma postura mental que os sujeitos representantes de grupos sociais regidos democraticamente costumam apresentar. A idéia do bem coletivo está acima da defesa exclusiva de uma obra. A participação não se restringe a pensar o bem de um determinado grupo social em detrimento de outro. O pensamento humano, quando conduzido visando ao bem comum, está aberto à alteridade. Consegue diferenciar necessidades maiores e menores, estabelecendo um grau hierárquico na valoração das necessidades humanas. Para Geertz, “o pensamento humano é, basicamente, um ato aberto conduzido em termos de materiais objetivos da cultura comum, e só secundariamente um assunto privado” (1989, p. 97). A cultura comum tem maior poder de força nas decisões do que a cultura particular, onde a alteridade supera as vontades individuais, segundo Geertz. Entretanto, constata-se um crescimento acentuado da humanidade que caminha em direção a uma individualização rompendo com o que há de característico do ser humano, a socialização.

O indivíduo encontra a oportunidade de doação e solidariedade em prol do coletivo rompendo com um sistema social que procura recolher o indivíduo em si próprio. A mente humana necessita do confronto com outra mente para estabelecer a alteridade própria do ser humano. A solidariedade e doação estão na compreensão de que a pessoa tem condições de ser solidária. Alguém que verdadeiramente se doa em prol do coletivo tem compreensão da diferença que a sua doação faz para a construção harmônica de um grupo social ou a sua disposição para defender um bem comum para o seu grupo social.

4.2.11 Oportunidade de manifestação pública

No OP, o participante encontra espaço para a manifestação pública e o debate sobre a realidade social e política. A oportunidade de manifestação pública não é algo tão freqüente na sociedade de nosso tempo, e acredito que esta condição presente no OP para o surgimento e formação de lideranças mereça ser enfatizada. O secretário de escola, ao ser entrevistado, considerou importante esta condição para o surgimento de lideranças:

Hoje em dia é difícil formar líderes. Na verdade na nossa época era até mais fácil, por causa da juventude que a gente participava muito. Hoje o pessoal não quer mais falar em público. Teria que ter condições de falar em público e o pessoal não tem coragem de fazer isto. Aqui na escola para falar em público, as crianças falam nas horas cívicas e se fazem reuniões em grupo grande e fazem questionamentos. Isto dá uma oportunidade para aluno de falar em público. Mas deveria ter obviamente mais oportunidades (Ivori Zaro).

O ser humano apresenta como característica central de sua condição a comunicação. É por meio dela que nos tornamos humanos e somos reconhecidos como tal. A oportunidade de manifestação pública, visando pensar o próprio destino, não acontece em todos os lugares. Vivemos tempos de restrições a esta metodologia, mesmo que o OP esteja sendo propagado por centenas de municípios brasileiros e sendo implantado em todos os continentes. Os ambientes que aceitam a metodologia dialógica como forma de decisão dos recursos públicos não são tão freqüentes. Há muita manipulação e muitos interesses particulares, inclusive em propostas do OP. O debate e a discussão são situações-limite, no sentido de Freire, que fazem parte da luta por uma causa. Acontecem debates acirrados entre conselheiros de comunidades diferentes ou de municípios diferentes, como se verificou no OP estadual. É uma disputa por uma obra sem que haja o desrespeito frente àquele que luta por outra prioridade. O momento de debate é condição fundamental para a constituição de lideranças sociais e políticas.

Gramsci foi proibido de manifestação pública e permaneceu escrevendo no cárcere. Freire precisou se retirar de seu país para não acontecer o mesmo ou pior. Com espírito de liderança ambos encontraram meios de continuar sua luta em prol da livre exposição do pensamento e da palavra. As palavras de uma professora, ao definir o OP, demonstram a dimensão que tem o direito de poder dar a sua opinião: “O povo está começando a ter uma lição de verdadeira democracia. Nós estamos vivendo democracia. É isto, é assim que se faz e se vive

democracia e se aprende onde todos têm opinião, vontade de participar e têm o direito de opinar”.

Na década de 1970, Guiné-Bissau era um país em reconstrução. Freire salienta a importância da participação dos educandos na elaboração dos conteúdos programáticos. Acima disto, frisa que necessitam também de ter voz a respeito da delimitação do que interessa conhecer. É o estudante se formando como um militante em luta pela reconstrução de seu país por meio de um aprendizado onde a participação por meio da voz é um componente central da educação reconstrutora da nação. Escreve Freire em 5 de janeiro de 1976:

Sem sacrificar em nada a organização do conteúdo programático da educação, no que diz respeito aos temas fundamentais à sociedade em reconstrução, a participação dos educandos naquela tarefa é indiscutivelmente formadora. Além do mais, é um direito deles, enquanto militantes, o de ter voz na delimitação do que lhes cabe conhecer para melhor servir à coletividade (Freire, 1977, p. 127).

Pode-se considerar como militantes por excelência do OP os delegados e conselheiros. Em Barão, conforme a experiência em andamento, apenas há a escolha de conselheiros. Estes são os militantes maiores dentro de cada comunidade e bairro que, por meio de sua participação, têm uma tarefa formadora em relação a si e em relação ao seu grupo social. Há ainda uma representante do segmento jovem de Barão, que foi escolhida na plenária da juventude. O conteúdo programático no OP é o estudo do município. Os conselheiros, no início de sua participação, estão voltados sobretudo ao seu grupo social específico. A percepção do âmbito maior de atuação dentro do OP acontece com as reuniões do COP, onde os conselheiros conhecem as prioridades votadas em todas as comunidades e bairros e ficam conhecendo a situação financeira do Município, bem como as etapas da elaboração do orçamento por meio de exposição técnica de funcionários públicos e dos governantes do município. Por meio da manifestação da palavra, os conselheiros argumentam em defesa da necessidade de sua localidade e procuram consenso na definição das prioridades.

Em entrevista aos conselheiros, fiz o questionamento sobre a participação nas reuniões das comunidades e nas reuniões do COP. A participação maior através da manifestação da palavra dos conselheiros foi verificada nas reuniões do COP. Talvez, como processo que tem apenas dois anos de experiência e há um certo desconhecimento em torno do funcionamento do

processo e da administração pública, as lideranças locais ainda estejam no estágio de ouvir e entender para depois se manifestar. Em relação às respostas em torno da pergunta “Você fez alguma manifestação pública, para todos os presentes na reunião comunitária, ou, como foi a sua presença na reunião?”, acredito que, na resposta do conselheiro Airton Bamberg, estão contemplados a maioria dos conselheiros: “Não me manifestei muito porque a gente estava meio estranho, meio perdido, e era o segundo ano que participava e tinha pouco conhecimento o que seria tratado. A gente só procurou entender as coisas para depois nas próximas participar mais.”

Em torno da pergunta que se referia à participação nas reuniões do COP, a posição dos conselheiros entrevistados foi diferente. A pergunta foi a seguinte: Como você avalia a sua participação nas reuniões dos conselheiros?

A gente teve muito proveito, tanto a gente teve a oportunidade de falar e ouvir. Primeiro a gente ouviu e depois colocamos as nossas idéias, nossos objetivos de participação, o que nós queria. Então a gente tinha oportunidade de falar e ouvir (Airton Bamberg).

Nestas reuniões a gente ouve praticamente todas as comunidades que estão representadas lá e sempre se aprende alguma coisa a mais. E simplesmente a presença da gente como participante de uma reunião destas eu acho que sempre é positiva, porque tu nunca sai de lá sem ter novas idéias de participantes e às vezes também podendo colaborar com alguma coisa interessante ou o que venha a ser importante para o resto do pessoal participante (Selério Sauthier).

Na reunião na sede com todos os conselheiros defendendo a nossa prioridade, aí sim, ali eu me manifestei bastante. Eu defendi com muito interesse a obra da minha comunidade por consequência ainda consegui vencer colocando ela como prioridade em todo município. Foi a primeira obra a ser realizada pelo orçamento (Fernando Scottá).

Eu não falei muito naquela reunião até porque quando chegou a hora de falar sobre os jovens eu falei e coloquei as nossas prioridades, mas naquela reunião ficou aquela coisa: Ah, fazer calçamento⁹⁶, ah fazer isto. Então eu não falei muito (Liziane Artus).

Eu acho que médio, porque a gente defende pontos. Fiz manifestação dentro do necessário, falar o necessário (Wilson Joaquim).

Considero que é por meio destes pareceres que são formados nas pessoas presentes em reunião do COP que se forma o intelectual orgânico. A manifestação da sua palavra

⁹⁶ Geralmente o termo “calçamento” se refere à pavimentação das ruas da sede ou das estradas principais dos distritos do município.

proporcionada no OP adquire a dimensão de estar envolvido em uma realidade na qual o sujeito é protagonista dos acontecimentos. “Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes” (Arendt, 2004, p. 67). O participante do processo do OP adquire-se, por meio do ouvir e do falar, um conhecimento da abrangência do município e percebe que a sua prioridade não passa de mais uma dentre tantas.

4.2.12 Liberdade e criatividade de ação

“A liberdade é uma relação de pensamento, condicionada pela cultura do indivíduo” (Gramsci, 2004a, p. 282). Para Gramsci, as experiências históricas e espirituais constituem o indivíduo socialista, e as experiências proporcionam conhecimento, e este está associado à liberdade. Quanto maior forem estas experiências, maior será a sua liberdade e mais “rica” de saber e de sabedoria. A liberdade aparece como um equilíbrio de forças que se concretiza em uma organização, em uma ordem. Gramsci considera esta liberdade a lei essencial do gênero humano e “um processo ininterrupto e indefinido de libertação” (Gramsci, 2004a, p. 282). O OP é um processo continuado que se manifesta durante todo o período da gestão de um governo que o implanta. E, mesmo quando interrompido, permanece na memória de um povo por meio das obras conquistadas e dos debates então estabelecidos, conforme foi relatado pelos participantes do OP estadual por ocasião das entrevistas.

O Secretário de escola entendeu o processo e viu na pedagogia imanente no OP uma forma que poderia ser utilizada na sua comunidade. Utilizou-a, e a comunidade construiu suas obras passo a passo, conforme ele relatou na entrevista: “Eu conversei com o presidente para nós fazermos uma obra na comunidade teríamos que ouvir a comunidade, aí um tanto mais ela ajudaria” (Ivori Zaro). O convite feito para a construção coletiva foi acatado pelos associados que se sentiram livres em decidir e agir. A união veio da compreensão da experiência participativa.

O OP traz imanente a possibilidade do conhecimento da realidade e a partir deste conhecimento, a possibilidade de estabelecer mudanças por meio da criatividade e inovação popular. Surge a possibilidade de incentivos que anteriormente não se cogitava, como é o caso de

encontros entre agricultores para a criação de uma cooperativa agroecológica no município de Barão. A administração pública subsidia a vinda de técnicos especializados para fazer o acompanhamento da implantação da cooperativa que nasce a partir da vontade e das necessidades dos agricultores de lutar pela sobrevivência. Por meio da criatividade e liberdade de expressão, surgem empreendimentos antes não cogitados.

A criatividade está associada à possibilidade de conhecer e recriar. Para Freire, o ato do conhecimento demanda de seus sujeitos um papel criador, recriador e reinventivo. Há a necessidade “da curiosidade diante do objeto, qualquer que seja o momento do ciclo gnosiológico em que estejam, o ato de conhecer o conhecimento existente ou em que se procura criar o novo conhecimento” (Freire, 1977, p. 19). Não é por meio da transferência burocrática do conhecido que se gera um conhecimento criativo. A possibilidade de questionamento presente no processo do OP, onde governantes e governados discutem o futuro da cidade, representa um ato de liberdade por meio da manifestação de propostas criativas e inovadoras para as comunidades, o município e o estado. Os participantes têm a ocasião de exporem ao público o que almejam para o futuro, procurando a melhor aplicação dos recursos públicos.

Para Freire, não há libertação individual. Ela está associada ao coletivo, onde as práticas demonstram o grau de liberdade existente naquele grupo social. A libertação do coletivo está permeada de lutas em favor desta condição. Com uma proposta de livre expressão, o OP traz esta condição para a emersão e formação de lideranças. E só pode ser criativo quem se sente espiritualmente livre, mesmo que esteja, por vezes, sendo subjugado ou coibido de efetuar determinadas atividades. No processo de luta, conforme Freire, acontece uma relação dialógica e de respeito às liberdades e diferenças por meio das quais amadurecem as liberdades⁹⁷.

Gramsci valoriza a liberdade, valoriza as organizações e o envolvimento ativo da população. Giovanni Semeraro, estudioso de Gramsci, assim se expressa:

Gramsci confere uma ênfase particular à criatividade e à capacidade de iniciativas que devem aprender a desenvolver as classes subalternas. Estas, mais do que preocupar-se em resistir à opressão, são chamadas a buscar formas para

⁹⁷ Como já foi citado em parte anterior desta tese: “A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades” (Freire, 2001, p. 119).

sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade (Semeraro, 2006, p. 97).

Como “forma de trabalhar”, o OP apresenta condições que possibilitam à população ser livre e criativa para inventar uma nova sociedade. O poder está nas mãos do povo para traçar investimentos e mudanças estruturais por meio de políticas públicas. A liderança atua por meio da liberdade de pensamento e expressão, redimensionando o seu tempo histórico.

4.2.13 Organização social

Uma reunião do OP reúne membros de uma comunidade, bairro ou município visando a melhorar a organização social. São momentos onde são decididos investimentos públicos em benefício da população. As obras efetuadas trazem implicações para a organização social. Quando se discutem e se incrementam políticas públicas, como, por exemplo, repasse de verbas para o hospital comunitário, há um fortalecimento da organização social. Durante as reuniões do OP, quando são lembrados os temas com as conseqüentes demandas pelas quais o município ou o estado é responsável, o participante pode conhecer a dimensão da sociedade com seus diferentes setores.

Nas etapas do OP, pode-se verificar a ocorrência de reuniões em diferentes instâncias, sempre objetivando proporcionar melhor compreensão do processo relacionado com superação das carências existentes na sociedade. Com uma proposta de suprir necessidades emergenciais, o OP se torna importante para um melhor funcionamento e organização social. Também fora das reuniões do OP, por vezes, há a necessidade de reuniões para a conquista de uma obra, conforme descreveu um sujeito do OP estadual: “Nós fizemos arranjos com o pessoal do sindicato, pessoal da agricultura, porque na verdade nós colocamos a questão deles em segundo lugar. Nós tínhamos que fazer de tudo para chegar neste ponto.”

“A classe operária deve adquirir, nos planos espiritual e organizativo, consciência de sua autonomia e de sua personalidade histórica” (Gramsci, 2004b, p. 39). Gramsci sugere que os conselhos de fábricas tenham sistemas e procedimentos estabelecidos pela própria classe operária. Gramsci acredita que as condições de liderança estão dadas nesta organização que

acontece pelos conselhos de fábrica que produzem autonomia e identificam a classe operária com personalidade própria na condução histórica do desenvolvimento de um país.

Gramsci afirma que é tarefa dos intelectuais, a organização da sociedade, promovendo união de forças para implantar o socialismo, e salienta que “todos os problemas de organização são problemas políticos” (Gramsci, 2004b, p. 348). O intelectual em Gramsci é caracterizado como o condutor, o coordenador responsável pela transformação da sociedade.

Para a organização social é de fundamental importância o intelectual que planeja a sociedade e a sua sucessiva transformação, propiciando humanização continuada. Freire sugere, no processo de reconstrução de Guiné-Bissau, uma ênfase em um trabalho de constituição de novos intelectuais e o não investimento na reeducação de lideranças constituídas. Assim afirma:

Em última análise, estou convencido de que é mais fácil criar um novo tipo de intelectual – o que se forja na unidade da prática e da teoria, do trabalho manual e do trabalho intelectual – do que re-educação do intelectual elitista. Quando digo que é mais fácil, não excluo a possibilidade de uma tal re-educação, quando for este o caso (Freire, 1977, p. 124).

Por meio de um projeto feito pela Ökologische Akademie, coordenado pelo pesquisador Thomas Ködelpeter, em municípios próximos de Munique – Alemanha, há um trabalho com crianças e adolescentes visando à sua compreensão sobre administração pública. O pesquisador alemão acredita na possibilidade de uma educação política e social com pessoas jovens para a formação de lideranças. Em seu intercâmbio com adolescentes brasileiros fomenta, o conhecimento de administrações públicas municipais por meio de visitas à prefeitura e câmara de vereadores. Em seu e-mail com data de 19 de dezembro de 2006 fica maravilhado com a comunicação que se estabelece entre adolescentes brasileiros e alemães. Os assuntos são próprios da idade com interesses variados. O conhecimento do próprio município passa pelo conhecimento do funcionamento administrativo, e sobre isto os adolescentes, ao se comunicarem com outra parte do mundo, sentem a necessidade de entender, para apresentar o seu local aos amigos e amigas distantes. Conforme e-mail de Ködelpeter em anexo a esta tese, pode-se verificar a relevância que é dada ao processo ou metodologia de conhecimento. O pesquisador quer saber como os adolescentes aprenderam, conforme ele, com tanta rapidez, escrever no

idioma alemão⁹⁸. Há um interesse em conhecer os pressupostos e a forma de trabalho que foi percorrido até chegar ao envio de e-mails por parte dos adolescentes e jovens baronenses.

Muñoz descreve o OP Criança que foi instituído na cidade São Paulo e é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação. O OP Criança aparece integrado à vida educacional e social conforme a realidade de cada local, incentivando a transformação da infância em protagonista na gestão da política pública. A Pedagogia da Vida Cotidiana é a chave central de reflexão e é considerada como outra pedagogia possível, definida “como aquela em que o ser humano se objetiva, se conhece” (Muñoz, 2004, p. 41). O Orçamento Participativo Criança, conforme análise do autor, consegue criar cidadania na infância e na adolescência, possibilitando o surgimento de organizações infantis que colaboram nas decisões públicas.

São dois exemplos inspirados no processo do OP que se originaram com o fim de desenvolver organizações sociais em nível de crianças e adolescentes, visando despertar para a formação de lideranças participativas com ênfase na relação entre a vida cotidiana e pedagogias de transformação da sociedade.

O OP proporciona a possibilidade de pensar e repensar a organização social. Verifica-se que o OP apresenta uma proposta de organização social onde há condições para o surgimento de novas lideranças e mesmo alterar a forma de atuar de lideranças já constituídas nas comunidades e bairros dentro de um município e estado.

4.2.14 Transformação social e política

Vivemos em uma sociedade com contínuas transformações que atingem a existência humana nas mais variadas dimensões. Há a necessidade de o cidadão, para se manter na condição de cidadão como conhecedor e membro atuante na vida de sua cidade, procurar informações sobre os movimentos sociais e políticos que se verificam ao seu redor.

⁹⁸ O conhecimento deste recurso, a escrita em alemão, é pré-requisito para os adolescentes baronenses se comunicarem.

Gramsci considera que uma liderança revolucionária deve nascer do proletariado e se transformar por meio da participação nos conselhos em classe dominante. E esta é “tarefa do Partido Comunista na ditadura: organizar poderosa e definitivamente a classe dos operários e dos camponeses em classe dominante” (Gramsci, 2004a, p. 296-297). A partir da formação de lideranças pelo OP, conforme os entrevistados, poderão nascer lideranças capazes de chegar a funções de autoridade política. Gramsci também propõe o rompimento das relações referentes ao princípio da propriedade privada. Pela solidariedade que brota do OP, acredito que não se chegue a romper o princípio da propriedade privada, mas rompem-se, em parte, concepções individualistas existentes em grupos sociais que almejam benefícios somente a seu favor⁹⁹, como se verificou em algumas situações no OP estadual e municipal.

O OP tem uma forma peculiar de conduzir uma administração pública. Assim como o governo estadual da Frente Popular (1999-2002) via no OP o mecanismo principal como propulsor de desenvolvimento regional e estadual, o governo de Barão também considera este mecanismo como central na elaboração das prioridades de investimentos a nível municipal. A metodologia se verifica na participação dos cidadãos e cidadãs que se manifestam por meio da voz e do voto. Esta metodologia proporciona transformação política acompanhada por uma transformação social.

Para verificar se houve transformação política produzida pelo processo do Orçamento Participativo, passo a analisar o que os sujeitos entrevistados do OP estadual responderam sobre a seguinte pergunta: Houve alguma modificação de coordenar grupos sociais após a sua participação no processo do OP?

Eu me senti mais política. Naquela época eu não percebia isto. Hoje eu percebo que aquilo fez eu ser mais política. Eu consegui conversar com os dois lados e conciliar um terceiro¹⁰⁰ (Kely Chies). Neste sentido eu acho que deixou raízes e deixou formas de trabalhar. Até na minha própria comunidade eu implantei o trabalho do orçamento participativo na comunidade (Ivori Zaro). Hoje você¹⁰¹

⁹⁹ O maior rompimento que o OP estadual promoveu foi em relação às emendas parlamentares para currais eleitorais específicos de cada candidato. Em relação ao OP municipal de Barão, não é por influência dos vereadores que um grupo social é beneficiado e outro não. A definição acontece por meio do Orçamento Participativo.

¹⁰⁰ Ela estava se referindo ao segmento dos alunos com os professores e conciliou com a diretoria do Círculo de Pais e Mestres da escola que expuseram a proposta ao público na noite da assembléia do OP conseguindo uma boa receptividade em favor da conquista da sala de informática.

¹⁰¹ No momento da entrevista o sujeito fazia gestos que demonstravam que o termo “você” era referência a si próprio.

não está liderando, você não está coordenando um grupo pelo poder hierárquico já predestinado anteriormente, mas sim pelo poder do diálogo, pelo poder da representação daquele grupo (Elton Chassot). Houve modificações no modo das pessoas liderar pela participação (Ledi Hummes). É talvez, no meu caso específico, eu fiquei um pouquinho apático pelo insucesso, não do trabalho do OP, mas por perceber que as pessoas não acreditam que as comunidades podem conseguir alguma coisa. Hoje eu vejo que realmente é o único caminho (Bernardino Scuttá).

Faz quatro anos que o OP estadual terminou. E, após este período, foram estas as respostas de três cidadãos e de duas cidadãs que se envolveram no processo visando entendê-lo melhor e conquistar alguma obra em favor de suas entidades. Verifico que as respostas não precisam de muita análise frente à clareza com que foram expostas. A atual vice-diretora que atuou no OP Estadual em 2000 e 2001 constata que foi relevante sua atuação para a sua formação política. Atualmente percebe que a participação no processo fez com que ela se tornasse “mais política”.

O outro sujeito entrevistado utiliza esta “forma de trabalhar” do OP em sua comunidade. Ele vê que por meio desta forma, que “deixou raízes”, o povo colabora mais na execução de uma obra comunitária. “Eu conversei com o presidente para nós fazermos uma obra na comunidade teríamos que ouvir a comunidade, aí um tanto mais ela ajudaria” (Ivori Zaro). Por meio da participação dos membros na discussão sobre a viabilidade de uma obra, houve o envolvimento e a satisfação das pessoas estarem realizando algo que foi decidido por elas mesmas.

A transformação política também pode ser verificada por meio da resposta do diretor de escola que analisa que, no OP, o poder não é hierárquico, mas está fundamentado no diálogo. Há uma predominância nas respostas dos sujeitos entrevistados de que a concepção de liderança existente na cultura da região do Vale do Caí está relacionada ao fator dinheiro, sendo poder aquisitivo equivalente a poder político. O diretor afirma que o processo do OP modifica esta concepção e coloca outra categoria como central: o diálogo, a capacidade de relação dialógica do sujeito. A diretora entrevistada acompanha esta afirmação, valorizando a participação das pessoas nas decisões públicas como elemento transformador das lideranças.

O assíduo envolvimento do professor no processo do OP em busca do objetivo trouxe apatia, devido ao insucesso na conquista. A obra foi aprovada pelo legislativo do estado,

mas até final de 2006 não executada. O professor justifica que foi “por razões políticas” fora de seu alcance. Demonstra credibilidade na dimensão pedagógica do OP ao afirmar que vê no processo do OP o único caminho para a transformação política da sociedade.

Verifica-se que a dimensão pedagógica do OP é mencionada pelos sujeitos entrevistados. O secretário de escola entrevistado implantou em sua comunidade a pedagogia do OP, conforme metodologia apreendida do OP Estadual. Considera o processo “uma forma de trabalhar” coletivamente, trazendo benefícios materiais e sociais para todos os membros da comunidade por meio da participação e do controle social¹⁰². Lembrando Freire, os membros da comunidade tiveram a oportunidade de fazer uma leitura de seu mundo e dizer a sua palavra promovendo sua humanização. “A humanização passa pela possibilidade de sentir-se construtor do destino coletivo do povo a que se pertence” (Streck e Adams, 2006, p. 96).

Para uma efetiva transformação social e política entendo que há a necessidade da compreensão da realidade na qual os sujeitos históricos estão envolvidos participando ativamente, desenvolvendo um processo cultural sobre uma base sólida, o próprio chão onde o indivíduo trabalha e curte a sua existência. O prefeito Cláudio Ferrari, em entrevista, ressaltou estas dimensões no OP:

Em Barão tinha uma cultura que a liderança na realidade era só o político que estava na prefeitura. Este é que era o líder de todo mundo e as decisões sobre caíam só para aquele administrador. Isto está mudando um pouco. Pelos menos com estas nossas assembleias as lideranças são mais fortalecidas no local mesmo, nas próprias comunidades.

Proporcionando transformação social e política, o OP apresenta condições para o surgimento de lideranças. Modificam-se também as lideranças que adquirem nova concepção política enraizada na própria realidade. A dinâmica do OP propõe o envolvimento da sociedade na política com vistas à sua transformação.

¹⁰² Conforme Streck, Danilo; e Adams, Telmo; 2006, p. 103: “Controle social tende a ser associado com fiscalização. É a contrapartida da prestação de contas por parte do poder público.”

4.3 Pela participação à liderança

A fundação de um “Clube de Vida Moral” por Gramsci com o objetivo de desenvolver a personalidade moral dos integrantes do clube e superar o individualismo conforme descrição de Coutinho (1989, p. 8) caracteriza um pressuposto ético do socialismo integral que Gramsci queria construir. Reuniões do OP com prestação de contas e questionamentos à administração tendem a moralizar os governantes. Simultaneamente, o questionador se sente presente no governo ao ser ouvido e respeitado.

Gramsci concebe o “Clube de Vida Moral” como uma alternativa prática ao verbalismo discursivo de políticos da época. O clube se caracteriza por um pequeno grupo de jovens onde ocorrem debates e discussões intelectuais. É um momento de confronto onde se conjuga a realidade com a teoria, a prática e a teoria que formam a práxis transformadora.

Nas reuniões municipais do OP-Barão, acontece um momento onde pequenos grupos se formam. grupos de três a dez pessoas conforme a disposição em que se encontram sentadas na reunião ou conforme as afinidades. Discutem as prioridades do município e a escolha do representante comunitário. É um momento ímpar que dura alguns minutos, conforme a disposição da comunidade. Nestes pequenos grupos, formam-se consensos. Percebe-se que há timidez de muitos em se manifestarem ao grande grupo; no pequeno grupo, são capazes de expor seus anseios e se manifestam por meio do voto. Momento valorizado por um administrador municipal que descreveu assim este momento que acontece durante as reuniões comunitárias do OP-Barão:

O trabalho de grupo, é bem diferente do trabalho da plenária. Muitas pessoas que em plenária não se manifestam, no grupo se manifestam. O grupo, ele é um espaço menor. Menos sujeito a: “o que as pessoas vão pensar de mim?” Então acaba que, ali a pessoa que puxa a frente, o papel da liderança também é puxar a frente; algumas pessoas que puxam a frente nos pequenos grupos acabam sendo porta-voz deste pequeno grupo na grande plenária, de defender algum negócio, de apresentar; e acaba gostando da idéia, e às vezes nem é uma dele, é uma idéia do grupo, mas como ele foi porta-voz, ele acaba catalisando pra si esta impressão e ele vira um líder (Gilberto Flach).

O OP pode ser caracterizado como um movimento histórico contendo uma articulação entre os intelectuais ou lideranças de classes distintas. Neste caso, classe dirigente e

classe dirigida. Hegemonia conforme definição gramsciana: “processo social de direção intelectual e moral; de construção de consenso e de um novo bloco histórico” (Bereid, 1998, p. 126). É um trabalho intelectual, um trabalho organizativo de um município ou estado que acontece em uma reunião comunitária do OP. O fator liderança está presente em todo o processo desde o coordenador na reunião que dirige as etapas como dos representantes do governo que expõem as atividades desenvolvidas na administração pública, bem como dos participantes comunitários que deliberam sobre investimentos e políticas públicas. Um pequeno município ou mesmo um estado federativo se torna inteligível aos governantes e aos governados.

Sem orientação, direção intelectual e moral, a sociedade caminha para a anarquia, para a desordem. Sempre haverá uma direção conforme os interesses dos dirigentes. Conforme observado, os interesses dos governantes que se utilizam do mecanismo denominado OP são de que a população adquira conhecimentos e se qualifique cada vez mais para participar conscientemente da construção de uma sociedade mais justa onde governantes e governados possam desfrutar a vida com melhor qualidade.

Para Gramsci, os intelectuais são os organizadores da sociedade. São lideranças com personalidade histórica mantendo uma atividade intensa na sociedade. Não apenas interferem, mas também são os condutores dos processos sociais. Os intelectuais, para Gramsci, atuam conduzindo a história nas diversas dimensões organizativas da sociedade.

O pensador de esquerda, opositor ao sistema ditatorial fascista de Benito Mussolini, utilizou amplamente o termo “intelectual” na explicação da realidade sociopolítica. O termo “intelectual” surgiu em fins do século XIX entre russos, derivando de “intelligentsia”, que representava “uma camada de indivíduos cultos preocupados com os assuntos públicos, (...) homens que começaram a ter autoconsciência enquanto categoria social específica” (Bereid, 1998, p. 123). Coutinho¹⁰³, fundamentado em Gramsci, distingue o intelectual orgânico do intelectual tradicional. O primeiro “surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social com função de dar homogeneidade e consciência a essa classe; o segundo foi no passado uma categoria de intelectuais orgânicos de dada classe (p. ex., os padres em relação à nobreza

¹⁰³ Carlos Nelson Coutinho é um pesquisador brasileiro que desde da década de 1960 estuda Gramsci e foi um dos principais precursores a propagar a obra de Antonio Gramsci no Brasil. É considerado um dos maiores estudiosos sobre a questão dos intelectuais em Gramsci.

feudal) e formam hoje, depois do desaparecimento daquela classe, uma categoria independente e autônoma” (1989, p. 108).

A atividade intelectual não pode acontecer desvinculada da realidade social: o intelectual não é um ser autônomo e independente. Isto, para Gramsci, constituía uma concepção idealista. Também afirmava que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham esta função na sociedade” (Gramsci, 1995, p. 6).

Este estudo está relacionado com o processo do OP, onde os participantes se familiarizam com termos técnicos e são capazes de entender e elaborar apreciações conjunturais. Intelectualizando, conhecendo, entendendo, o cidadão se capacita para participar de seu tempo com maior qualidade nas dimensões necessárias à sobrevivência e à construção de uma nova cultura política.

Os intelectuais orgânicos, criados pelas comunidades e organizações sociais da região do Vale do Cai, não são assíduos leitores de livros clássicos ou de grandes pensadores. Eles geralmente estão restritos à compreensão do funcionamento de um pequeno grupo, conforme a convivência diária e o desenrolar dos acontecimentos. Aprendem números por meio de prestações de contas de administrações municipais e estaduais e se tornam aptos participantes para pensar a sua realidade econômica, social e política. São capazes de alterar a concepção de política e adquirir uma nova visão de mundo. Mesmo, em alguns casos, sendo analfabetos.

A produção econômica, para Gramsci, é considerada essencial no mundo e desta se originam os intelectuais nos campos econômicos, sociais e políticos. O empresário representa uma elaboração social superior por sua capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual). Deve possuir capacidade técnica, ser um organizador de massa de homens e organizador da “confiança” dos que investem em sua fábrica e compram suas mercadorias.

Ainda sobre os empresários, Gramsci afirma que uma elite deles necessita possuir capacidade de organizar a sociedade em geral ou então ter empregados especializados a quem confiar a atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Daí que os intelectuais “orgânicos” que cada classe social cria consigo são, na maioria das vezes, especializações de aspectos parciais da atividade primitiva.

Na sociedade política, os intelectuais¹⁰⁴, conforme Gramsci, são comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político por meio do consenso espontâneo que nasce historicamente do prestígio/confiança, ou do aparato de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem com decisões governamentais.

O intelectual tradicional tem como característica principal a persuasão pelo discurso, enquanto que o novo intelectual proposto por Gramsci encontra-se sustentado na vida prática, na organização e na construção. Não descarta a possibilidade de haver discurso persuasivo. Acrescenta, na sua escrita, que o novo intelectual “eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’ (especialista mais político)” (Gramsci, 1995. p. 8). Gramsci entende o novo intelectual como dirigente, um especialista político, um líder capaz de organizar, construir e conectado à vida prática. A este denomina de intelectual orgânico.

A definição gramsciana de novo intelectual ou intelectual orgânico tem influências nesta pesquisa. Lideranças que se destacam no Orçamento Participativo têm características semelhantes: estão preocupados em melhorar a situação econômica e social e se apresentam retratando a vida procurando organizar grupos sociais para a construção de alguma obra em benefício do seu grupo social. O discurso feito pelos participantes do processo do OP, representantes comunitários ou algum outro cidadão credenciado, geralmente não tem a preocupação de ser empolgante, carismático e nem brilhante. É um processo que retrata situações, problemas e propõe soluções por meio de uma obra ou serviço. O argumento está fundamentado na história pessoal e coletiva de uma necessidade emergente. O líder fala pela vida e propõe solução.

Continuando seus escritos sobre a formação dos intelectuais, Gramsci salienta que “uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é a luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais” (Gramsci, 1995. p. 9). O OP é um sistema de democracia direta de governar, diferentemente do

¹⁰⁴ Gramsci faz uma diferenciação em graus da atividade intelectual: “No mais alto grau coloca os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte... e no mais baixo os ‘administradores e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional” (Gramsci, 1995, p. 11-12).

sistema clientelista vigente durante séculos. E, em caso de haver rompimento com este modelo, o que ocorre quando os representantes do poder não seguem o método dos intelectuais tradicionais e promovem um discurso com a finalidade de promover organização e enraizado na prática cotidiana do grupo social presente, os líderes mesmo assim serão formados conforme o modelo tradicional?

Observando o processo do Orçamento Participativo quando autoridades governam utilizando práticas democráticas e participativas, procurando o desenvolvimento a partir das decisões dos cidadãos, verifica-se que surgem novas lideranças e outras, já constituídas, são influenciadas a partir de diretrizes democráticas e participativas. Quanto a lideranças constituídas que seguem modelos autoritários e independentes de coordenar grupos sociais por meio da imposição de suas idéias, estas entram no anonimato. Um administrador de Barão, ao ser entrevistado, fez uma reflexão neste sentido:

A visão tradicional de liderança que é o cara que manda não serve para o Orçamento Participativo. Não serve, porque daqui a pouco eles vão ter o líder dizendo qual é a prioridade. E aí tu estás numa contradição com o processo que é justamente de discussão coletiva. Então qual é que é o conflito que se estabelece entre o líder que manda versus a coletividade que quer alguma coisa; quando existem, por exemplo, dois interesses diferentes: o do líder e o da coletividade. Então aos poucos você vai percebendo que este processo vai mudando a visão do líder que manda justamente na direção do líder que é democrático; que deve se preparar, que deve conhecer mais o município para justamente estar dando uma contribuição melhor no processo. E aí é interessante notar que algumas lideranças tradicionais, ditas tradicionais, acabam não sendo escolhidas lideranças de Orçamento Participativo. Algumas lideranças tradicionais ficaram um pouco de fora do OP (Gilberto Flach).

A discussão coletiva caracteriza a pedagogia do OP. A partir dela, a realidade é desvendada, fortalecendo convicções em torno da possibilidade de melhoramentos que podem ser feitos. A educação é fomentada a partir da reflexão sobre a própria prática e sobre a realidade vivida pelo grupo social que propõe transformação.

Entendo que o OP está voltado para o aprendizado político de uma população que apresenta uma certa idade: 16 ou mais anos. Pelas leis brasileiras, estas pessoas são consideradas idôneas para decidir sobre os caminhos da nação com direito a voto em eleições municipais, estaduais e federais, em referendos e plebiscitos. São consideradas pessoas adultas, responsáveis, capazes de tomar decisões a respeito do seu destino. Seria o OP uma educação de adultos,

mesmo que os seus coordenadores não tenham esta pretensão explícita? Existe no OP intervenção educacional?

A tese de doutoramento de Cênio Back Weyh apresenta o OP como mediação pedagógica para a constituição do Capital Político na perspectiva da Educação Popular como mediação emancipadora. Sua pesquisa contribui para a verificabilidade do potencial pedagógico/educacional presente no processo do Orçamento Participativo. Na conclusão de sua tese, Weyh afirma que “as pessoas se educam no próprio movimento da sociedade” (2005, p. 172). No caso do OP, um movimento organizado por lideranças políticas e sociais.

Analisando os círculos de cultura nos quais Freire trabalhou no Nordeste brasileiro e posteriormente no Chile, verifica-se alguma semelhança com o processo do Orçamento Participativo. Ambos têm como ponto de partida o conhecimento que a população tem e vivencia de sua realidade. No processo freireano, é um processo de conscientização por meio da codificação, por meio da manifestação da escrita e da palavra da cultura existente entre as pessoas envolvidas. No processo do OP, é como que uma continuação deste processo freireano quando se solicita a execução e realização de uma necessidade que o serviço público pode satisfazer. A formação e emergência de liderança perpassa ambos os processos porque promove a manifestação e o despertar, por meio da codificação ou por meio da solicitação. Freire apresenta este processo de alfabetização de adultos como uma forma de rompimento em relação aos esquemas tradicionais e sugere uma pós-alfabetização. Alfabetização esta que se encontra além do aprender as letras, mas é caracterizada por Freire como uma leitura do mundo para operar transformação com vistas a uma sociedade humanizada e humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preexistência de comunidades bem constituídas na região do Vale do Caí e no município de Barão favorece a definição dos recursos públicos por meio da participação popular. Os valores morais, religiosos e educativos cultivados nas famílias e vivenciados na comunidade favorecem o respeito e constituição de diálogos e reflexões em torno das definições das prioridades e a forma de sua execução. A municipalidade pode significar uma extensão da comunidade como os conselheiros responderam em entrevista. O que há duas décadas estava distante e desconhecido, por meio do processo do OP adquire outra concepção. Envolver-se na política passa a significar estar envolvido e atuante na vida de uma comunidade um pouco maior. O município passa a ser visto como uma organização “socializada”, conforme definição do prefeito de Barão. O processo de socialização aproxima e estabelece relação de simetria entre sociedade civil e governo no planejamento em torno da coisa pública.

Constatar e analisar condições de lideranças pelo movimento que o processo do OP produz foi uma tarefa desafiadora, no sentido de pesquisar as principais dimensões presentes no processo e rememorar a concretude destas dimensões. Os escritos de Paulo Freire e Antonio Gramsci muito colaboraram na constatação destas condições. Os seus textos são vivos de imagens e propostas de construção coletiva dos processos. Por exemplo, como nasceu a verificação da condição *Ambiente Comunitário e Público* presente no OP para o surgimento e formação de lideranças? Freire escreve que a sala de aula necessita ser espaço acolhedor, pois o ambiente influencia no bom aprendizado do educando. Gramsci propõe que a atividade e organização política devem iniciar nos conselhos de fábricas, local onde os operários se encontram todo o dia e se torna familiar. As reuniões do OP são realizadas onde os membros das

comunidades se encontram todo final de semana, e neste ambiente está presente o sentimento da construção coletiva, devido ao espaço que foi construído desta forma.

Há hoje uma escassez de espaços que formam lideranças sociais e políticas. Habitualmente o conhecimento de alguma atividade representa altos custos. O conhecimento hoje em dia é adquirido por meio de altos investimentos. E quando alguém investe, ele procura obter retorno. Para a formação de lideranças empreendedoras há cursos disponíveis no mercado. O conhecimento, as estratégias e táticas, conforme as leis do mercado e da ambição humana, são minuciosamente esclarecidos. Utilizam-se constantemente metodologias participativas com o intuito de fortalecer a liderança. As sugestões visam a melhorar o desempenho produtivo. A organização no trabalho existe com a finalidade da subsistência e crescimento individual. A competição é o mecanismo propulsor do desempenho do operário. Geralmente, cada funcionário conhece apenas o funcionamento de sua máquina ou de seu setor. Não adquire a visão do todo da empresa onde trabalha e não conhece a movimentação financeira. Mesmo que ocupe cargo de chefia, está atrelado a apenas um setor, onde se coordenam os trabalhos.

O processo que tem uma proposta de redistribuição justa e solidária dos recursos públicos convidando a população a participar potencializa os cidadãos a se tornarem lideranças frente à sua comunidade e, por vezes, colaboram na dimensão municipal, regional e estadual. O ponto de partida é a reunião local, onde o indivíduo se sente familiarizado com o ambiente e adquire conhecimentos políticos por meio do entendimento do funcionamento administrativo do poder público. Pelo ouvir, o cidadão e a cidadã acabam conhecendo como o município é administrado, governado. A educação humana acontece por meio do desenvolvimento do saber ouvir e saber se pronunciar. Para liderar, é necessário que haja entendimento dos movimentos que acontecem dentro da sociedade.

No processo do OP, as informações estão direcionadas à compreensão da movimentação financeira de um município ou de um estado. As divisões administrativas, conforme as secretarias e setores com seus encargos. O conhecimento é multifacetado e interdisciplinar. A população adquire noções de economia, de engenharia, de comércio, de estatística, de legislação, de arquitetura, de biologia, de história e noções de desenvolvimento sustentável.

Nas apresentações dos sujeitos entrevistados, estes lembravam as atividades de liderança que já haviam exercido. A organização de grupos de jovens foi constantemente lembrada. Na atualidade, são raros os grupos de jovens existentes nas comunidades. Estes grupos tinham por objetivo, por meio das reuniões, estabelecerem metas a ser executadas em um determinado período. Faziam promoções para angariar verbas e realizar alguma excursão, ou ensaiavam passagens bíblicas e apresentavam na comunidade, ou organizavam algum torneio de futebol, voleibol. Por meio de suas atividades, descobriam seu potencial organizativo e de liderança dentro de um grupo social. As organizações da juventude desapareceram quase totalmente, e com elas as condições de surgimento de lideranças sociais e políticas.

Os grêmios estudantis, importantes organizações dentro das escolas, por vezes estão fortemente subjugados às ordens dos conselhos escolares, dos Círculos de Pais e Mestres, e às direções de escola que coíbem iniciativas que possam fortalecer a autonomia por meio de sua leitura de mundo e manifestação da palavra entre seus pares. Os grupos de jovens e os grêmios estudantis têm por finalidade a promoção interna da organização de seu grupo social por meio de metas e diretrizes a serem seguidas conforme seus estatutos. Ocorre, neste espaço, uma leitura de mundo por meio da manifestação da palavra, elemento destacado pelos entrevistado como condição para o surgimento de lideranças. Ocorre, neste espaço criativo a escolha de representantes que compõem suas diretorias e servem de referência para os demais. São várias as condições presentes nestas organizações sociais que impulsionam o surgimento de lideranças, mas, que na atualidade, não demonstram o mesmo vigor de décadas passadas.

O OP é um destes novos espaços que surgiu para possibilitar a manifestação da palavra propondo conhecimento e mudança política, social e cultural evitando rupturas bruscas nos hábitos da população. No município alemão de Weyarn, duas dimensões do processo foram consideradas importantes. Uma refere-se à conquista de candidatos à vereança, e a outra está relacionada com a questão cultural da população que com a entrada de novas tecnologias, necessita mudanças nos espaços públicos, vários deles considerados patrimônios históricos. Em Munique, o interesse pelo Orçamento Participativo, conforme informação de Ködelpeter em maio de 2006, estava relacionado a atritos entre a população do centro da cidade e a administração pública devido à construção de uma rodovia subterrânea que acabaria com espaços

de lazer da população. O Orçamento Participativo aparece como promotor de consensos por meio de uma relação dialógica e do exercício continuado da democracia direta.

A participação da população na elaboração das leis orçamentárias está regulada nas formas da lei e constitui obrigatoriedade para os governos municipais e estaduais. A fiscalização desta prática é verificada pelo Tribunal de Contas. Em muitos casos, os vereadores fazem o registro de que a população foi convidada a participar da discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Câmara de Vereadores, mas que ninguém compareceu. A discussão fica restrita aos vereadores que fazem emendas e propõem obras e políticas públicas conforme o seu conhecimento prévio da realidade. Mesmo quando a população comparece, a manifestação da palavra fica comprometida pelo ambiente ser caracterizado com extrema formalidade. E não há conhecimento prévio do funcionamento da elaboração da peça orçamentária pela ampla maioria da população.

A dimensão da capacidade de surgir e se formar lideranças por meio do processo do Orçamento Participativo, acredito ser motivo de maiores estudos nas academias e nas secretarias municipais e estaduais de educação. Utilizar-se destas dimensões pedagógicas para uma reestruturação em vários espaços educativos estagnados e descrentes de mudança e interferência na realidade pode servir de novo alento aos educadores que lutam no cotidiano de seu ensinar-aprender, esperançosos de verem concretizada uma democracia nos espaços educativos e na sociedade. Há implícitos, nestas condições, elementos que implicam a transformação dos participantes envolvidos no processo. Resistências culturais e, por vezes, afetivas podem ser suplantadas por meio de processos de construção coletiva, respeitando as faixas etárias dos membros envolvidos.

A possibilidade de melhoras para o seu grupo social desperta interesse na compreensão da viabilidade de alguma conquista local. Atuando dentro de um processo legal e com respaldo constitucional, verifica-se um empenho na luta em prol de uma demanda priorizada por seu grupo social. Em uma sociedade carente de espaços que propiciam a luta por interesses coletivos, sem que haja perseguição, oposição e resistências, no OP há esta condição para a emergência de lideranças. Neste ato de lutar, o sujeito representante assume compromissos e responsabilidades perante seus pares.

As primeiras famílias que se estabeleceram nesta região, colonizadores alemães e italianos empobrecidos nos seus países de origem, passaram por grandes privações e encontraram na vivência comunitária, por meio da mútua ajuda, os recursos necessários à sobrevivência não sem sacrifício e extremo disciplinamento. A igreja e a escola representavam as forças e esperança do presente para o futuro. As lideranças estavam comprometidas com estas dimensões existenciais que não faltavam a ninguém: educação, trabalho e fé. Atualmente, as necessidades se ampliaram e não há mais clareza em torno das características principais de uma liderança. Foram destacadas em entrevistas: o caráter, a honestidade, a confiabilidade, a capacidade de solidariedade, de doação, de organização, de negociação, de saber ouvir e falar. O imaginário simbólico da população ora enfatiza dimensões que lembram as comunidades tradicionais com seus valores sustentados na ética e na moral, ora enfatizam elementos baseados no entendimento de uma organização social mais abrangente. As duas dimensões povoam o imaginário simbólico das identidades da população da região do Vale do Caí. Elas se complementam e são capazes de produzir lideranças propagadoras de harmonia e desenvolvimento. A educação recebida em décadas passadas perpassa a história e disponibiliza pessoas capazes de fazer sacrifícios em nome de seu grupo social.

Exige-se empenho do delegado e do conselheiro, representantes de grupos sociais, por meio da frequência nas reuniões o que possibilita o entendimento do funcionamento da administração pública e a participação com qualidade do processo, defendendo e contribuindo na execução de serviços e bens públicos. Participar do OP e ser representante de uma comunidade ou bairro não tem nenhuma remuneração. É um trabalho organizativo que os voluntários fazem visando contribuir com seu esforço de argumentação e planejamento em favor de melhorias para a comunidade e para o município.

Por meio da desmistificação da autoridade, existe a possibilidade de emergência e formação de lideranças, rompendo com a concepção tradicional de liderança, onde prevalece o fator financeiro na escolha ou predestinação das lideranças. O desvelamento da autoridade e da realidade acontecem de forma simultânea. Sociedade civil e governo se encontram com a mesma preocupação: procurar melhores caminhos para a execução de uma tarefa que beneficie um maior número de habitantes. Pela revelação da realidade, o sujeito participante do OP tem

condições de se situar historicamente, apropriando-se da situação vivida por ele e por seu grupo social.

A criatividade está associada à possibilidade de conhecer e recriar. O OP traz imanente a possibilidade do conhecimento da realidade e, a partir deste conhecimento, estabelece mudanças por meio da criatividade e inovação popular. Por meio da criatividade e liberdade de expressão, surgem empreendimentos antes não cogitados. Os participantes do processo do OP têm oportunidade de fazer uma leitura de seu mundo e dizer a sua palavra, promovendo sua humanização. A dimensão pedagógica e humana presente nas etapas do OP é condição para o surgimento de lideranças.

Como elemento inovador em uma administração pública, o Orçamento Participativo recebeu e recebe constantes críticas de setores da sociedade, de indivíduos isolados e da mídia. O OP-Estadual recebeu duras críticas e perseguições. Durante um período do primeiro ano de funcionamento, os funcionários públicos escolhidos pelo governo para coordenarem o processo, foram impedidos de se utilizarem de veículos e outros recursos pertencentes ao Estado. Foi então coordenado por conselheiros escolhidos pela população. Em Barão, alguns setores relacionam o processo do OP a uma sigla partidária, o PT – Partido dos Trabalhadores – que, desde sua origem, na década de 1980, recebe críticas de alguns setores da sociedade. Há o intuito de desmerecer os méritos do processo do OP, associando-o a um partido político que promove arruaças, idéia propagada pela mídia e por partidos políticos de oposição. A não presença de algumas pessoas em reuniões do OP, por vezes está associada às idéias propagadas pela mídia. Pessoas que consideram que o refúgio e distanciamento do processo são formas de não se contaminarem com idéias que possam produzir conflitos sociais. Mesmo sendo criticado e encontrando dificuldades de atuação, o OP continua. Esta forma administrativa encontra força na vontade governamental de promover a participação popular e as críticas são suplantadas pelas obras e serviços definidos pela população e executadas pelo poder executivo.

O OP também é criticado por querer romper com sistemas autoritários de condução da sociedade. Sistemas centralizadores de decisão que geralmente subjagam os demais e os deixam na dependência de decisões que vem de governantes que procuram favorecer os que já são favorecidos. Criticam o OP por ele desejar uma educação social e política diferenciada,

modificando a ideologia autoritária e centralizadora. Como verificado em pesquisas, o OP produz um capital social e político, o processo modifica o modo de ver as coisas públicas o que gera em governantes e governados um movimento de desacomodação frente à realidade. Ambos podem se sentir incomodados frente um movimento de aprendizado continuado.

Entendo que a arte do bom educador é deixar que o estudante aprenda. Caso o educador queira ir um pouco além, procura entender como o estudante aprende para, na seqüência, poder conduzir o processo educativo com pedagogia eficiente. É caminhar com o estudante conforme as suas possibilidades. Esta é a arte necessária a administradores públicos e sociedade civil para propiciar condições favoráveis para o surgimento e formação de lideranças sociais e políticas com características democráticas. Ambos reforçam sua capacidade de organização social. O político e o educativo são vivenciados num mesmo movimento. Em Freire e Gramsci, não há separação entre estas duas dimensões: a educação é política, e a política é um processo educativo.

Concluído este trabalho, percebo que há dimensões relacionadas sobre as condições para a emergência e formação de lideranças que podem ser mais exploradas. Como há um envolvimento existencial de muitas pessoas que se dedicam a processos de construção coletiva e encarnam esta atividade como condição humana de existir, houve pouca exploração no que se refere à construção da moral e da ética presente na constituição de lideranças sociais e políticas. Acredito que as pesquisas sobre o OP continuarão, e certamente estas dimensões tão importantes na atualidade estarão presentes em minhas pesquisas.

Outra dimensão pouco explorada foi a questão do gênero na constituição de lideranças nesta região e, sobretudo, no município de Barão. Por que em dois anos consecutivos houve apenas a escolha de duas mulheres como conselheiras, sendo uma em cada ano? Isto equivale a cerca de 5% de participação no COP de Barão. A liderança política tem traços masculinos nesta realidade. Na Câmara de Vereadores, também há a presença de apenas uma mulher nestas duas últimas gestões. Anteriormente não havia nenhuma.

A constituição social da região, em relação à constituição da autoridade, apresenta traços visivelmente masculinos. A visão da mulher nesta realidade é tradicional. Por isto em muitas assembléias do OP participa um membro por família, e o escolhido é o homem. A política está

relacionada à função do homem e as famílias seguem muito a tradição patriarcal. Há um caminho a percorrer de ambos os lados: os homens, e conseqüentemente os administradores municipais, estabelecer um relacionamento simétrico com as mulheres incentivando a participação; e as mulheres adquirindo uma postura mais interessada pelas coisas públicas. A história é construída por homens e mulheres que se complementam nos processos de transformação da sociedade.

Registrar um momento histórico de uma região, mas, sobretudo, de um município significa elevar a auto-estima de sua população. Acredito que esta pesquisa possa servir de estímulo para que mais pessoas façam algo semelhante e melhor nesta realidade rude onde tão pouco se escuta e se lê sobre movimentos políticos, sociais e culturais. As ênfases nos meios de comunicação estão voltadas aos interesses da conquista de empresas geradoras de emprego e riquezas materiais para a população. Desenvolvimento que na atualidade parece ser de extrema necessidade, mas que afeta consideravelmente os hábitos culturais da população que se adapta posteriormente sem apropriar-se da alteração da realidade.

Conforme meu entendimento, este é um trabalho inicial sobre a verificação de condições de emergência e formação de lideranças pelo Orçamento Participativo. Esta dimensão deverá ser investigada em maior profundidade em trabalhos vindouros, não apenas sob o enfoque da Educação, mas envolvendo as Ciências Políticas, a História, a Comunicação, a Sociologia, a Psicologia e a Filosofia. Sob o enfoque da Arquitetura, por exemplo, há pesquisa em andamento na UFRGS. Estes componentes interdisciplinares verificados em processos de participação popular nas decisões sobre a elaboração do Orçamento Público possibilitam que, ano após ano, mais pesquisadores e gestores públicos ocupados em promover cidadania se debruçam sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. (coleção Prismas)

ANDREOLA, Balduino Antonio. Interdisciplinaridade na obra de Freire: Uma pedagogia da simbiogênese e da solidariedade. In: STRECK, Danilo R. et alii (orgs.). *Paulo Freire: Ética, utopia e educação*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 67-94.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª Ed./4ª reimpressão. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander. *Potencialidades e limites da inovação institucional: um estudo comparativo sobre o Orçamento Participativo*. In: Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

AVRITZER, Leonardo, NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

BAIERLE, Sérgio Gregório. *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BAIERLE, Sérgio Gregório. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, Sonia E. Alvarez; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 185-217.

BAQUERO, Marcelo (Org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAQUERO, Marcelo; CASTRO, Henrique C. de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Orgs.). *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: LaSalle, 1998.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. (Des)construindo a democracia: a educação política do jovem (Revista do Ensino – 1964-1978). In: BAQUERO, Marcelo (Org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAUER, Martin W. e AARTS, Bas. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 2ª Ed. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W e

GASKELL, George (Editores). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis, Vozes, 2002. P. 39-63.

BECK, Ulrich. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BEREID, José Luís Bendicho. A Função dos Intelectuais. IN: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. (coleção Prismas)

BOFF, Leonardo. *A voz do arco-íris*. Brasília: Letraviva, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo R. (Orgs.). *Pesquisa Participante: A Partilha do Saber*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues y FALS BORDA, Orlando. *Investigación Participativa*. 2ª ed. Montivideo: Banda Oriental., 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo R. (Orgs.). *Pesquisa Participante: A Partilha do Saber*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006b.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. La participación de la investigación en los trabajos de la educación popular. In: Gilberto Vejerano Monroy (Org.) *La investigación participativa en América Latina: Antología*. Michocán (México): Ed. Pátzcuaro, 1983. CREFAL, pp. 89-110.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O educador: Vida e Morte*. 12ª ed. Rio de Janeiro. Ed Graal, 1982.

_____. *Saber e ensinar: três estudos de Educação Popular*. Campinas: Papyrus, 1986.

_____. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Saber e ensinar: três estudos de Educação Popular*. Campinas: Papyrus, 1986.

BRASIL, Governo Federal. *Lei de responsabilidade fiscal*. Brasília, maio 2000.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20.12.1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 23.12.1996.

CAMPOS NETTO, José Candido. *Montenegro*. Montenegro: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Jovens e participação política. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Juventude e Escolarização* (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento)

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEMO, Pedro. *O Charme da Exclusão Social*. 2ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2002. (Coleção polêmicas do nosso tempo; n° 61)

DREHER, Martin Norberto (Org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo: Sinodal, Edições EST 1998.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

EGGERT, Edla. A pesquisa como pronúncia do mundo através da produção do conhecimento feminista. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação Cidadã, Pesquisa Participante, Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005.

EGGERT, Edla. Reconstruindo conceitos na pedagogia: da não-cidadania para a aprendizagem da cidadã de hoje. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação Cidadã, Pesquisa Participante, Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005.

FEDOZZI, Luciano. *O Poder da Aldeia: Gênese e História do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

_____. *Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

FISCHER, Nilton Bueno. Pedagogias nos tempos do Orçamento Participativo em Porto Alegre: Possíveis implicações educativas na ampliação da esfera pública. In: FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (Orgs.). *Por uma nova esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 143-166.

FISCHER, Nilton Bueno; MOLL, Jaqueline (Orgs.). *Por uma nova esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: Conversas sobre educação e mudança social*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de pesquisa alternativa: Aprendendo a fazê-la melhor através de ação. In: Carlos Rodrigues Brandão (Org.). *Pesquisa Participante*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 34-41.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Política e Educação*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. *Ação cultural para a Liberdade*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Extensão ou comunicação?* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. (Coleção Leitura)

_____. *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000b.

_____. *Virtudes do Educador*. Vereda – Centro de Estudos em educação, 1985.

_____. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'água, 1995.

GABARRÓN, Luis R. Y LANDA. *Investigación participativa*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

GASKELL, George e BAUER, Martin W. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 2ª Ed. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W e GASKELL, George (Editores). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 470-490.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC – Livros técnicos e científicos Editora S.A. 1989.

GENRO, Tarso. *Crise da Democracia: Direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GENRO, Tarso. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GENRO, Tarso. Orçamento Participativo e Democracia. In: BASTOS, João Baptista (Org.). *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2002. 3ª ed. (Coleção: O sentido da escola) P. 83-106.

GHIGGI, Gomercindo e GONÇALVES, Jussemar Weiss. O público e o popular na história da educação brasileira: Cachoeirinha e Pelotas nos anos 80. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação Cidadã, Pesquisa Participante, Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005.

GHIGGI, Gomercindo e KNEIP, Telmo. *Implicações antropológicas na filosofia da educação de Paulo Freire*. Pelotas: Seiva, 2004.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Sul. Gabinete de Relações Comunitárias – GRC e Gabinete de Orçamento e Finanças – GOF. Orçamento Participativo-RS: O processo em 2001 para elaborar o orçamento estadual de 2002; Participar é construir. Porto Alegre: Rotativa Corag, 2001.

_____. *Plano de investimentos e serviços 2000*. Porto Alegre: Rotativa Corag, 2000b.

_____. *Orçamento Participativo RS*. O processo em 2001 para elaborar o orçamento estadual de 2002. Porto Alegre: Rotativa Corag, 2000a.

_____. *Prestação de contas do governo do RS - 1999*. Porto Alegre: Rotativa Corag, 1999.

_____. *Prestação de contas do governo do RS - 2000*. Porto Alegre: Rotativa Corag, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Tradução e organização: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1978.

_____. *Escritos do Cárcere. Vol. 1*. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004c.

_____. *Escritos do Cárcere. Vol. 2*. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004d.

_____. *Escritos do Cárcere. Vol. 3*. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004e.

_____. *Os Intelectuais e a organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Escritos Políticos. Vol. 1. 1910-1920*. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Escritos Políticos. Vol. 2. 1921-1926*. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

HADDAD, Sérgio. (Coord.) et alli. *O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e Adultos no Brasil – a produção discente da pós-graduação em educação no período de 1986-1998*. São Paulo: Ação educativa, 2000.

HERBERT, Sérgio Pedro. *A experiência pedagógica do Orçamento Participativo em comunidades do Vale do Caí*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. São Leopoldo, 2002.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: UCS, 1991.

MARQUES, Mário Osório. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

MAYO, Peter. *Gramsci, Freire e a Educação de Adultos: Possibilidades para uma ação transformadora*. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEJIA, Marco Raul e AWAD, Myriam. *Pedagogías y Metodologías en educación popular. La negociación cultural: una búsqueda*. Quito: Ediciones fe y alegría, 2001.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro- evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: UNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000.

MEZZAROBA, Orides (org.). *Gramsci: Estado e Relações Internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

MUÑOZ, César. *Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção: *Guia da Escola Cidadã - Instituto Paulo Freire*. V. 9)

NOGUEIRA, Adriano. *O sujeito irreverente*. Campinas: Papirus, 1993. (Educação Internacional do Instituto Paulo Freire)

PICCOLO, Helga Iracema Handraf. *Um esboço da História do Brasil. Presença luterana 1900*. São Leopoldo: Sinodal, 1989.

PONT, Raul. *Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda*. Porto Alegre: Palmarinca, 2000.

RAMBO, Arthur Blasio. *A escola comunitária teuto-brasileira católica*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

_____. *Cem anos de germanidade*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

RAMBO, Arthur Blasio. A Igreja da restauração católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo: Sinodal, Editora EST, 1998. p 147-162.

RÖHSIG, Erni. *O projeto pedagógico do Colégio Evangélico Alberto Torres: uma análise a partir da noção de Liberdade Cristã*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

SANCHEZ, Felix. *Orçamento Participativo; teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 97)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia. In: HELLER, Agnes *et alii*. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 33-75.

SCHUGURENSKY, Daniel. Aprendizado para a cidadania e engajamento democrático: o capital político revisitado. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação Cidadã, Pesquisa Participante, Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005. p. 141-158.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis. Aparecida. *Idéias e Letras*. 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath. *Cidadania e exclusão: Os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS Editora e IFCH, 2002. (Coleção Academia)

SOBOTTKA, Emil. Pesquisa, paixão e engajamento. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação Cidadã, Pesquisa Participante, Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005.

SOBOTTKA, Emil; SAAVEDRA, Giovani; ROSA, Viviane da. Legalidade, legitimação e democratização no orçamento público estadual. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação Cidadã, Pesquisa Participante, Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005.

SOUSA, Ubiratan de. *Orçamento Participativo Estadual*. Porto Alegre: *Jornal em Tempo*, n. 316, p. 12-13, jun. 2000.

SOUZA, Celina. *Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do Orçamento Participativo*. *Revista São Paulo em Perspectiva* – v. 15 n. 4, São Paulo out./dez. 2001.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Juventude e Escolarização*. (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento)

STRECK, Danilo Romeu. *Educação para um novo contrato social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Pedagogia no encontro dos tempos: Ensaios inspirados em Paulo Freire*. Petrópolis: Vozes, 2001.

STRECK, Danilo et alii (Orgs). *Paulo Freire: Ética, utopia e educação*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

STRECK, Danilo R. Pesquisar é pronunciar o mundo. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo R. (Orgs.). *Pesquisa Participante: A Partilha do Saber*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.

STRECK, Danilo R.; ADAMS, Telmo. Lugares da participação e formação da cidadania. In: MIGLIEVICH, Adélia; SILVA, Marta Zorzal e (Orgs). CIVITAS: Revista de Ciências Sociais. *Cidadania, Regulação e Participação*. Impressão EPECÊ, PUCRS. Porto Alegre: V.6. n.1. jan.jun.2006. p. 95-117.

STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação Cidadã, Pesquisa Participante, Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005.

STRECK, Danilo Romeu (Org.). *Educação básica e o básico na Educação*. Porto Alegre: Sulina: São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

THINES, G.; LEMPEREUR, Agnês. *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. São Paulo: Edições 70, 1984.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização*. Revista de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v. XXVI, n. 1, p. 235-246, jul. 2000.

VIGOTSKI, L.S. *A formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WEYH, Cênio Back. *Educar pela participação: uma leitura político-pedagógica da experiência do Orçamento Participativo Estadual/RS no município de Salvador das Missões/RS*. Tese de doutorado em Educação. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

WEYH, Cênio Back e HERBERT, Sérgio Pedro. Orçamento Participativo e educação: notas bibliográficas. In: STRECK, Danilo R. EGGERT, Edla e SOBOTTKA, Emil (Orgs.). *Dizer a sua palavra: Educação cidadã, pesquisa participante e Orçamento Público*. Pelotas: Seiva, 2005. p. 245-278.

ANEXOS

Anexo 1. Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a para participar, como voluntário/a, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo proposto, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Informações sobre a pesquisa:

Título do projeto: A EMERGÊNCIA E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS A PARTIR DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

Pesquisador responsável: Sérgio Pedro Herbert. Tel.: (51) 3696.1195

Pesquisador orientador: Prof. Dr. Danilo R. Streck – Tel.: (51) 3590 8119 – R.1151

Objetivo da pesquisa:

A presente pesquisa é parte da Tese de Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Educação, na linha: Educação e Processos de Exclusão Social. O objetivo é analisar a capacidade de formar e transformar lideranças mediante o processo do OP Estadual em municípios da região do Vale do Caí no período de 1999-2002 e a partir da experiência do OP Municipal em Barão com uma perspectiva de educação para a formação de uma sociedade democrática por meio da participação direta da população nas decisões governamentais.

No que consiste a participação:

A única exigência é dispor-se para uma entrevista individual (em torno de uma hora) para dialogar sobre algumas questões que tem em vista ajudar a aprofundar os objetivos acima expostos. Para garantir a máxima fidelidade à fala do entrevistado, a entrevista será gravada. Igualmente poderão ser utilizadas outras formas de registro como a filmagem e a fotografia. Poderá haver uma retomada de alguns aspectos da entrevista para esclarecer alguma idéia que o pesquisador não tenha certeza de ter compreendido bem. Haverá um encontro coletivo com demais entrevistados onde serão feitas perguntas que os presentes responderão livremente na possibilidade inclusive de se estabelecer um diálogo sobre o tema e questões propostas.

Benefícios para quem participa

Poderá ser uma oportunidade para refletir sobre a sua caminhada de participação no Orçamento Participativo, na vida de sua comunidade/bairro, município ou região. Além disso, um momento de grande liberdade de expressão sobre o que o sujeito participante pensa sobre os governos, as formas governamentais, a organização da sociedade e sobre o enfoque central da pesquisa: como há o suscitar de lideranças e quais características elas adotam participando do Orçamento Participativo.

Período:

A previsão é que as entrevistas sejam realizadas, especialmente, no período de janeiro a março de 2006, casualmente podem acontecer antes ou depois deste período.

Outros esclarecimentos:

O entrevistado tem o direito de exigir sigilo de alguma informação que não gostaria que fosse divulgado. De outra parte, o pesquisado tem o direito de, a qualquer tempo, retirar o consentimento se julgar que tenha motivos para tanto. Nesse caso, o pesquisador não poderá utilizar tal entrevista no processo de pesquisa.

Pesquisador: Sérgio Pedro Herbert

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO NA PESQUISA:

Eu, _____
 RG _____ CPF _____

abaixo assinado, concordo em participar do estudo “A emergência e formação de lideranças a partir do Orçamento Participativo” como entrevistado/a. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador Sérgio Pedro Herbert sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, os benefícios decorrentes de minha participação. Assim sendo, autorizo a utilização dos meus depoimentos pelo pesquisador, seja no relatório ou em outras publicações, de acordo com a finalidade da presente pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto resulte em qualquer penalidade ou ônus para mim.

_____, _____ de _____ de _____.
 Município Data

 Nome Assinatura do sujeito participante

Presenciamos a solicitação de consentimento, com os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas:

 Nome Assinatura

Anexo 2 - Folder entregue aos participantes do OP-Barão

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO Orçamento Participativo 2005 Participar e Construir

PARTICIPAR E...aprender
 ...fazer democracia
 ...discutir desenvolvimento
 ...debater políticas públicas
 ...fazer controle social
 ...garantir transparência
 ...decidir o orçamento
 ...exercer a cidadania
 ...promover solidariedade
 ...governar Barão
 ...ser cidadão
...CONSTRUIR



O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

É momento de diálogo do Governo Municipal com os Cidadãos e Cidadãs do Município; momento de prestar contas da Administração Municipal.

É o processo de administração pública que permite à população decidir – de forma direta, democrática e transparente – como será aplicado o dinheiro público em obras e serviços a serem executados pelo Governo Municipal.

É um processo amparado legalmente, cabendo ao Poder Executivo elaborar a proposta orçamentária para depois encaminhá-la ao poder Legislativo, que a transforma em Lei.

No Orçamento Participativo, o governo municipal participa apresentando propostas, fornecendo informações, apoio técnico e infra-estrutura.

A participação popular na elaboração é garantida pela Constituição Federal, que assegura aos cidadãos brasileiros o direito de reunião e petição.

A Lei de responsabilidade Fiscal (Maio-2000-, Art. 48 – parágrafo único) diz “a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”.

LISTA DE OBRAS E SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL

TEMA I. Obras, Viação e Transporte.

- 1- Aquisição de máquinas para melhoria de estradas.
- 2- Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais;
- 3- Qualificação e Construção de Praças.
- 4- Paradas de Ônibus.
- 5- Construção e ampliação de rede de água.

TEMA II. Agricultura

- 6- Melhorar e ampliar a assistência técnica da EMATER.
- 7- Instituir o Fundo Municipal Agropecuário.
- 8- Ampliar e melhorar serviços de trator agrícola.
- 9- Formação de cooperativa de produtores ecológicos.
- 10- Programa subsidiado de açudagem.
- 11- Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor.

TEMA III. Educação e Cultura

- 12- Educação Infantil – Ampliação e reforma na infra estrutura da Rede Municipal.
- 13- Educação Fundamental – Ampliação, Reforma e Aquisição de Equipamentos;
- 14- Programa de Educação de Jovens e Adultos;
- 15- Programa de Inclusão digital.
- 16- Programa de produção de Eventos, Projetos e espaços Culturais para jovens;
- 17- Programas de Educação profissionalizante.

TEMA IV. Saúde

- 18- Construção, ampliação e qualificação da Estrutura dos postos de Saúde;
- 19- Ampliação do Programa de Saúde Familiar;
- 20- Compra de uma ambulância – UTI móvel

TEMA V. Assistência Social.

- 21- Programa de Proteção Social à pessoa portadora de Deficiência (PPD);
- 22- Programa de proteção e prevenção à Criança e Adolescente;
- 23- Melhorar a integração entre grupos da Terceira Idade.

TEMA VI. Esporte e Lazer

- 24- Programa de espaços esportivos;
- 25- Programa de incentivo às Escolinhas de Esporte Amador;
- 26- Incentivo aos clubes esportivos;
- 27- Promover competições esportivas escolares.

TEMA VII. Habitação

- 28- Elaboração de Projetos habitacionais;
- 29- Escrituração de terrenos;
- 30- Construção de casas populares.

TEMA VIII. Saneamento Básico e Gestão Ambiental

- 31- Orientação técnica para implantação de saneamento básico;
- 32- Disponibilizar máquinas para construção de sistemas de drenagem;
- 33- Programa de arborização Urbana;
- 34- Programa de cursos de Educação Ambiental.

TEMA IX. Administração e Planejamento

- 35- Ampliação e reforma do Centro Administrativo;
- 36- Informatização dos setores e serviços administrativos;
- 37- Implantação de um parque municipal de eventos.

**REGULAMENTO PARA INSCRIÇÃO DE PRIORIDADES
E VOTAÇÃO EM OBRAS E SERVIÇOS**

1. Todas as pessoas maiores de 16 anos serão credenciadas nas reuniões comunitárias do Orçamento Participativo e recebem sua cédula para votar em três prioridades.
2. Cada participante poderá inscrever novas prioridades além das elencadas.
3. Após os debates iniciará a votação.
4. A pontuação da votação se dará com os seguintes critérios:
 - a. Cada voto em Primeira Prioridade, terá peso 3;
 - b. Cada voto em Segunda Prioridade, terá peso 2;
 - c. Cada voto em Terceira Prioridade, terá peso 1.
5. Casos omissos e dificuldade de interpretação do voto serão analisadas por uma junta apuradora de três pessoas convocadas entre os presentes à Reunião Comunitária do Orçamento Participativo.

**REGULAMENTO PARA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS
DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

1. A eleição de Conselheiros do OP ocorrerá durante a realização das Reuniões Comunitárias do Orçamento Participativo.
2. Poderá candidatar-se a Conselheiro do OP, todo cidadão e cidadã maior de 16 anos presente na Reunião Comunitária do OP, com exceção às pessoas que exercem Cargo de Confiança (CC), ou Função Gratificada (FG) na Administração Municipal e as pessoas que tem Mandato Eletivo no Poder Público em qualquer esfera: Municipal, Estadual ou Nacional.
3. Em cada reunião Comunitária do OP serão escolhidos um conselheiro titular e um suplente.
4. O interessado deve se inscrever na mesa designada pela Coordenação dos Trabalhos, onde serão registrados seus dados de identificação e onde receberá um número.
5. Encerrada a inscrição dos candidatos será feita sua apresentação através do nome e do número.
6. Os participantes da Reunião Comunitária do OP votam somente em um candidato, escrevendo o número na cédula de votação que lhes foi entregue no momento do credenciamento.

7. As cédulas serão recolhidas e contadas por uma junta apuradora convocada pela coordenação da mesa, a qual será repassado o resultado.

8. Será considerado eleito o Candidato mais votado como titular e o segundo mais votado como suplente.

9. Em caso de empate, será considerado vencedor o que tiver mais idade.

10. Não havendo recursos ou protestos, os quais a própria mesa coordenadora da Reunião Comunitária do OP deverá sanar, será dado por encerrado o processo de votação e será proclamado o Conselheiro ou Conselheira Titular e Suplente.

Parágrafo Único: Em caso de haver unanimidade na comunidade em fazer por aclamação para a função de Conselheiro ou Conselheira do OP bem como seu suplente, a eleição pode ocorrer por aclamação.

Conselho do Orçamento Participativo (COP)

Após realizadas as reuniões comunitárias, será formado o Conselho do Orçamento Participativo. Os conselheiros são a referência da população. Eles tomarão conhecimento de todas as prioridades apontadas nas reuniões comunitárias do OP e discutirão sobre a viabilidade de realização destas obras juntamente com a Administração Municipal que fornecerá elementos técnicos e informações sobre as condições financeiras da municipalidade.

Anexo 3. Uma reunião comunitária do OP-Barão

As reuniões habitualmente acontecem à noite. Iniciam às 19:30 horas e têm a duração de 1:30-2:00 horas. Transcrevo duas atas: uma de reunião comunitária e outra de conselheiros do OP.

Ata número 14/2006 do livro de registros do OP-Barão.

Aos dez dias do mês de agosto de 2006, tendo por local a sede do Sport Clube Gaúcho de Arroio Canoas, na presença do senhor prefeito Cláudio Ferrari, secretários municipais e vereadores Luiz Carlos de Souza e Dalcir Ebeling reuniram-se representantes da comunidade de Arroio Canoas para votar as prioridades para o ano de dois mil e sete bem como acompanhar as prestações de contas do ano de dois mil e cinco apresentada pelo prefeito municipal. Os trabalhos foram abertos pelo secretário da Educação Gilberto Flach que saudou os presentes, passando a palavra para o prefeito Cláudio Ferrari que fez um amplo relato das atividades do ano anterior sendo assistido por 20 participantes. O prefeito Cláudio colocou a palavra à disposição, retornando a falar o Gilberto que passou a lembrar as prioridades votadas no ano passado, bem como o número de presenças naquela ocasião e a colocação das prioridades na âmbito municipal. O secretário de obras Tercílio Anselmini fez um relato da situação das estradas e obras da secretaria por ele dirigida. Continuando, o secretário da saúde Luiz Nogueira fez um relato das atividades desenvolvidas pela saúde no município. O vereador local Dalcir Ebeling comentou a respeito do trabalho da atual administração municipal e câmara de vereadores. O vereador Luiz Carlos de Souza em suas palavras teceu vários comentários das atividades desenvolvidas de um modo geral elogiando a administração municipal comprometida com o povo e com o trabalho da câmara de vereadores. Após passou-se a apresentação das prioridades para dois mil e sete dentre as quais serão votadas em número de três, bem como a escolha do conselheiro local e suplente para compor o conselho municipal do Orçamento Participativo. Feito isto, foi dado um tempo para os presentes trocarem idéias e escolherem os temas a serem votados. Retornando aos trabalhos procedeu-se a votação, tendo sido escolhidas as seguintes prioridades pela comunidade de Arroio Canoas para dois mil e sete: Em primeiro lugar, prioridade nº 02 – Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais - com 58 pontos; em segundo lugar, prioridade nº 12 – Construção, ampliação e qualificação da Estrutura dos postos de Saúde - com 36 pontos; e em terceiro lugar a prioridade nº 41 - Implantação de um parque municipal de eventos - com 12 pontos. Como conselheiro foi escolhido Fernando Scottá com 12 votos e como suplente Cleo Valandro com 5 votos. Logo a seguir os mesmos foram empossados. Nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os presentes”.

Anexo 4. Uma reunião dos conselheiros do OP-Barão

Transcrevo uma ata do Conselho do OP de Barão. A transcrição desta ata tem por objetivo fazer perceber os temas e debates das reuniões. O encontro iniciou às 19:30 h e terminou 22:45 h. Contou com a presença do prefeito, os 4 secretários, 3 assessores, 18 conselheiros titulares e 5 conselheiros suplentes.

Ata número 23/2006 do livro de registros do OP-Barão.

“Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis reuniram-se na câmara dos vereadores do município de Barão os conselheiros do Orçamento Participativo juntamente com o prefeito municipal Cláudio Ferrari e secretários e assessores da administração municipal. O prefeito iniciou o encontro falando da importância de um bom planejamento dos investimentos públicos para melhor beneficiar as comunidades e bairros do município. O prefeito explicou aos presentes como está encaminhando a pavimentação de ruas no centro e nos distritos de Barão. Cláudio falou que a obra do centro do município, composta por duas ruas, está concluída. Em Arroio Canoas a obra foi iniciada e será de 420 metros de extensão. Para Linha Francesa Alta a previsão é que ainda este ano vai sair uma licitação para fazer 550 metros de extensão. O prefeito Cláudio falou que os eleitos para o COP foram eleitos para planejar o município juntamente com os administradores municipais. E Cláudio falou: conforme o número de votos nas comunidades e bairros a maior necessidade solicitada foi pavimentação de ruas e 2007 vai ser um ano de pavimentações. Na sequência o prefeito Cláudio falou de algumas dívidas que a administração tem e são referentes ao ano de dois mil. Falou aos conselheiros da possibilidade ou não de pagar dívidas pendentes que não teriam obrigatoriedade de pagamento. São dívidas de administrações anteriores. Até o ano de dois mil são R\$ 49.652,84 o valor devido a fornecedores e correspondem a dívidas arquivadas. De 2001 a 2004 são R\$ 28.054,14 de dívidas arquivadas e não empenhadas. Ainda referente a dívidas de 2001 a 2004 não empenhadas e não arquivadas o valor é de R\$ 183.267,68 para vários fornecedores e para a CERTEL e RGE é de R\$ 120.625,90. O total de notas não empenhadas é de R\$ 381.600,56. As dívidas de luz e com a receita federal não têm prescrição. As dívidas desde novembro de 2000 até dezembro de 2004 passam de R\$ 99.000,00. O prefeito Cláudio apresentou por meio de planilha e em data show as dívidas com o fundo de previdência que se iniciaram em 1997 e vão até dezembro de 2002. A dívida total com o fundo em 31 de agosto de 2006 era de mais de R\$ 1.800.000,00 e foi parcelado para ser pago durante 20 anos no valor de pouco mais de R\$12.000,00 por mês. A dívida que era com o Pasep de R\$ 65.000,00 foi parcelada em oito meses. Em 31 de agosto de 2006 a dívida total da prefeitura era de R\$ 2.257.635,12. Em 31 de dezembro de 2004 era de R\$ 3.559.030,46. O total de dívidas empenhadas com notas referentes ao ano de 2000 a 2004 é de R\$ 55.896,88. Na sequência o secretário da educação Gilberto Flach apresentou uma tabela com dupla proporcionalidade referente à pavimentação de ruas nas comunidades e nos bairros do município. Levou em consideração o número de eleitores e o número de participantes na reunião do Orçamento Participativo. São sete as comunidades ou bairros que priorizaram pavimentação de ruas e cabia aos conselheiros decidir a metragem de pavimentação para cada comunidade ou bairro levando em consideração a participação nas assembleias do OP relacionado com o número de eleitores em cada comunidade ou bairro. O COP, perguntado sobre a forma de decidir a metragem correspondente a cada comunidade ou bairro, optou pelo peso da participação nas Assembleias do OP com dez votos a favor e oito que votaram pelo critério de número de eleitores moradores nas comunidades ou bairros. O prefeito foi perguntado sobre o financiamento PIMES. O prefeito falou que esta verba, se vier, necessita ser empregada na área

urbana do município. Depois de um debate entre os conselheiros e com administradores, decidiu-se que para 2007 sejam feitas as pavimentações em Francesa Baixa, General Neto Alto, Bairro Liberdade e Bairro Operário. As outras três comunidades, Francesa Alta (Centro), São Luis e Arroio Canoas (Gaúcho), já receberam pavimentação e foi decidido por unanimidade que o retorno de verba destas três comunidades seja reinvestido. Para as outras quatro comunidades ficam destinados R\$ 300.000,00 para pavimentação; são elas: Francesa Baixa, General Neto Alto, bairro Liberdade e bairro Operário. O reinvestimento será feito para pavimentação de Arroio Canoas e para as duas comunidades de Linha Francesa Alta. O prefeito Cláudio Ferrari ressaltou que precisamos fazer outras assembléias para planejar melhor as comunidades com ruas e construções. O conselho do OP foi questionado sobre o repasse de verbas da prefeitura para o hospital de Barão. O conselho do OP se manifestou favorável ao repasse de verba para o hospital de Barão. As comunidades ausentes da reunião¹⁰⁵: General Neto Baixo, Barão Centro e o representante dos jovens. A próxima reunião ficou marcada para o dia 13 de novembro. Nada mais a tratar está encerrada a presente ata que vai assinada pelos presentes da reunião”.

¹⁰⁵ São 21os componentes do COP-Barão. Representam 15 comunidades, 5 bairros e a Juventude.

ASSEMBLÉIAS COMUNITÁRIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Ano 2006 234

BARÃO-RS

Fonte: banco de dados da coordenação do Orçamento Participativo de Barão.

Anexo 5. Assembléias Comunitárias do OP-Barão

Ano: 2005

Fonte: banco de dados da coordenação do Orçamento Participativo de Barão

COMUNIDADE	Nº PART.	1º Lugar	Ptos	2º Lugar	Ptos	3º Lugar	Ptos
General Neto Alto	19	Aquisição de máquinas para estradas	41	Conservação, abertura e pavimentação de ruas estradas municipais	35	Compra de uma ambulância - UTI móvel	8
Francesa Alta	73	Asfaltar a estrada geral da sede da Francesa Alta	135	Construção, ampliação e qualificação da estrutura dos postos de saúde	100	Construir Creche Municipal na Francesa Alta	71
Bairro Operário	23	Pavimentação das ruas do Bairro Operário	38	Escrituração de terrenos	30	Compra de uma ambulância - UTI móvel	11
Sagrado Coração	18	Aquisição de máquinas para estradas	54	Compra de uma ambulância - UTI móvel	35	Incentivo aos clubes esportivos	19
General Neto Baixo	40	Aquisição de máquinas para estradas	88	Reservatório maior para abastecimento de água	52	Constr, ampl e qualif da estrut dos post de saúde & Compra de ambul UTI móvel	20
Rodrigues da Rosa	28	Aquisição de máquinas para estradas	48	Construção e ampliação de rede de água	39	Ampliar e melhorar serviços de trator agrícola	27
Barão Velho	31	Aquisição de máquinas para estradas	56	Compra de uma ambulância - UTI móvel	31	Paradas de ônibus	16
Bairro Bela Vista	28	Escrituração e legalização de terrenos no Bairro Bela Vista	63	Programa de espaços esportivos	41	Compra de uma ambulância - UTI móvel	24
Linha Cairu	8	Construção e ampliação de rede de água	18	Aquisição de máquinas para estradas	12	Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais	10
Linha Wilmsen	3	Compra de uma ambulância - UTI móvel	9	Aquisição de máquinas para estradas	6	Construção, ampliação e qualificação da estrutura dos postos de saúde	2
Linha Pimenta	28	Construção e ampliação de rede de água	75	Aquisição de máquinas para estradas	54	Compra de uma ambulância - UTI móvel	19
Arroio Canoas	15	Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais	32	Aquisição de máquinas para estradas	24	Instituir o fundo municipal agropecuário	12
Francesa Baixa	22	Implantação de creche na Francesa Baixa	40	Aquisição de máquinas para estradas & Instituir o fundo municipal agropecuário	20	Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor	18
Linha Camilo	14	Aquisição de máquinas para estradas	31	Compra de uma ambulância - UTI móvel	24	Instituir o fundo municipal agropecuário	9
Vila Rica	18	Construção e ampliação de rede de água	44	Ampliar e melhorar serviços de trator agrícola	28	Compra de uma ambulância - UTI móvel	12
Franc. Alta - São Luís	32	Pavim asfáltica da estrada geral, de Hildo Bourscheid até a Escola Nicolau Bourscheid	69	Conserv, abert e pavim. de ruas e estr. municip. & Educ fund - Ampl, refor. e aquis de equipamentos	27	Aquisição de máquinas para estradas	21
Barão - Sede	48	Aquisição de máquinas para estradas	41	Compra de uma ambulância - UTI móvel	40	Construção, ampliação e qualificação da estrutura dos postos de saúde	34

COMUNIDADE	Nº part.	Local	Ptos	Local	Ptos	Local	Ptos
Juventude		Aumentar o auxílio ao Transporte de Universitários Apoio para acesso e ingresso em universidades. Discutir o projeto Ampliar e melhorar serviços de trator agrícola	21	Ocupação da Praça, espaço de esporte, cultura, som, chimarrão, confraternização, concurso de bandas, torneios... aos domingos Repasse para o Hospital Municipal	14	Cursos de línguas, subsídios anteriores do município, com intercâmbio... oportunidades profissionais, Aquisição de máquinas para melhoria de estradas	7
Vila Rica	20 388		60		40		19
Linha Camilo	16	Ampliar e melhorar serviços de trator agrícola	25	Construção, ampliação e qualificação da estrutura dos postos de saúde	16	Aquisição de máquinas para melhoria de estradas	13
Gen. Neto Baixo	19	Aquisição de máquinas para melhoria de estradas	57	Repasse para o Hospital Municipal	30	Incentivo e subsídios para grupo de agricultores ecológicos	12
Linha Wilmsen	9	Compra de uma ambulância - UTI móvel	19	Repasse para o Hospital Municipal	16	Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor	8
Gen. Neto Alto	23	Pavimentação do trecho da escola até caixa d'água e em direção a São Vendelino	48	Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor	17	Ampliação do Programa de Saúde Familiar	15
Bairro Bela Vista	14	Melhoria e reformas no calçamento do Bairro Bela Vista	42	Programa de espaços esportivos	18	Orientação técnica para implantação de saneamento básico	9
Francesa Baixa	33	Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais	87	Construção, ampliação e qualificação da estrutura dos postos de saúde	60	Ampliar o fundo municipal agropecuário	16
Barão Velho	15	Sistema de tratamento e rede de esgoto na rua Marcia Juchem e Jose Leopoldo Andriolli	32	Construção de galeria na estrada de acesso à Francesa	23	Aterro e canalização do pátio da comunidade	10
Linha Cairu	14	Construção e ampliação de rede de água	37	Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais	22	Aquisição de máquinas para melhoria de estradas	8
Rodrigues da Rosa	26	Aquisição de máquinas para melhoria de estradas	45	Ampliar e melhorar serviços de trator agrícola	26	Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor	11
Sagrado Coração	14	Construção e ampliação de rede de água	35	Compra de computadores e outros equipamentos para escolas	18	Aquisição de máquinas para melhoria de estradas	12
Arroio Canoas	20	Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais	58	Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor	36	Implantação de Distrito Industrial	12
Francesa Alta (São Luiz)	45	Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais	108	Construção, ampliação e qualificação da estrutura dos postos de saúde	77	Construção e ampliação de rede de água	76
Linha Pimenta	18	Construção e ampliação de rede de água; Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor.	32	Aquisição de máquinas para melhoria de estradas	22	Incentivo e subsídios para grupo de agricultores ecológicos	6
Campestre	7	Melhoria na iluminação pública	21	Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor	14	Repasse para o Hospital Municipal	7
Francesa Alta (Centro)	39	Conservação, abertura e pavimentação de ruas e estradas municipais	76	Construção, ampliação e qualificação da estrutura dos postos de saúde	58	Aumentar o valor do bônus para notas de talão de produtor	31
Bairro Liberdade	26	Calçamento da Rua Maria Edith Selbach	72	Escrituração de terrenos	33	Orientação técnica para implantação de saneamento básico	19
Bairro Centro	17	Implantação de Saneamento Básico	45	Qualificação e construção de praças	24	Programa de produção de eventos, projetos e espaços culturais para jovens	12
Bairro São José	1	Escrituração de terrenos	3	Implantação de Distrito Industrial	2		
Bairro Operário	5	Calçamento da Rua Floriano Peixoto	9	Repasse para o Hospital Municipal	7	Orientação técnica para implantação de saneamento básico	4

Anexo 6. E-mail Thomas Ködelpeter

Data: 19/12/06 06:28
 De: [thomas koedelpeter](#) [Bloquear endereço](#)
 Para: 'spherbert'
 Assunto: WG: Artikel der Schwabmünchner Allgemeinen zur Jugendzukunftswerkstatt

Lieber Sergio,

ich bin begeistert. Eure Jugendlichen haben ganz viel Deutsch gelernt und können sich auch schon ganz gut ausdrücken.

Wie haben sie gelernt, wer hat ihnen geholfen, wie lange haben sie geübt? Haben sie die Mails von Robert und Stefan ins Portugiesische übersetzt?

Wie haben sie ihre Briefe geschrieben – zuerst in Portugiesisch und dann ins Deutsche übersetzt, oder gleich in Deutsch?

Mit den Jugendlichen aus Weyarn haben Betty Mehrer (Jugendbeauftragte von Weyarn), Katharina Fichtner (Kollegin von der Ökologischen Akademie) und ich eine Auswertung über die Erfahrungen dieses Jahres gemacht. Geplant wurde, wie es 2007 weiter gehen soll. Vielleicht hat Matthias Lust/Zeit und schreibt Euch, was die engagierten Jugendlichen aus Weyarn im nächsten Jahr machen möchten.

Wenn das Protokoll über unseren Auswertungsworkshop fertig ist, geht es Dir als Mail zu.

In meiner zweiten Modell-Gemeinde, in Bobingen, haben wir jetzt eine große Jugend-Zukunftswerkstatt durchgeführt. 42 Jugendliche haben teilgenommen, rund die Hälfte kam aus türkischen Familien. Die jüngsten Teilnehmer waren 9, die Ältesten 17 Jahre alt.

Das Ergebnis: 5 konkrete Projekte mit Beschreibungen und den Namen der Jugendlichen, die das Projekt umsetzen wollen. Die Gemeindeverwaltung bildet jetzt Unterstützer-Teams auf. Jedem Jugend-Projekt wird mindestens 1 Mitarbeiter aus der Verwaltung und ein engagierter Bürger aus der Gemeinde angehören. Ich füge Dir als Attachment die Projektdarstellungen der Jugendlichen bei. Ihr könnt ja den Presseartikel ins Portugiesische übersetzen. Vielleicht habt Ihr Interesse an der Methode Zukunftswerkstatt und wollt mit den Jugendlichen von Barao auch eine Zukunftswerkstatt machen. Ich könnte Euch bei der Vorbereitung helfen.

Über die Jugend-Zukunftswerkstatt sind zwei große Presseartikel entstanden, einen Pressebericht liegt bei.

Ich wünsche Dir und Deiner Familie ein frohes Weihnachtsfest und umarme Euch ganz herzlich.

Dein Thomas